II ENCONTRO PARANAENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Preservação de acervos, pesquisa e formação de pesquisadores

25 anos da Linha de Pesquisa em História & Historiografia da Educação

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ SETOR DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

II ENCONTRO PARANAENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Preservação de acervos, pesquisa e formação de pesquisadores

25 anos da Linha de Pesquisa História & Historiografia da Educação

Campus Rebouças
Curitiba, 8 a 10 de novembro de 2023

Ficha Catalográfica

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Encontro Paranaense de História da Educação (2.: 2023 : Curitiba, PR)

Preservação de acervos, pesquisa e formação de pesquisadores : 25 anos da Linha de Pesquisa em História & Historiografia da Educação [recurso eletrônico] / II Encontro Paraneense de História da Educação; 08 a 10 de novembro 2023.- Curitiba : UFPR : PPGE, 2023.

1 PDF.

ISBN 978-65-5458-236-0 (PDF) 1.

Educação - História. 2. Pesquisadores. I. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação. II. Título.

CDD 370

Bibliotecária: Tania de Barros Baggio CRB-9/760

Expediente

Comissão Organizadora

Nadia Gaiofatto Gonçalves (Coord.)
Andrea Bezerra Cordeiro
Carlos Eduardo Vieira
Gizele de Souza
Liane Maria Bertucci
Marcus Levy Albino Bencostta
Roberlayne Borges Roballo

Comitê Científico

Alexandra Padilha Bueno (Unespar)
Andrea Bezerra Cordeiro (UFPR)
Clarícia Otto (UFSC)
Érica Piovam de Ulhoa Cintra (Unespar)
Etienne Louzada Baldez (UNB)
Júnior César Pereira (UFPR)
Leticia Mara de Meira (UFPR/PROGRAD)
Liane Maria Bertucci (UFPR)
Maria Cristina Gomes Machado (UEM)
Maria Paula Costa (Unicentro)
Oriomar Skalinski Júnior (UEPG)
Roberlayne Borges Roballo(UFPR)
Tony Honorato (UEL)
Valquíria Elita Renk (PUC/PR)
Vanessa Campos Mariano Ruckstadter (UENP)
Vania Grimm Thies (UFPEL)

Projeto gráfico e diagramação

Aluisio Francisco Cesar Junior

Ilustração original

DULCE OSINSKI

Apresentação

Entre os dias 8 a 10 de novembro de 2023, no campus Rebouças do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), foi realizado o II Encontro Paranaense de História da Educação, segunda edição de um evento inaugurando em 2022 na Universidade Estadual de Londrina. O primeiro encontro ocorreu associado à comemoração de 10 anos do Museu da Escola de Londrina (MEL) e nutria o desejo de promover a interlocução entre os pesquisadores e pesquisadoras do campo da História da Educação no Paraná e no Brasil. Na ocasião deste primeiro encontro os participantes sentiram a potência deste lugar, construído pela partilha de estudos e pesquisas, e motivados por estes resultados foi assumido o compromisso de realizar na UFPR a segunda edição do encontro, aproveitando o ensejo das comemorações de 50 anos do Setor de Educação da UFPR e dos 25 anos da Linha de Pesquisa em História e Historiografia da Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFPR.

O II EPHE buscou contribuir para o estabelecimento de diálogos e redes interinstitucionais de pesquisa e extensão, voltados para a História da Educação, bem como, oportunizar a divulgação de pesquisas e ações extensionistas. O tema geral escolhido para o evento foi “Preservação de acervos, pesquisa e formação de pesquisadores”, devido a sua importância na agenda do campo da História da Educação e que tem recebido a atenção de inúmeros grupos de pesquisa e formação comprometidos com as questões da preservação, organização e comunicação das fontes e acervos históricos educativos no Paraná e em todo o país. Foram dias de debates, partilha e construção de conhecimento em rede, e parte desta produção pode agora ser conhecida a partir dos textos apresentados nesta coletânea.

Programação Geral

8/11	**9h00 • Abertura** **9h30-10h30 • Conferência** - O que nos dizem os acervos para a pesquisa e preservação em História da Educação? **10h30-12h00 • Momento cultural** → Exposição Fotográfica No caminho dos trilhos ao som do apito do trem: Escolas Profissionais Ferroviárias na Rede Viação Paraná - Santa Catarina (1933-1973) → Instalação Memórias Afetivas e a Educação no Paraná (Museu da Escola Paranaense) → Exposição Fotográfica Infâncias em percursos de pesquisa → Visita guiada ao CDPHE e Arquivo do Setor de Educação → Conversa com autores/as (lançamento/divulgação) **13h30-15h30 • Sessões de Comunicações Coordenadas** SCC I → A formação de professores, a educação da juventude e o campo não escolar: uma análise a partir da perspectiva sócio-histórica SCC II → Motes sobre a composição das fontes na pesquisa em História da Educação da infância e juventude: perçalcos, indícios, diálogos SCC III → Educação, arte e cultura: aspectos teóricos-metodológicos nos percursos de pesquisa sobre gênero e relações raciais SCC IV → História das instituições escolares: a memória histórica entre desafios do encontro com as fontes históricas e a formação dos profissionais **16h00-18h00 • Sessões de Comunicações Orais**
9/11	**9h00-11h00 • Mesas-redondas** MR I → Arquitetura Escolar como patrimônio educativo MR II → Formação e práticas educativas: acervos e fontes **11h00-12h30 • Roda de Conversa** Museus, Centros de memória e Arquivos de História da Educação do Paraná **14h00-16h00 • Sessões de Comunicações Coordenadas** SCC V → Intelectuais e educação: o protagonismo das mulheres SCC VI → Patrimônio Educativo: preservação e pesquisa de acervos para/na História da Educação SCC VII → Expansão do Ensino Secundário no Brasil (anos 1940-1970): relacionando particularidades regionais e a questão de classe SCC VIII → O ensino de Arte em perspectiva: contribuições dos estudos em história das disciplinas para a compreensão de um campo **16h30-18h30 • Sessões de Comunicações Orais** **18h30 • Confraternização por adesão**
10/11	**9h00-11h00 • Mesas-redondas** MR III → Fontes e Possibilidades de Pesquisa em História da Infância, Impressos e Cultura Material MR IV → Intelectuais interpretados pela pesquisa em história da educação no Paraná: acervos, fontes, períodos e conceitos mobilizados **11h00-12h30 • Mesa de Encerramento** MR V → 25 anos da educação no Paraná e no Brasil: a Linha de História e Historiografia da Educação da UFPR **14h00 • Atividade pós-evento** Visita guiada ao Centro de Memória do Colégio Estadual do Paraná

Sumário

Esta é uma publicação digital. Ela dispõe de funcionalidades que visam facilitar a navegação. Clique nos nomes dos capítulos para acesso direto. Clique nos números das páginas para retornar a este sumário.

Mesas Redondas e Roda de Conversa página 07

Atividades Culturais página 11

Sessões Coordenadas página 14

Comunicações Orais página 25
» dia 08/11 » dia 09/11

MESAS
REDONDAS E
RODA
DE CONVERSA

08 de novembro de 2023

Conferência de Abertura: O QUE NOS DIZEM OS ACERVOS PARA A PESQUISA E PRESERVAÇÃO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO?
→ Andrea B. Cordeiro (UFPR) - Mediadora
→ Eliane Peres (HISALES/UFPel)

09 de novembro de 2023

Mesa Redonda I: ARQUITETURA ESCOLAR COMO PATRIMÔNIO EDUCATIVO
→ Marcus Levy Bencostta (UFPR) - Mediador
→ Tatiane Ermel de Freitas (Universidad de Valladolid - Espanha)
→ Ana Paula Pupo Correia (IFSC)
→ Vânia Mara Pereira Machado (Museu da Escola Paranaense - SEED-PR)

Nesta mesa-redonda, exploraremos a significativa relevância da arquitetura escolar nos estudos históricos dedicados ao patrimônio educativo. Através de diversas experiências de pesquisa, discutiremos como acervos e fontes relacionadas diretamente a essa temática têm contribuído para enriquecer a compreensão do papel desempenhado pela arquitetura escolar na preservação da identidade educacional, na valorização cultural e na promoção do senso de pertencimento. Discutiremos como a arquitetura escolar oferece uma perspectiva interessante sobre a experiência histórica do ambiente educativo.

Mesa Redonda II: FORMAÇÃO E PRÁTICAS EDUCATIVAS: ACERVOS E FONTES
→ Liane Maria Bertucci (UFPR) - Mediadora
→ Diana Gonçalves Vidal (USP)
→ Rita de Cássia Marques (UFMG)
→ Rosa Lydia Teixeira Correa (PUC-PR)

A diversidade de temas e abordagens dos estudos de História da Educação, desde o final do século XX, teve como um de seus resultados a crescente atenção com a organização, preservação e disponibilização de fontes e acervos que possam concorrer para as pesquisas. Documentos escolares, volumes com regulamentações de ensino, periódicos especializados, relatos de ex-professores/as, entre muitos outros. Essa mesa-redonda tem como objetivo provocar reflexões sobre fontes e acervos, considerando as temáticas formação e práticas educativas, a partir de considerações sobre a instalação, reordenação e concepções dos arquivos escolares; de ponderações sobre a localização e possibilidades de pesquisa em materiais didáticos utilizados para a formação de alunos e professores/as dos anos 1970-80, e de relato sobre a organização do Laboratório História Educação Saúde

(LHES), um grupo de pesquisa e extensão da Escola de Enfermagem da UFMG que começou suas atividades a partir de estudo sobre a história das ações educativas no Brasil.

Roda de Conversa: MUSEUS, CENTROS DE MEMÓRIA E ARQUIVOS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ
→ Nadia G. Gonçalves - Mediadora
→ Andrea B. Cordeiro (UFPR) - Mediadora

O objetivo dessa roda de conversa é reunir pessoas e instituições interessadas em trocas de experiências e compartilhamento de saberes, metodologias e produções relacionadas à preservação e organização de fontes sobre/para a História da Educação do Paraná, em especial os que já iniciaram ações no formato de Museus, de Centros de Memória, de Arquivos, entre outros, e também os que pretendem desenvolver este tipo de ação.

10 de novembro de 2023

Mesa Redonda III: FONTES E POSSIBILIDADES DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA INFÂNCIA, IMPRESSOS E CULTURA MATERIAL
→ Gizele de Souza (UFPR) - Mediadora e debatedora
→ Tony Honorato (UEL)
→ Etienne Baldez Louzada (UNB)

A proposta desta Mesa Redonda articula debates na interface entre história da infância, impressos e cultura material. O propósito é discutir, por meio de fontes derivadas da imprensa periódica brasileira, de manuais e iconografias representações sobre crianças e suas infâncias, tendo como perspectiva a abordagem histórico-social. A materialidade é mobilizada não só como tema, mas como possibilidade interpretativa acerca da infância.

Mesa Redonda IV: INTELECTUAIS INTERPRETADOS PELA PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO PARANÁ: ACERVOS, FONTES, PERÍODOS E CONCEITOS MOBILIZADOS (1981-2023)
→ Carlos Eduardo Vieira (UFPR) - Mediador e apresentador
→ Maria Cristina Gomes Machado (UEM)
→ Névio de Campos (UEPG)

A mesa-redonda, intitulada, Intelectuais interpretados pela pesquisa em história da educação nos Programas de Pós-graduação no Paraná: acervos, fontes, períodos e conceitos mobilizados (1981-2023), foi composta pelos pesquisadores Carlos Eduardo Vieira (UFPR), Névio de Campos (UEPG) e Maria Cristina Machado (UEM). A pesquisa que deu origem à mesa teve como objetivo mapear e analisar a produção dos Programas de Pós-graduação no Paraná, no que tange à temática que articula os intelectuais e as ações

no campo educativo. Os pesquisadores analisaram 115 trabalhos, considerando 50 teses de doutorado e 65 dissertações de mestrado, defendidas entre os anos de 1981 e 2023, nos seguintes programas: UFPR, PUC-PR, UEPG, UEM, UEM, UEL, Unicentro e Unioeste. Entre os aspectos verificados destacamos os seguintes: natureza da pesquisa (M ou D); ano de conclusão; autor (a); orientador principal; título; palavras chaves; nome (s) do (s) Intelectual(is) estudado(s); recorte temporal; fontes mobilizadas; Interlocução teórica principal; principais conceitos mobilizados; e principais acervos consultados.

Mesa Redonda V: 25 ANOS DA EDUCAÇÃO NO PARANÁ E NO BRASIL: A LINHA DE HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO DA UFPR COMEMORA!
→ Nadia G. Gonçalves (UFPR) – Mediadora
→ Gizele de Souza
→ Carlos Eduardo Vieira
→ Liane Bertucci
→ Roberlayne de Oliveira Borges Roballo

ATIVIDADES
CULTURAIS

08 de novembro de 2023

Exposição Fotográfica: NO CAMINHO DOS TRILHOS AO SOM DO APITO DO TREM: ESCOLAS PROFISSIONAIS FERROVIÁRIAS NA REDE VIAÇÃO PARANÁ - SANTA CATARINA (1933-1973), no hall do Campus Rebouças.
Curadoria: Marcus Levy Bencosta, Vania Mara Pereira Machado e Maicol Renato Barbizan da Silva.

Instalação: MEMÓRIAS AFETIVAS E A EDUCAÇÃO NO PARANÁ (Museu da Escola Paranaense) – salão do IPHAN, em frente ao Auditório Eny Caldeira.
Curadoria: Marcus Levy Bencosta, Vania Mara Pereira Machado e Maicol Renato Barbizan da Silva.

Exposição Fotográfica: INFÂNCIAS EM PERCURSOS DE PESQUISA – no hall do Campus Rebouças.
Curadoria: Gizele de Souza e Grécia Aline Garcia

Visita guiada: CDPHE E ARQUIVO DO SETOR DE EDUCAÇÃO – início 11h00, em ambas as salas 33 e 34, no 2º andar sobre a Biblioteca (entrada no hall do Campus Rebouças). Organização: Projeto de Extensão Histórias e Memórias sobre Educação-UFPR

Conversa com autores (lançamento/divulgação):

BARBOSA, Etienne B. L. Por terra, por água, pela leitura: as conexões dos responsáveis pela inspeção e pela instrução pública no Paraná (1854-1890).

GANDIN, Rudá Morais; VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. O movimento estudantil em São José dos Pinhais - Paraná (2007-2015). Curitiba: Appris, 2022.

MIMESSE, Eliane (org.) Histórias e Direitos das Infâncias e Juventudes. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2023.

RIBEIRO, Luís Távora Furtado. Pedagogia do Mundo em Literatura de Cordel. Fortaleza. Cordelaria Flor da Serra: 2020.

RIBEIRO, Luís Távora Furtado. A Peleja do Aluno Cego com o Professor Poliglota. Fortaleza. Cordelaria Flor da Serra: 2022.

STENTZLER, Márcia Marlene; LIOTI, Cláudia Sena. Histórias e memórias de professoras primárias de escolas rurais multisseriadas: Paraná e Santa Catarina. Curitiba: CRV, 2022.

VIEIRA, Carlos Eduardo; OSINSKI, Dulce; MEIRA, Letícia, Mara de. (Orgs.). História Intelectual e Educação: linguagens e conceitos. 1. ed. Jundiaí [SP]: Paco Editorial, 2023.

10 de novembro de 2023

Atividade pós-evento: VISITA GUIADA AO CENTRO DE MEMÓRIA DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ.

O Colégio Estadual do Paraná (CEP) é uma instituição de ensino com 177 anos. O prédio atual inaugurado em 1950 é a sua quarta sede, que foi tombada em 1994. O CEP passou por obra de restauro entre os anos de 2019 a 2022, período no qual os estudantes, professores e funcionários foram deslocados para outras cinco instituições; e a totalidade de seu acervo patrimonial e pinacoteca para quinze espaços diferentes. O CMCEP e o Museu estão em processo de reorganização do acervo que tem milhares de fontes documentais, imagéticas e tridimensionais que estão sendo reinventariadas, higienizadas e catalogadas para pesquisa. A visita guiada vai ocorrer no espaço superior da casa (com possibilidade de acesso à reserva técnica) que abriga a sede do CMCEP e o Museu, ao Salão Nobre e Biblioteca, com opção de sessão específica no planetário. Serão ofertadas 120 vagas para o planetário (às 14:00 e às15h00) e 40 vagas para o CMCEP, também divididos em dois grupos de 20 inscritos. Será seguida a ordem de inscrição, de acordo com o número de vagas indicado. O link será divulgado na abertura de inscrições de ouvintes, no dia 9/10. No tópico Inscrições do menu do site do evento.

SESSÕES
COORDENADAS

08 de novembro de 2023

SESSÃO I: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES, A EDUCAÇÃO DA JUVENTUDE E O CAMPO NÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA

→ Márcia Marlene Stentzler (Unespar, campus Paranavaí) - Coordenadora
→ Elias Canuto Brandão (Unespar, campus Paranavaí) - EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR NO CAMPO E NAS CIDADES
→ Juliana B. de Carvalho Barrios (IFPR, campus Pitanga) - A CONSTRUÇÃO DA LEI Nº 13.415/2017 SOB A INFLUÊNCIA DE FRAÇÕES DA BURGUESIA: AS FACETAS POLÍTICAS DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL E O ENSINO MÉDIO A PARTIR DO FINAL DA DÉCADA DE 1990
→ Roseli Bilobran Klein (Unespar, campus União da Vitória) - A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DOS EDUCADORES NA REGIÃO SUL DO PARANÁ (UNIÃO DA VITÓRIA) E PLANALTO NORTE CATARINENSE (PORTO UNIÃO)
→ Márcia Marlene Stentzler (Unespar, campus Paranavaí) - RELAÇÕES ENTRE A INSPEÇÃO E A DOCÊNCIA NO GRUPO ESCOLAR BALDUÍNO CARDOSO, PORTO UNIÃO/SC (1954-1957)

Esta Sessão Coordenada aborda o processo de formação de professores, a docência, a educação não escolar e a educação profissional. A formação de professores é tratada tendo como referencial a Escola Normal Santos Anjos, criada junto ao Colégio que leva mesmo nome, na cidade de Porto União/SC. O Colégio Santos Anjos é vinculado a Igreja Católica e existe desde o ano de 1917, ou seja, no ano seguinte ao do fim da Guerra do Contestado (1912-1916). A Escola Normal iniciou atividades no ano de 1927, recebendo estudantes que provinham de diferentes cidades brasileiras. Uma vez formadas, essas professoras atuavam na região, com destaque para as cidades de União da Vitória (PR) e Porto União (SC), cidades gêmeas, separadas pelos trilhos que delimitam a fronteira entre os estados do Paraná e Santa Catarina. Os documentos produzidos na instituição e guardados em arquivos, assim como fotografias, trazem informações relevantes desse processo nessa região de fronteira interestadual. Um dos lugares de atuação das professoras formadas na Escola Normal era o Grupo Escolar Balduíno Cardoso, na cidade de Porto União (SC). Da mesma forma, há registros que documentam a prática das professoras, no arquivo que pertencia ao Grupo Escolar Balduíno Cardoso, como por exemplo, o Termo de Visitas de Inspetores, a partir do qual trabalhamos. Esses registros sobre a prática docente foram redigidos entre 1954 e 1957. Os detalhes desses documentos revelam aspectos da cultura escolar em meados do século XX, assim como das relações que se estabeleceram no interior da escola, considerando os interesses governamentais e as ações docentes, que não se restringiam à sala de aula. A Constituição Federal do Brasil de 1988 prescreveu que a educação, referindo-se à “formal” é “direito de todos” (BRASIL,

1988), no entanto não tem sido para todos. Dois anos após a promulgação da Constituição, realiza-se a Conferência de Jomtien, na Tailândia, em março de 1990. Ocorreu, nesta ocasião, a aprovação "Declaração Mundial sobre Educação para Todos", contemplando no plano teórico as "necessidades básicas de aprendizagem" (UNICEF, 1990). No entanto, desde então, a educação – em suas diversas possibilidades de execução – não tem ocupado o prometido espaço de destaque nas agendas governamentais. Desde antes e após a promulgação da Constituição, movimentos e organizações sociais, investiram na formação fora das escolas, na educação não escolar/formal para que resultasse em práticas pedagógicas fora do ambiente escolar. Padilha (2007, p. 90) afirma que a educação não escolar, "[...] refere-se a toda e qualquer experiência e ação educacional que acontece na sociedade, que esteja fora das escolas regulares", seja no hospital, em um assentamento da reforma agrária, em uma cooperativa do MST, na Itaipu ou Petrobrás, associação de moradores ou penitenciária, dentre outros lugares e espaços não escolares. No âmbito da educação profissional, a discussão tem como alicerce a agenda neoliberal que se impôs, transformando as relações socioeducacionais e econômicas no final da década de 1990, implicando na reorganização das políticas educacionais para a educação profissional. As políticas educacionais provocam efeitos na oferta e organização do Ensino Médio e, em particular, na vida de jovens brasileiros que buscam uma formação profissional. A reforma do Ensino Médio, portanto, está atrelada a um projeto que se iniciou na década de 1990 e se desdobra até os dias atuais, impactando de diferentes formas a vida dos jovens e sua formação para o mundo do trabalho. Esse processo é analisado com base em uma pesquisa bibliográfica e documental. Acreditamos que o fato de não termos, desde o final da década de 1990, uma ruptura concreta com o neoliberalismo no contexto brasileiro, contribuiu para o surgimento da Lei nº 13.415/2017, na atual conjuntura.

SESSÃO II: MOTES SOBRE A COMPOSIÇÃO DAS FONTES NA PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE: PERÇALCOS, INDÍCIOS, DIÁLOGOS

→ Eliane Mimesse (Coordenadora do GT Infância e Juventude da Anpuh/Pr) - Coordenadora
→ Silvia Arend (UDESC) - DIÁLOGOS ENTRE CLIO E THEMIS: REFLEXÕES SOBRE O USO DE FONTES PRODUZIDAS PELA JUSTIÇA EM NARRATIVAS SOBRE A HISTÓRIA DAS INFÂNCIAS E JUVENTUDES
→ Jorge Luiz Zaluski (UFS) - FONTES, HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO PARANAENSE: PERCURSOS INVESTIGATIVOS
→ Joseane de Fátima Machado da Silva (PMC, Nepie/UFPR) - O RESGATE DE FONTES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E INFÂNCIAS DESVALIDAS NO ESTADO DO PARANÁ (1940-1984) - ENTRE POEIRAS, ALAGAMENTOS, MOFOS E DESCARTES

Esta Sessão Coordenada discute a importância da pesquisa com documentos em história da educação. As crianças e os jovens têm papel de destaque em alguns

documentos, nem sempre por sua opção – acabam por tornar a pesquisa e suas fontes mais específicas. É imprescindível identificar que alguns grupos de estudos e de pesquisas formados por professores e alunos contribuem para agilizar o acesso dos pesquisadores à documentação. O trabalho efetuado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil (NEPIE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), desenvolve pesquisas e estudos com professores e alunos da própria instituição e de outras instituições nacionais e internacionais, na área de educação, história, sociologia etc. incentivando o intercâmbio e a expansão dos conhecimentos, além da produção de incontáveis materiais a respeito do assunto. O Grupo de Trabalho de História da Infância e Juventude da Associação Nacional de História (ANPUH) é vinculado aos eventos quadrienais desta referida Associação. Após a criação do grupo nacional foram criadas seções estaduais em Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco e Piauí, de modo em que todos os participantes dos grupos, são professores ou alunos em formação das universidades, públicas e privadas, participantes deste grande grupo, que pesquisam a infância e a juventude, de modo a agregarem um número amplo de pesquisas e produções diversificadas sobre o assunto. Este grupo mantém intercâmbio com universidades e outros pesquisadores na América Latina. Os dois grupos e seus representantes fomentam a mais de um decênio as discussões sobre infância e juventude no Brasil, esta mesa os representa. A questão fulcral que se apresenta aqui refere-se às especificidades das fontes primárias e de como podemos expandir as pesquisas buscando-as em acervos exclusivos. É desta forma, que se proporciona a organização desta mesa coordenada, a primeira apresentação denominada: O resgate de fontes para a História da educação de crianças e infâncias desvalidas no estado do Paraná (1940-1984) – entre poeiras, alagamentos, mofos e descartes, utilizou-se basicamente de Autos dos Processos, do então denominado Juizado de Menores e, do Álbum de fotografias do Educandário de Santa Felicidade, geograficamente a pesquisa esteve localizada na cidade de Curitiba; na segunda apresentação: Fontes, história e historiografia da educação paranaense percursos investigativos, a documentação primária utilizada foi identificada no acervo do Centro de Memória do Colégio Estadual do Paraná (CMCEP) e no antigo Colégio Tiradentes, ambos localizados na cidade de Curitiba. A terceira apresentação foi designada: Diálogos entre Clio e Themis: reflexões sobre o uso de fontes produzidas pela justiça em narrativas sobre a história das infâncias e juventudes, debruça-se sobre os usos dos processos judiciais emitidos pelos Juizados de Menores, como eram conhecidos e, neste ínterim, deu voz aos pequenos e aos jovens. O acervo neste último caso localizava-se no estado de Santa Catarina. Mas, a possibilidade de pesquisa não se excluiu por este motivo, atualmente a Vara da Infância e Juventude mantém a execução e a existência de processos, as fontes não se esgotaram. Este comentário é válido para ilustrar o acervo aludido do Centro de Memória, visitado por um dos pesquisadores, este acervo poderia estar localizado em qualquer espaço geográfico, desde que contivesse determinados relatórios, diários de classe, planilhas, ofícios, fotografias etc. referentes aos alunos, professores ou outras pessoas que frequentaram as dependências escolares em períodos pré-estabelecidos. Seria necessário somente as fontes primárias destes acervos contarem com certa organização, como o Centro de Memória, para facilitar a compreensão do historiador da educação.

SESSÃO III: EDUCAÇÃO, ARTE E CULTURA: ASPECTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS NOS PERCURSOS DE PESQUISA SOBRE GÊNERO E RELAÇÕES RACIAIS

→ Sérgio Luis do Nascimento (PUCPR) – Coordenador
→ Sérgio Luis do Nascimento (PUCPR) - OS ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS E HISTÓRICOS DA FILOSOFIA AFRO-PINDORÂMICA
→ Adriana Vaz (UFPR) - BALIZAS INICIAIS SOBRE A REPRESENTAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NA ARTE AFRO-BRASILEIRA (1983-2012)
→ Evelyn de Almeida Orlando (UERJ) – ARTE, CULTURA E EDUCAÇÃO NA FESTA DA BOA MORTE NA CIDADE DE CACHOEIRA/BA

Esta proposta tematiza sobre "Educação, Arte e Cultura" e reúne pesquisadores/as de diferentes instituições cuja problemática versa sobre as categorias gênero e raça no âmbito educacional, e como tais condicionantes, em certa medida, implicam na trajetória de mulheres e na representatividade de grupos sociais subalternizados em diferentes contextos históricos e sociais. E mesmo, objetiva refletir como o campo da cultura e da filosofia contribuem para ressignificar valores da ancestralidade africana, e dos africanos da diáspora, produzindo saberes que rompam com o racismo estrutural ainda presente no cotidiano escolar brasileiro. O pesquisador Sergio Luis do Nascimento, doutor e mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), professor do curso de graduação em Filosofia da PUCPR e do Programa de Mestrado em Direitos Humanos e Políticas Públicas (PPGDH/PUCPR), coordena a mesa, e apresenta "Os aspectos epistemológicos e históricos da filosofia Afro pindorâmica", examinando os aspectos filosóficos presentes nos textos,poemas, livros e notas musicais de quatro pensadores/as brasileiros/as: Sueli Carneiro, Lélia Gonzales, Antonio Bispo dos Santos e Nei Braz Lopes. A escolha desses/as pensadores/as se justifica pela importância de seus escritos no campo das relações étnico-raciais no Brasil, e igualmente, por desvelar os pressupostos de ancestralidade de uma filosofia pindorama contida em suas produções. E com isso, ressignificar esses valores no âmbito filosófico e refletir como a cultura africana é comunicada no universo escolar. A pesquisadora Adriana Vaz, professora do Departamento de Expressão Gráfica, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE/UFPR, doutora e mestra em Sociologia pela UFPR, apresenta as "Balizas iniciais sobre a representação de mulheres negras na arte afro-brasileira (1983-2012)", tendo como aporte teórico o conceito de representação, cultura e sensibilidade advindo da História Cultural com base em Sandra J. Pesavento e Roger Chartier, e interlocuções com autores/as que tratam sobre arte "afro-brasileira", CUNHA (1983), dentre eles: Nunes (2007),Munanga (2019), Conduru (2012, 2021). Mobiliza-se como fonte o livro "Arte afro-brasileira", de Conduru (2012), e o catálogo da exposição Negras Memórias, Memórias de Negros", editado pelo Museu Oscar Niemeyer (MON), mostra que ocorreu entre 2005 e 2006. A pesquisadora Evelyn de Almeida Orlando, professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), doutora em Educação pela

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, nos traz o estudo “Arte, cultura e educação na Festa da Boa Morte na cidade de Cachoeira/BA”, e analisa os caminhos de legitimação e modos de fazer da condição feminina, cujas mulheres disputam um lugar no campo da produção cultural e dos saberes educacionais. A base teórica proposta pela autora dialoga com os autores da História Cultural. Também mobiliza conceitos como território, identidade e memória ao abordar a riqueza do sincretismo religioso no Brasil.

SESSÃO IV: HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES: A MEMÓRIA HISTÓRICA ENTRE DESAFIOS DO ENCONTRO COM AS FONTES HISTÓRICAS E A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

→ Samara Mendes Araújo Silva (UFPR) Coordenadora
→ Alexandra Lourenço (Unioeste) - GÊNERO E VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR
→ Luis Távora Furtado Ribeiro (UFC) - INSTITUIÇÕES ESCOLARES: MEMÓRIA E CULTURA DE ONTEM E HOJE NO BRASIL
→ Maria Cecilia Barreto Amorim Pilla (PUCPR) - COTIDIANO ESCOLAR E CIVILIDADE CRISTÃ CATÓLICA FEMININA (1907-1942)
→ José Antônio Gabriel Neto (UECE) - PESQUISA E FORMAÇÃO: UM HISTÓRICO DAS PRÁTICAS DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

Construir, registrar e compreender a memória de instituições escolares e da cultura escolar é uma dentre as muitas atividades desafiadoras do campo da História da Educação contemporânea. As atividades de docência e pesquisa no campo da História da Educação se tornam cada vez mais pujantes e desafiadoras à proporção que o campo se fortalece e expande. Pois na mesma medida que há oportunidade de estar novos espaços de atuação profissional para além da docência nos cursos de formação de Pedagogia e Magistério em Nível Médio, lecionar História da Educação se desnudam desafios pedagógicos de apontar os objetivos e utilidades práticas do ensino-aprendizagem da disciplina para estudantes de campos e profissões de currículos diversos em que a História da Educação figura. Ao possibilitar a diversificação dos objetos de estudos e espraiar as possibilidades de referenciais teórico-metodológicos, bem como ampliação dos Programas de Pós-graduação e consequentemente as Linhas de História da Educação, ampliando-se as produções acadêmico-cientificas e publicações na área de História da Educação, o acesso as informações foram facilitadas, e, consequentemente, também o nível de exigência sobre a qualidade destas produções foi elevado. Portanto, o campo da História da Educação na atualidade está diante de desafios que exigem cada vez mais uma formação melhor daqueles que se dedicam a este. E, buscando contribuir na dinâmica formação de reflexões analíticas para a área da História da Educação, esta mesa se propõe a compreender a discutir a História das Instituições Escolares, tendo como foco produções de pesquisadores que se dedicam a realizar históricas em interfaces com diferentes áreas proporcionando assim uma perspectiva dinâmica ao debate ao abordar o espaço escolar e o

fenômeno educacional. A partir da interação de profissionais de diferentes IES brasileiras, atuantes na pesquisa e docência no ensino superior poderemos analisar, discutir e refletir sobre o campo da Educação Brasileira, bem como elaborar proposições interpretativas para o campo da História da Educação, a partir da História das Instituições Escolares. Os profissionais convidados propuseram dentro de seus escopos de pesquisas e experiências de docência, discorrer nessa Sessão sobre o campo da História da Educação interpelando o público sobre a cultura escolar brasileira nos séculos XX e XXI, abordando temáticas, tais como: escolas confessionais femininas, formação docente, fomento a formação inicial docente, pós-graduação através da política nacional de concessão de bolsas, relações de gênero nas escolas, violências de gêneros nas escolas.

09 de novembro de 2023

SESSÃO V: INTELECTUAIS DA EDUCAÇÃO: O PROTAGONISMO DAS MULHERES

→ Dulce Osinski (UFPR) - Coordenadora
→ Cristiano Ferronato (UNIT/UEM) - PELO TALENTO, PELO ESPÍRITO E PELA CULTURA: AS CONTRIBUIÇÕES DA INTELECTUAL MARIA RITA SOARES ANDRADE NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DAS MULHERES NA DÉCADA DE 1930 EM SERGIPE
→ Alexandra Padilha Bueno (UNESPAR – Paranaguá) - AS DISPUTAS EM TORNO DA PEDAGOGIA FEMINISTA NA TRAJETÓRIA DE TRÊS INTELECTUAIS BRASILEIRAS DO INÍCIO DO SÉCULO XX
→ Silvete Aparecida Crippa de Araújo (PMC) - JULIA WANDERLEY E O PROTAGONISMO FEMININO NO MAGISTÉRIO PARANAENSE (1874 – 1918)

Esta mesa tem como objetivo realizar um debate em perspectiva histórica sobre o papel desempenhado por intelectuais mulheres no campo educacional brasileiro. As discussões abordarão as práticas sociais em que estiveram envolvidas e os discursos que produziram em defesa da educação, levando-se em conta seus contextos de produção, circulação e recepção. As abordagens dos pesquisadores convidados articulam as histórias das linguagens, das práticas polícias, das profissões vinculadas à esfera cultural, das formas de transmissão da cultura e dos meios e lugares de produção do conhecimento.

SESSÃO VI: PATRIMÔNIO EDUCATIVO: PRESERVAÇÃO E PESQUISA DE ACERVOS PARA/NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

→ Vanessa Alves Queirós - Coordenadora
→ Maria Elisabeth Blanck Miguel (PUCPR) - A IMPORTÂNCIA DAS FONTES EM PESQUISAS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

→ Cleusa Maria Fuckner (CMCEP) - CENTRO DE MEMÓRIA DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ: PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ACERVO E CULTURA MATERIAL
→ Federico José Alvez Cavanna e Liliane da Costa Freitag (Unespar) - HISTÓRIA PÚBLICA E ARQUIVO ESCOLAR

Nessa sessão reuniremos pesquisadores de diferentes instituições do Paraná que têm se dedicado à construção de espaços para a discussão e operação da central questão das fontes para uma História da Educação: a localização, constituição, preservação e acesso aos arquivos e acervos para a pesquisa na/para a História da Educação, em formatos diversos, sejam imagens, livros, periódicos, documentos e cultura material escolar. O eixo comum de todas as apresentações é a preocupação com essas fontes e acervos, tanto na dimensão de preservação, quanto de uso efetivo com fins de ensino, pesquisa, divulgação e construção de lugares para história educacional, entendida como parte importante da memória e história cultural e social do estado. Nesse sentido, a preocupação que perpassa a todos os pesquisadores e pesquisadoras dessa sessão de discussão se baseia na determinação de resistir às práticas do esquecimento e do descaso com o patrimônio e a história, pensando em propostas, projetos e iniciativas que refletem o envolvimento da comunidade histórico-educacional nas instituições de ensino superior e básico do Paraná, com a preservação e problematização de uma diversidade de fontes, num esforço de contribuir para a compreensão histórica dos fenômenos educativos. Assim, reunimos a Professora Dra. Maria Elisabeth Blanck Miguel (PUC-PR), que partindo de sua trajetória de pesquisas apresentará uma discussão sobre as pesquisas em História da Educação a partir de documentos oficiais: os tensionamentos entre as legislações publicadas e as vivências destas leis nas escolas, as vozes dos professores registradas nos relatórios e da Instrução Pública do Paraná Provincial (1854-1869), e a formação de professores no Paraná a Escola Nova. A Professora Doutora Cleusa Maria Fuckner, a partir de sua experiência à frente do Centro de Memória do Colégio Estadual do Paraná discutirá as potencialidades e trajetória histórica do CMCEP, que abrange o Museu Guido Straube, e se tornou locus importante para a história e memória da educação paranaense. Os Professores Doutores Federico José Alvez Cavanna e Liliane da Costa Freitag (UNESPAR- Litoral) apresentarão reflexões sobre os trabalhos que vem desenvolvendo na mobilização e discussão da necessidade de criação de Arquivos escolares no litoral do Paraná, entendendo estes arquivos e acervos como sendo verdadeiros espaços de preservação, salvaguarda e de potencialidade para divulgação do Patrimônio educativo na sociedade. A expectativa é de que a diversidade geografica, institucional e temática dos trabalhos a serem apresentados possa ampliar a divulgação e debate sobre estas iniciativas, assim como fomentar a criação de novas empreitadas no sentido da organização e acesso a novos acervos para a História da Educação.

SESSÃO VII: EXPANSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL (ANOS 1940-1970): RELACIONANDO PARTICULARIDADES REGIONAIS E A QUESTÃO DE CLASSE

→ Sergio Roberto Chaves Junior (UFPR) Coordenador
→ Eurize Caldas Pessanha (UFGD) e Fabiany de Cássia Tavares Silva (UFMS)- ENSINO SECUNDÁRIO, UMA QUESTÃO DE CLASSE?
→ Fernanda Barros (UFG) e Lucas Lino da Silva (SEDUCE-GO) - PERSPECTIVA DA EXPANSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO EM GOIÁS A PARTIR DOS ANOS 1940 A 1960
→ Antonio de Pádua Carvalho Lopes (UFPI) e Higo Carlos Meneses de Sousa (UFPI/ IFPI)
→ EXPANSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO NO PIAUÍ: ESPACIALIDADE E MANTENEDORES (1942-1971)

A presente comunicação coordenada reúne resultados de pesquisas que buscam investigar as particularidades dos processos de implantação e expansão do ensino secundário em partes do território nacional entre os anos de 1940 e 1970. O exercício analítico e comparativo proposto busca identificar características e ações aproximadas desses diferentes processos, bem como destacar as particularidades que permitem compreender a diversidade regional na ampliação do ensino secundário no recorte temporal indicado. Os resultados permitem problematizar questões relativas ao crescimento demográfico como um dos vetores da expansão da rede de atendimento, o papel do poder público e de agentes ligados aos interesses privados e/ou confessionais, o tensionamento quanto à democratização do acesso a esse nível de ensino, bem como a caracterização da população atendida. Para ampliar as análises dessas diferentes tópicas elencadas, reunimos quatro textos nessa comunicação: o trabalho intitulado “ENSINO SECUNDÁRIO, UMA QUESTÃO DE CLASSE?” tenciona a premissa assentada na historiografia acerca do caráter elitista desse nível de ensino, buscando ampliar as possibilidades de delimitação do que podemos chamar de classes ou frações de classe que compunham a sociedade brasileira entre 1940 e 1970. Tal exercício convida ao rigor analítico de compreender como e quais frações das classes médias participaram do processo de mobilidade social via escolarização nos diferentes contextos. Por sua vez, a “PERSPECTIVA DA EXPANSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO EM GOIÁS A PARTIR DOS ANOS 1940 A 1960” apresenta os dados relativos à expansão naquele estado, destacando as diferentes ponderações de participação do estado e das ações da iniciativa privada e confessional e como, nas décadas analisadas, ocorre o processo de ampliação da rede de atendimento do ensino de grau médio com pesos ponderados em alguns municípios - concentração na capital e menor atendimento nos demais municípios -, e a relação mais destacada dos estabelecimentos privados e confessionais em detrimento dos públicos. Na sequência, o texto “EXPANSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO NO PIAUÍ: ESPACIALIDADE E MANTENEDORES (1942-1971)” objetiva compreender a expansão do ensino secundário piauiense considerando aspectos como número de estabelecimentos, número de matrículas, espacialidade e entidades mantenedoras. Demarca, em linhas gerais, duas fases do processo da expansão: a primeira, entre 1940 e 1960, caracterizada pela presença

significativa da iniciativa privada e menos efetiva do poder público como agente mantenedor de escolas; e a segunda, a partir da década de 1960, caracterizado pala atuação mais efetiva do poder público como mantenedor de estabelecimentos escolares, em ações de construções e/ou estadualização de muitas escolas secundárias no Piauí. Por fim, em "EXPANSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO NO PARANÁ: ALGUMAS QUESTÕES (1940-1960)" são apresentados elementos sobre o ensino secundário no estado, assinalando o final da década de 1940 como marco do processo de expansão do nível de ensino, dando destaque às ações governamentais para procurar atender às demandas e as contradições do processo de expansão. Resultado desse processo é a formação de uma rede de estabelecimentos públicos de ensino secundário numericamente superior às instituições da esfera privada, o que não significou a garantia de acesso ao ensino secundário para uma parcela mais significativa da população.

SESSÃO VIII: O ENSINO DE ARTE EM PERSPECTIVA: CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS EM HISTÓRIA DAS DISCIPLINAS PARA A COMPREENSÃO DE UM CAMPO

→ Rossano Silva (UFPR) - Coordenador
→ Wilson Lemos Júnior (IFPR) - A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MÚSICA E CANTO ORFEÔNICO EM CURITIBA (1956 – 1975)
→ Jacyara Batista Santini - EDUCAÇÃO E ARTE ENTRE DISCIPLINAS E ATIVIDADES EXTRACURRICULARES (1950-1980)
→ Ceres Luehring Medeiros (FAE Centro Universitário) - A DISCIPLINA DE DESENHO NO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ E SUAS RELAÇÕES ENTRE A MATERIALIDADE, O CURRÍCULO PRESCRITO E AS FORMAS DE ENSINAR (1950-1960)

A presente comunicação coordenada se destina ao estudo da disciplina de Arte, nas linguagens de Artes Plásticas, Desenho e Música, em diferentes contextos históricos, buscando identificar diferentes abordagens para a análise e tratamento de fontes relacionadas a temática. Os participantes da mesa se ocupam do Ensino de Arte em diferentes modalidades de Ensino e de perspectivas de pesquisa, pois como salienta Circe Maria Fernandes Bittencourt (2003) a história das disciplinas é um campo profícuo para investigações de professores interessados em analisar a história de suas próprias disciplinas. A história das disciplinas escolares e a história do currículo são ramificações dos estudos da História da Educação, que buscam desnaturalizar as práticas, os conteúdos e a cultura escolar. A história das Disciplinas Escolares percebe as disciplinas como elementos criados pela cultura escolar que mantem uma relação intrínseca com esse espaço, embora não seja criado exclusivamente nele. A história do currículo, por sua vez, procura entender o currículo escolar como uma criação escolar, mas que não está restrita apenas a esses atores. Destacando sua dimensão política, assim o Currículo escolar é fruto de diferentes grupos, que trazem com eles suas concepções de mundo. Para Dominique Julia o estudo de uma disciplina ou saber escolar: "[...] tenta identificar, tanto através das práticas de ensino utilizadas na sala de aula como através dos grandes objetivos que

presidiram a construção das disciplinas, o núcleo duro que pode constituir uma história renovada da educação. Ela abre, em todo caso, para retomar uma metáfora aeronáutica, a 'caixa preta' da escola, ao buscar compreender o que ocorre nesse espaço particular" (JULIA, 2001, p. 13). A compreensão do campo disciplinar é uma tônica comum a esses estudos que buscam identificar continuidades e descontinuidades em: práticas, metodologias, concepções teóricas e legislativas de uma determinada disciplina em sua organização curricular. Seja através das dimensões prescritivas ou pré-ativas, como formuladas por Ivor Goodson (2018), o campo de estudo é amplo e tem contribuído com as investigações tanto da história da educação quanto das próprias disciplinas estudadas, percebendo seu desenvolvimento que de forma alguma pode ser considerado linear. A opção pela análise da disciplina de Arte, para essa comunicação, se deve pelo grande número de pesquisas desenvolvidas no Paraná que a abordam, resultando no desenvolvimento de um panorama disciplinar e curricular amplo. A Arte nos currículos brasileiros, ocupou diferentes posições e nomenclaturas conforme o período estudado o que permite aos historiadores do currículo e das disciplinas diversas possibilidades investigativas.

COMUNICAÇÕES
ORAIS

A DISCIPLINA DE HISTÓRIA INSERIDA EM INTEGRAÇÃO SOCIAL PARA AS TURMAS DE 1ª a 4ª SÉRIES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA: DOS ESTUDOS SOCIAIS (1975) AO CURRÍCULO BÁSICO MUNICIPAL (1988)

Edilene Maria Leite dos Santos (UFPR)
edimlsantos@gmail.com

Em 1971, durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) foi promulgada a Lei nº 5.692, responsável, dentre outras coisas, pela reformulação curricular do ensino de 1º e 2º graus. Em decorrência dessa Lei, História e Geografia foram inseridas, obrigatoriamente, em Integração Social para as turmas de 1ª a 4ª séries, e Estudos Sociais para as turmas de 5ª a 8ª séries. Tanto Integração Social quanto Estudos Sociais, passaram a compor, de forma obrigatória, os currículos das escolas brasileiras. Na Rede Municipal de Ensino de Curitiba, a inserção da Integração Social no currículo das turmas de 1ª a 4ª séries apareceu pela primeira vez em 1975. Este contexto propiciou analisar a configuração do ensino de História inserido na proposta de Integração Social para as turmas de 1ª a 4ª séries, da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, a partir de prescrições para o ensino de História, bem como apropriações e representações provenientes deste processo. Também, foi possível analisar o processo de retorno da História ao currículo de 1ª a 4ª séries em escolas municiais e sua (re)configuração no contexto pós-ditadura civil-militar. Para a fundamentação teórica das questões analisadas, foram utilizados o conceito de disciplina escolar proposto por André Chervel, as concepções de currículo escolar propostas por Ivor Frederick Goodson, e os conceitos de apropriação e representação de Roger Chartier. Com relação à delimitação da periodização, optou-se pelo recorte que se estende de 1975 - ano da instituição da Integração Social (1ª a 4ª séries) na Rede Municipal a 1888 – ano da publicação do Currículo Básico Municipal (1988), quando foi possível perceber as prescrições relacionadas ao ensino de História, não mais inserido em Integração Social. O desenvolvimento deste trabalho permitiu concluir que, partindo do pressuposto que o currículo deve ser compreendido em sua constituição histórica e social, independe da época, observou-se como o cumprimento das prescrições não pode ser generalizado, pois isso tem a ver com a forma como cada professor se apropria das normativas, gerando diferentes representações sobre como lecionar determinada disciplina. No caso das professoras regentes da Rede Municipal de Curitiba, a partir de um “diálogo” com as prescrições municipais, determinavam quais e como os conteúdos de História, inseridos ou não em Integração Social, seriam lecionados para as turmas de 1ª a 4ª séries. Além disso, o fato dessas professoras não serem habilitadas em História e estarem acostumadas a trabalhar essa disciplina de forma integrada à Geografia, sob a perspectiva tradicional (aula expositiva em que os alunos respondem às questões passadas no quadro e tendem a

memorizar as datas e fatos), demonstrou que se tratava de uma cultura escolar já instituída, que impactava nas decisões das docentes em sala de aula.

Palavras-Chave: Estudos Sociais; Integração Social; Ensino de História

"AMA A TERRA EM QUE NASCESTE": NACIONALISMO E MORALIDADE NOS MANUAIS DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA DA EDITORA MICHALANY (1971-1982)

Edward Mickael Klingbeil (UFPR)
edwardklg@hotmail.com

Roberlayne de Oliveira Roballo (UFPR)
roberlayneroballo@hotmail.com

Este trabalho é derivado de uma escrita de dissertação de mestrado em andamento, que tem como objetivo analisar manuais de Educação Moral e Cívica (EMC). Optou-se por um recorte editorial onde foram analisados oito manuais escolares de EMC da Editora Michalany, publicados durante a Ditadura Civil/Militar no Brasil (1964-1985). O objetivo central da pesquisa é analisar o papel desses manuais no contexto das políticas educacionais da época. Foram realizadas aproximações iniciais com as fontes buscando compreender sua materialidade, assim como seu conteúdo. Buscou-se compreender história e o percurso da editora e o contexto em que ela estava inserida. Fundada na década de 1960, a Editora Michalany ganhou destaque ao publicar materiais abrangentes, incluindo livros de História, Geografia e manuais escolares de EMC, durante o período ditatorial. Seus manuais, totalmente ilustrados foram direcionados ao público estudantil e tiveram diversas edições. A pesquisa se enquadra na história do livro didático, considerando Choppin (2002) e Bittencourt (2008), que concebem os manuais como fontes de conteúdo escolar e veículos para ideias e práticas pedagógicas, assim como Chartier (2014) acerca de suas contribuições acerca da história do livro e da leitura. Identificou-se que os manuais de EMC da Michalany serviram como ferramentas de propaganda e de apoio ao governo ditatorial e de promoção das Forças Armadas. Estes manuais escolares, em sua narrativa, endossavam e legitimavam os princípios morais e nacionalistas defendidos pelos líderes militares, contribuindo para justificar o Golpe de 1964, mesmo em tempos de abertura do regime, na década de 1980, onde foram produzidos manuais escolares com vozes dissonantes aos interesses ideológicos do Ditadura Civil-Militar (FILGUEIRAS, 2006). Cabe ressaltar que, para além de um livro único de EMC e uma Enciclopédia de três volumes, a Editora Michalany adotou uma estratégia editorial ao publicar uma série de livros que abordavam temas específicos da disciplina de EMC: os símbolos nacionais, os vultos da pátria e a história das Forças Armadas. Essa abordagem visava atender às demandas educacionais e curriculares da época, desmembrando o extenso conteúdo da disciplina EMC em várias obras especializadas. Dessa forma, a editora buscava otimizar sua lucratividade ao oferecer materiais de estudo mais específicos e aprofundados. Além disso, essa estratégia editorial

estava em sintonia com as diretrizes ideológicas do regime militar vigente, que enfatizava valores como o nacionalismo, a obediência cívica e o apoio às instituições militares, os quais eram promovidos, principalmente, por meio de um discurso histórico. Este discurso reproduzia representações da história do Brasil que sustentavam a narrativa ideológica do governo. A análise desses materiais revela a participação ativa da Editora Michalany na promoção da uniformização cultural e ideológica durante o período ditatorial. Estes manuais escolares buscavam construir uma identidade nacional moldada conforme os valores do regime autoritário e seguiram fiéis às prescrições curriculares. Buscavam inculcar nos estudantes conceitos de patriotismo, cidadania e a moral cristã, alinhados com os objetivos do governo militar em formar cidadãos obedientes e disciplinados. Conclui-se com as primeiras aproximações das fontes os livros didáticos da Editora Michalany se tornaram fontes essenciais para compreender a cultura escolar da época e as diversas estratégias do governo para disseminar suas ideologias e as estratégias do mercado editorial de aumentar a possibilidade de venda. Os manuais escolares da Editora Michalany atendiam às políticas educacionais do regime militar e refletiram a ideologia do regime, moldando a formação dos estudantes e perpetuando valores morais e cívicos que apoiavam.

Palavras-chave: Educação moral e cívica; Manuais escolares; Ditadura civil-militar;

A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO DISCIPLINA ESCOLAR: O PERCURSO HISTÓRICO QUE LEGITIMA SUA PRÁTICA

Kelly Cebelia das Chagas do Amaral (UEL)
kellycebelia@gmail.com

Geocélia Alves Ribeiro (UEL)
geocelia.ribeiro12@prof.londrina.pr.gov.br

Sandra Regina Ferreira de Oliveira (UEL)
sandraoliveira.uel@gmail.com

O currículo escolar é composto por determinados campos científicos previamente elencados e organizados por suas áreas de conhecimento. Atualmente a disciplina de Educação Física de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), integra-se à área das linguagens e suas práticas corporais categorizadas em distintas unidades temáticas que devem ser desenvolvidas ao longo de todo o ensino fundamental. Dentre as unidades a serem contempladas podemos citar: as brincadeiras e os jogos, os esportes, a ginástica, a dança, as lutas e as práticas corporais de aventura. Considerada uma área de conhecimento importante obteve sua legitimidade dentro da escola e atualmente é uma disciplina obrigatória no currículo da educação básica, mas, ainda nos dias atuais, enfrenta atravessamentos quanto à sua hierarquia e utilidade aos demais campos de estudos. Desta forma, o objetivo desta pesquisa é compreender como se deu o processo histórico constitutivo que inseriu a disciplina de Educação Física dentro do

currículo escolar e seus desdobramentos no que diz respeito quanto á sua valorização e aceitação no campo acadêmico. Visto que, a mesma é permeada por estereótipos que a acompanham dentro e fora do ambiente institucional. Para alguns alunos, é um dos únicos momentos de movimentação passível de alegria, leveza, descontração e prazer, para outros, o momento de maior vulnerabilidade, anseio, frustrações e medos diante de corpos livres e expostos no espaço, visto que é uma disciplina eminentemente prática que se desenvolve em ambientes próprios e específicos dentro da estrutura física da escola, geralmente uma quadra, ou um pátio. Para além do conjunto de regras, conteúdos e formas inerentes à especificidade da área, o professor tem papel fundamental na forma como desenvolve suas práticas, ação esta, que é um importante elemento gerador de emoções e memórias significativas durante a formação do aluno. É salutar que na infância, os aprendizados e vivências sobre os aspectos físicos e motores sejam enfatizados, estimulados e proporcionados, de forma estruturada e didática. Muitas vezes, o ambiente escolar se torna a única possibilidade de acesso para essas ações, por este motivo, espera-se que, as práticas pedagógicas desenvolvidas pelo professor de Educação Física sejam bem planejadas, organizadas e pluralizadas, de forma que ofereça o maior número de possibilidades motoras, a fim de proporcionar uma riqueza de repertório e vivências para o aluno. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que se debruçará sobre os documentos normativos apresentados pela BNCC, LDB e PCNs, além de trabalhos desenvolvidos por autores como Suraya Darido (2008) que faz um resgate histórico da área em seus estudos e Chervel (1990) que aborda os elementos constitutivos necessários para a criação de uma disciplina escolar. Como resultado, este é um material que vem agregar aporte teórico e reflexivo acerca da importância de compreendemos que, o processo histórico que constituiu a área da Educação Física reverbera consideravelmente na forma como a mesma é desenvolvida atualmente nas escolas, e o desenvolvimento de seus conteúdos se relacionam sempre com o modelo social vigente que se quer empreender. Assim, é imprescindível considerar que, na busca de um aprimoramento e avanço nesta área de conhecimento, o professor de Educação Física tem papel fundamental como agente de mudança, mas para isso, torna-se necessário o conhecimento do processo histórico de sua área de atuação.

Palavras-chave: História; Educação Física; Escola

PROGRAMA CONHECENDO TOLEDO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL

Luci Graciela Kuhn (UNIOESTE)
lucigk.lg@gmail.com

João Carlos da Silva (UNIOESTE)
joao.silva@unioeste.br

Este artigo é parte da pesquisa de Mestrado em andamento, junto ao Programa de Pós-graduação em Educação/UNIOESTE, Campus Cascavel. Muitas inquietudes permeiam a educação brasileira, marcados pela negação da ciência e desqualificação e

desvalorização da educação perante a sociedade e consequentemente negação da história. Neste contexto, os estudos sobre o programa Conhecendo Toledo para o ensino de história local, torna-se imprescindível, no sentido de contribuir para o processo de construção de identidade, pertencimento e de formação para a cidadania. No município de Toledo-PR, a Secretaria da Educação, no ano de 1997, desenvolveu o Programa Conhecendo Toledo, criado com o objetivo de conhecer os aspectos históricos do Município, e realizar sensibilização ambiental. No ano 2000, Conhecendo Toledo passou a ser um Programa permanente da Secretaria da Educação. No ano de 2002, passou por uma nova adequação quando foi apresentado um novo viés, a Educação Ambiental permanece, no entanto, incorpora-se ao programa aspectos econômicos, sociais e históricos do município. Nos anos subsequentes, não teve grandes alterações na sua estrutura teórico e metodológica, passando a ter apenas algumas adequações quanto aos roteiros de visitas. Desde a criação, o programa apresentava em seus aspectos teóricos vinculados em grande medida nos pressupostos relacionados na tradição positivista, tanto na capacitação dos professores quanto nas metodologias utilizadas na aplicação dele. A partir de 2015, uma nova abordagem teórica fundamenta o programa, visto que os autores, buscam embasá-lo numa Perspectiva Histórica, buscando desmistificar o ideário do pioneiro como mito fundador e desbravador, valorizando outros atores sociais na construção da história local e regional. Entre os objetivos do programa neste período, destaca-se: “Trabalhar o ensino de história, através do diálogo entre presente e passado, e não reproduzir conhecimentos neutros e acabados sobre os fatos que ocorreram em outras sociedades e outras épocas”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO, 2023). Segundo Crestani e Brandão, (2017) O ensino de história Local e Regional deve “[...] estar pautado na perspectiva de confrontar, identificar, compreender, recuperar e tirar do silêncio as memórias que ficaram, por muito tempo, esquecidas na versão da história oficial trabalhada em sala de aula” CRESTANI; BRANDÃO, (2017, p. 5), tirando do anonimato grupos étnicos que geralmente não aparecem na história oficial que é reproduzida pelos grupos hegemônicos a partir do ponto de vista dos “pioneiros”, “desbravadores” e “heróis”. De acordo com as contribuições de (SILVA, 2020), o ensino de história não deve ser constituído de forma fragmentada, pois é preciso estabelecer uma relação da totalidade, incorporando na discussão o significado histórico, social e político. A partir da assimilação da teoria e posterior visita técnica, o Programa Conhecendo Toledo se apresenta aos envolvidos como importante ferramenta pedagógica para o ensino de história local, visto que a escola ao trabalhar com conhecimentos historicamente acumulados, propiciando aos educandos momentos de estudo, reflexão e práxis. Esta questão possibilita o que nas palavras de Saviani, quando o autor preconiza que promover o sujeito significa “[...] torná-lo cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação a fim de poder intervir nela, transformando-a no sentido da ampliação da liberdade, comunicação e colaboração entre os homens” (SAVIANI, 1985, p.52). A história local é um campo de estudo que se concentra na pesquisa e na análise da história de uma determinada comunidade ou região específica. Essa abordagem permite entender como as pessoas que viveram em uma área geográfica particular, experimentaram e moldaram a história, problematizando algumas questões, como por exemplo identidades étnicos-racionais e diversidades regionais.

Palavras-chave: Programa Conhecendo Toledo. Ensino de História Local. Pedagogia Histórico-Crítica

MÉTODO BAKULÊ NA DISCIPLINA DE TRABALHOS MANUAIS: UMA NOTA NO JORNAL A VOZ DA ESCOLA (1942)

Simone Garbelini Parro Pialarissi (UEL)
sipialarissi@gmail.com

Ana Paula Aparecida de Souza
ana.paula.souza@uel.br (UEL)

O presente trabalho tem como objetivo discutir o método Bakulê, a partir de uma nota encontrada no jornal pedagógico "A Voz da Escola" do Orgão Interno do Centro de Cultura D. Julia Wanderley da Escola de Professores de Curitiba/PR, e também ressaltar a importância da imprensa pedagógica no processo de divulgação dos novos métodos de ensino utilizados pelos professores primários nas primeiras décadas do século XX, um período marcado pelo movimento escolanovista, que visava romper com o método tradicional e propor um novo modelo de educação. Nesse sentido, intelectuais brasileiros apresentavam concepções diferentes sobre o novo método de educação e muitos questionavam suas finalidades, principalmente os católicos que se preocupavam com as novas mudanças e a subversão de valores. Ademais, diante de todas as mudanças que vinham ocorrendo no ensino, o professor precisava se atualizar e o acesso a livros e materiais didáticos era escasso, principalmente aos professores que lecionavam nas escolas interioranas. Assim, a imprensa escolar e os manuais pedagógicos, que em sua maioria tratavam de relatos de experiência e de estudos de outros autores, serviam como um guia para os professores colocarem em prática os fundamentos da Escola Nova. Nessa perspectiva, nosso problema gira em torno de compreender como um novo método de ensino era transmitido aos professores por meio de uma nota na imprensa pedagógica? Para tanto, tem-se como base as contribuições de Aguayo (1952); Miguel (1992); Oliveira (2019); Silva (2009) e como fonte o jornal "A Voz da Escola" e um caderno de Trabalhos Manuais que foram encontrados no arquivo pessoal do professor Durval Pinto. Tal acervo foi doado ao já desativado Museu David Carneiro da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) – Campus Apucarana logo após a sua morte em 1985. Nesse contexto, encontramos na edição nº 12 de fevereiro e março de 1942 do jornal pedagógico "A Voz da Escola", mais especificamente na página 8, uma nota intitulada "Aula de Trabalhos Manuais". A nota do jornal sem autor identificado, traz já na primeira linha a palavra "JUSTIFICAÇÃO" com o método utilizado no ensino da disciplina de trabalhos manuais, ressaltando a necessidade de valorizar mais as ideias dos alunos do que a técnica, já que a técnica seria aprimorada com o passar do tempo, por meio da prática. O método em destaque e julgado excelente foi o Bakulê. Segundo registro, esse método refere-se a observação de fisionomias humanas, e as modificações produzidas nelas como tristeza ou alegria, para em seguida ser representado pelos alunos por meio de desenho, modelagem ou outro tipo de trabalho. Na nota do jornal o método Bakulê é descrito de forma bem

simples e em seguida foi proposto um plano de aula para que o professor colocasse em prática o conteúdo. Do mesmo modo, a partir de um caderno da disciplina de Trabalhos Manuais de 1943, encontrado no arquivo pessoal de Durval Pinto, foi possível perceber como a disciplina e os novos métodos de ensino foram registrados por ele enquanto aluno da Escola de Professores de Curitiba. Portanto, concluímos que diante da precariedade do ensino nas primeiras décadas do século XX e da dificuldade de acesso aos materiais didáticos, assim como os manuais pedagógicos, a imprensa serviu como um fio condutor para levar aos professores novas propostas de ensino pautadas no movimento escolanovista.

Palavras-chave: Arquivo Pessoal; Durval Pinto; Imprensa Pedagógica.

O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE A CADEIRA DE SOCIOLOGIA NO ATHENEU SERGIPENSE (1892-1925)

Wendy Cristina Girotto (UFPR)
wendygirotto@outlook.com

A produção e manutenção de disciplinas escolares realiza-se por disputas, sendo esse processo tanto mais um esforço da própria elite, no intuito de impor sua ideologia através das instituições escolares ou de luta de um povo, se posicionando como agentes ativos do processo de produção dos valores comuns de nossa sociedade. Em nossa pesquisa, tomamos como objeto de estudo a disciplina de Sociologia no ensino secundário. Acreditamos ser um tema importante para o campo pois, apesar da disciplina de Sociologia estar inserida no currículo do ensino médio desde 2008 de forma contínua e obrigatória, essa mesma disciplina passa por constantes retaliações, seja em sua carga horária ou em seu prestígio. Por ser notório que ainda hoje a posição da Sociologia como saber escolar é objeto de controvérsias e concorrente na composição dos valores comuns de nossa sociedade, que nos debruçamos para compreender a história da disciplina. Durante nossa revisão bibliográfica sobre a história da disciplina, conseguimos encontrar alguns registros da cadeira de Sociologia em alguns colégios públicos de ensino secundário ainda final do século XIX, como é o caso do Atheneu Sergipense (Alves, 2005), do Ginásio Paranaense (ZACHARIAS, 2013), do Liceu Paraense (FRANÇA, 2011) e do Ginásio Amazonense (BODART; CIGALES, 2021). O que nos leva a crer que haja ainda mais casos para estudo, sendo um período ainda pouco explorado sobre a disciplina, dado que há-se convencionado que a história da disciplina no Brasil iniciou a partir de 1925, com a Reforma Rocha Vaz, que tornou o ensino de Sociologia obrigatório, ou ainda, com maior solidez, após a criação dos cursos de Ciências Sociais nas universidades, durante a década de 1930. No entanto, durante o governo provisório da Primeira República, Benjamin Constant (1836-1891) à frente do Ministério da Instrução promove uma reforma do ensino secundário, marcada pela aproximação com a filosofia positivista de Auguste Comte (1798-1857), a reforma previa um curso de 7 anos, com um currículo cientificista, onde, entre as disciplinas ofertadas obrigatoriamente podia ser lido a cadeira de “Sociologia e moral”.

Além das mudanças no programa do ensino secundário, Benjamin Constant, ainda regulamenta as condições para equiparação dos colégios estaduais ao Gymnasio Nacional (Colégio Pedro II). Na tentativa de atingir essa condição, alguns estados adaptaram, ao menos formalmente, a partir de decretos estaduais seus programas de ensino secundário, o que nos forneceu essa janela de estudo sobre a cadeira de Sociologia em um período em que a própria Sociologia se apresentava como uma nova ciência. Com a parte da reforma revogada, ainda em 1891, o programa proposto por Constant não é posto em prática no Gymnasio Nacional e em outras instituições de ensino secundário, salvo alguns estados, como o caso de Sergipe. Assim, tomamos o Atheneu Sergipense como objeto por se tratar de uma instituição que conta com recuperação massiva de arquivos da instituição pelo Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS), onde Alves (2005) em sua tese encontra alguns registros da cadeira de sociologia e, posteriormente, Alves e Costa (2006) nos apresentam pontualmente sua durabilidade no artigo Aspectos históricos da cadeira de sociologia nos estudos secundário (1892-1925). O intuito dessa pesquisa é aprofundar o que se sabe sobre a história do ensino de Sociologia e apresentamos como escopo do problema de pesquisa a serem respondidas, numa abordagem histórico-sociológica, as seguintes questões: Qual era o debate em torno do ensino de sociologia no final do século XIX no Brasil? Quais teorias caracterizavam os estudos de sociologia no período da Primeira República? Quais necessidades a disciplina visava suprir na formação política da elite sergipana? Quais as correspondências de conteúdos em relação ao que chamamos de disciplina de Sociologia atualmente?

Palavras-chave: Ensino de sociologia; Educação secundária; Primeira República.

“EM PROL DA CULTURA FEMININA”: AS AÇÕES DA UNIÃO UNIVERSITÁRIA FEMININA NA IMPRENSA FLUMINENSE (1929-1945)

Alexandra Padilha Bueno (UNESPAR – PARANAGUÁ)
alexandrapadilha192@gmail.com

Na busca por compreender a luta de mulheres para sua entrada e permanência no ensino superior, este trabalho concentra-se em analisar as ações da União Universitária Feminina na imprensa fluminense, entre 1929 e 1961. Tal associação congregava mulheres diplomadas ou estudantes do ensino superior do Brasil e foi fundada pela engenheira Carmen Velasco Portinho, com o apoio de Bertha Maria Júlia Lutz e da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em 14 de janeiro de 1929 (Anônimo,1929, p. 5). Em relação as fontes mobilizadas para a presente análise, utilizamos textos jornalísticos publicados na imprensa fluminense, entre 1929 e 1945, acessados de forma on-line no sítio da hemeroteca digital, a partir das palavras-chaves “União Universitária Feminina”. Também utilizamos fontes oriundas do acervo do Arquivo Nacional, Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que se encontram digitalizadas no sítio do Arquivo

Nacional, sendo que, foram selecionadas as fontes que permitem cotejar as questões que instigaram a construção deste trabalho. O balizamento temporal adotado neste estudo tomou como referência o período de criação da União Universitária Feminina em 1929 e conclui-se em 1961, considerando que o ano de 1961, marca a mudança do nome da organização que passou a chamar-se Associação de Mulheres Universitárias. Ao longo do período abordado neste trabalho as menções à União União Universitária Feminina, somam o número de 1.613 de notas, artigos, notícias e entrevistas. Para este trabalho optou-se por fazer um panorama dos assuntos e temas tratados nos artigos e notas de forma a construir um quadro analítico que nos permitam dar uma ampla visada nas ações propostas pelas mulheres que compuseram a associação ao longo das décadas estudas e que apontam para a luta organizada das mulheres no sentido de se inserir e permanecer nos cursos de ensino superior. Do ponto de vista dos referenciais teóricos adotados neste trabalho, foram utilizados os conceitos de campo e capital de Pierre Bourdieu, a categoria de intelectuais de Carlos Eduardo Vieira, o conceito de rede de sociabilidades de Jean-François Sirinelli e a perspectiva do contextualismo linguístico, dando atenção especial aos jogos de linguagem, à retórica e às estratégias discursivas das mulheres que foram protagonistas da organização da União Universitária Feminina. O conceito de linguagem, é entendido a partir das proposições de Pocock (2003): como uma forma de ação, de atuação sobre o real e de constituição da realidade. Conforme aponta texto jornalístico, presente na coluna Feminismo no jornal O Paiz (RJ), os estatutos da associação referiam que: “A União Universitária Feminina destinava-se a coordenar os esforços das mulheres diplomadas ou matriculadas em universidades e escolas superiores, no sentido de auxiliarem-se mutuamente na carreira, defenderem os interesses femininos nas profissões liberais, desenvolverem a intelectualidade feminina brasileira e colaborarem na solução dos problemas relacionados com o progresso nacional e internacional. (União Universitária Feminina, 1929, p. 2). No momento de criação da União Universitária Feminina, o número de mulheres que frequentavam cursos do ensino superior ainda era reduzido e por isso, é razoável a constituição de uma associação, organizada por mulheres diplomadas ou universitárias, que buscava reivindicar o direito de ingressar, permanecer e concluir seus estudos nesta etapa educacional e, uma vez formadas, exercer suas profissões em igualdade de condições com os homens. Considerando o contexto de nascimento da União Universitária Feminina, importa ressaltar que várias conquistas do movimento feminista ocorrem antes dos anos 1950, incluindo alguns direitos civis, sociais e políticos. Dentre elas, destaca-se o direito ao voto e o aumento da presença feminina no ambiente universitário.

Palavras-chave: Educação Feminina; União Universitária Feminina; Imprensa; Ensino Superior.

MULHERES PROFESSORAS DE ESCOLA DOMINICAL NA IGREJA EVANGÉLICA LUTERANA DO BRASIL (IELB) – REFLEXÕES INICIAIS (1970-1995)

Karen Laiz Krause Romig (UFPel)
karenlaizromig@gmail.com

Patrícia Weiduschadt (UFPel)
prweidus@gmail.com

Este resumo faz parte de uma pesquisa de doutorado em educação, que busca estudar sobre a formação de professoras de Escola Dominical dentro da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, IELB, no período de 1970 a 1995. Para Weiduschadt (2007, p.79), as Escolas Dominicais são "práticas desenvolvidas para envolver as crianças durante o culto. No momento do sermão, as crianças, em espaço reservado, recebem mensagens religiosas de forma lúdica" (WEIDUSCHADT, 2007, p.79). A Escola Dominical é uma prática educativa que ganha força dentro do luteranismo da IELB, a partir da década de 1970, quando as escolas paroquiais perdem espaço nas congregações, ou seja, a própria igreja passa a organizar uma nova estratégia de manter crianças e jovens próximos dos ensinamentos doutrinários religiosos. Ao longo da pesquisa foi possível perceber, que foram as figuras femininas que maioritariamente estiveram à frente da Escola Dominical da IELB. Esta comunicação, visa, de forma inicial, problematizar a atuação feminina a frente da Escola Dominical. Cabe destacar que na IELB as mulheres não podem atuar no ministério sacerdotal, e muitos cargos administrativos são ainda maioritariamente masculinos. Questiona-se, inicialmente os motivos que permitiram às mulheres a serem professoras de Escola Dominical. Segundo Roiz e Farias (2009), a mulher dentro da IELB poderia atuar como professora da escola dominical, na visita aos doentes, ser organista nos cultos, fazer parte de uma comissão de trabalho em seu departamento feminino, participar da liga de servas, fazer um trabalho de amparo com as crianças de sua rua, interessando-se pelos idosos, remendando roupas para os necessitados, ajudando financeiramente as instituições de caridade da igreja e participando das atividades da escola de seus filhos. A própria igreja criava por meio de seus cultos, eventos e publicações uma espécie de manual de ações que seria adequado para a mulher desenvolver. Tambara (2002) também contribui ao escrever que houve uma histórica feminilização do trabalho docente, em que a sociedade patriarcal passou a aceitar que as mulheres junto de suas atividades domésticas e maternais também exercessem à docência. De acordo com Farias e Tedeshi (2010) a moralidade cristã criou certezas, concepções e imagens sobre as mulheres, ou seja, representações que impõem modelos de comportamento religioso e doméstico. A instituição luterana estudada ainda se demonstra um espaço bastante conservador em relação à liberdade das mulheres, na qual as características construídas e atribuídas ao feminino ainda são muito aquelas necessárias ao cuidado do lar, da família e do bom desempenho da maternidade, negando à mulher outras possibilidades e reforçando seu fechamento no espaço doméstico. A priori verifica-se que desde o início das atividades da

Escola Dominical na IELB, foram as esposas dos párocos das paróquias que assumiram o desafio de serem docentes da Escola Dominical. Tal atividade era voluntária, pois não se recebia nenhuma remuneração por conta disso. Também, percebe-se que muitas das professoras que atuavam nas Escolas Dominicais, já tinham formação docente, mas muitas esposas de pastores se tornaram professoras de educação básica, pelo fato de anteriormente terem sido docentes de Escola Dominical. Este estudo conta com a metodologia de análise documental (CELLARD, 2014), em que analisa documentos e materiais publicados para os cursos de formação de professores e demais materiais destinados ao uso docente nas Escolas Dominicais. Se faz uso, também, da história oral (ALBERTI, 2005), buscando entrevistar mulheres que foram professoras ou organizadoras da Escola Dominical da IELB. De maneira geral, essa comunicação busca demonstrar que a Escola Dominical da IELB surgiu e permanece até os dias atuais em razão da atuação de muitas mulheres, que por algum momento foram invisibilizadas em seu contexto social, mesmo mostrando protagonismo na organização desse espaço educativo infantil.

Palavras-chave: Mulheres Luteranas; Formação de professoras; Escola Dominical.

BERTHA LUTZ E A LUTA PELA EDUCAÇÃO FEMININA NA ERA VARGAS

Luana Beatriz Paes Magalhães (UEL)
luana.b.magalhaes@uel.br

Ana Paula Aparecida de Souza Moreira (UEL)
anapaulaapsouzamoreira@gmail.com

A educação das mulheres sempre foi uma das pautas de reivindicação para ativistas feministas e não foi diferente no caso de Bertha Lutz (1894 - 1976), ela lutou para que as mulheres tivessem direito ao voto, acesso a concursos públicos, educação secundária e superior, igualdade salarial, direitos trabalhistas e muito mais. A educadora se formou em 1918 em ciências naturais, na Universidade de Paris, com especialização em anfíbios anuros. Ao retornar para o Brasil ela participou de um concurso público para trabalhar no Museu Nacional, em 1919 e foi aprovada, se tornando a segunda mulher no país a assumir um cargo no serviço público, depois de muita luta para garantir sua vaga. Nas questões educacionais, Bertha Lutz também teve algumas conquistas. Importante destacar que ela vinha de uma família rica, com alguns privilégios, sua família possuía um colégio no exterior, que fora dirigido por suas tias e primas, o que de certa forma a aproximava da educação e lhe concedia algumas excepcionalidades, considerando que a maior parte das mulheres naquele momento nem mesmo eram escolarizadas. Bertha soube aproveitar seu local de privilégio e lutou por aquelas que não tiveram as mesmas oportunidades, em 1920 ela foi nomeada inspetora no ensino secundário ofertado pelo barão de Ramiz Galvão e posteriormente, foi enviada para o Ginásio Masculino de Lorena, em São Paulo. Em 1922, enquanto delegada do Museu Nacional ao Congresso de Educação conseguiu garantir a admissão de meninas ao Colégio Pedro II, escola tradicional do Rio de

Janeiro, que só permitia meninos na instituição. Suas conquistas não se encerram por aqui, Bertha Lutz, em 1932, com o apoio de outras ativistas feministas conseguiu que o presidente Getúlio Vargas (1882 - 1954) aprovasse o direito ao voto feminino. Ela também organiza o primeiro congresso feminista do país. Em 1936, Bertha foi deputada na Câmara Federal e lutou pela igualdade salarial entre homens e mulheres, pela redução da jornada de trabalho, que era de 13 horas diárias e também pelo direito à licença maternidade de 3 meses. É inegável que Bertha foi uma figura importante para as mulheres, dedicando sua vida a conquistar diversos direitos imprescindíveis ao público feminino. Também merece destaque seu papel na abertura da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), em 1922, que era uma organização que lutava pelos direitos civis e políticos das mulheres. Sendo responsável pela criação da União Universitária Feminina, o ingresso de meninas no Colégio Pedro II, o voto feminino e leis de proteção à mulher e à criança. Bertha realizava diversas movimentações para garantir que as mulheres tivessem acesso às mesmas condições educacionais e culturais que os homens naquela época. Ela realizava desde articulações mais marcantes como o direito ao voto e ao acesso a instituições de ensino secundário, até conquistas "menores" como a criação de um programa de intercâmbio entre Brasil e Portugal para mulheres, em conjunto com Maria Amélia Teixeira. Nesse momento, de 1930 até 1934, o Brasil estava com um "governo provisório", no qual Getúlio Vargas era chefe, por mais que após o golpe de 1930 Vargas tenha tentado cumprir com algumas metas de modernização do país, esses objetivos não foram cumpridos para as mulheres, como de costume. Em 1942, inclusive, aprovaram a Lei orgânica do ensino secundário, onde recomenda-se que a educação secundária das mulheres seja realizada em escolas exclusivamente femininas. Indo contra os desejos de Bertha Lutz, que anteriormente já havia garantido o direito às mulheres de frequentarem a instituição Pedro II. Portanto, de certa forma, é possível afirmar que Bertha era uma divergente de algumas políticas realizadas por Vargas frente à educação das mulheres. Atuando como uma figura importante na representação dos desejos femininos em questões educacionais, de trabalho e participações sociais no geral.

Palavras-chave: Educação da mulher; Bertha Lutz; Era Vargas.

GÊNERO, SEXUALIDADE, EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO CONTEMPORÂNEO NOS ESTUDOS DE GUACIRA LOPES LOURO

Maria Heloisa Scheel da Silva (UEL)
heloisa.scheel@uel.br

Simone Burioli (UEL)
prof.simone@uel.br

Tendo como base alguns escritos de Guacira Lopes Louro, o objetivo deste trabalho é compreender o gênero e a sexualidade como parte de um processo de construção em aspectos culturais e sociais que acontece por meio de práticas e

aprendizagens ao longo da vida de um sujeito, seja em casa, na escola, dentre outros ambientes que os cercam. Em um de seus artigos, Louro destaca a frase "Ninguém nasce mulher, torna-se mulher" do livro O segundo sexo, escrito em 1940 por Simone de Beauvoir, explicando que ela reflete quanto ao processo de construção do ser, que muitas vezes depende de comportamentos e valores, em diferentes contextos culturais e históricos, marcados por diversas transformações. Na sociedade contemporânea, com a forte influência e controle da internet e da mídia, ambas tornam-se meios de uma pedagogia cultural que colaboram na formação humana. Elas frequentemente dizem como as pessoas devem ser, o que fazer, como se vestir, dentre outras questões que as tornam negativas. Porém, ao mesmo tempo, dão também diferentes sentidos e vivências para o gênero e a sexualidade e evidenciam a diversidade cultural existente. Com isso, a política de identidades vai se afirmando dentro da política cultural. Na década de 1960, vários grupos sociais da chamada "minoria" em termos étnicos e sexuais, começaram a "mostrar" mais as vozes para denunciar as indignações em defesa de suas vidas e seus direitos, fazendo assim da cultura, um elemento de mudança histórica, segundo Hall (1997). Apesar de complexas diante das transformações, as manifestações foram significativas para a representatividade dos grupos sociais na história. São grupos que já enfrentaram e enfrentam ainda muitos desafios, mas que têm ganhado mais visibilidade na sociedade atual, fortalecendo suas lutas, mesmo diante aos valores tradicionais e a violência que os rodeiam dentro de uma sexualidade que está em um lugar de privilégio no controle da sociedade com suas normas. Inclusive, um dos grandes desafios hoje dessas questões, é de reconhecer os "limites" que vêm sendo atravessados, considerando um lugar social dos sujeitos e uma ambiguidade entre as identidades. É preciso olhar para a construção do ser normal e diferente e para seus significados, ou seja, perceber como é definido um sujeito padrão e o que é diferente ou oposto dele. A existência da norma, colocada por Foucault (1988), é uma forma de julgar diante das relações de poder presente na sociedade, em todos os lugares, com modelos a serem seguidos. Já a diferença se constitui em relações e é apontada a um sujeito ou prática, a partir de uma determinada norma existente. Apresenta-se como exemplo o papel social do homem branco, cisgênero, heterossexual, de classe média, como referência, que coloca os outros grupos como diferentes. Diante dos apontamentos acerca do gênero e da sexualidade, no que envolve a educação nas escolas, a autora afirma que ainda existe um olhar heteronormativo e que não se discute para além do ser homem e mulher, além de manter fortemente as relações de poder que produzem diferenças de forma negativa, mostrando para cada um o seu lugar. Isso precisa ser combatido, pois, a escola é um espaço que recebe a diversidade, e, dessa forma, tem o papel de ampliar os saberes sociais, problematizando e gerando reflexões quanto às desigualdades sexuais e dos outros marcadores sociais, de modo com que os/as estudantes sintam-se acolhidos em suas vivências. É preciso refletir quanto às produções de masculinidades, feminilidades e suas possibilidades. Para Louro, a diferença foi naturalizada, mas não é natural. Portanto, além de olhar para definições de normalidade e diferença, é necessário refletir sobre o processo de construção de seus significados e de como eles foram ensinados nos discursos de uma determinada cultura imposta predominantemente. Hoje, o gênero e a sexualidade podem ser vividos de diferentes

formas, e a única maneira de lidar com isso, é não se recusando a viver nessa contemporaneidade.

Palavras-Chave: Gênero e sexualidade; Educação; Cultura.

LIÇÕES DE EUGENIA: O A B C DO RACISMO ESTRUTURAL NA TRAJETÓRIA DE UMA NORMALISTA NEGRA NO PARANÁ (1917-1930)

Silvana Mendes Schuindt (UFPR)
silvanaschuindt@gmail.com

Adriana Vaz (UFPR)
adriana.vaz@ufpr.br

Neste artigo apresenta-se aspectos da trajetória da normalista negra Maria Nicolas, em especial o período que ela lecionou em Curitiba e no interior do Paraná, entre 1917 e 1930. O recorte justifica-se por 1917 corresponder à fase do início do seu percurso como professora normalista no ensino público paranaense e 1930 por balizar momentos de mudanças significativas na organização político-social brasileira. Discute-se sobre a valorização dos arquivos pessoais para historiografia na dimensão da subjetividade, com o objetivo de descrever trajetos percorridos por Maria Nicolas durante seu percurso docente, bem como suas percepções diante dos conflitos raciais e de gênero revelados em sua escritura. A saúde e a instrução durante as décadas iniciais do século XX eram consideradas como ferramentas políticas para elevação do nível de civilização brasileira. O período é marcado pela crença no branqueamento e pelo ideário eugênico que visava uma estetização da população brasileira, por meio da regeneração física e mental da nacionalidade. Neste contexto que tinha como lema “eugenizar é educar, instruir, fortificar e sanear” problematiza-se: Sendo os negros considerados como “plasticamente feios” e causa dos males nacionais, como foi para uma mulher negra participar desta conjuntura, na função de professora normalista? Dentre as fontes, destaca os diários autobiográficos escritos na última década de vida, da autora, cotejados com publicações, documentos e legislações que tinham como mote a higiene escolar. A metodologia está embasada na pesquisa qualitativa de caráter documental. O aporte teórico se pauta na teoria praxiológica de Bourdieu (2013; 2017), em autoras que discutem sobre o feminismo negro e interseccionalidade como Akotirene (2020), Collins (2016), Collins e Bilge (2021), hooks (2019) e autores que abordam sobre o racismo estrutural como Almeida (2021), Carneiro (2011). A trajetória de Nicolas no ensino primário é marcada pela instabilidade e constante mudança de escola, ela não consegue se estabelecer em espaços socialmente valorizados, como os grupos escolares da capital paranaense. O percurso docente desta normalista negra se imbrica e revela uma sociedade estruturalmente racista, que projetava na instituição escolar a missão e o ideário de uma nação civilizada e moderna, o que, em partes, respondia às políticas de branqueamento do período. Em seu diário a autora adjetivava o descompasso racial, social e de gênero que ela vivia como “olho mau”, o que se

configura como um eufemismo para explicitar o racismo cotidiano que perpassa sua vida. Nicolas tinha consciência que sua atuação na escola primária como normalista foi marcada por disputas de poder associados a um conjunto de fatores: dentre eles destaca-se: os preconceitos e discriminações atreladas a sua origem social e racial, comunicados de modo "velado"; a violência simbólica proveniente da condição de gênero, mesmo em um momento que o ensino primário no Paraná exibe um processo feminização, contudo permanecia inalterada a configuração social pelo qual os homens mantinham a situação de mando e as mulheres a posição "missionária" de ensinar, e por fim: situações de ordem econômica e simbólica.

Palavras-chave: História da Educação; Eugenia; Racismo Estrutural.

ORGANIZAÇÃO DO ACERVO DO CENTRO DE MEMÓRIA E PESQUISA DA UNIVERSIDADE TIRADENTES: MEMÓRIA DO CORPO DOCENTE (1964 – 1993)

Bianca Sthephanny Martins Gomes (Unit)
b.martinsgomess@gmail.com

Cristiano Ferronato (Unit)
cristiano.ferronato@gmail.com

O presente resumo apresenta as considerações iniciais de pesquisa de doutoramento que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (PPED/UNIT) localizada em Aracaju/SE. De forma simplificada, a memória corresponde às lembranças de acontecimentos do passado. Para os historiadores, a utilização da memória é uma das formas de compreender a história. Assim, dentro do projeto do Centro de Memória e Pesquisa da Universidade Tiradentes, trabalharemos com a memória de professores do Colégio Tiradentes e das Faculdades Integradas Tiradentes, fundadas em 1964 e 1972, respectivamente. O fim do marco temporal corresponde a 1993, pois, no ano posterior, a faculdade passou a ser reconhecida como universidade pelo Ministério da Educação. Inicialmente, entendemos patrimônio cultural como "(...) o conjunto de bens educacionais materiais e imateriais, que formam a cultura educacional de um país e que foram utilizados e/ou registram diferentes ações educativas de um determinado tempo (...)" (Cabral, 2023, p. 31). Dessa forma, consideramos o Colégio Tiradentes como patrimônio educacional sergipano por ser parte do projeto inicial de umas das principais instituições educacionais do estado. Utilizaremos a memória individual para a ampla constituição da memória coletiva, analisando a inserção histórico-social da universidade na história de Sergipe, "(...) buscar-se-á o entendimento de educação regional, mas sem perder de vista a totalidade" (Jacomeli, 2011, p. 73). A História Oral será empregada como metodologia de pesquisa, onde entrevistaremos o corpo docente que fez parte tanto do colégio, como da faculdade, analisando o reconhecimento de si e de experiências similares que caracterizam o dia a dia em uma instituição, que gera o sentimento de pertencimento que possa ter feito parte

desses profissionais da educação. A História Oral é uma das principais formas de compreender a construção da memória coletiva e do sentimento de pertencimento, “o que garante a unidade e coerência às entrevistas enfeixadas em um mesmo conjunto é a repetição de certos fatores que, por fim, caracteriza a memória coletiva” (Meihy, 2015, p. 28). O objetivo final da tese é contribuir com a ampliação do acervo do Centro de Memória e Pesquisa da Universidade Tiradentes, projeto que está em fase inicial, e potencializar o tratamento documental da instituição com base nos princípios de tratamento documental de Bellotto (2010), organizando-os em um espaço adequado para disponibilização de fontes primárias para pesquisadores de todo Brasil, estudantes e sociedade civil em geral, como forma de promover o conhecimento, apropriação e valorização da cultura e educação local. Além da produção de fontes orais, utilizaremos da iconografia, notícias de jornais e documentos que tenham relação com o objeto e marco temporal aqui propostos. Portanto esperamos, além da expansão do acervo, construir um website com a documentação que for levantada facilitando o acesso para pesquisadores e a população, sendo base para futuros projetos de pesquisa.

Palavras-chave: Acervo. História da Educação. Patrimônio.

O INÍCIO DA FORMAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PIRACICABA/SP (1993-1910)

Carolina Martin (UEL)
caromartin@uol.com.br

Tony Honorato (UEL)
tony@uel.br

Essa comunicação se encontra no âmbito do projeto “Ações constitutivas do desenvolvimento da educação formal, informal e não formal no município de Piracicaba/SP (1880-1910) e de Londrina/PR (1930-1990)”, financiado pelo CNPq e pela Fundação Araucária/SETI (Chamada Pública 19/2022). No início da República, o município paulista de Piracicaba se destacou no quesito educacional. O recorte temporal se delimita pela criação da primeira escola municipal, em 1993, até o momento em que Piracicaba ganha relevância pela quantidade de suas instituições educativas – municipais, estaduais e privadas – em 1910. O objetivo é identificar os principais fatores influenciadores da criação da rede de ensino municipal de Piracicaba e quanto e quais tipos de escolas foram instituídas (1993-1910). O referencial teórico-metodológico, a categoria historiográfica Município Pedagógico, preconiza perquirir a educação em nível local em paralelo com o nacional e regional, ao distinguir o que o município fez por inciativa própria e por demanda de outros níveis de governo ou setores sociais (MAGALHÃES, 2014; 2019). Foram utilizadas fontes locais, estaduais e nacionais, de acervos públicos e privados, e uma bibliografia relativa à temática proposta. Os dados revelam que no início da República, o governo federal deixou a educação primária a cargo dos estados. São Paulo, pioneiro nas reformas educacionais republicanas, obrigou seus municípios a auxiliarem-no com seus próprios recursos (SÃO PAULO (Estado), 1911; REIS

FILHO, 1995; HONORATO & MONARCHA, 2016). Em Piracicaba, importante reduto republicano do país, a educação foi utilizada como recurso para inculcar na população preceitos democráticos e liberais. Sua rede municipal de ensino iniciou após a primeira eleição republicana, em 1892, todas as escolas eram primárias, a primeira foi criada, em 1893, por inciativa dos vereadores, ficava na cidade e era masculina noturna. Após um hiato de seis anos, por iniciativa da municipalidade, foi instalada na cidade uma escola mista (1905) e nos bairros rurais as masculinas do Campestre (1900), Marins (1903), Godinhos (1903) e Dois Córregos (1905), e uma mista em Salto de Pederneiras (1910). As requeridas pela população foram cinco em bairros rurais: mista de Charqueada (1901), e masculinas de Serrote (1905), Charqueadinha (1905), Pau Queimado (1907) e Chicó (1909) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1893-1910). Essa quantidade de 12 escolas pode parecer pouca, mas em 1910, dos 171 municípios paulistas, 86 tinham escolas próprias, com destaque para Santos (25), Campinas (16) e Jaú (17), sendo a média por localidade de três. No final de 1910, das 12 escolas, 10 estavam em funcionamento, havia 309 alunos – 253 masculinos e 56 femininos (SÃO PAULO (Estado), 1910; 1911). Nesse momento da história da educação paulista, em que os municípios eram obrigados a manter a rede estadual de ensino em seu território, Piracicaba dispendia 61,50% do total desembolsado com educação com demandas estaduais. Isso impossibilitou investir mais em sua rede, um exemplo é que foram negados 15 pedidos da população de bairros rurais para criação de escolas (LIVROS DE LEIS E OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1893-1910). A municipalidade, além de criar sua rede de ensino, incentivou a iniciativa privada e, mesmo com as pesadas obrigações, esforçou-se por conseguir mais escolas estaduais, o que resultou, no início dos anos 1910, em ser proporcionalmente, em relação ao número de habitantes, o segundo município paulista em quantidade de instituições de ensino, atrás apenas da Capital (PERECIN, 2009). Esse quadro histórico-pedagógico possibilita considerar Piracicaba como Município Pedagógico na primeira década do século XX.

Palavras Chaves: Rede Municipal de Ensino; Piracicaba; Município Pedagógico

PERCURSO (AUTO)BIOGRÁFICO COMO PROFESSORA DE ARTES: FORMAÇÃO E AUTOFORMAÇÃO NA PROFISSÃO DOCENTE

Rossano Silva (UFPR)
rossano.silva@ufpr.br

Eva Bernadete Budniak Tozato (UFPR)
eva.arte7@gmail.com

Na dissertação de Mestrado Profissional, ofertado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação: Teoria e Prática de Ensino da UFPR, concluído em 2021, apresentei meu percurso (auto)biográfico como professora de artes e o olhar sobre as

práticas de desenho das crianças, com as quais trabalhei entre os anos de 2017 e 2020. O objetivo principal foi compreender como meu percurso (auto)biográfico colaborou nas escolhas metodológicas para práticas de desenho em sala de aula, considerando as influências da cultura visual e os momentos conceituais do desenho cultivado. A pergunta que conduziu a investigação foi: Como me formei professora de arte interessada nos desenhos das crianças? Desta forma, para atingir o objetivo e buscar respostas para minha inquietação, contemplei reflexões sobre os estudos da cultura visual, de estudiosos, como: Mitchell (2002), Tourinho (2008, 2011), Hernández (2000, 2009, 2014), Sérvio (2014) e Martins (2015); fundamentei as questões sobre o desenho infantil com estudos de Iavelberg (2013, 2017), Gunzi (2016), Leite (2007), Derdyk (2015), Cunha (2021) e, para a pesquisa (auto)biográfica, utilizei contribuições de Nóvoa (2000), Iavelberg (2003), Finger e Nóvoa (2014) e Pineau (1985). Ao realizar a investigação, relembrando, refletindo e narrando sobre experiências vivenciadas, percebi como meu processo formativo foi delineado pelas experiências que tive na vida pessoal, acadêmica e profissional. O deslocamento de teorias e conceitos que foram sendo compreendidos, aceitos, internalizados e integrados nas práticas docentes, bem como aqueles que foram refutados, questionados descartados ou reestruturados, também contribuíram para minha formação. Identifiquei no método biográfico a sua dupla possibilidade no campo educacional "que se veio a revelar não apenas um instrumento de investigação, mas também (e sobretudo) um instrumento de formação." (NÓVOA; FINGER, 2014, p. 21). Foi assim, partindo dos processos de aprendizagem vivenciados, que consegui vislumbrar a minha autoformação, os saberes provenientes da prática docente, os caminhos trilhados, as escolhas feitas, que acrescido da realidade sociopolítica e cultural em que estive inserida, contribuíram significativamente para a professora que sou. Concluí, com a investigação, que o desenho sempre fez parte das minhas trajetórias pessoal, profissional e formativa. Como professora de arte busquei aperfeiçoamento e novas possibilidades toda vez que uma inquietação surgia. Partindo de um crescente projeto educativo percebi como promover, da melhor forma possível, experiências com desenho para as crianças. Para isso, reuni referências, pesquisei, testei e implementei tudo que poderia vir a contribuir para que as crianças potencializassem seus desenhos e pudessem chegar ao desenho autoral. Assim, me reconheci, não apenas como uma professora de arte interessada nos desenhos das crianças, mas também uma pesquisadora, inquieta e investigadora. Descobri, sobretudo, que na profissão docente, a formação é contínua e se faz a partir de um processo de autoformação possível de ser percebido através da autobiografia. Com a inquietude revelada no mestrado, iniciei o doutorado na linha História e Historiografia da Educação, em 2023, com interesse em dar continuidade na pesquisa autobiográfica. Desta vez, a investigação inclui relatos autobiográficos de professores(as) de Arte que também trabalham com a linguagem do desenho. Para isso, estou em processo de pesquisa, na qual investigo como as mudanças e permanências no ensino do desenho, influenciaram em suas experiências desenhistas enquanto aprendizes e refletem em suas ações docentes. O recorte histórico é de 1980 a 2020, e se identifica com a história do tempo presente, em que os(as) pesquisados(as) são participantes ativos(as) que contribuem com relatos orais sobre suas experiências formativas e pedagógicas com a linguagem do desenho no contexto educativo.

Palavras-chave: Autobiografia, Profissão docente, Ensino do desenho

“O PROFESSOR QUE SE FAZ A PARTIR DE SUA ESCOLA”: A FORMAÇÃO PELA PRÁTICA NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE NO PARANÁ PROVINCIAL

Franciele Ferreira França (USP)
fran.f.franca@outlook.com

Tendo por tema a constituição da profissão docente, esse trabalho se volta para os modos de formação de professores presentes no século XIX, mais especificamente, para o que foi caracterizado pela historiografia educacional brasileira como “formação pela prática”. As análises aqui empreendidas concentram-se no cenário educacional paranaense durante a segunda metade do século XIX, e tem por intuito evidenciar que, para além de um tipo de formação que acontecia fora do espaço formal das Escolas Normais, formar-se pela prática significa também constituir um ofício, uma vez que era enquanto praticavam o exercício do magistério que os professores aprendiam, configuravam, refinavam e legitimavam as regras, características e sentidos do ser e tornar-se professor e do fazer docente. Para tanto, ancora-se tanto nos estudos feitos por Maurice Tardif no que se refere aos saberes docentes, quanto nos de Agustín Escolano Benito no que tange às práticas empíricas, assim como os de António Nóvoa sobre a formação docente. A pesquisa vale-se de um corpus documental disponível principalmente no acervo do Arquivo Público Paranaense, e, entre os documentos consultados, dispõe-se de relatórios dos presidentes da província do Paraná, relatórios de inspetores escolares, relatórios de professores, termos de visita de inspetores escolares, ofícios e requerimentos diversos de professores e inspetores, além da Legislação Educacional Paranaense. O período aqui demarcado, foi marcado pela perspectiva do ver fazer e aprender fazendo, a partir da qual os mestres de primeiras letras se formavam na e pela prática; um processo de muitas nuances, mas que ganha outros contornos quando se faz um novo movimento em direção às fontes, em uma inversão do foco, não mais direcionado para uma ação realizada para os professores e sim para uma ação realizada pelos professores, fazendo emergir assim um processo de formar-se. Deste modo, ao se conduzir pela ótica da formação pela prática, considera-a como estratégias de formação por parte dos administradores provinciais em relação aos professores, mas também a compreende como um interstício longo e de operação contínua de aquisição e produção de conhecimento - ações táticas na constituição docente por parte dos professores. Isso posto, o olhar recai no “aprendizado” dos professores primários em exercício, em como no cotidiano e no interior de suas salas de aula esses sujeitos foram forjando a sua prática e aprimorando sua experiência, mais especificamente, em como esses professores foram construindo saberes e constituindo fazeres, junto a conhecimentos já adquiridos e a suportes de orientação e circulação de ideias, para fundamentar a sua prática docente. Nesse sentido, entende-se que “a formação passa pela experimentação, pela inovação, pelo ensaio de novos modos de trabalho pedagógico. E por uma reflexão crítica sobre a sua utilização. A formação passa por processos de investigação, diretamente articulados com as práticas educativas” (NÓVOA, 1992, p. 16), e que é nesse trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas junto a um processo de (re)construção permanente

de identidade pessoal que a formação se constrói (NÓVOA, 1992a). Salienta-se ainda que, neste momento da constituição da profissão docente, a escola e o ensino também estão em processo de constituição e organização, e que portanto, esta é uma escola que se faz a partir do seu professor e este é um professor que se faz a partir de sua escola, e o fazer deste professor se constitui a partir de - do seu lugar como professor definitivo, das condições da sua escola, das exigências acerca do seu ofício (saberes necessários e deveres a cumprir), da sua experiência no exercício e dos debates em torno do ensino primário e da profissão docente.

Palavras-chave: Profissão docente; Saberes e fazeres docentes; Formação docente

A EDUCAÇÃO DO CORPO DAS PROFESSORAS EM UMA FIGURAÇÃO ESTUDANTIL (Londrina, 1946-1962)

Mariana Montagnini Cardozo (UEL)
marimontagnini@hotmail.com

Tony Honorato (UEL)
tony@uel.br

Este estudo investigou os processos educativos corporais que permearam a educação da mulher em formação de professora. Para isso direciona-se o olhar para as práticas realizadas no interior de uma figuração estudantil de uma escola do município de Londrina, Paraná (Brasil). A fonte histórica utilizada na pesquisa foi um Livro Ata que contém o registro das atividades realizadas pela associação estudantil "Centro Cultural Erasmo Piloto" da escola selecionada – a Escola Normal de Londrina, atual Instituto Estadual de Educação de Londrina - IEEL – contendo o relato das atividades desenvolvidas no período de 1946 a 1962. Para compreender os processos educativos corporais que atravessaram a formação dessas mulheres, utilizou-se como embasamento a sociologia figuracional e dos processos civilizadores pensada por Norbert Elias (1993; 2011). Com isso, entende-se a educação do corpo enquanto um processo de naturalização e internalização de comportamentos, sentimentos e emoções concebidos pelos indivíduos no âmbito social e ligados a processos históricos de socialização que constantemente produzem e modificam os modos de ser e de se comportar dos indivíduos em sociedade. Os relatos encontrados na fonte investigada caracterizam-se por dois enfoques distintos: os registros dos eventos, cerimônias e atividades culturais organizadas pelo Centro de Cultura; e aqueles destinados a transcrever as reuniões de viés mais deliberativo realizadas apenas entre a presidência da associação estudantil e a professora orientadora do Centro – estas objetivavam planejar os eventos e organizar as festividades que o Centro realizaria. Por meio da análise das práticas registradas no Livro Ata, foi possível identificar algumas perspectivas formativas que atravessaram a educação do corpo das mulheres em formação: Supervisão, disciplina e direcionamento das ações; Responsabilização e definição de uma consciência de si na figuração; Ajustamento das sensibilidades, dos gostos e a difusão de uma estética específica. Estas perspectivas, apesar de não serem planejadas e nem

intencionalmente forjadas pelas alunas, fizeram parte da dinâmica educativa dessa figuração e educaram essas mulheres em uma direção especifica. Caracterizando-se pela valorização e o respeito às relações de poder e hierarquias; o desenvolvimento de um senso de responsabilidade e comprometimento para com a figuração escolar; pela difusão da importância e a necessidade de essas mulheres serem sempre ativas, disciplinadas e socialmente comprometidas; e, ainda, pela definição de um padrão estético e de uma sensibilidade específica por meio dos concursos de beleza. Educou-se a corporalidade dessas mulheres, também, por meio das práticas que as recordavam de seu lugar social enquanto mulheres, mães, esposas e filhas, difundindo a importância de atitudes de cuidado, disciplina, passividade e autocontrole corporal e emocional à essas mulheres.

Palavras-Chave: História da formação de professoras; Educação do corpo; Norbert Elias;

ESTUDO, PESQUISA E CATALOGAÇÃO DOS LIVROS DESTINADOS A SUBSIDIAR A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ESTADO DO PARANÁ PUBLICADOS PELA COLEÇÃO ATUALIDADES PEDAGÓGICAS (1930-1980)

David Edson Trevizan (UFPR)
dedtrevizan@gmail.com

Juliana Bigaton Barros (UFPR)
juliana.bigaton@ufpr.br

Roberlayne de Oliveira Borges Roballo (UFPR)
roberlayne@ufpr.br

Este trabalho tem por objetivo apresentar a pesquisa sobre os manuais escolares que constituem uma literatura pedagógica utilizada nos processos de formação de professores no Estado do Paraná, entre as décadas de 1930 a 1980. A investigação faz parte do projeto de pesquisa “História dos livros, dos livros escolares e manuais escolares produzidos para subsidiar os processos de formação de professores no estado do Paraná: 1930-1980 – Fase II”, estando pautado no estudo, pesquisa e catalogação de livros e manuais escolares especificamente referentes à Coleção Atualidades Pedagógicas (CAP), que pertence ao projeto editorial denominado Biblioteca Pedagógica Brasileira (BPB), da Companhia Editora Nacional, desenvolvido entre 1931 até meados de 1980, no Brasil. A perspectiva metodológica visa analisar o itinerário dos manuais da CAP no Estado do Paraná, considerando-os suportes privilegiados que marcam e tornam possível repensar os contornos que a história da formação docente possui. Para tanto, primeiro foi realizado um levantamento das obras da coleção em duas bibliotecas localizadas em Curitiba-PR, que possuem em seus acervos livros destinados à formação de professores, para em seguida realizar a catalogação e os processos de análise. O referencial teórico utilizado, como Chartier (1999), Lajolo e Zilberman (1996), Bittencourt (2002), Choppin (2002), entre

outros, auxiliam nos estudos e análises. Portanto, esta pesquisa procura apresentar a expansão das publicações de manuais escolares e da sua circulação, uma vez que a partir da década de 1920 há um movimento de mudanças curriculares e um expressivo aumento das escolas de formação de professores e bibliotecas pedagógicas. Destarte, aproveitando-se dessa oportunidade de crescimento, as editoras intensificam a produção de manuais pedagógicos. Nesse cenário, a CAP se destaca pela longevidade e o grande volume de publicações, sendo 135 títulos ao todo. Com mais de cinquenta anos entre o primeiro livro publicado e o último, dois renomados intelectuais dirigiram a BPB, sendo eles, Fernando de Azevedo, entre 1931 e 1945, e Damasco Penna, entre 1945 e 1978. As obras tratam de diversos temas, com destaque para os autores ligados ao movimento pela Escola Nova, a história da educação, a psicologia da educação, a filosofia da educação, higiene escolar e a própria pedagogia. Diante de tantos anos, sabe-se que o processo educativo passou por diversas transformações, necessitando observar a maneira que são publicados os livros para atender a demanda de mercado e a narrativa pedagógica de seus editores e da própria editora. Portanto, foi realizada a catalogação dos volumes remanescentes na biblioteca do Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto e na Biblioteca Pública do Paraná. Em ambas, o acervo relacionado à CAP está disponível para consulta, ainda que é possível concluir que houve uma diminuição da consulta a esses livros para a prática pedagógica nos últimos anos, transformando-se somente em objetos históricos que outrora serviram para subsidiar a formação de professoras e professores naquele momento. Portanto, busca-se compreender as relações entre as obras e seus contextos de produção, considerando a materialidade desses objetos culturais e pedagógicos. Conclui-se que as obras da CAP são enunciadoras de marcas culturais que vinculam concepções pedagógicas, saberes e sentidos. São instrumentos da prática pedagógica e dos discursos dos professores que subsidiavam as formas de ministrar as aulas e de compreender os temas diversos presentes nos currículos, manifestando a sociedade, a cultura e a pedagogia, contribuindo para a memória da formação docente e para a própria História da Educação no Paraná.

Palavras chave: História e historiografia da educação; Formação docente; Coleção Atualidades Pedagógicas.

A TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE JACKSON DE FIGUEIREDO

Bianca Neves (UEPG)
biancanevesp@hotmail.com

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar a trajetória intelectual de Jackson de Figueiredo. Ele foi um intelectual católico brasileiro de destaque no início do século XX, responsável por cooptar uma rede de intelectuais para atuar nos meios social e cultural em favor do catolicismo. Figueiredo nasceu no ano de 1891, em Aracaju, no Sergipe. Filho de Luiz de Figueiredo, que foi farmacêutico e professor, e de Regina Jorge de Figueiredo, ela cuidava do lar e dos filhos, escrevia poesias, mas não sabemos se chegou a publicar. A família tinha boas condições de vida, o que permitiu que Jackson de Figueiredo fosse alfabetizado ainda criança. Na adolescência, publicou seu primeiro livro de poesias, chamado “Bater asas” (1908). Com o passar do tempo publicou outros livros nos diferentes

gêneros textuais, sejam poesias, críticas literárias, conjuntos de escritos jornalísticos e produções filosóficas voltadas para o catolicismo. Por mais que a família era católica, na adolescência, Figueiredo se distanciou da religião, viveu um período agnóstico de muitas dúvidas. Até que por meio das leituras de escritores católicos, como Blaise Pascal, das discussões com amigos e das experiencias de vida, acabou passando por um período de reconversão, notado a partir de 1916 nos seus próprios livros, especialmente em "Algumas reflexões sobre a philosofia de Farias Brito" (1916). Nesse período, Jackson de Figueiredo já era um intelectual escritor, mas o engajamento ao catolicismo foi o marco na sua trajetória. Entendemos o conceito de intelectual a partir de Leclerc (2003), que apresenta como característica geral o engajamento e comprometimento com produções escritas no seu campo de atuação. Desse modo, cada intelectual é dotado de particularidades que o destacam nos meios de atuação, eles defendem determinados valores e interesses do grupo social de pertença. Figueiredo formou-se em direito, na Faculdade da Bahia, em 1913. Em 1915 foi morar no Rio de Janeiro. Trabalhou em vários jornais, como na Gazeta de Notícias e O Jornal. Comprou uma Livraria Católica, que oportunizou estabelecer uma rede de contatos de intelectuais católicos. Fundou a revista "A Ordem" em 1921, a qual se tornou o principal veículo de difusão do pensamento católico no país. Em 1922 criou o Centro D. Vital que era um instituto católico de grande importância para a Igreja. A instituição reunia intelectuais leigos e do clero atuantes em diferentes setores da sociedade. Sua atuação como intelectual católico por meio de tais ações serviram como meios para promover o catolicismo com o apoio dos intelectuais membros. Figueiredo teve uma morte trágica e prematura, acabou caindo no mar e se afogando durante uma pescaria. Deixou um legado de contribuições para o fortalecimento do catolicismo no Brasil. (FERNANDES, 1989).

Palavras-chave: Jackson de Figueiredo; Intelectual católico; Trajetória intelectual.

BENEDICTO NICOLAU DOS SANTOS (1878-1956): A TRAJETÓRIA DE UM MÚSICO E INTELECTUAL NEGRO CURITIBANO

Daniele Martinez de Oliveira Coelho (UFPR)
dani.martinezcoelho@gmail.com

O objetivo deste trabalho é apontar resultados da dissertação "Música, cultura e educação: a trajetória do intelectual negro Benedicto Nicolau dos Santos (1928-1948)", defendida no PPGE/UFPR (COELHO, 2023), a qual delineou aspectos da trajetória profissional de Benedicto demonstrando sua relevância como educador e musicista em Curitiba/PR e buscando responder à problemática: Quais ações no campo educacional e artístico realizadas por Benedicto Nicolau dos Santos no cenário paranaense culminaram para seu reconhecimento como um intelectual? Identificamos que, Benedicto foi um músico, intelectual e escritor curitibano, que atuou na educação, visando a formação cultural por meio da arte e da utilização da música, enquanto prática de refinamento

social. Destarte, podemos afirmar que Benedicto pertencia a elite intelectual (VIEIRA, 2015), não por ser de família rica e tradicional, mas por meio dos capitais - cultural, simbólico e social (BOURDIEU, 2001) - que foi adquirindo, em consonância a estrutura do campo artístico-cultural, ao se destacar como músico, compositor, maestro. Especialmente, pela sua atuação nas diversas esferas da sociedade da época, não só artísticas, mas também beneficentes, educacionais e jornalísticas, sendo um expoente das letras e da cultura (VIEIRA, 2015). Assim, enquanto intelectual, Benedicto possuía uma rede de sociabilidade (SIRINELLI, 2003) que influenciou diversos âmbitos da sociedade curitibana no início do século XX. Mesmo não sendo da elite, devido às condições econômicas e descendência negra, também não era pobre e sem instrução. Teve acesso à escola, aulas particulares não só de música, mas também de línguas (francês, alemão, português) e matemática. Porém, não cursou uma universidade e muitos de seus estudos científicos, literários e musicais foram aprendidos de maneira autodidata (COELHO, 2023). Além do Paranismo, participou de diversos espaços, com os quais se identificou e desenvolveu sua intelectualidade. Entre eles: Centro de Letras do Paraná (1912), Círculo de Estudos Bandeirantes (1929), Academia Paranaense de Letras (1936), Conselho Superior em Defesa do Patrimônio Cultural do Paraná (1936), Sociedade de Cultura Artística Brasílio Itiberê (1944), Academia Brasileira de Música (1945), entre outros. No que tange a sua rede de sociabilidades, composta por artistas, músicos e educadores do Paraná, notamos alguns nomes que se repetiam: Bento Mossurunga, Antonio Melillo, Romualdo Suriani, Osvaldo Pilotto, João Turin, Erasmo Pilotto, Fernando Corrêa de Azevedo, Raul Gomes e Edgard C. Sampaio. Enquanto músico, Benedicto foi atuante no cenário artístico-cultural paranaense, compondo músicas de diferentes gêneros, tanto para os bailes quanto para os concertos da época e foi considerado um gênio musical com extremo virtuosismo (OTTO, 2015), já que também tocava vários instrumentos, estudava e escrevia sobre a ciência musical (musicologia), além de compor e reger. Entre as suas obras na área da musicologia está “Sonometria e Música”, que remete ao período que foi professor de “Noções de Ciências Físicas e Biológicas Aplicadas”, na Escola de Música e Belas Artes do Paraná (EMBAP). Instituição que lecionou desde a criação (1948) até o seu falecimento (1956), sendo um dos professores-fundadores. No leque de composições artístico-musicais de Benedicto que se enquadram no ideário Paranista, a opereta “Marumby” (1928) é reconhecida como uma obra genuinamente paranaense, tanto pela autoria quanto por seu conteúdo, e em seu libreto traz o que é considerado o primeiro “Hymno de Curityba”. Portanto, Benedicto não foi apenas um sábio ou erudito. Ele mobilizou seu prestígio na qualidade de especialista no campo artístico-cultural em benefício de causas públicas (VIEIRA, 2001), como a educação mediante a formação cultural da sociedade curitibana em meio ao período republicano.

Palavras-chave: Historiografia da Educação; História intelectual; Música.

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM HISTÓRIA INTELECTUAL: O QUE TEM SIDO PESQUISADO NOS PPGES DAS UNIVERSIDADES DO PARANÁ (1984-2020)

Jaine dos Santos Floriano (UEPG)
jaine.f@hotmail.com

Maria Julieta Weber (UEPG)
julieta.weber@yahoo.com.br

A História Intelectual, nos últimos anos, tem ganhado espaço nas pesquisas e produções de História da Educação. Isso está relacionado tanto com a expansão e a consolidação das pesquisas de História e História da Educação quanto com a renovação historiográfica desde a Escola de Annales, que levou a estudos de novos temas, novas fontes e novos objetos. Conforme aponta Vieira (2008), no Brasil, a História da Educação demarca uma significativa tradição de estudos sobre os intelectuais, sendo que as pesquisas desenvolvidas, durante muito tempo, enfatizaram a relação entre educação e os contextos econômicos e políticos, além de realizar uma associação entre instituições, agentes e ideias. Com o desenvolvimento de diferentes formas de realizar pesquisas em História Intelectual e por diferentes concepções, a figura do intelectual, ao longo do tempo, passou a ser dessacralizada e assim, outros grupos passaram a ser entendidos como intelectuais. Essa ampliação da produção demanda o desenvolvimento de análise de estudos e pesquisas para compreensão da constituição da área. O presente trabalho tem como objetivo analisar a produção do conhecimento em História Intelectual nos Programas de Pós-Graduação em Educação das universidades do Paraná, utilizando como fonte as teses e dissertações defendidas nas seguintes universidades: UFPR, UEM, PUCPR, UEPG, UEL, UTP, UNICENTRO e UNIOESTE. Este trabalho faz parte de uma pesquisa de doutorado que está em andamento, em que é analisada a produção do conhecimento sobre História da Educação nas instituições citadas. Desse modo, o recorte temporal se justifica em 1984 por se tratar do ano da primeira defesa de uma dissertação sobre História da Educação em uma universidade do Paraná e em 2020 por se tratar do último ano de publicação dos trabalhos antes do início do doutorado. Não foram incluídas nesta pesquisa a UENP e a UNESPAR por não existirem nessas universidades PPGEs acadêmicos, recorte desta pesquisa. Desse modo, buscar-se-á analisar o que tem sido pesquisado em História Intelectual, relacionado à História da Educação. Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica, baseada em autores que estudam a História Intelectual, como Vieira (2008) e Silva (2005), bem como autores que realizam balanços de produções, como Bastos, Bencostta, Cunha (2005), Bittar (2006), Saviani, (2008), Vieira e Gondra (2005), entre outros. A análise dos dados é feita com base nos resumos e introduções das teses e dissertações selecionadas. Desse modo, serão apresentadas as principais características de cada universidade com relação a essa produção, evidenciando os principais referenciais teóricos, fontes, objetos de pesquisa e recorte temporal, com o intuito de realizar a caracterização da produção no Estado.

Palavras-chave: História intelectual; Análise da produção; Paraná.

ADALICE ARAÚJO: ARTE E EDUCAÇÃO NA IMPRENSA (1969-1986)

Perci Cristina Klug Lima (UFPR)
cris.klugmk@gmail.com

Esta pesquisa busca investigar a trajetória de vida e as ações da intelectual Adalice Araújo, no cenário paranaense, tendo como foco a sua atuação educativa por meio da imprensa, como agente responsável pela produção e circulação de bens culturais. A investigação está articulada ao tema História Intelectual, História da Educação e Imprensa. Adalice Araújo foi artista, poeta, crítica de arte e professora atuante nos campos educacional, artístico, intelectual e cultural paranaense. Sendo assim, esta análise se propõe a observá-la a partir dos diferentes lugares que ela ocupou ao longo de sua vida e das relações estabelecidas em diferentes contextos e atores. A delimitação temporal foi delimitada entre os anos de 1969 e 1986, sendo o início em 1969, foi o ano em que Adalice publicou seu primeiro artigo no Jornal Gazeta do Povo, onde tinha a coluna Artes Visuais, parte integrante do caderno de cultura e se estendeu até o ano de 1986, ano de publicação do seu último artigo no mesmo jornal. O objetivo geral é analisar os artigos escritos por Adalice Araújo em sua coluna Artes Visuais, do jornal Gazeta do Povo, no qual promovia ações educativas, em meio a um cenário de instauração da Arte no Paraná. A partir do objetivo geral, decorrem os objetivos específicos com relação às ações de Adalice Araújo, como analisar sua intenção educativa em seus artigos publicados em jornais; traçar suas redes de sociabilidade, buscando na relação com outros personagens, a sua visão sobre arte, cultura e educação e identificar os objetivos e estratégias utilizadas por meio da análise da sua escrita e dos locais de enunciação. O aporte teórico está fundamentado em Vieira (2007, 2008, 2011, 2015) com o conceito de intelectual e imprensa, Bourdieu e sua teoria praxiológica, com os conceitos de agente, campo, habitus e capital (1997, 2001, 2002, 2003, 2009), Sirinelli (2003) com a noção de redes de sociabilidade, Burke Burke (2004; 2007) contribui com a concepção de interpelação ampla de educação nos estudos históricos, que se voltam para a transmissão da cultura, tendo em vista não como uma mensagem, mas como uma recepção livre e criativa, por parte do receptor que recebe e a transforma, como uma forma de apropriação. Pallares-Burke (1998) fala da necessidade de ampliação da noção de educação no século XIX, considerando, inclusive, no processo de transmissão de valores culturais no período. Gomes e Hansen (2016) trazem o entendimento acerca do intelectual que atua como mediador cultural e também é produtor de novos significados ao se apropriar de fatos, textos, ideias, saberes e conhecimentos. A produção literária de Adalice Araújo por meio da imprensa, sugere uma abordagem ampla de educação, como agente responsável pela produção e circulação de bens culturais. A produção intensa de textos seguida de um extenso arquivo pessoal, composto por fotografias e entrevistas, consequência de um projeto de cunho crítico e histórico configuram a trajetória intelectual de Adalice. Suas críticas auxiliaram na construção da inteligibilidade das Artes Visuais no Paraná. Por fim, os resultados almejados com esta

pesquisa é apresentar o percurso trilhado por Adalice Araújo, evidenciando-a como agente responsável em dar visibilidade para artistas que se encontravam no anonimato, por meio de seus textos críticos e levando aos leitores dos jornais a abrangência da arte do Paraná. Escrever sobre Adalice Araújo é contribuir para a Historiografia da Educação paranaense, não obstante a sua importância para os campos artísticos e cultural.

Palavras-chave: Imprensa; História dos Intelectuais; Arte.

Trajetória intelectual de Dom Helder Câmara: leituras e correspondências

Marieli de Oliveira Avila (UEPG)
marieli.avila18@gmail.com

Dom Helder Câmara foi um intelectual católico natural de Fortaleza – Ceará, que viveu no período de 1909 a 1999. No decorrer de sua trajetória esteve presente em diversos movimentos sociais e envolvido em variadas temáticas que iam além dos ideários da Igreja Católica. Entre os temas que Dom Helder abordou, vale-se destacar: respeito a diversidade religiosa, oprimidos e opressores, infância, direito à moradia e o combate a violência. Mas além de ser um intelectual que tornou público suas ideias por meio de programas de rádio, discursos, artigos em revistas e jornais, ele demonstrou ser alguém que tinha o hábito da leitura e também de troca de correspondências com amigos próximos para debater sobre diversas temáticas. Nesse sentido esse trabalho tem como objetivo discutir acerca da importância das leituras de Dom Helder na formulação de suas concepções. Assim como das trocas de correspondências e livros com anotações que fez em sua rede de sociabilidade. De modo que ele também fazia resumos de livros e compartilhava por meio de suas correspondências endereçadas aos seus amigos. Entre os autores mencionados por Dom Helder em seus escritos, vale-se destacar: Karl Marx e Martin Luther King. Dom Helder relata sobre essas leituras e compartilha suas opiniões. É nesse sentido que se pretende discutir o quanto as leituras feitas e mencionadas por ele acarretaram na mudança de opiniões sobre determinados assuntos e até mesmo a reflexão sobre outros temas. A fundamentação teórica da pesquisa é embasada no sociólogo francês Pierre Bourdieu, de modo que busca-se fundamentar a produção do conhecimento embasado em seus conceitos. Na abordagem de Bourdieu (2011) ao analisar a história de uma vida intelectual é imprescindível considerar o campo o qual estava inserido, assim como o habitus incorporado pelo sujeito. Nesse sentido que se empregam os conceitos de Bourdieu para compor a análise do objeto de estudo, para que se possa compreender os espaços sociais que Dom Hélder estava inserido no período designado para a pesquisa. Dentre os conceitos que serão utilizados, pode-se destacar: habitus, campo, espaço social, capital social, capital simbólico e capital cultural. É importante considerar que de acordo com o autor “o uso científico de um conceito supõe controle prático e, se possível, teórico dos usos anteriores e do espaço conceitual, em que o conceito, tomado de empréstimo, havia sido utilizado” (BOURDIEU; CHARTIER, 2017, p. 57). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, em que são utilizadas as bibliografias selecionadas para compor a respeito da trajetória de Dom Helder, entre elas vale-se destacar as obras: Dom

Helder Camara: o profeta da paz de Pilleti e Praxedes (2008), O dom da leitura: Helder Câmara escrito por Pina Neta (2018) e Meus queridos amigos: as crônicas de Dom Helder Câmara de Rozowykwiat (2016). Como fonte primária de pesquisa são utilizados discursos, anotações dos seu programa de rádio “Pausa para uma prece” e “Um olhar sobre a cidade e correspondências que trocou com Vírginia Cortes de Lacerda, Maria Luiza Amarante e Alceu Amoroso Lima.

Palavras-chave: Dom Helder; Intelectual católico; leituras.

MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS: LUTA PELA TERRA, EDUCAÇÃO E PROJETO SOCIETÁRIO

Regis Clemente da Costa (UFFS)
rclementecosta@yahoo.com.br

Esse trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa intitulada Memórias e trajetórias: luta pela terra, educação e projeto societário, que tem como objetivo pesquisar a trajetória das pessoas que dão nome às instituições escolares nas áreas de reforma agrária (assentamentos e acampamentos) nos municípios sob jurisdição do Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul, PR, e de pessoas que atuaram em espaços de educação não formal junto aos movimentos sociais em torno da questão agrária, bem como identificar a crítica social, a produção teórica, práxica e o projeto societário a que se vinculam e constroem. Esse projeto se insere na área de estudos da História da Educação quando trata das instituições escolares e da História Intelectual quando trata das pessoas que dão nome a essas instituições. A História Intelectual está inserida em um movimento de compreender os sujeitos denominados 'intelectuais’, por sua postura e atuação perante as causas da sociedade, no que diz respeito aos chamados valores universais, às causas da justiça e da verdade, que perpassam as questões políticas. A compreensão sobre o conceito de intelectual está embasada na perspectiva de Antônio Gramsci como mediador, dirigente e organizador da cultura e seu trabalho não se esgota na produção do conhecimento científico, artístico ou filosófico, mas está ligado com a organicidade da sociedade e com a elaboração e efetivação de um projeto de sociedade voltado à classe à qual pertence, como partícipe das ações culturais. Destaca-se a necessidade de registrar a história e a memória de processos educativos vinculados a processos societários que buscam a transformação da realidade, elaborados e efetivados pela práxis de sujeitos em seus espaços de atuação. Utiliza-se como fundamentação teórica e metodológica a perspectiva marxista e gramsciana, privilegiando os conceitos de intelectual orgânico e cultura. A pesquisa é de cunho documental, recorrendo a fontes orais e/ou documentais, arquivos de movimentos sociais, de famílias, arquivos das instituições escolares, notícias de jornais, registros fotográficos, produções teóricas, e demais fontes que possibilitem o mapeamento e identificação das instituições escolares e das pessoas que dão nome a essas instituições, bem como o levantamento das suas trajetórias no sentido de apresentar suas contribuições à garantia dos direitos humanos pela via do direito à educação e do compromisso social de suas ações."

Palavras-chave: Educação e reforma agrária; História Intelectual; Intelectual orgânico

CAMINHOS PARA EMANCIPAÇÃO: ATUAÇÃO DAS MULHERES NO CONSELHO DIRETOR DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO (1924-1945)

Camilla Cristina Zanquetta Cardozo (USP)
camillazanquetta@usp.br

Com o intuito de apresentar os resultados parciais da pesquisa de mestrado que vem sendo realizada na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, este trabalho busca identificar e analisar o perfil social das mulheres que fizeram parte do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Educação (ABE) durante o período de 1924 a 1945. O objetivo é estabelecer conexões entre essas trajetórias e os discursos contemporâneos acerca das representações da mulher, tanto dentro da ABE quanto na educação e sociedade brasileira da primeira metade do século XX. Fundada em 1924, na cidade do Rio de Janeiro, a ABE era composta por diversos profissionais interessados no campo da educação. Defendiam um projeto nacional que elevasse o Brasil aos moldes dos países considerados como modernos e desenvolvidos, sensibilizando a população brasileira para a questão educacional que, segundo a interpretação desses atores, se encontrava secundarizada pelos sucessivos governos, do Império à República. A investigação se sustenta em fontes primárias fundamentais, provenientes dos arquivos da ABE. Esses documentos incluem os estatutos da associação, as atas do Conselho Diretor e as teses apresentadas nas Conferências Nacionais de Educação (CNEs). Além disso, fontes variadas serão empregadas para elaborar biografias coletivas das mulheres em questão e contextualizar o ambiente em que atuaram. A construção desse contexto coletivo é fundamental para entender a atuação conjunta, feminina e feminista, que embasará as interpretações dos discursos e ações das integrantes do Conselho Diretor. Do ponto de vista teórico, a pesquisa se apoiará no conceito de redes de sociabilidade, conforme delineado por J. F. Sirinelli. Isso permitirá compreender as conexões que moldaram as trajetórias e relacionamentos das mulheres dentro da ABE. Além disso, a abordagem do contextualismo linguístico, desenvolvida por Q. Skinner e J. Pocock, será utilizada para analisar as linguagens empregadas nas CNEs. A pesquisa também utiliza do campo da história das mulheres, fazendo uso das ideias de Michelle Perrot que enfatiza as diferentes frentes de luta e resistência feminina. Metodologicamente, o trabalho empregará a pesquisa histórica, focando na abordagem prosopográfica. Essa abordagem visa criar biografias coletivas, identificando aspectos compartilhados pelo grupo de mulheres que liderou a ABE, o que possibilita uma compreensão significativa da natureza minoritária e discrepante em uma elite intelectual predominantemente masculina. Nesse estágio da pesquisa, já é possível observar que em um contexto de confrontos ideológicos e acirramento de opiniões, essas mulheres manifestavam-se como defensoras ativas da educação e dos direitos femininos. Mesmo tendo que adotar discursos moderados para

reconciliar o papel da mulher na família e na sociedade, elas demonstraram determinação em moldar esses espaços em prol da emancipação feminina. A pesquisa avança para uma análise detalhada das interações, discursos e trajetórias das mulheres no Conselho Diretor da ABE, expondo as dinâmicas sociais, políticas e educacionais que permearam a primeira metade do século XX no Brasil.

Palavras-chave: Associação Brasileira de Educação; História das Mulheres; Redes de Sociabilidade.

COMISSÃO DE CRIAÇÃO DA FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA: INTERSEÇÕES ENTRE SOCIABILIDADES, POLÍTICA E EDUCAÇÃO

Isabele Fogaça de Almeida (UEPG)
isabelefogacaa@gmail.com

O presente trabalho tem por objetivo compreender a mobilização de intelectuais na década de 1940, conectados em uma rede de sociabilidades, que formaram a comissão de criação da primeira faculdade estadual do Paraná, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa (FEFCL-PG). Fez-se uso do método prosopográfico para identificar os modos sociais de organização, as interseções entre os agentes, e as características coletivas do grupo. Utilizamos como fontes principais as narrativas que entrelaçam tempo, sociedade e espaço sobre a FEFCL-PG, e os intelectuais que pertenceram à comissão de criação, presentes nos jornais Diário dos Campos e O Dia (PR). Argumenta-se que a cidade de Ponta Grossa, depois de ter passado por um período de significativo desenvolvimento, na década de 1940 acabou perdendo notoriedade no contexto paranaense para novas cidades do norte e sudoeste, e paralelamente, era uma cidade com mais de cem anos que tinha um acúmulo de capital cultural. A partir disso, um grupo de intelectuais que tinham posições de destaque na sociedade ponta-grossense, incluindo alguns que participavam da política local, articularam-se, e criaram instituições, que se referiam a áreas estratégicas na sociedade – como cultura e educação. Em 1948 foi criado o Centro Cultural Euclides da Cunha (CCEC), que reunia intelectuais que realizavam reuniões, conferências, cursos; e entre outras coisas, discutiam sobre a disseminação do conhecimento científico, e a possibilidade da criação de uma faculdade em Ponta Grossa, que serviria aos interesses dos próprios integrantes do grupo, dos que ainda não tinham um curso de nível superior, e também, pela possibilidade do ingresso no Ensino Superior das suas próximas gerações, sem que fosse necessário o deslocamento para outras cidades do país. Criar a formação em um curso de nível superior dentro da sociedade ponta-grossense, nesse período, não poderia contribuir apenas no capital cultural, mas também no capital simbólico, social e econômico desses agentes. Ainda, uma instituição de nível superior nesse contexto, mais especificamente, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, fazia parte de uma movimentação nacional, que estava atrelada à ideia de

modernização das cidades brasileiras, e da educação em si, o que contribuiria para a formação de professores para Ponta Grossa e região. Nesse sentido, em 1948 foi criada uma comissão para projetar a fundação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, tendo como integrantes os professores Mario Lima Santos, José Pinto Rosas, Lourival Santos Lima, Valdevino Lopes e Faris Salomão Michaele (também diretor do CCEC). Pouco tempo depois, no dia 8 de novembro de 1949, o Decreto n. 8837 do governador do estado pelo Partido Social Democrático (PSD), Moysés Lupion, autorizou a criação da FEFCL-PG. Podem ser observadas ligações entre a criação da FEFCL-PG e o PSD, pois entre os cinco membros da comissão, quatro eram filiados ao PSD, e desses, três tinham cargos dentro do partido. Além disso, todos os integrantes da comissão eram professores secundaristas do Ginásio Regente Feijó, e quatro eram sócios do CCEC. Assim, considera-se que a criação da FEFCL-PG, estabeleceu-se em um contexto propício, representou o resultado da ação de intelectuais, e das posições que ocupavam - em redes de sociabilidades significativas no contexto paranaense, e esteve relacionada a intenções sociais, educacionais e político-partidárias.

Palavras-chave: Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa. Ensino Superior; Intelectuais ponta-grossenses.

“REMÉDIO PARA DOIDOS”: A CRÍTICA AO CETICISMO NA LÓGICA PORTUGUESA DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Júnior César Pereira (UFPR)
juniorenghawaii@hotmail.com

A lógica produzida em Portugal na segunda metade do século XVIII foi estruturada a partir de um discurso filosófico desenvolvido nos dois séculos anteriores. Esse discurso, designado de filosofia moderna, pretendia abarcar todos os domínios do conhecimento, e polemizava claramente com o método praticado pelos filósofos escolásticos. Além dos seguidores de Aristóteles os lógicos em questão também se empenharam em refutar os defensores do ceticismo, afirmando ao mesmo tempo o possível acesso à verdade. Animados pela crença de reformar a educação, muitos filósofos portugueses aderiram à essa forma de pensar ao longo do século XVIII. Com efeito a estrutura dessa forma de educação do entendimento prevista nos livros de lógica, dada a sua complexidade, permite ao pesquisador investigar inúmeros conceitos importantes para se compreender a cultura intelectual do contexto iluminista. O presente trabalho busca compreender como o ceticismo foi abordado na lógica portuguesa produzida na segunda metade do século XVIII. Para desenvolver esse estudo, selecionamos três textos como fontes: Lógica (1751) de Luís António Verney; Instrucção sobre a Logica, ou Dialogos sobre a Filosofia Racional (1760) de Manoel Alvares; e o sétimo volume da Recreação Filosófica (1768), de Teodoro de Almeida. Nossa interpretação está baseada nos princípios analíticos desenvolvidos por Quentin Skinner. Contra uma tradicional história das ideias pautada em anacronismos diversos, Skinner propõe que os pesquisadores abordem as ideias como atos

de fala, ao invés de as interpretarem como essências inalteráveis, resistentes às mudanças históricas. Amparado pelas filosofias da linguagem de Wittgeinstein e Austin, o historiador nos auxilia a interpretar os textos como intervenções práticas em um determinado contexto histórico. Desse modo, a pergunta fundamental que um historiador das ideias deve responder é: o que um determinado autor pretendia fazer ao produzir um texto? Portanto, nessa perspectiva, os atos ilocutórios intencionais dos autores seriam enunciados sempre em relação a um determinado jogo de linguagem, reiterando-o ou reprovando-o. Em nossas análises verificamos que o pensamento cético foi alvo de severas críticas por alguns pensadores portugueses no domínio da lógica, mais especificamente quando analisaram o conceito de verdade. Ao lermos os argumentos dos três filósofos, notamos a prática de um mesmo jogo de linguagem, configurando um contexto argumentativo em defesa de valores semelhantes, embora com estratégias argumentativas distintas. Diferente de Verney os outros dois filósofos se serviram de diálogos para enunciar suas críticas. Todavia, é possível notar divergências significativas entre os colóquios de Alvares e Almeida, por exemplo, no que toca ao número de participantes e o que os mesmos representam nas conversas. Bem mais ácida que a argumentação de Manoel Alvares, a crítica tecida por Verney e Almeida à posição dos discípulos de Pirro foi feita por meio de uma argumentação baseada em alguns procedimentos retóricos, especialmente no uso intensivo da ironia, figura que exprime o efeito de ridículo num discurso supostamente incompatível ou contraditório. Ao reprovar o ceticismo, os filósofos promovem a retorsão, ou seja, retomam a tese central do oponente indicando que na verdade ela poderia ser aplicada contra si própria. Com efeito, ao afirmar que nada podia conhecer, um cético já estaria admitindo que possuía algum indício de verdade. Depois, usando argumentos ad personam os filósofos portugueses desabonam a seita em pauta afirmando serem seus membros dignos de comiseração, doidos, enfermos e monstruosidades. Por meio do exame desses atos ilocutórios intencionais podemos notar que os pensadores supracitados pretendiam reforçar o valor da verdade, afirmando a possibilidade de sua aquisição. Além de uma defesa da prática científica, esse esforço envolvia sobretudo a proteção dos valores católicos e políticos vigentes na época.

Palavras-chave: Iluminismo português; Lógica; Ceticismo.

ANÍSIO TEIXEIRA: A “CONSTRUÇÃO” DO INTELECTUAL

Karen Fernanda da Silva Bortoloti (UFPR)
Centro Universitário Metropolitano de Maringá (UNIFAMMA)
kfbortoloti@gmail.com

Ancorada na possibilidade sempre em aberto de se reconstruir um objeto de análise, parafraseando Ana Waleska Mendonça (1997), que corrobora a ideia de Clarisse Nunes (1992) de que este objeto pode ser “paradoxalmente pouco conhecido”, ouso, seguindo os passos dessas duas conhecedoras do intelectual e desbravadoras do objeto de estudo, retomar Anísio Teixeira. Mesmo com as muitas pesquisas abrangentes realizadas sobre as teorias e contribuições do educador brasileiro Anísio Spínola Teixeira (1900 - 1971), até o momento não existem estudos específicos que tenham se dedicado a examinar

como a noção de "intelectual" foi explorada ao longo de sua carreira. O objetivo deste estudo é oferecer uma contribuição significativa nessa direção, ao propor uma análise minuciosa que se concentre de maneira específica nesse tópico em particular. Pretendemos explorar as complexas interconexões entre essa ideia e outras temáticas que estão intrinsecamente ligadas a ela. A metodologia adotada nesta pesquisa baseia-se principalmente na abordagem documental, com foco notável na perspectiva da História Cultural, a qual valoriza uma variedade de fontes. Além disso, a pesquisa também se alicerça na vertente da História Política, que conceitua o intelectual como um protagonista ativo no cenário político, um indivíduo envolvido e dedicado a diversos projetos e movimentos, que se manifestam por meio de sua participação junto ao Estado, sua contribuição na criação de publicações periódicas e sua assinatura em manifestos (SIRINELLI, 2003, p. 231). Por fim, também abordaremos a perspectiva da História dos Conceitos, incorporando as contribuições do renomado historiador Reinhard Koselleck. A partir dos pressupostos epistemológicos da História dos Conceitos, que vem se radicando no campo do fazer historiográfico e tem muito a contribuir aos historiadores da educação servindo como uma metodologia de avaliação crítica das fontes escritas. Essa abordagem propõe uma análise dos conceitos a partir dos contextos sociais ou políticos nos quais emergem, bem como de suas reinterpretações ao longo do tempo. Nesse contexto, o presente trabalho tem como propósito traçar uma narrativa histórica em torno do conceito de "intelectual" tal como delineado no discurso de Anísio Spínola Teixeira. O educador, literato e administrador baiano de Caetité, a sua formação e diversas esferas de sua atuação já foram, e ainda são debatidos pela historiografia da educação, especialmente, em virtude da incontestável contribuição de Anísio Teixeira para este campo. Levando em consideração que a compreensão do pensamento e das ações de Teixeira requer uma análise dentro do contexto em que se desenvolveram, examinamos a concepção do intelectual que este autor construiu, levando em conta as diversas posições que ele ocupou ao longo de sua jornada. Isso implica analisar as interações estabelecidas em contextos variados durante o período que abrange os anos de 1920 a 1970. Dessa forma, a pedra angular deste estudo reside na importância fundamental atribuída às temáticas ligadas ao intelectual e às suas iniciativas no contexto do projeto de reconstrução nacional, conforme expresso no discurso de Anísio Teixeira.

Palavras-chave: Anísio Teixeira; conceito; intelectual.

INTELECTUAIS ABEANOS E O PROBLEMA UNIVERSITÁRIO NO INQUÉRITO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO - 1929

Maria Cristiane Nunes de Faria (UFPR)
liafaria23@gmail.com

Este trabalho deriva da pesquisa feita para a dissertação de mestrado, defendida em 2021, intitulada O problema universitário no inquérito da Associação Brasileira de Educação: concepções de universidade em disputa na década de 1920, vinculada

institucionalmente ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e à linha de pesquisa História e Historiografia da Educação. O inquérito O problema universitário brasileiro foi promovido pela Seção de Ensino Técnico e Superior (SETS) da Associação Brasileira de Educação (ABE), no ano de 1928. No mesmo ano, as conclusões do documento foram apresentadas na Segunda Conferência Nacional de Educação (II CNE), realizada em Belo Horizonte – MG, e aprovadas pelos congressistas de forma unânime. Em 1929, o inquérito foi publicado pela ABE, em tiragem única de 500 cópias. Sua construção tinha como função investigar, por meio de questões previamente elaboradas, a opinião de um grupo de intelectuais/professores sobre temas relativos ao ensino superior e à universidade, para que, com isso, pudessem discutir os caminhos mais adequados para que esse nível de ensino cumprisse um propósito nacional de formação cultural e científica. Entre as principais fontes do inquérito mobilizadas nesta pesquisa destacam-se: as teses balizadoras das discussões produzidas pelos membros da comissão organizadora do inquérito; as teses-respostas, produzidas por intelectuais respondentes; o relatório com as conclusões do inquérito, aprovadas pela SETS da ABE e pelos participantes da II CNE. Dentre as questões que constituíram a pesquisa, delimitamos as que nos possibilitaram: compreender o que os intelectuais da SETS da ABE pretendiam ao propor o inquérito; e reconhecer as estratégias utilizadas pelo grupo da SETS para legitimar as concepções de universidade brasileira ideal nos anos de 1920. Como fundamentação teórica, apoiamo-nos no conceito de intelectual, a partir dos estudos de Vieira (2011) e de rede de sociabilidade, de Sirinelli (2003). Para interpretar a linguagem mobilizada pelos intelectuais vinculados à ABE, utilizamos a perspectiva do contextualismo linguístico desenvolvida por Q. Skinner e J. Pocock. Para a análise da prática social dos intelectuais, partimos da teoria praxiológica de Bourdieu, sobretudo das discussões acerca dos conceitos de capital, campo e habitus, que serviram como instrumentos para compreender a autoridade discursiva dos intelectuais. O discurso dos agentes ligados à SETS da ABE, concernente ao ideal de universidade moderna, buscava estabelecer a relação entre modernização social, científica, cultural e econômica do Brasil e a necessidade de políticas e investimentos do governo federal. Essa pretensão demandou estratégias para validar as concepções estabelecidas pela ABE, entre elas, a expertise discursiva dos intelectuais abeanos que operava através de um jogo de linguagem que visava estabelecer um consenso entre os participantes do inquérito, para poder legitimar as balizas estabelecidas pela SETS em relação à necessidade de uma refundação da universidade brasileira, sob novas bases e concepções. O jogo de linguagem do grupo da SETS, que contrapunha a universidade idealizada à universidade instituída em 1920, servia não apenas para desqualificar a forma como tinha sido instituída a universidade no Brasil, mas principalmente para justificar a necessidade de uma reconfiguração da instituição, em moldes considerados modernos. Com efeito, produziu-se, no inquérito da ABE, um discurso coletivo tido como legítimo o suficiente para regular, através das balizas estabelecidas pela SETS, as proposições de mudanças e reformas no regime universitário no país.

Palavras-Chave: Intelectuais; universidade; Associação Brasileira de Educação.

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES FERROVIÁRIOS NO PARANÁ (1937-1945)

Rudá Morais Gandin (PUC)
rudamgandin@gmail.com

Uma das grandes invenções da Revolução Industrial, o transporte ferroviário, fora perseguido no Brasi como sinônimo de progresso, no final do século XIX. Criado na década de 1850, no Rio de Janeiro, a primeira ferrovia brasileira representou para grande parte da população, especialmente sua elite, o ingresso na modernidade (LIMA 2015). No entanto, em alguns casos, falar em formação de trabalhadores nas ferrovias era se remeter a um quadro de favores e ingerências políticas nas contratações (LANNA, 2016). Ainda no século XIX, surgiram algumas experiências educativas que visavam formar novos trabalhadores ferroviários, embora não houvesse um ensino profissional metodizado nas ferrovias (BEAKLINI, 2021), que só ganharam força no próximo século, com o estabelecimento de escolas profissionais, decorrentes da experiência das escolas de aprendizes e artífices, durante o início do período republicano, como destaca Santos (2016). Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, o país inaugura um novo momento, o de industrialização e urbanização, especialmente após o golpe de estado em 1937, quando se instaura o Estado Novo. É nesse período, segundo Machado (2022), que se acentua no Paraná, especialmente a partir dos anos de 1940, a necessidade de qualificação dos trabalhadores que atuavam nas ferrovias, desde a preocupação com a expansão da malha ferroviária na região. Daí que decorre a formação de um conjunto de escolas profissionais, dirigidas pela Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (RVPSC), como aponta Machado (20022). Ademais, o funcionamento de tais escolas se inserem na esteira das legislações promulgadas por Vargas, conhecidas como Reforma Capanema, que dão, no caso em particular das escolas ferroviárias, uma preocupação com a formação mais qualificada de seus trabalhadores, no intuito de fortalecer, acredita-se, o projeto de industrialização do momento. Assim, busca-se inquirir acerca da formação profissional dos trabalhadores ferroviários no Paraná, durante o período do Estado Novo. Para tanto, a presente pesquisa, de caráter bibliográfico e documental, apoiou-se em vestígios de jornal, relatórios e revistas da época. Ao fim desse estudo, considera-se que a formação dos trabalhadores ferroviários se assentava num ideal nacionalista, recorrente da política estadonovista, e no interesse em tornar mais eficiente o escoamento de produtos nas ferrovias.

Palavras-Chave: Educação profissional; história da educação; ferrovias.

NÚCLEO DE CONCURSOS DA UFPR (1972-2023) – UM ACERVO EM CONSTRUÇÃO

Cristiane Dos Santos Souza (UFPR)
cristiti2021@gmail.com

No início do ano de 2023 fomos convidados a organizar uma exposição celebrativa dos cinquenta anos do Núcleo de Concursos da Universidade Federal do Paraná – UFPR. O trabalho, ainda em processo, vem nos aproximando aos debates sobre memória, patrimônio e história da educação. Encontramos na sede do Núcleo de Concursos, no Campus I - Agrárias, na cidade de Curitiba, uma sala com uma série de materiais e documentos, sem prévia organização, que apresentam indícios que, no período de cinquenta anos, podem conduzir a diferentes objetos de pesquisa. Para esta comunicação objetivamos apresentar, a partir das fontes analisadas, eixos temáticos que permitem observar e analisar parte da história da universidade. Objetos usados em concursos, artigos em jornais impressos, guias de candidatos, documentos oficias, mobiliários, reportagens gravadas em VHS e em novas mídias, listas de aprovação, relatórios de gestores, são alguns dos materiais dispostos no acervo. O Núcleo de Concursos é a unidade organizacional que, em continuidade ao CCCV - Comissão Central de Concurso Vestibular, criada em 1972 e oficializada no ano seguinte, responde pela organização dos processos de avaliação para ingresso tanto de estudantes em cursos de graduação quanto de seleção de profissionais em cargos públicos. Ao organizar provisoriamente o acervo, percebemos a possibilidade de investigação de eixos temáticos que conduzem a pesquisas sobre história dos cursos da universidade e respectivas propostas curriculares, indícios de impactos econômicos nos procedimentos de seleção, alteração de propostas acerca da pauta sobre acessibilidade e inclusão, debates sobre gênero e políticas afirmativas, temas estes, entre outros, que revelam a complexa dinâmica de trabalho na unidade. Aspectos relacionados a mudanças e inovações tecnológicas também podem ser verificados no quesito cultura material, sinalizando especifidades nos processos seletivos como, por exemplo, o início das inscrições do concurso para ingresso na universidade, exclusivamente pela internet a partir do ano 2000 e, a divulgação da criação do site da instituição através do guia do candidato. Neste curto processo investigativo, seis meses de pesquisa, sintonizamos com os estudos de Diana Gonçalves Vidal e Luiz Paulilo (2020), no texto Arquivos e Educação: Prática de arquivamento, em relação a observação das materialidades, verificando as fontes também como artefatos e indagando sobre as condições concretas de sua produção e possíveis alterações. Da documentação analisada até este momento, destacamos nas cinco décadas de produções consecutivas dos Guias de Candidatos, a passagem da cultura material impressa para a digital, além de publicações, como a intitulada Palavra do Reitor, que apresentam nas primeiras páginas do material, informações sobre a expansão quantitativa da universidade, por meio da criação de novos setores e cursos, bem como alterações na construção discursiva sobre as representações da instituição.

Palavras-Chave: Núcleo de Concursos; Acervo; UFPR.

ORGANIZAÇÃO DO CENTRO DE PESQUISA DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNIVERSIDADE TIRADENTES (CEPDEM/UNIT)

Cristiano Ferronato (UNIT)
cristianoferronato@gmail.com

A proposta desta comunicação é apresentar as diretrizes gerais para implantação do CENTRO DE PESQUISA DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNIVERSIDADE TIRADENTES (CEPDEM/UNIT), que tem a finalidade de reunir, preservar e divulgar a documentação e/ou o patrimônio material e imaterial a respeito da memória institucional e igualmente atuar como centro de referência para a reunião de pesquisas e informações sobre a trajetória da instituição e de suas atividades. Parte-se aqui da constatação de que a existência dos Centros de Memória legitimam a importância da Educação passada no tempo atual e instiga e dá vazão à construção de novos conhecimentos por parte de interessados na história da educação. Para isto, a história cultural tem assumido este compromisso para fundamentar o campo científico da história da educação, permitindo uma abordagem adequada aos novos temas e problemas de pesquisa, através de um método que nos permite compreender o espaço social e o papel do indivíduo que o ocupa. Para MOGARRO (2005, p.90): Situamo-nos numa zona de fronteira, de cruzamento, das novas perspectivas da história da educação, da história cultural, da história social e também das ciências da educação. Assistese a uma renovação das problemáticas teóricas e de uma reinvenção dos terrenos de pesquisa, das fontes de informação, das práticas de investigação e do apetrechamento metodológico, em que a perspectiva historiográfica se afirma ante as antigas abordagens de matriz essencialmente sociológica. A ideia de implantar o CEPDEM/UNIT surgiu, a partir das atividades desenvolvidas e dos resultados de projetos de pesquisas desenvolvidos no Programa de Pós-graduação em Educação (PPED/UNIT). O projeto contou com o apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica CNPQ e FAPITEC e teve como objetivo organização de acervo de documentos, jornais e as revistas sergipanas. Outra demanda específica foi a doação ao grupo de pesquisa dos acervos dos laboratórios de Pedagogia, História e Matemática pela Diretoria de Graduação da instituição e laboratórios do Instituto de Pesquisa e Tecnologia (ITP/UNIT). O CEPDEM/UNIT tem como finalidade a captação, organização, preservação, disponibilização e difusão de acervos documentais relacionados com a Universidade Tiradentes e a produção de pesquisas em nível de Iniciação Científica, mestrado e doutorado e promover ações de educação patrimonial, ressaltando o valor memória histórica da instituição. Visa também constituir banco de acervo audiovisual referente à memória institucional desenvolvendo e incentivando a produção de objetos de aprendizagem voltados para a preservação e difusão do patrimônio escolar. O acervo do vem sendo constituído de diferentes tipologias documentais, englobando legislações, ofícios, memorandos, fotografias, jornais escolares, troféus, entrevistas entre outros. A massa documental é formada por documentos originais e cópias, apresentando uma diversidade de formatos e técnicas (livros, cadernos, folhas avulsas ou encadernadas) e tem como suporte papel e papel emulsionado (fotografias). Assim, é objetiva-se “provocar situações de aprendizado” por meio de trabalho interdisciplinar a respeito de questões ligadas a escrita, oralidade, memória, herança cultural; compreensão e leitura de textos e imagens; processos físico-químicos de conservação do papel; condições ambientais para preservação de documentos e higienização; cuidados com a saúde ao manipular documentos, meio ambiente e meio ambiente histórico, dentre outras temáticas e/ou temas transversais. Desenvolver possibilidades para o desenvolvimento de atividades didáticas, com estudantes da

Educação Básica: memória, pertencimento, educação patrimonial e Estudantes da graduação: estágios, Residência Pedagógica, etc. Além da preservação do patrimônio escolar a reunião desses materiais em um espaço determinado permitirá igualmente o desenvolvimento de pesquisas a respeito da memória institucional e outros temas correlatos.

Palavras-chave: História da Educação; Patrimônio; Universidade Tiradentes.

MEMÓRIA AFETIVA E A ARQUITETURA DE UMA UNIDADE ESCOLAR – RELATO DE CASO REFERENTE AOS 120 ANOS DE FUNDAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL DR XAVIER DA SILVA

Iverson Kovalski (SEED – PR)
iverson_kovalski@hotmail.com

Por ocasião dos 120 anos de fundação do colégio Dr. Xavier da Silva, foi criado um grupo de trabalho, na instituição, formado pela equipe Gestora e Equipe Pedagógica, juntamente com o corpo docente e servidores administrativos e dos serviços gerais, para planejarmos uma série de ações que marcassem as comemorações do aniversário do Colégio. A data escolhida é o dia 10 de Outubro de 2023 e as atividades fazem parte do Plano de ação docente para o 1º e 2º trimestres de 2023. As ações planejadas são as seguintes: criação de um espaço de memória no colégio, composto por imagens, objetos e documentos; restauração do sino do colégio; restauração da galeria de fotos dos diretores do estabelecimento de ensino; inauguração de monumento comemorativo; revitalização de alguns espaços do colégio; melhoria do arquivo do colégio; cerimônia com a presença da comunidade escolar com a exposição dos trabalhos dos alunos referente ao aniversário do colégio. Durante os meses que transcorreram do ano corrente, coletamos depoimentos que juntamente com as imagens fotográficas que foram produzidas ao longo dos anos, reforçam a convicção da necessidade de preservação arquitetônica pois é nela que a memória individual e coletiva se concentram, exemplo do que estamos relatando é o depoimento de professores do colégio sobre suas impressões em ralação ao espaço externo do colégio, certa manhã ouvimos o comentário de uma professora sobre o colégio Dr Xavier da Silva, no qual ela elogiava o pátio do colégio que ela comparou a um quintal o que pra ela era muito agradável e diferente de outros colégio nos quais ela já tinha trabalhado na capital Paranaense, de fato essa forma do colégio onde as salas de aulas são voltadas para esse pátio conferindo ao prédio um ar de casa com quintal, transforma os intervalos de recreio e aulas ao ar livre em momentos muito agradáveis, vale destacar que no inverno com manhãs frias mas ensolaradas é um convite para que os alunos juntamente com os professores desenvolvam as aulas sob o sol tão desejado. A opção arquitetônica é pela integração dos espaços pois o que acontece no pátio é compartilhado com as salas e o que ocorre nas salas é transmitido ao pátio, por esse motivo no plano de abandono em casos de emergências tem como ponto de encontro justamente a quadra que está no meio da área externa. É interessante notar que ao longo dos anos o pátio externo foi sofrendo algumas alterações, como a implantação de sistemas pluviais, instalação de quadra

esportiva, e mais recentemente a colocação de uma mesa de concreto que inicialmente servia para o jogo de tênis de mesa, mas com os anos passou a ser ponto de encontro dos alunos e mesmo de manifestação artística, através de mensagens escritas ou desenhadas sobre a mesa. Em resumo, o pátio da forma que foi planejado é muito versátil e integra o espaço antigo como um todo o que contribui de forma positiva para as interações sociais e educativas dentro do colégio e marcam a memória das pessoas que por ali passam. Outro objeto de suma importância para a memória afetiva do colégio é o seu sino, que foi restaurado a poucas semanas cujas imagens são compartilhadas em anexo. O uso desse objeto, ao longo dos anos, foi do mais variado, de acordo com ex-alunos, servindo como sinal sonoro mas também como ponto de referência onde os alunos que cometessem alguma ocorrência ficavam de "castigo" o que representava um enorme constrangimento para o envolvido na indisciplina. Finalizamos este breve relato descrevendo os porões do colégio, pois na época de sua construção, para evitar que as edificações ficassem afastadas da umidade do solo, elas eram elevadas, e como consequência temos espaços abaixo das salas de aula, os famosos "porões" os quais foram adaptados como espaços para atividades educacionais, hoje o colégio conta com três porões, sendo um utilizado para as aulas de artes, outro para as aulas de robótica e o terceiro utilizado para as aulas de educação física, e temos um quart"

Palavras-chave: arquitetura; memória; preservação

AS VÁRIAS FONTES PARA A MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO SETOR DE EDUCAÇÃO DA UFPR: O CASO DAS FITAS VHS

João Victor Silva Borges (UFPR)
jv.borges2014@gmail.com

Na Universidade Federal do Paraná, o Setor de Educação conta com duas instâncias que salvaguardam sua memória institucional, de maneira mais forte o Arquivo do Setor, mas de certa maneira, menos detalhada, o Centro de Documentação e Pesquisa em História da Educação. A primeira instância conta com diversos tipos de documentação e a segunda com, aproximadamente, 150 Fitas em VHS, essas que são frutos de uma Unidade de Audiovisuais que existiu no Setor de Educação na década de 1980 até meados de 2010. Esse material contém gravações dos mais diversos tipos de eventos que ocorreram tanto na Universidade Federal do Paraná concernentes ao Setor de Educação, quanto em eventos em que esse participava. Dessa maneira, tem se presente em tais fitas muitas discussões acerca das políticas educacionais do estado do Paraná, assim como do Brasil de maneira mais geral. Também podemos encontrar nessas gravações discussões sobre as políticas do Setor de Educação, assim como dos cursos de licenciatura em geral, principalmente no que concerne à elaboração de propostas curriculares. Outra presença constante em tais fontes são discussões de cunho teórico, muito importantes para a formação de um pensamento educacional brasileiro nas décadas de 1980 e 1990, tendo muitas delas sido gravadas sobre as mais diversas perspectivas. No entanto, se mostra presente, nesses debates gravados, uma grande incidência de palestras e aulas que buscam análises a partir da pedagogia Histórico Crítica, sendo a figura de Dermeval Saviani muito

reincidente. Sendo esse, portanto, o tópico que analisaremos em nosso texto. Dessa maneira, tendo em vista esse material descrito, em nosso trabalho se buscaria mostrar as aberturas de tais fontes para uma história sócio-política do Setor de Educação da UFPR nas décadas de 1980 e 1990. Mostrando, assim, como as influências teóricas e metodológicas do marxismo se apresentavam como prementes na elaboração de palestras do Setor, sendo figuras como Lukács e Gramsci amplamente citadas e trabalhadas nesses eventos. Também, nesse sentido, nota-se que a grande presença de Grupos de Trabalho acerca das relações entre trabalho e educação se delineia como expressão de tal movimento de influência marxista durante esse período no Setor. Em nossa concepção, fruto dessa mesma influência, é a grande presença da pedagogia Histórico Crítica nessas fitas, capitaneada pela figura de Dermeval Saviani e aproximada do Setor pela figura da Professora Acácia Kuenzer. Em nossa concepção essa predominância de tal corrente deu-se pela recente abertura, na época, das discussões acadêmicas acerca do marxismo, que deveu-se pela suspensão da censura da Ditadura Civil militar Brasileira e o processo de redemocratização. Também, deve-se a esse processo outra parte das diversas fitas presentes como fontes no Centro de Documentação em História da Educação. Essas que contém gravações que mostram o engajamento do Setor na discussão acerca das políticas públicas concernentes ao setor educacional, sendo muitas delas gravações de eventos que coordenaram a UFPR com a APP-Sindicato, assim como algumas mostram as discussões dos Fóruns nacionais em defesa da escola pública gratuita. Desse modo, com esse trabalho, gostaríamos de apresentar um breve panorama desses materiais disponíveis no CDPHE da Universidade Federal do Paraná– que estão em processo de inventariação e posteriormente serão digitalizados– e as possibilidades de historiografia que esses podem oferecer. Dessa maneira, faremos isso, em nosso texto, a partir da perspectiva de uma história intelectual, fixando-nos na influência do marxismo no Setor de Educação durante os anos 1980 e 1990, assim como em uma história política mais geral que envolve a militância de esquerda, a redemocratização e a participação política do Setor.

Palavras chave: Memória institucional; História Intelectual; Acervos.

O PAPEL SILENCIOSO DA ARQUITETURA NA EDUCAÇÃO DO PARANÁ: A CRIAÇÃO DA FUNDEPAR

Maicol Renato Barbizan da Silva (UFPR)
renatobarbizan@hotmail.com

O presente projeto tem como objetivo apresentar a criação da Fundação Educacional do Paraná – FUNDEPAR- e seu arquivo de plantas históricas arquitetônicas produzidas entre os anos de 1970 e 1974, executado com o auxílio Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC. Esse estudo faz parte da dissertação que venho desenvolvendo onde utilizando de fontes como plantas baixas arquitetônicas, e elevações de fachadas escolares, para a compreensão da produção espacial escolar e seus aportes para educação no Paraná. Desse modo busca-se estabelecer conexões entre História, Educação, Arquitetura Escolar e propostas pedagógicas, considerando a perspectiva do poder do Estado em determinar, por meio de suas leis, a criação espacial dos espaços

escolares. Na década 1960 ocorreram inúmeras mutações dos direitos sociais. Entre eles temos o Governo brasileiro, juntamente com os Estados Unidos da América (EUA), estabelecendo parceria entre Ministério da Educação e Cultura (MEC) e United States Agency for International Development (USAID), realizando acordos, influenciando em leis e reestruturando o sistema educacional no Brasil. Dessa maneira, nasce uma linha de gestão autoritária e domesticadora (a educação tecnicista), que adaptou o ensino ao sistema empresarial tecnocrata figurando no Programa de Expansão e Melhoria do Ensino- PREMEN. As relações espaciais criadas dessa iniciativa resultaram na produção da Fundepar, que, dentro de suas principais diretrizes, estará direcionada para a construção de prédios escolares, resultando em uma vasta produção intelectual de arquitetura escolar para o Estado. Segundo Foucault (2014), o edifício escolar não se limita apenas a abrigar práticas educacionais, mas é parte de um dispositivo maior com o propósito de controlar, governar e orientar os comportamentos, gestos e pensamentos dos indivíduos dentro desse espaço. Desse modo a arquitetura desempenhará um papel fundamental na regulação e normalização das práticas de professores e alunos, bem como dos discursos, instituições, regulamentos, leis e pensamentos filosóficos e morais presentes na escola. Assim, o Estado pode exercer seu poder através do espaço escolar, modificando as relações de poder moldando a formação de seus indivíduos. Em 1971, a FUNDEPAR e o IPPUC, uniram esforços para criar modelos de escolas que atendessem às novas diretrizes educacionais pela Reforma Educacional nº 5692/71. Essa iniciativa envolveu as continuidades e mudanças nas concepções de educação que estavam se desenvolvendo naquele período, sob a supervisão do Premen incorporando à Fundação os princípios da federação que eram habituais com as políticas e os acordos financiados pelo MEC-USAID. Ao todo, foram elaborados 23 projetos de escolas. Esses projetos buscavam atender às novas orientações pedagógicas, acompanhadas da reforma educacional, promovendo mudanças nas concepções educacional que estavam sendo implantada no Estado do Paraná.

Palavras-chave: Educação; Arquitetura; Acervos.

A ARQUITETURA DO SANATÓRIO BOM RETIRO EM 1945: CIÊNCIA, RELIGIÃO E EDUCAÇÃO DISCIPLINAR

Rafaela Paula da Silva (UFPR)
rafaela.paula.rp@outlook.com.

Propõem-se a análise da arquitetura como elemento basilar da configuração disciplinar no Sanatório Bom Retiro à época de sua inauguração (1945). Essa instituição psiquiátrica curitibana, embora originalmente tenha sido criada e administrada pela Federação Espírita do Paraná (1902) e fizesse parte de uma proposta assistencial mais ampla e relacionada a doutrina espírita kardecista, que contemplava também o Albergue Noturno (1915-1950), a Creche Dr. Adolfo Bezerra de Menezes (1950) e outras iniciativas caritativas periódicas e pontuais. Simultaneamente esteve impregnada pelo discurso científico, uma vez que a concepção do edifício original foi desenvolvida com orientações

de médicos, a direção clínica e o atendimento também eram responsabilidade deles. De Do ponto de vista clínico o olhar dos médicos como dito por Faure (2008) era preponderante, bem como sua compreensão acerca da doença e do paciente para determinar qual o tratamento mais adequado e como deveria ser efetivado, inclusive através do espaço. Na época seu edifício de múltiplos pavilhões, o mobiliário e os equipamentos foram registrados através de fotografias e notícias publicadas nos jornais O Dia, Diário da Tarde, Diário do Paraná, Gazeta do Povo, Mundo Espírita, entre outros. Com diferentes abordagens as imagens e textos permitem acessar, ainda que de maneira indireta, a estrutura institucional e as formas como era representada e publicizada durante e depois de sua construção. Nesse sentido, a discussão proposta interpreta o internamento/tratamento como uma ação educativa voltada para um grupo específico e tem como diferencial tematizar um lugar de tratamento e não propriamente de ensino ou escolar. Incluindo-se em última instância no que Viñao Frago (2008) define como uma possibilidade de abordagem da História Social da Educação. A noção de instituição total de Goffman (1961), por sua vez, permite relacionar o sanatório e a sociedade externa, discutindo as interpretações divulgadas a respeito de seu espaço, a princípio vedado ao público externo. Com base nos conceitos representação (CHARTIER, 1991) de discurso, dispositivo e sociedade disciplinar da teoria de Foucault (1987, 2002, 2006), porque o sanatório como instituição disciplinar operacionalizava o controle do corpo, primeiramente através do espaço, depois do tempo das atitudes e gestos gerando a submissão a ordem social. Então, esmiuçar aspectos espaciais e materiais pertinentes aos discursos médico e religioso através análise das representações imagéticas e discursivas é uma tentativa de observar e interpretar a base do processo. Por fim, evidencia que a divulgação do Sanatório em deferentes meios associava a materialidade a aspectos próprios dos discursos médico e religioso para formular e disseminar uma representação positiva da instituição ora como benemérita e caritativa, ora como moderna, científica e eficiente. Enquanto expunha aspectos da construção, do mobiliário e dos equipamentos, por exemplo, as características da construção pavilhonar, de acordo com Costa (2008) comumente associada aos hospitais de isolamento para tratamento de doenças transmissíveis e transtornos mentais e a separação dos pacientes por sexo.

Palavras-chave: Arquitetura. Educação Disciplinar. Sanatório Bom Retiro.

CONVERSA COM AS CRIANÇAS: POSSÍVEIS LIGAÇÕES ENTRE ESCOLA, ARQUIVOS E ENSINO

Dayane Franciele Maia (IFPR)
dayfranmaia@gmail.com
Edilson Aparecido Chaves (IFPR)
edilson.chaves@ifpr.edu.br

A partir de experiências do projeto de pesquisa: ""O que é isso? Um monte de papel velho! ressignificação de fontes por jovens estudantes em aulas de História"". O projeto centra-se na temática de pesquisa voltado à elaboração e produção de materiais didáticos, voltados para metodologias de ensino de história para anos iniciais do ensino

fundamental de escolas públicas brasileiras. Desenvolvido curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Paraná - Campus Curitiba - Paraná - Brasil. O projeto inclui atividades investigativas de conteúdos dos arquivos já catalogados pelos estudantes do ensino médio do mesmo instituto. Objetiva a produção e elaboração de materiais didáticos a partir do acervo documental que passaram por tratamento arquivístico, ligados à indústria de beneficiamento de erva mate. Pretende ser uma oportunidade para levar às crianças em idade escolar dos anos Iniciais do ciclo básico do fundamental I, de seis a doze anos de idade, um conjunto de reflexões sobre temas como arquivo e fonte histórica assim como na formação dessas professoras e professores desse nível de ensino para que seja utilizado na escola para o trabalho com temas relacionados ao ensino de História como o surgimento da indústria na capital Paranaense, incluindo trabalho infanto-juvenil e feminino, condições de trabalho, disciplina do trabalho, mudança do espaço geográfico, relações de poder, com ênfase nos meios de comunicação e gêneros textuais. Acerca dos materiais e métodos buscamos conexões entre o conhecimento produzido em sala de aula e o produzido no projeto de pesquisa através de produção de propostas metodológicas como construção de material para ensino a partir da análise, classificação e ressignificação de fontes, transformando-as em fontes históricas. A metodologia utilizada será em grande parte de pesquisa de materiais de fontes documentais pertencentes ao projeto “O que é isso? Um monte de papel velho!”. Envolve inicialmente as seguintes etapas: 1) Levantamento bibliográfico sobre investigações realizadas com crianças; 2) Separação de fontes históricas e realização de inferências a partir dessas fontes para construir justificativas sobre o passado; 3) construção de materiais didáticos para ensinar contextos sobre o passado e o presente das famílias dos funcionários da empresa Mate Real, construindo e comparando interpretações sobre o passado industrial da cidade de Curitiba. Pode-se apontar, a partir dos estudos, a importância do uso de arquivos de fontes históricas no ensino da História da educação infantil, especialmente para a aprendizagem de História na formação histórica das crianças, visando propor métodos de trabalho com crianças menores de seis anos de idade. O uso desses documentos históricos permite que as crianças se conheçam e construam identidade pessoal e cultural, reconhecendo, nomeando e valorizando suas características pessoais e físicas, assim como do seu grupo e seu contexto de sociedade. Em um contexto geral, observa-se que a estruturação desse tipo de relação didática de aprendizagem histórica proporciona uma educação emancipatória e sendo uma forma de solucionar os desafios que o Brasil enfrenta nessa área. A partir desse eixo temático, serão desenvolvidas atividades especiais de alfabetização e historicidade, como criação de textos coletivos, registros por meio de experimentos de pesquisa e escrita e jogos lúdicos.

Palavras-Chave: Escola; Arquivos; Ensino.

PATRIMÔNIO EDUCATIVO, ARQUIVOS E ACERVOS SOBRE LIVROS DIDÁTICOS NO BRASIL: O MEMORIAL DO PNLD

Edilson Aparecido Chaves (IFPR-CURITIBA)
edilsonhist@gmail.com
Margarida Maria Dias de Oliveira (IFPR-CURITIBA)

margaridahistoria@yahoo.com.br

Nosso trabalho busca sistematizar e analisar a trajetória histórica do Memorial do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), conhecido como Memorial do PNLD, Natal, Rio Grande do Norte. Toma como corpus um amplo conjunto de documentos produzidos, em grande parte, entre os anos de 2001 e 2018, e que indicam elementos da sua concepção e construção para a compra e distribuição pelo Governo Federal do Brasil de coleções inscritas na avaliação dos livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático de 1997 à 2018. Ao longo de quase duas décadas o trabalho desse Memorial, único no Brasil, guarda em formato físico e virtual, informações sobre as características gerais das coleções (aprovadas ou não), dos conteúdos, dos aspectos metodológicos das obras, bem como editais, inscrições das editoras, fichas dos pareceristas, os guias e o processo de avaliação do PNLD, ou seja, todas as etapas do processo de seleção ou avaliação das obras até sua chegada nas escolas brasileiras. Esses conjuntos documentais, especialmente as coleções, estão dispersas país afora, e com exceção da Biblioteca do Livro Didático da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - FEUSP - BLD, que constituiu seu acervo de livros didáticos a partir de 2003 e mantém um acervo significativo, considerado como uma das referências nacionais pelas suas características de preservação de livros didáticos brasileiros, não há no país acervo semelhante ao do Memorial, visto que ele é o próprio arquivo do PNLD. A construção dessa investigação faz parte do processo de pós-doutoramento em História na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sede do Memorial do PNLD, e objetiva sistematizar e construir a trajetória histórica do Memorial do PNLD desde sua proposta, apresentado pelo Ministério da Educação e Cultura em 2009 à UFRN, até sua finalização na Universidade Federal do Rio Grande do Norte na cidade de Natal, Brasil em 2018. Sua trajetória histórica e estrutura apontam para a necessidade de criação de um espaço destinado inicialmente à memória do livro didático brasileiro e que acabou se tornando em um dos maiores e mais preservados arquivos de livros didáticos produzidos no país a partir de 1997. Destaca-se que o acervo, além dos livros didáticos destinados à educação básica brasileira, preserva ainda um conjunto de documentos referentes ao Programa do livro didático como Guias para escolhas dos professores, processos das editoras, fichas preenchidas pelos avaliadores e a evolução dessas fichas ao longo de todo o Programa, Editais públicos contendo o teor das leis sobre o livro didático (sua definição de livro, característica das obras destinadas ao professor e ao aluno, documentação exigida para participação das obras e dos autores, critérios de exclusão, especificações técnicas mínimas para produção dos livros, princípios e critérios das obras como critérios comuns, critérios eliminatórios, critérios de qualificação etc). Composto por aproximadamente 45 mil livros didático físicos (em 11 anos do Programa de 2007 até 2018), arquivados em formado digital em 1,33 terabytes em HDs, com cópias no repositório do Laboratório de Imagens - LABIM do Departamento de História, uma na coordenação do Memorial do PNLD e outra no servidor da UFRN, como reserva. Esse acervo se tornou um dos espaços de memória das coleções de livros didáticos aprovados ou não no PNLD o que deu à UFRN a possibilidade de guarda e conservação de um conjunto de obras que dificilmente podem ser encontradas nas escolas, exatamente por

se tratar de um artefato da cultura escolar pouco preservado e sem espaço nas bibliotecas escolares.

Palavras-chave: Livro Didático; Memorial do PNLD; Acervos.

“TDEF – TRABALHO DIRIGIDO DE EDUCAÇÃO FÍSICA”: UM LIVRO DIDÁTICO PARA O ENSINO DESPORTIVO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

João Pedro Lezan (UFPR)
joaopedrolezan@gmail.com

Weslei da Mota (UFPR)
wesleimota@yahoo.com.br

Resumo: Os livros e materiais didáticos vêm se consolidando como importantes fontes para a História da Educação. Devido à sua vasta contribuição, esses materiais podem ser tidos como fontes representativas, em seus devidos graus de verossimilhança, da dinâmica de ação pedagógica entre professores e estudantes. Nessa senda, entendemos que a série “TDEF - Trabalho dirigido de educação física” se estabelece como uma importante obra no contexto em que foi elaborada. Alguns indícios apontam para a sua circulação enquanto material didático requisitado por instituições de ensino em alguns estados brasileiros, como no Distrito Federal por exemplo (Correio Braziliense, 1987, p. 14). Diante disso, levantamos a possibilidade de analisar essa obra enquanto um artefato didático-pedagógico destinado ao ensino da Educação Física, produzido por Hudson Ventura Teixeira e publicado pela primeira vez em 1976, contando com dois volumes. O TDEF direcionava-se aos estudantes do 1º grau e tinha como objetivo “servir de recurso didático”, tanto para o professor quanto para os alunos, propondo um “plano integrado” que associava “o Método Desportivo” ao “Trabalho Dirigido” (Teixeira, 1978, p. 3). Essa obra foi concebida em dois volumes, com o primeiro volume tratando de enfatizar a parte fundamental da aprendizagem, apresentando sequências pedagógicas mais elementares, e o segundo volume se constituindo como uma continuação, focalizando elementos técnico desportivos mais elevados. Compreendendo essa série como um instrumento pedagógico, podemos dialogar com Choppin (1993, p. 19) ao asseverar sobre a inserção dos livros didáticos em “estruturas dos métodos e das condições do ensino de seu tempo”. Logo, interessa destacar que na década de 70 a educação física se direciona ao primado da cientifização esportiva. Enquanto modelo principal, o esporte passa a ser regido pelos mecanismos do alto desempenho, dos recordes e da competitividade, tornando a escola um lugar propício para o lançamento de potenciais esportivos, um “celeiro de atletas" (Linhales; Silva; Santos, 2021). Um primeiro elemento para compreendermos a obra analisada diz respeito aos sujeitos envolvidos no processo de confecção desse artefato cultural. O autor, Hudson Ventura Teixeira, formado em Educação Física em 1955, pela Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo (USP), é considerado um dos pioneiros na produção de livros e materiais pedagógicos, publicando em 1978 em conjunto

com o MEC um livro que também parece ter tido grande impacto na área. Além de Teixeira, ressaltamos a participação de Osvaldo Sequetin, ilustrador da série, e sujeito que esteve presente em diversos materiais didáticos da época. As suas ilustrações estão dispostas ao longo de todo o livro, constituindo um importante recurso visual de caráter didático-pedagógico no TDEF. Podemos compreender que as suas imagens são tidas como importantes ferramentas pedagógicas pelos autores e editores, que optam por investir em diversos recursos iconográficos. Essa configuração reflete uma demanda infantil, cujas ilustrações passam a dar contornos fundamentais para o imaginário dos estudantes, promovendo o exercício de assimilação que transporta as representações figurativas para o entendimento do real. Nessa direção, dialogando com as fontes de sua pesquisa, Bittencourt (1997) versa sobre a organização estratégica onde séries de imagens vêm acompanhadas de questões, que também está presente na estrutura do TDEF, exigindo que os estudantes reflitam e respondam por escrito, subsequentemente ao ato de visualização da arte expositiva. No caso, aparentemente o foco estava em simbolizar o fenômeno esportivo e o olimpismo, retratando atletas bem condicionados em prol da preocupação com o vigor físico. Esse aspecto é reforçado pela disposição da obra, dividida em seis unidades, em que os conteúdos esportivos se caracterizam como único conhecimento a ser trabalhado.

Palavras-chave: livro didático; educação física; trabalho dirigido de educação física

MUSEU ESCOLAR DE LONDRINA: DIVULGAÇÃO E DIFUSÃO NO LONDRINA MAIS

Rosemeire Ferreira Lopes Pereira (UEL)
meirelopesb@gmail.com

Tony Honorato (UEL)
tony@uel.br

Os arquivos históricos da educação desempenham um papel fundamental na preservação e compreensão da trajetória educacional de uma comunidade (MENEZES, SILVA & JUNIOR, 2005; MOGARRO, 2005; ZAIA, 2010; CALIL, 2011). Além de armazenar documentos e registros do passado, eles revelam a evolução dos sistemas educacionais, práticas pedagógicas e impactos culturais. No contexto do arquivo do Museu Escolar de Londrina (MEL) – projeto ligado à Universidade Estadual de Londrina (UEL) –, o enfoque desta escrita recai sobre as estratégias de divulgação e difusão promovidas pelo MEL em diversos canais de comunicação e em especial durante o evento educacional Londrina Mais. Essas ações não apenas valorizam o patrimônio histórico e educativo, mas também fomentam a conscientização sobre a identidade local e a preservação cultural. A relevância da divulgação e difusão do patrimônio documental transcende o mero compartilhamento de informações. Essas práticas possibilitam que conhecimentos sejam apreciados, estimulam o engajamento da comunidade na conservação patrimonial e impulsionam pesquisas. Por sua vez, o Londrina Mais, evento organizado pela Secretaria

Municipal de Educação de Londrina, desempenha um papel catalisador, ampliando o alcance dessas iniciativas e contribuindo para a preservação da herança educacional da localidade e região. No Londrina Mais, o MEL tem ocupado um stand para a divulgação e a difusão do patrimônio documental, objetivando tornar o seu acervo mais acessível a uma audiência mais ampla, contribuindo para a disseminação do conhecimento e valorização da história e cultura escolar de uma sociedade. O público do Londrina Mais, na edição de 2022 foi de aproximadamente vinte mil pessoas – sendo cerca de 6 mil professores, 5 mil alunos e outros 9 mil visitantes, durante os três dias o evento que teve lugar no Parque de Exposições "Governador Ney Braga" (LONDRINA, 2022). O evento tem como principal objetivo destacar as boas práticas pedagógicas e experiências das escolas municipais, promovendo a troca de conhecimentos e o aprimoramento da educação. É um acontecimento reconhecido por sua diversidade de atividades, incluindo palestras para educadores, oficinas interativas para professores e alunos, exposições de trabalhos pedagógicos, lançamentos de publicações educacionais e outras atividades relacionadas à educação. Cabe destacar que no contexto do projeto MEL a divulgação e a difusão são estratégias utilizadas para compartilhar o conhecimento adquirido, valorizar a preservação dos documentos históricos e promover a conscientização sobre a identidade do município londrinense. Por isso, uma estratégia que tem sido muito eficaz é participar do evento educacional Londrina Mais, pelo menos nas últimas três edições (2021, 2022, 2023). Nesse âmbito, O MEL no ""Londrina Mais"" é uma oportunidade para disseminar suas ações e promover a interação direta dos participantes com documentos históricos, incentivando o engajamento e a problematização do passado, isso por meio de exposições de documentos, oficinas de contação de história, cenário sala-de-aula com objetos da cultura material escolar. Considera-se que o MEL no Londrina Mais tem ampliado o seu alcance de atingir a comunidade escolar constituída por estudantes, docentes e gestores.

Palavras-chave: Museu escolar; Comunicação; Londrina Mais.

PESQUISAS EM REVISTAS ESPECIALIZADAS NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SOBRE A ETNIA ALEMÃ E PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO (1997-2023)

Simone Gomes de Faria (UFPel)
simonegomesdefaria@gmail.com

O objetivo deste ensaio foi o de inventariar a categoria etnia, em específico, a alemã, nas principais revistas especializadas da História da Educação, portanto, este estudo se encontra ancorado dentro da tese intitulada: "A cultura escolar dos grupos étnicos alemães, pomeranos, luteranos na região campanha Bagé- distrito de Hulha Negra/RS (1952- 1992). Portanto, a realização do estado do conhecimento desta categoria nos possibilitou verificarmos se os processos de organização escolar e social construídos pelos imigrantes alemães da Hulha Negra já foram analisados, isto como, observar aqueles que são aproximados com nossa proposta. Assim, os periódicos de busca foram: Revista História da Educação (UFPEL, 1997); Revista HISTEDBR On-line (UNICAMP, 2000);

Revista Brasileira de História da Educação (SBHE, 2001) e Cadernos de História da Educação (UFU, 2002). O recorte temporal foi assim delimitado porque consideramos desde o surgimento da primeira revista (História da Educação/ 1997) especializada na área até a atualidade. Neste viés, focamos nos quatro periódicos que apresentaram mais regularidade de publicação e que promovem grandes referências para a História da Educação. A primeira revista intitulada Revista História da Educação (UFPEL/1997) foi criada pela Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE). Ela é considerada como a primeira associação nesta linha de pesquisa. Sua publicação atual é de periodicidade quadrimestral. No primeiro momento, realizamos a leitura dos artigos da Revista da História da Educação, assim sendo, computamos 61 (sessenta e uma) edições desde seu primeiro ano de lançamento. Neste conjunto de trabalhos, dezesseis trabalhos versaram sobre a etnia alemã e a educação seja ela formal ou informal, assim, percebemos a pluralidade de trabalhos com enfoques temporais e espaciais dicotômicos. Impulsionados pela ASPHE, é criada a Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE, 1999). Sua primeira publicação acontece em 2000. A periodicidade é trimestral. O periódico conta com o maior número de artigos e de edições, todavia, com o menor número de artigos com a temática imigração alemã e educação. Com 82 publicações desde 2000, apenas sete trabalhos tinham como enfoque estudos direcionados para a temática supracitada. Com publicação trimestral desde 2016, a Revista Brasileira de História da Educação (RBHE) nasce do I Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE) ocorrido no Rio de Janeiro. Ao longo de suas 40 edições contaram com 09 trabalhos publicados acerca da etnia alemã e educação. Os Cadernos de História da Educação, criado em 2002, possui periodicidade semestral, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). A Revista Brasileira História da Educação com 53 edições lançadas apenas 09 trabalhos adentraram em nosso terreno de estudo. Em linhas conclusivas, o balanço nos possibilitou compreendermos que na primeira década de publicação das revistas especificadas, os artigos que abordassem questões étnicas alemãs e a educação representavam um pequeno universo em meio às variadas propostas de pesquisa histórico-educacional brasileira, isto como, não era um objeto de estudo marcante nas publicações destes periódicos. A partir segunda década em diante que percebemos um aumento considerável de publicações divulgadas nesta temática ao consolidar-se em um campo de estudo na História da Educação. No entanto, através do nosso inventário ainda há muito que ser pesquisado nesta temática, como: outros recortes temporais em espaços ainda não visibilizados, visto que, a centralidade das investigações se concentram na região centro-sul. Por fim, por meio deste inventário observamos uma virada metodológica por parte dos pesquisadores ao incluírem outras fontes de análise.

Palavras-chave: Estado do conhecimento; Revistas História da Educação; Educação, Etnia Alemã;

MANUAIS DE DIDÁTICA GERAL E DE DIDÁTICAS ESPECÍFICAS NO ACERVO DO NPPD/UFPR: PERSPECTIVAS PARA A PESQUISA

Tânia Maria Figueiredo Braga Garcia (UFPR)
tanbraga@gmail.com

Fernanda Esthenes do Nascimento (UFPR)
esthenes@yahoo.com

Jennifer Gonzaga (UFPR)
jennigonzaga2@gmail.com

O projeto está relacionado com as atividades do NPPD/UFPR desde 2002 e com as pesquisas realizadas desde 2007 com apoio do CNPq, na forma de Bolsa Produtividade. Está inserida academicamente no campo das relações entre a Didática Geral e as Didáticas Específicas e dialoga com o campo da História da Educação. Focaliza os manuais escolares destinados aos professores, em especial aqueles que ensinam a ensinar os quais constituem uma categoria específica dentro do conjunto de manuais pedagógicos (Silva, 2001, 2005). A opção encontra justificativa no fato de que ao longo dos últimos 25 anos, o NPPD tem privilegiado o estudo dos manuais escolares em sentido amplo, embora com maior volume de trabalhos em algumas categorias específicas de livros destinados à escolarização. Entre essas categorias destacam-se, de um lado, os livros destinados ao ensino das disciplinas escolares para a Educação Básica – que são conhecidos como livros didáticos, e de outro lado os manuais de Didática Geral e Específicas, destinados à formação inicial e continuada de professores. A partir dos estudos realizados no grupo de pesquisa estes manuais foram conceituados como manuais didáticos em sentido estrito, com a finalidade de distingui-los de outros que também são destinados à formação de professores em campos disciplinares como a História, a Filosofia e a Psicologia da Educação. Portanto, ao lado da produção sobre os livros destinados ao ensino de conteúdos das disciplinas escolares, o NPPD acumulou acervo de obras e de estudos relacionados aos livros que ensinam a ensinar tais conteúdos – os Manuais de Didática Geral e de Didáticas Específicas. As pesquisas de revisão realizadas, especialmente na última década, que abrangem diferentes áreas do conhecimento e recortes temáticos diversificados, mostraram a predominância absoluta de estudos sobre os livros didáticos e uma produção restrita de pesquisas sobre os manuais destinados aos professores. Assim, a proposta ora apresentada desloca a atenção para os manuais que foram produzidos como instrumentos ou recursos de formação/orientação docente, que são ainda pouco estudados. Destacam-se entre os produtos bibliográficos relacionados explicitamente aos Manuais Didáticos dois textos que deram início a esta linha de investigação no Núcleo: em 2003 - Garcia, T.B. Ciência do ensino e doutrina do método: a Didática e os manuais para formação de professores nas escolas normais (1890-1990); e em 2006 - Bufrem, L.; Schmidt, M.A.; Garcia, T. B. Os manuais destinados a professores como fontes para a história das formas

de ensinar (Revista HISTEDBR On-line). Ambos demarcam o interesse em compreender esses manuais como artefatos das culturas escolares que materializam concepções e modos de ensinar, bem como revelam concepções sobre a formação e o exercício profissional da docência, entre outros elementos. O desenvolvimento contínuo de pesquisas sobre o tema, ao longo de décadas, demandou a coleta de exemplares desses manuais, antigos e recentes, adquiridos em sebos e livrarias ou recebidos como doação. Com a finalidade de articular os trabalhos realizados nesse tema e dar organicidade teórica a essa produção, o acervo físico inicial foi organizado, digitalizado em parte e se encontra em trabalho de catalogação das obras. Após visitas a outros centros de preservação de manuais escolares e com apoio do Dr. Edilson Chaves (IFPR) foi definido um modo de organização e catalogação do acervo que privilegia a pesquisa, considerando-se que a finalidade desse projeto não é a inclusão dos manuais em bibliotecas convencionais, mas disponibilizar acesso a pesquisadores interessados no tema, aos moldes do Memorial do PNLD (UFRN). Alunos de graduação, pós-graduação e outros pesquisadores colaboram neste projeto.

Palavras-chave: Manuais didáticos; formação de professores e pesquisadores; organização e disponibilização de acervos.

A CAMPANHA DE APERFEIÇOAMENTO E DIFUSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO E A FORMAÇÃO DE ORIENTADORES EDUCACIONAIS (1957-1964)

Alicia Mariani Lucio Landes da Silva (UFPR)
alicialucio12@gmail.com

A presente comunicação tem como objetivo discutir a formação de orientadores educacionais no Brasil, a partir das publicações da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) e da legislação relacionada à Orientação Educacional (OE), durante as décadas de 1950 e 1960. As análises apresentadas decorrem dos resultados da tese de doutorado intitulada “Entre a “panaceia”, a ponte e a formação: a Orientação Educacional na Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) nas décadas de 1950 e 1960”, defendida em 2022, no setor de Educação da UFPR, na linha de História e Historiografia da Educação. O trabalho teve como objetivo principal compreender como a Orientação Educacional foi representada nas publicações da CADES entre 1957 e 1964.Utilizamos como aporte teórico as contribuições de Chartier (1990) sobre o conceito de representação e de Certeau (1994) sobre os conceitos de estratégias e táticas. A Orientação Educacional chegou ao Brasil no início do século XX e a partir da década de 1940 foram escritas as primeiras leis que davam direcionamentos gerais desse serviço na educação brasileira. A CADES foi criada pela Diretoria do Ensino Secundário por meio do decreto nº 34.638 de 17 de novembro de 1953, durante o governo de Getúlio Vargas. Considerando o grande número de professores leigos (assim chamados por não possuírem formação acadêmica nas Faculdades de Filosofia, Letras e Artes), a campanha teve um papel de destaque na formação de profissionais, ao oferecer cursos para professores, exames de suficiência, encontros, simpósios, concursos,

jornadas, entre outras iniciativas. Concernente a OE, uma série de eventos foram realizados em algumas cidades brasileiras, como São Paulo e Porto Alegre, no intuito de discutir metodologias, conceitos e compartilhar experiências sobre essa profissão. Muitas dessas falas foram reproduzidas em documentos impressos do MEC (Ministério da Educação e Cultura). Dentre as fontes encontradas, analisamos a coleção da Revista Escola Secundária e dos Cadernos de Orientação Educacional (COE). Entendemos que as informações sobre Orientação Educacional tiveram papel de proeminência nas publicações da CADES. Os periódicos serviram como estratégias/táticas para a formação docente e para a renovação pedagógica que ocorreu nesse período. Além disso, corroborou com o ajustamento da comunidade escolar (alunos/cidadãos, família e profissionais da escola) aos princípios propostos pela CADES/MEC. Ao longo do estudo, verificamos que tais eventos e publicações também foram utilizados como espaço de circulação de ideias/pessoas e de formação de orientadore s educacionais. Entre os temas apresentados destacavam-se a influência das experiências americana e francesa, a discussão sobre a fé católica e as noções de Psicologia, a necessidade de conhecer e orientar as famílias dos alunos, as expectativas sobre o papel do orientador educacional, os apontamentos sobre a relação do orientador com a direção e os professores, as definições e expectativas de ajustamento dos alunos (na escola, na profissão, na sociedade e em outros lugares), bem como os métodos e atividades desenvolvidas pelo serviço de orientação nas escolas. Percebemos que a OE foi expressa como uma "panaceia", ou seja, uma espécie de solução para os problemas escolares e de auxílio no ajustamento de condutas, mostrando-se como um material feito por professores para professores."

Palavras-Chave: Orientação Educacional; Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário; Formação Docente

HISTÓRIA DE INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE SÃO FRANCISCO DO SUL, SC - 1835 – 1935

Andréa de Oliveira (UFPR)
decaolivabertho@gmail.com

A proposta de comunicação aqui apresentada é o resultado de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do percurso construído durante o curso de Mestrado em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC entre os anos de 2017 e 2019. A pesquisa intitulada: História de Instituições Escolares de São Francisco do Sul, SC – (1835-1935) ocorreu no município de São Francisco do Sul, localizado na região Nordeste do Estado de Santa Catarina. O município em questão foi considerado um dos primeiros povoados estáveis na região Sul do Brasil, tendo sido organizado a partir de 1658. O feito da formação do povoado é atribuído ao português Manoel Lourenço de Andrade, oriundo de São Vicente, litoral de São Paulo. O povoado foi reconhecido posteriormente se tornando vila e depois paróquia entre os anos de 1660 e 1665 recebendo a denominação de Paróquia Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco. O lugar foi elevado à categoria de cidade pela Lei provincial nº 239, de 15 de Abril de 1847 e é formado pela Ilha de São Francisco e pela parte continental, o Distrito do

Saí. O objetivo central da pesquisa foi analisar o processo histórico de institucionalização de escolas em São Francisco do Sul compreendendo um arco cronológico que perpassa os períodos Brasil Império e a Primeira República. Foi uma pesquisa de caráter histórico documental, em documentos como: livros de atas da Câmara de Vereadores, Leis Orçamentárias, registros escolares, livros de nomeações de professores, relatórios de presidentes da província, fotografias e imprensa do período. Foram também pesquisados alguns textos memorialísticos. Os dados levantados foram cotejados com a literatura já produzida sobre a história local e regional. Ainda quanto às estratégias metodológicas empregadas, foi desenvolvida uma pesquisa apurada na imprensa, notadamente em bases digitais, perscrutando por dados ligados à educação em diferentes jornais, publicados no período estudado. Os jornais pesquisados eram editados, publicados e circulavam no município de São Francisco do Sul. Entre os jornais pesquisados estão: Babitonga (1885), A Estrela (1861), O Mensageiro (1905,1916,1917,1918), A Razão (1918,1920), Defesa (1930), O Vanguarda (1933), O Liberal (1937,1938), Jornal Vozes da Juventude (1947). No percurso para análise e interpretação dos dados coletados, autores que são considerados referencias para a compreensão da formação de instituições escolares como Sanfelice (2009) e Nosella e Buffa (2008), e (Cf. SANTOS; VECHIA, 2019), que protagonizaram pesquisas sobre a História das Instituições Escolares ou Educativas foram utilizados. Os resultados demonstram referencias de base histórico sobre o funcionamento de uma variada tipologia de instituições escolares durante o período elencado, sendo possível a apresentação de um panorama e periodização da criação de tais instituições. Entre elas, podemos destacar: a Escola do Mestre Quincas, 1882; O Colégio Stella Matutina, inicialmente administrado pelas Irmãs da Divina Providência, fundado em 1915; o Grupo Escolar Felipe Schmidt inaugurado em 1918; a existência de escolas para filhos de pescadores, mantidas pela colônia de pesca Z-2 Nossa Senhora da Graça, criadas a partir de 1921; a Escola Alemã, administrada pela Comunidade Evangélica Luterana, 1925; o Asilo Joaquim S. Thiago, inaugurado em 1932; e a Escola Primária ligada à Congregação Adventista do Sétimo Dia criada em 1935. Os resultados contribuíram para a compreensão dos processos vinculados a institucionalização de escolas em São Francisco do Sul e de forma mais ampla, para os estudos na área História da Educação no contexto regional e estadual. O estudo empreendido demonstrou-se inédito e original haja vista que não havia registro de nenhuma pesquisa anterior sobre o assunto.

Palavras-chave: Instituições escolares; História da Educação, São Francisco do Sul;

A ESCOLA COMPLEMENTAR NO ESTADO DE SÃO PAULO (1892-1933)

Debora Maria Nogueira Corbage (UNESP – Marília)
deboracorbage@gmail.com

O presente trabalho aborda a Escola Complementar no Estado de São Paulo, durante o período compreendido entre1892 e 1933, que se inicia com a publicação da Lei n.º 88, de 8 de setembro de 1892, responsável por criar a Escola Primária Complementar,

e termina com a publicação do Código de Educação de 1933, quando a Escola Complementar desaparece da estrutura do ensino paulista. No período de 1890 a 1933 houve a constituição do sistema estadual do ensino no Estado de São Paulo do qual a Escola Complementar participou, daí a relevância deste estudo. Trata-se de uma escola que ao longo de toda a sua existência esteve atrelada à Escola Normal, muitas vezes se confundindo com ela. Em sua primeira fase (1892-1910), serviu de escola de formação de professores através de uma alteração na legislação. Com a chamada Reforma Oscar Thompson, em 1911, a escola foi transformada em Normais Primárias e Normais Secundárias. Em 1917, a Escola Complementar retornou como pré-requisito não obrigatório para o acesso às Escolas Normais. A primeira função da Escola Complementar era ser um complemento ao ensino primário, conforme a Lei n.º 88, de 8 de setembro de 1892, porém os legisladores determinaram que ela seria utilizada para formar professores por ser de baixo custo e mais fácil de ser implantada em relação à Escola Normal. A Escola Complementar, a partir daí, adquire um sentido, uma caracterização, ao ser analisada de maneira isolada dentro do grupo a que pertence, ou seja, atribuindo um sentido para ela em suas práticas específicas. Daí a importância de articular os discursos em torno da escola nos âmbitos político, social e pedagógico da época, para compor sua representação histórica e, de acordo com Chartier (1990, p. 16-17), para "identificar o modo como em diferentes lugares e momentos, uma realidade social é construída, pensada, dada a ler". Partindo das representações acerca da escola, foi necessária a escolha das fontes e seus discursos. Quem daria voz às representações da Escola Complementar? Conforme já dito, foram selecionadas fontes que pudessem mostrar essa representação nos âmbitos político, social e pedagógico. Para isso, foram selecionados os Anúarios de Ensino1, os jornais O Estado de S. Paulo e Correio Paulistano e as Legislações da Instrução Pública. A escolha desse material possibilitou enxergar as representações da escola na sociedade paulista da época. Sendo assim, pode-se inferir que a Escola Complementar, como parte importante da organização da Instrução Pública na época, sofreria mudanças para que esse movimento de criar uma nova consciência nacional fosse formada. Não se pode esquecer da representação da Escola Complementar na visão da Instrução Pública, representada aqui pelos Anuários de Ensino. Por meio deles é possível perceber como a escola foi implantada e qual a visão dos inspetores acerca de seu funcionamento ao longo de sua existência. Assim, os Anuários de Ensino, por serem uma publicação oficial da Diretoria Geral da Instrução Pública, são a voz que representa o governo e sua política educacional, e possibilitam, a este estudo, criar a representação da Escola Complementar. É importante situar a Escola Complementar dentro dos discursos difundidos pelos Anuários, para que seja possível elaborar a representação da escola ao longo do tempo, especialmente em se tratando da formação de professores e, de acordo com Catani (2003, p. 156), "como parte do processo de ordenação do campo educacional". Isso vale especialmente no início do período republicano, no qual a educação era pauta de estruturação social. Foram encontradas teses de doutorado e dissertações de mestrado que abordam as Escolas Complementares nos âmbitos regionais e que forneceram, a este estudo, importantes dados para compor suas representações. Destaquem-se aqui os trabalhos de Chiarelli (2007), Weber (2008), Teixeira Júnior (2005), Corbage (2010), Honorato (2011) e Bertolai (2018). Esses trabalhos se referem particularmente às Escolas Complementares de

Piracicaba, Campinas, Guaratinguetá e Itapetininga, e analisam tanto os processos de implantação das escolas quanto à cultura escolar, mediante a escassez de fontes.

Palavras-chave: Escola Complementar, Formação de Professores, Escola Normal.

AS MANIFESTAÇÕES DA GYMNASTICA E SUA INCORPORAÇÃO PELA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ (1882-1924)

Fernanda do Nascimento Matias (UFPR)
fernanda24.matias@gmail.com

O presente trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa de dissertação de mestrado em andamento, cujo objetivo é compreender quais manifestações da gymnastica se evidenciaram no contexto paranaense e quais delas foram incorporadas pela Instrução Pública do Paraná entre os anos de 1882 à 1924. Já os objetivos específicos são: a) detectar as diferentes manifestações da gymnastica que circulavam no Paraná; b) analisar os modos como as diferentes gymnasticas foram incorporadas e postas em curso na Instrução Pública paranaense. A delimitação temporal inicial se deu pelo fato de a gymnastica ter se tornado obrigatória nas instituições escolares de ensino primário do sexo masculino no Paraná em 1882. Já o ano de 1924 se torna a delimitação final por ser o momento que ocorreram ações reformistas na Instrução Pública durante a primeira gestão de Caetano Munhoz da Rocha, responsável pelo governo do Estado do Paraná. Utilizou-se como principais materiais analíticos três tipos de fontes: a primeira tipologia utilizada foram os relatórios de governo, a segunda tipologia de fontes consultadas foram as Leis, Decretos, Actos, Ofícios, Termos de Visitas, Regulamentos e as Constituições do Paraná e por fim, a última tipologia utilizada foram os jornais (Dezenove de Dezembro, A República e o Diário da Tarde). Inicialmente, foram identificadas três manifestações da gymnastica presentes na imprensa periódica paranaense no período compreendido pelo estudo: a gymnastica circense, a gymnastica associativa e a gymnastica militar. A primeira manifestação que aparece nos jornais paranaenses é a circense, sendo possível encontrar diversos anúncios de estreias de companhias circenses, alguns que descreviam de forma resumida o programa do espetáculo, o horário de início e às vezes até o preço dos ingressos era mencionado. Também eram divulgadas matérias relatando como foram esses espetáculos. Algumas notícias mencionavam explicitamente os exercícios ginásticos a serem apresentados, enquanto outros faziam referências mais superficiais à gymnastica, muitas vezes limitando-se ao subtítulo das companhias. Os circenses nomeavam como gymnastica os aéreos e as diversas evoluções acrobáticas e os aparelhos utilizados eram as barras fixas, móveis e paralelas, cavalos, escadas, trapézio e cordas. A segunda forma de manifestação da gymnastica presente no Paraná no período delimitado, é a associativa, evidenciada pela presença de múltiplas sociedades, associações e clubes dedicados a essa modalidade. Nos jornais eram divulgadas as inaugurações dessas instituições, suas festividades, relatos sobre como as celebrações ocorreriam e informações sobre as sessões de ginástica promovidas pelas associações destinadas aos seus membros. É relevante ressaltar que o funcionamento dessas instituições era regulado por estatutos, sendo que ao longo da

pesquisa foram localizados dois desses documentos: o Estatuto da Sociedade Gymnastica Teuto-Brazileira e o Estatuto da Sociedade Gymnastica Sokol em Curityba. Além disso, no Paraná, a terceira manifestação presente é a militar, contudo, o desenvolvimento desse tópico ainda está em andamento. Em um segundo momento, será analisada a presença da gymnastica na Instrução Pública do Paraná, bem como os modos como as diferentes gymnasticas foram incorporadas e implementadas nas escolas paranaenses. Portanto, este estudo parcial proporcionou uma visão abrangente das manifestações da gymnastica no contexto educacional do Paraná entre 1882 e 1924. As três principais formas identificadas mostram a diversidade de práticas e influências presentes na época. A análise da incorporação dessas diferentes gymnasticas na Instrução Pública paranaense permite uma compreensão mais profunda do papel desempenhado pela gymnastica no cenário educacional. Espera-se que este estudo contribua para uma melhor compreensão da história da educação no Paraná e enriqueça o conhecimento sobre a difusão e recepção das práticas gymnasticas na sociedade paranaense.

Palavras-chave: História da Educação; gymnastica; instrução pública.

RELAÇÕES ENTRE A INSPEÇÃO E A DOCÊNCIA NO GRUPO ESCOLAR BALDUÍNO CARDOSO, PORTO UNIÃO/SC (1954-1957) OUTROS PROBLEMAS:

Márcia Marlene Stentzler (UNESPAR)
marcia.stentzler@unespar.edu.br

Este trabalho foi organizado a partir de fontes catalogadas pelo Núcleo de Catalogação, Estudos e Pesquisas em História da Educação (Nucathe), grupo de pesquisas criado em 2009, junto ao Curso de Pedagogia da então Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória (FAFIUV), atual campus da Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Os Termos de Visitas dos Inspetores foram redigidos entre 1954 e 1957, e pertenciam ao Grupo Escolar Balduíno Cardoso, de Porto União/SC. O livro com os Termos de Visitas dos Inspetores contém registros entre 1954 e 1978, dispostos em 190 páginas enumeradas. O documento está em boas condições de conservação e os Termos com que trabalhamos foram escritos pelos inspetores, Germano Wagenführ e José Benedito Ribeiro. Esses contêm observações e recomendações sobre a estrutura física, a organização do espaço escolar, o asseio, a documentação, entre outros. Mas a atenção especial foi colocada sobre a prática das professoras em sala de aula, evidenciando pontos positivos ou, a ser modificados. Esses registros permitem adentramos na denominada ‘caixa preta’ da escola, identificando particularidades, segundo acepção de Julia (2001). Também revelam memórias sobre as condições de trabalho e da cultura da escola, circunscrita em um determinado tempo, lugar e sujeitos, como escreveu Escolano (2017). As fontes enunciam caminhos percorridos e aspectos do processo de constituição da escola pública nessa região, por meio de práticas socioeducacionais em meados da década de 1950. Mostram detalhes da atuação de inspetores e professoras, especialmente por meio das recomendações em vista da realidade constatada em cada sala de aula, assim como das

aulas-modelo, que visavam o aprimoramento da ação docente. Essas aulas tinham o intuito de levar a professora a reproduzir os procedimentos didáticos adotados pelo inspetor. Conforme o Regulamento para o Serviço de Inspeção catarinense cabia ao inspetor tecer, sutilmente, recomendações às professoras, não chamando a atenção direta aos "erros, as falhas, e defeitos de seu modo de agir", mas mostrando "como o ensino da matéria poderia ser conduzido com resultado." (Santa Catarina, 1946, p. 7). Para fins deste estudo, as recomendações dirigidas às professoras foram agrupados nas áreas de Língua portuguesa, com leitura e ditado; Aritmética; e, prática da docente. No ano de 1956, a direção e professoras reuniram-se mensalmente para estudos conjuntos dos programas de todas as séries, compreendendo conteúdos e abordagens didáticas, considerando as inspeções. Além de preparar e ministrar aulas, as professoras deveriam: ficar atentas às condições de higiene e revistar alunos; verificar os cadernos e corrigir tarefas; encaminhar à biblioteca alunos que não fizessem aula de religião; saber a letra dos hinos e cantá-los com os alunos, na entrada e saída das aulas; aplicar provas, calcular as médias dos alunos, classificá-los e preencher os boletins mensalmente; aplicar os exames; presidir uma associação escolar, organizar, participar das reuniões e elaborar os respectivos relatórios; na hora do recreio, ajudar a servir sopa, ou cuidar dos alunos no pátio; ter inventário dos materiais constantes em sua sala de aula: ministrar os mesmos assuntos para as turmas da mesma série; organizar e participar de festividades da escola, entre outras, demonstrando, assim a vitalidade da escola e o dinamismo das docentes que nela atuavam.

Palavras-chave: Atividades docentes; Inspeção escolar; Termos de Visitas.

DE RURAL MULTISSERIADA À ESCOLA DO CAMPO: ASPECTOS DA HISTÓRIA DA ESCOLA EDITH EBINER ECKERT, EM PARANAVAÍ/ PR

Neiriane Aparecida Cattelan Mataruco (UNESPAR)
neirianecattelan@gmail.com

Márcia Marlene Stentzler (UNESPAR)
marcia.stentzler@unespar.edu.br

A Escola Municipal do Campo Professora Edith Ebiner Eckert (EIEF), é pública, de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, situada no bairro Chácaras Jaraguá, no município de Paranavaí, região noroeste do estado do Paraná. Teve seu funcionamento inciado em 15/05/1967, conforme consta no Histórico das Escolas Municipais de Paranavaí, elaborado por Dias e Vizalli (1976). Não consta, contudo o número da Lei que a criou. Somente em 1981 passou a funcionar com a autorização do Estado do Paraná. Por sua antiguidade, faz parte da história e da memória de diferentes gerações de moradores desta comunidade, uma vez que muitas pessoas que residem nesse lugar, nela estudaram. Atualmente, atende em sua maioria os filhos das famílias de trabalhadores do campo: Vilas Rurais, chácaras, sítios e fazendas, assim como moradores dos loteamentos em torno da escola. Neste trabalho objetivamos analisar aspectos da

trajetória da escola, considerando o contexto histórico e as transformações sócio-culturais, considerando a localização da escola, as festividades nela realizadas e a própria clientela, formada majoritariamente por filhos de trabalhadores. Adotamos a perspectiva defendida por Thompson (1998) para quem conhecer o papel das classes operárias é fundamental para o estudo de nossa história, pois exercem grande influência nas mudanças sociais e políticas. Ao estudarmos esta escola adentraremos em aspectos da vida cotidiana, as lutas e conquistas de pessoas que por ela passaram ao longo dos seus 56 anos de existência. Na década de 1960 e 1970, as escolas rurais foram majoritárias nessa região paranaense. Mas, conforme Pereira (2020) muitas dessas escolas passaram a pertencer a outros municípios, na medida em que os distritos de Paranavaí/PR, se emancipavam. Em sua pesquisa também mostra que muitas dessas escolas foram criadas por iniciativa da comunidade, do proprietário de sítio ou fazenda, não partindo de política pública do município. Essas escolas, tão comuns há meio século, hoje estão cada vez mais escassas. A verificação de documentos na Secretaria Municipal de Educação de Paranavaí, mostrou que das 61 escolas rurais municipais criadas no período de vigência da Lei de Diretrizes e Base da Educação, LDB n. 4024/61 e da Lei n. 5692/71 (Brasil, 1961; 1971), apenas duas continuam em funcionamento. Uma é a escola que ora analisamos. Certamente a sua permanência até os dias atuais se deve a características particulares da comunidade das Chácaras Jaraguá, a qual não existiria sem a escola. Logo, conhecer e preservar memórias dessa instituição fortalece a própria história dessa população e sua relação com a educação. A história da instituição escolar traz consigo os sentimentos de pertencimento, orgulho e responsabilidades para a comunidade escolar. Esta pesquisa explora o campo da história da educação, evidenciando o movimento dessa instituição e de suas práticas, em um determinado tempo histórico, na região noroeste do estado do Paraná. Também fomenta o diálogo entre professores, estudantes e comunidade, compreendendo a educação como um direito universal, acessível e de qualidade para todos. Trata-se de uma pesquisa em andamento, qualitativa, de cunho bibliográfico e documental, no âmbito da história sócio-educacional e cultural.

Palavras-chave: Escola rural; Festividades escolares; História e Memória.

OS CURSOS VOCACIONAIS NA CONSTITUINTE PARANAENSE DE 1947

Italo Ariel Zanelato (UEM)
iazanelato2@uem.br

Bruna Aldine Muller (UEM)
bruna1997aldine@gmail.com

Maria Cristina Gomes Machado (UEM)
mcgmachado@uem.br

Assegurados no Art.º 110, no parágrafo V, da Constituição do Estado do Paraná de 1947, os cursos vocacionais receberam destaque na referida Carta Magna. A ênfase às

práticas foi decorrente do processo de industrialização e propostas de desenvolvimento que ocorriam no período, em nível nacional e estadual. No tocante a economia paranaense, no início da década de 1940, predominavam as atividades primário-exportadoras, com destaque a cafeicultura, havendo pequena participação do setor fabril. Frente às altas taxas de analfabetismo e a necessidade da expansão industrial, preparar os jovens das camadas trabalhadoras ao mercado de trabalho seria um mecanismo eficiente para tais objetivos. Nesse sentido, os cursos vocacionais foram concebidos como inovações educacionais e ferramentas essenciais na escolha profissional, pois ao possibilitar aos estudantes identificar suas aptidões e interesses pessoais, teriam maior sucesso e satisfação. Tal motivação seria essencial na formação de profissionais com maior eficiência e produtividade, e consequentemente, auxiliaria na expansão da economia e na industrialização. Em vista disso, sobressaem-se os questionamentos: como foi a abordagem dos cursos vocacionais na Assembleia Constituinte paranaense de 1947? Quais os interesses na institucionalização desses cursos nas escolas públicas? Para tal, o objetivo do presente estudo é analisar o debate acerca dos cursos de orientação vocacional na Assembleia Constituinte Estadual do Paraná de 1947. A investigação está alicerçada em pesquisa documental, tendo como foco a análise da legislação do período, dos Anais da Assembleia Legislativa e da imprensa, com os jornais curitibanos “Diário do Paraná” e “O Dia”. A fundamentação teórica baseou-se em Santos e Machado (2021), Campello e Lima Filho (2008) e Saviani (2003). No âmbito nacional, foi possível constatarmos a defesa da tendência vocacional na Constituição de 1937, em seu Art.º 129, estando as práticas voltadas às classes menos favorecidas, já a Constituição Federal de 1946 não citou tal formação. De tal modo, ressaltamos a permanência dos cursos vocacionais na Constituição paranaense de 1947. Tendo em vista que a elaboração da lei foi democrática, com a participação da sociedade civil, no âmbito da assembleia constituinte, destacamos a participação dos docentes, os quais se baseando na Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung, defenderam os tipos psicológicos. Na concepção dos professores, o ensino primário possuía como objetivo desenvolver as aptidões, as quais possibilitariam uma orientação profissional adequada. Após a promulgação da legislação, o deputado Rivadávia Barbosa Vargas, do partido União Democrática Nacional (UDN), apoiou os cursos, ao ressaltar que o estímulo às vocações proporcionaria inúmeras vantagens ao Estado. Portanto, os cursos foram amplamente defendidos, tanto pelos deputados e pelos próprios docentes, os quais, se baseando nos conhecimentos da época, defenderam, sobretudo, uma educação voltada ao trabalho.

Palavras-chave: Assembleia Constituinte do Paraná de 1947. Constituição Estadual do Paraná de 1947. Cursos vocacionais.

A NOVA SCIENCIA POLITICA, A PEDAGOGIA SOCIAL: REPRESENTAÇÕES NA IMPRENSA BRASILEIRA (1917-1940)

Gabriel Henrique Divardim de Oliveira (UEPG)
gabrieldivardim@gmail.com

Dissertação desenvolvida com objetivo de explicitar as representações de Pedagogia Social a partir de uma parte da imprensa escrita no Brasil do período de 1917 a 1940. Esse processo foi realizado a partir do referencial da sociologia de Bourdieu e da História Cultural com o conceito de "representações" de Chartier (1990). O recorte temporal foi delimitado de acordo com a disponibilidade das fontes, pois buscou-se explicitar o que foi encontrado de mais representativo em meio às possibilidades. Dentro de tais possibilidades, o foco principal nas fontes da década de 1930 permitiu a análise de vestígios de um contexto de efervescência política e social. A imprensa foi escolhida como fonte por ser um dos principais espaços de divulgação e de circulação de ideias. Intelectuais que atuavam na imprensa, tinham posição avantajada na luta de representações. Em termos específicos, o desenvolvimento da pesquisa, em meio a certa escassez de fontes, buscou expor o contexto de constituição da Pedagogia Social a partir de representações na imprensa brasileira, descrever a realidade das representações a partir do contexto brasileiro da década de 1930, em suas relações entre política, sociedade e educação, além de analisar as representações sobre as teorias da Pedagogia Social, identificando os sujeitos responsáveis por elas. A estrutura passa pelos seguintes capítulos: o primeiro, dividido em dois itens, em que se expõe o caminho de busca e de seleção das fontes, além de apresentar o contexto de constituição da Pedagogia Social de modo articulado às suas representações. O segundo capítulo também é formado por um item, o qual descreve o contexto político da década de 1930 enquanto realidade das representações, bem como as representações de Pedagogia Social a partir do jornal "O Dia" (PR). E o terceiro capítulo, em um item, traz uma análise das representações de Pedagogia Social na revista "A Ordem" (RJ). O trabalho possibilitou a ampliação da historiografia das teorias da Pedagogia Social no Brasil, ao privilegiar uma abordagem das representações que circularam na imprensa escrita brasileira em que ganhou visibilidade a disputa entre uma Pedagogia Social alinhada à visão católica e uma Pedagogia Social associada ao movimento da pedagogia nova ou moderna. Após a análise das representações, tornou-se evidente que as acepções e teorias da Pedagogia Social são múltiplas e seus usos também. Nos diversos contextos, as representações defenderam projetos de sociedade, e efetivaram ou não seus interesses. Representações e seus responsáveis, todos influenciados pela materialidade, pela sua realidade. Os espaços de Pedagogia Social, seus usos por parte de projetos autoritários ou não, suas diferentes perspectivas, tudo segue em constante disputa. Por isso, a historiografia pode colaborar para que pensemos de modo crítico, olhando o passado a partir das inquietações do presente a fim de mostrar as disputas pretéritas (espaços de experiência) e apontar novas possibilidades (horizontes de expectativa).

Palavras-Chave: Pedagogia Social; Paul Natorp; Representações

INVESTIGAÇÃO SOBRE A PRODUÇÃO DISCURSIVA DA IMPRENSA ANARQUISTA E OPERÁRIA DO COMEÇO DO SÉCULO XX EM BAGÉ (RS)

Marcelo Pimenta e Silva (UNINTER)
marcelopimentaesilva@gmail.com

Arquivos públicos e privados possibilitam que a população tenha acesso a materiais que guardam a história de uma localidade. Em Bagé, no interior do Rio Grande do Sul, o Museu Dom Diogo de Souza é um desses espaços da preservação da memória material daquela comunidade. Mantido pela Fundação Atila Taborda, da Universidade da Região da Campanha (Urcamp), o museu conta com um setor em que estão guardados jornais publicados ao longo dos mais de 200 anos da cidade. Nesse acervo, além dos impressos comerciais produzidos, estão guardados mais de 20 títulos de folhas vinculadas ao movimento anarquista e ao setor do operariado bageense. Esses impressos datam de 1902 a 1940 e permitem que se analise a trajetória política dessas folhas direcionadas à defesa dos direitos trabalhistas, bem como de divulgação das ideias de doutrinas como o anarco-sindicalismo. Dessa forma, como aponta Tânia de Luca (2011), quando o historiador busca trabalhar com elementos textuais impressos em artigos, notícias, crônicas e, demais conteúdos veiculados no impressos, permite que se consiga analisar os variados significados dos discursos ali contidos. Neste caso, o acesso ao acervo de jornais anarquistas e operários de Bagé permite uma diversificada base de objetivos de investigação. Desde o de compreender o porquê de Bagé ter se tornado uma das cidades referência para essas ideias libertárias no Rio Grande do Sul, como apontam estudos de Corrêa (2016) e E Silva (2022), chegando à análise de impacto desses impressos alternativos à imprensa comercial, essa ainda voltada ao jornalismo político-partidário gaúcho, como atesta Ruddiger (1999). Outros questionamentos podem ser elencados a partir da pesquisa nesse acervo como, por exemplo, avaliar as correntes de ideias disseminadas a partir da produção discursiva de tais jornais, utilizando aspectos como os levantados por teóricos como Eni Orlandi (2012), possibilitando que se verifique muitas dessas falas discursivas construídas sob diferentes linhas de posicionamento, dentro do próprio movimento operário. Com esse objetivo, a referida pesquisa, pôde constatar a diversidade da produção discursiva dos jornais analisados. Do jornal A Evolução (1902), o mais antigo exemplar vinculado às correntes operárias de Bagé, com enfoque, na divulgação de uma conscientização dos trabalhadores, em especial, à necessidade de buscar uma posição libertária na sociedade, a partir da educação; há o último exemplar do acervo, Eco Padeiral (1940). Nele, por mais que se tenha a presença de uma produção discursiva que utiliza representações sociais, como as destacadas por Jovchelovitch (2000), para realçar a necessidade de uma consciência libertadora para os trabalhadores, o impresso se caracteriza mais por ser uma folha classicista (a dos padeiros), em que serve como uma espécie de “manual” de direitos e deveres do trabalhador ao posicionamento como ator social sindicalizado. Essa diferenciação discursiva permite que se tenha uma análise de como foi a trajetória desses impressos ao longo de quatro décadas no século

passado. Desde a chegada de ideias estrangeiras, trazidas por imigrantes de países como Espanha e Itália, e chegando a Bagé por ser uma cidade fronteiriça com o Uruguai, até a própria derrocada desses veículos pela perseguição política e econômica que os relegaria à margem. Portanto, a pesquisa, desenvolvida a partir de uma investigação qualitativa, com uso de fontes bibliográficas e trabalhada de forma descritiva, justifica-se como uma análise historiográfica que contempla a análise de impressos, em especial, jornais distantes da grande mídia comercial e política que proporciona a pesquisadores, a oportunidade de ter acesso a outros olhares e percepções da construção histórica da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Imprensa anarquista; movimento operário; produção discursiva

NOTAS SOBRE O MUNICÍPIO PEDAGÓGICO COMO POSSIBILIDADE DE PESQUISA NO CAMPO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Matheus Chiconato Borges (UEL)
matheuschiconato18@gmail.com

Gabriela da Silva Sacchelli (UEL)
gabriela.sacchelli30@gmail.com

O objetivo é lograr acerca da pesquisa historiográfica, tendo como base teórica a categoria: município pedagógico. As discussões sobre o município pedagógico vêm ganhando destaque no Brasil, ancoradas na ideia de autonomia local, está de certa forma atrelada a pesquisas desenvolvidas em Portugal, por Magalhães, e no Brasil por Wenceslau Gonçalves Neto, ambos situados no campo da história da educação. O município, segundo a categoria de análise, pode ser entendido como o território que abrange uma região, sendo esse local composto pelos espaços urbano e rural. O município é uma entidade que apresenta uma certa autonomia e descentralização dos órgãos federais e estaduais, quando relacionado com políticas para a escolarização. Com isso incidimos por entender que cada município possui junto aos seus munícipes identidades próprias e singularidades (MAGALHÃES & GOÇALVES NETETO, 2009; MAGALHÃES, 2019; HONORATO et. Al. 2019). Dessa forma, nos instiga a problematizar as pesquisas acerca do conceito de município pedagógico. Dentro do panorama histórico, Magalhães ressalva no constructo do qual, foram se desenvolvendo enquanto unidade incipiente local do nacional, assim, “com a constituição dos Estados-Nação, os municípios foram integrados na orgânica do Estado Moderno”, se tornando secundários dos Estados. O autor ainda complementa que, “desde as últimas décadas do século XX que a autonomização municipal tem estado associada, entre outros aspectos, à diversificação do institucional escolar” (MAGALHÃES, 2019, p. 04). Sobre o municipalismo no Brasil, Honorato e colaboradores (2019, p. 10) ressaltam que “na segunda metade do século XIX, o município começa a se desenhar como um movimento de emergência do civil, recuo da dominação religiosa e o surgimento da concepção urbana de vida. Entendemos que o município está intimamente ligado ao viés educacional, pois operou com uma demanda por parte dos Estados (províncias) e da

União. Contudo, foram dos municípios a responsabilidade pela educação e escolarização. Arraigado a isso, outro aspecto importante do qual o município se provou ao longo do tempo, partiu do setor administrativo, pois precisou lidar com os recursos providos pela união. Essas características que determinaram um município ser pedagógico ou não, sendo determinantes na esfera educacional, político-administrativo, autônomo e descentralizador (GONCEÇLAVES NETO & MAGALHÃES, 2009). Assim o problema proposto por esse trabalho consiste em: quais as contribuições, da categoria município pedagógico para o desenvolvimento de pesquisas em história da educação? Quais as fontes contribuem para o processo de pesquisa? Quais são as dificuldades encontradas nesse tipo de pesquisa? Tais questões nos ajudam a pensar na escrita do município pedagógico e nos desdobramentos e possibilidades da categoria para a historiografia da educação local. Para responder ao questionamento acima, fizemos um levantamento bibliográfico que nos ampara sobre os estudos atuais da categoria de análise, publicados por Justino Magalhães, Wenceslau Gonçalves Neto e outros colaboradores, entre os anos de 2005 a 2020, foram selecionados 32 textos, sendo eles: artigos, e-books, capítulos de livro, entrevista, dossiês, trabalhos publicados em anais de eventos da área.

Palavras-chave: Município Pedagógico; História da Educação; Campo de Pesquisa.

DISCIPLINA, EDUCAÇÃO E PRINCÍPIOS MORAIS: COLÉGIO LINS DE VASCONCELLOS E A EVOLUÇÃO PELA EDUCAÇÃO (1963 – 1998)

Silvete Aparecida Crippa Araújo– (SME – Curitiba)
silvetecrippa@gmail.com

A presente pesquisa inserida no eixo temático Instituições, cultura e práticas escolares, se reporta a historiografia da instituição de Ensino confessional Espírita, Colégio Lins de Vasconcellos, localizada em Curitiba, capital do Paraná. A investigação sobre esta instituição educacional teve o intuito de aprofundar uma ampla pesquisa de doutoramento referente à história das práticas educacionais e de trabalho nas instituições de caráter espíritas mantidas especificamente pela Federação Espírita do Paraná (FEP), bem como analisar a memória e a história dos processos e práticas de escolarização vinculadas às instituições religiosas na primeira e segunda metade do século XX. A escolha de uma instituição mantida pela Federação Espírita do Paraná teve como objetivo de investigação conhecer e compreender os processos para sua constituição bem como as práticas educativas exercidas neste ambiente e também desvelar como foi se compondo a história da educação de cunho espírita, especialmente em Curitiba, muitas vezes de forma assistencialista ou higienista, mas também educativa, isto é, com propósito pedagógico. Nesta linha de investigação o Colégio Lins de Vasconcellos teve seu destaque. Em 1963 entrou em funcionamento o Instituto Lins de Vasconcellos, o qual em 1970 passou a ser designado Colégio Lins de Vasconcellos, instituição de cunho instrucional, especificamente pedagógico, uma instituição formal de ensino. Este colégio foi concebido como de ensino

particular, situação que causou muito embaraço a direção da escola no decorrer dos anos e para a FEP durante sua existência. O Colégio Lins de Vasconcellos atendeu da pré-escola ao ensino médio, ofertando tanto o horário regular de ensino quanto o período integral, tendo em seu currículo no ensino médio também a oferta do curso normal, para preparar as futuras educadoras a fim de melhor atender as crianças seguindo o ideal de 'evolução pela educação', com foco na formação cristã e da reforma íntima. Também em 1970, neste colégio no período em que o professor Ney Lobo foi diretor, foi inaugurada a primeira Cidade Mirim em uma escola no Brasil, onde foram trabalhados aspectos políticos e morais. Em fevereiro de 1968, em Curitiba, foi sediado pela FEP o 1º Encontro de Educadores Espíritas Centro Sulino, os eventos se sucederam em prol da propagação do Espiritismo e de uma educação espírita que contribuísse com a evolução moral e social da humanidade. Contudo este discurso se desconfigurou a partir do ano de 1998, quando o Colégio Lins de Vasconcellos foi arrendado ao grupo Opet (Organização Paranaense de Ensino Técnico) por 15 anos. A análise desta investigação foi constituída por levantamento historiográfico a partir de fontes primárias documentais e de fontes secundárias (periódicos). Os autores que mais subsidiaram esta pesquisa foram BENCOSTTA, M. L. e NASCIMENTO, M. I. M. Pesquisar a história das práticas educativas do Colégio Lins de Vasconcellos mantido pela FEP nos possibilita conhecer as estratégias desenvolvidas para conseguir pela disciplina a moralização de um determinado grupo social a efetivação dos ideais preconizados pela FEP bem como compreender as relações sociais e políticas que permearam a sua trajetória, as redes de relações envolvidas, os comportamentos permitidos e também os silenciados.

Palavras-chave: Colégio Lins de Vasconcellos; Educação Espírita; Disciplina e moral.

FANFARRA ESTUDANTIL PÓLO COMO LUGAR DE ENSINO E FORMAÇÃO HUMANA

Vera Rodrigues da Silva Liones (UNESPAR – PARANAVAÍ)
vera.liones@gmail.com

Nesta pesquisa investigamos sobre a trajetória da Fanfarra Pólo do Colégio Estadual Professor Bento Munhoz da Rocha Neto – Ensino Fundamental, Médio e Profissional em Paranavaí, no período de 1998 a 2015. O estudo analisa as contribuições dessa fanfarra para a formação humana e musical dos estudantes que dela fizeram parte, considerando seu papel na conformação da cultura escolar e as interfaces socioeducativas. Durante o período em questão, a Fanfarra Pólo passou por mudanças significativas, incluindo a substituição de instrumentos em 1998, o que levou ao seu crescimento. Houve também a troca de uniformes, ampliação do atendimento a estudantes e participação em campeonatos regionais, estaduais e o Campeonato Nacional de Bandas e Fanfarras. No ano de 2015, foram suas últimas apresentações em outros municípios da região. Nesta pesquisa, que faz parte de uma investigação do mestrado, em andamento, analisamos as origens da música na escola a partir das fanfarras escolares e as possibilidades de promoção de um ambiente socioeducativo em que a música esteja presente como um dos

alicerces formativos na relação escola-sociedade. Consideramos a fanfarra estudantil um meio para o ensino da música nas escolas públicas paranaenses, constituindo-se elemento relevante para a formação da cultura escolar, pois estabelece conexões com a sociedade de uma forma mais ampla e com a formação do estudante, em âmbito escolar. Outrossim, a pesquisa busca, por meio da análise do processo histórico de criação da Fanfarra Pólo, saber de sua relação com o currículo escolar e a sociedade, explorando as memórias e representações sobre o processo de educação e formação da cultura musical. Considerando o meio escolar, Julia (2001) argumenta que a escola não se constitui sendo apenas o lugar de aprendizagem, mas de formação de comportamentos à luz das práticas escolares. A música estabelece elos entre a cultura escolar e a sociedade. No período delimitado para esta pesquisa, as fanfarras no estado do Paraná e em especial no município de Paranavaí foram altamente valorizadas na formação cultural dos estudantes, desempenhando um papel importante na sua educação musical e no desenvolvimento humano. Entre os principais autores que utilizamos está Roger Chartier (2002), cujas reflexões nos auxiliam na análise das representações construídas sobre a participação dos estudantes nas fanfarras; Edward P. Thompson (1998) quando aborda inter-relações entre a sociedade e as experiências vivenciadas para a formação cultural. Augustín Escolano Benito trata de 'padrões da cultura escolar' como parte do processo histórico de escolarização, como: as atitudes, os gestos e as formas retóricas, pois "A escola foi uma das instituições culturais de maior impacto no mundo moderno" (Escolano Benito, 2017, p. 202). Neste enfoque, a cultura musical que é trabalhada na escola se articula ao processo educativo. Em vista disso, a formação da Fanfarra demanda um olhar de reconhecimento sobre a organização cultural na escola, integrando o processo histórico de escolarização. A fanfarra produz memórias, que segundo Le Goff (2003, p. 477), está "[...] onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro". Dialogamos acerca da promoção de um ambiente socioeducativo na fanfarra, sendo essa um recurso para o desenvolvimento da música nas escolas públicas, procurando demonstrar o despertar do trabalho coletivo, fortalecendo a presença do outro na formação prática e na interrelação com a sociedade.

Palavras-chave: Cultura escolar; fanfarra; formação humana.

FANFARRA ESTUDANTIL PÓLO COMO LUGAR DE ENSINO E FORMAÇÃO HUMANA

Vera Rodrigues da Silva Liones (UNESPAR)
vera.liones@gmail.com
Márcia Marlene Stentzler (UNESPAR)
marcia.stentzler@unespar.edu.br

Nesta pesquisa investigamos sobre a trajetória da Fanfarra Pólo do Colégio Estadual Professor Bento Munhoz da Rocha Neto – Ensino Fundamental, Médio e Profissional em Paranavaí, no período de 1998 a 2015. O estudo analisa as contribuições dessa fanfarra para a formação humana e musical dos estudantes que dela fizeram parte, considerando seu papel na conformação da cultura escolar e as interfaces socioeducativas.

Durante o período em questão, a Fanfarra Pólo passou por mudanças significativas, incluindo a substituição de instrumentos em 1998, o que levou ao seu crescimento. Houve também a troca de uniformes, ampliação do atendimento a estudantes e participação em campeonatos regionais, estaduais e o Campeonato Nacional de Bandas e Fanfarras. No ano de 2015, foram suas últimas apresentações em outros municípios da região. Nesta pesquisa, que faz parte de uma investigação do mestrado, em andamento, analisamos as origens da música na escola a partir das fanfarras escolares e as possibilidades de promoção de um ambiente socioeducativo em que a música esteja presente como um dos alicerces formativos na relação escola-sociedade. Consideramos a fanfarra estudantil um meio para o ensino da música nas escolas públicas paranaenses, constituindo-se elemento relevante para a formação da cultura escolar, pois estabelece conexões com a sociedade de uma forma mais ampla e com a formação do estudante, em âmbito escolar. Outrossim, a pesquisa busca, por meio da análise do processo histórico de criação da Fanfarra Pólo, saber de sua relação com o currículo escolar e a sociedade, explorando as memórias e representações sobre o processo de educação e formação da cultura musical. Considerando o meio escolar, Julia (2001) argumenta que a escola não se constitui sendo apenas o lugar de aprendizagem, mas de formação de comportamentos à luz das práticas escolares. A música estabelece elos entre a cultura escolar e a sociedade. No período delimitado para esta pesquisa, as fanfarras no estado do Paraná e em especial no município de Paranavaí foram altamente valorizadas na formação cultural dos estudantes, desempenhando um papel importante na sua educação musical e no desenvolvimento humano. Entre os principais autores que utilizamos está Roger Chartier (2002), cujas reflexões nos auxiliam na análise das representações construídas sobre a participação dos estudantes nas fanfarras; Edward P. Thompson (1998) quando aborda inter-relações entre a sociedade e as experiências vivenciadas para a formação cultural. Augustín Escolano Benito trata de ‘padrões da cultura escolar’ como parte do processo histórico de escolarização, como: as atitudes, os gestos e as formas retóricas, pois “A escola foi uma das instituições culturais de maior impacto no mundo moderno” (Escolano Benito, 2017, p. 202). Neste enfoque, a cultura musical que é trabalhada na escola se articula ao processo educativo. Em vista disso, a formação da Fanfarra demanda um olhar de reconhecimento sobre a organização cultural na escola, integrando o processo histórico de escolarização. A fanfarra produz memórias, que segundo Le Goff (2003, p. 477), está “[...] onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”. Dialogamos acerca da promoção de um ambiente socioeducativo na fanfarra, sendo essa um recurso para o desenvolvimento da música nas escolas públicas, procurando demonstrar o despertar do trabalho coletivo, fortalecendo a presença do outro na formação prática e na interrelação com a sociedade.

Palavras-chave: Cultura escolar; fanfarra; formação humana

JORNALISMO E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: UMA DISCUSSÃO SOBRE ARBITRÁRIOS CULTURAIS NO JORNAL O TIBAGI

Ana Flávia Braun Vieira (UEPG)
anaf.braun@gmail.com
Oriomar Skalinski Junior (UEPG)
jrskalinski@yahoo.com.br

Para além das práticas escolares institucionalizadas, os discursos educativos estendem-se por diferentes campos do espaço social e são mediados por variados artefatos culturais, como os jornais por exemplo. O conceito de violência simbólica é valioso para estudar os aspectos formativos presentes no jornalismo, visto que seus conteúdos podem exercer uma forma muito sutil de dominação social, frequentemente silenciosa em seu caráter coercitivo. Tal violência ocorre ao longo das publicações, na medida em que apresenta perspectivas que parecem como naturais e únicas possíveis, influenciando a percepção individual e coletiva sobre o que é relevante ou não para a opinião pública. O jornalismo, ao legitimar a cultura do grupo que representa, institui um arbitrário cultural. Dessa forma, perspectivas particulares são transformadas em universais, por vezes, sem que os leitores percebam que estão sendo expostos a discursos carregados de princípios que não lhes são próprios, mas socialmente construídos. A veiculação desses valores, muitas vezes sob a pretensão de objetividade, oculta as relações de poder subjacentes. Uma vez que a autonomia de um periódico é limitada em função da posição do órgão de imprensa no campo jornalístico – que sofre constantes pressões de ordem política e econômica sobre o que devem ou não publicar – é fundamental compreender como determinado agente se posiciona no espaço social, de modo a avaliar sua influência na produção e apreciação de certos bens simbólicos. Nesse sentido, visando entender os processos educativos mediados pelo jornal O Tibagi e seu impacto na formação de um habitus secundário entre os habitantes da cidade-empresa de Monte Alegre – PR, este trabalho teve como objetivo investigar as características elementares desse periódico, sua posição no espaço social e seu impacto na valorização de formas culturais arbitrárias. Para tanto, foram adotadas como fontes as edições comemorativas de O Tibagi publicadas entre 1948 e 1964, nas quais foram observados os expedientes e colaboradores, anunciantes e temáticas mais recorrentes nas publicações. Com base nesse conjunto documental e no referencial teórico de Pierre Bourdieu, foi estabelecido um panorama situando as relações de poder que configuravam as práticas discursivas do periódico, cuja análise foi articulada às discussões sobre produção de arbitrários culturais e violência simbólica – já que as relações de força que interferem nas publicações estão também expressas no conteúdo que veiculam. Uma vez que a prática jornalística é configurada por disposições inerentes ao campo enviesadas por tensões do contexto mais amplo, as escolhas editoriais, o destaque dado a certas notícias em detrimento de outras e a linguagem utilizada foram formas de O Tibagi construir e difundir arbitrários culturais. Visto que, em uma análise relacional, nenhuma cultura pode ser considerada superior/inferior a outra, ao longo das publicações, o semanário legitimou as práticas das classes dominantes, produzindo uma cultura "legítima" que era aprendida pelos leitores no decorrer da exposição àqueles conteúdos.

Sendo o diretor do jornal também o diretor da empresa responsável pela cidade, O Tibagi estava investido do poder de falar em nome do grupo que lhe conferiu o papel de porta-voz. Assim, suas publicações, direta ou indiretamente, expressavam o ideário da empresa, que era reconhecida como uma referência para a industrialização nacional. Entende-se, dessa maneira, que a violência simbólica exercida pelo jornal foi estratégica na construção da "harmonia entre patrões e empregados" presente em Monte Alegre, existente, sobretudo, pela incorporação de discursos e desenvolvimento de disposições favoráveis à lógica empresarial.

Palavras-chave: Arbitrário cultural; Violência simbólica; O Tibagi.

CINEMA NACIONAL E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO FILME QUE HORAS ELA VOLTA? (2015)

Bruno José Yashinishi (UEL)
yashinishibruno@outlook.com.

O presente trabalho apresenta algumas reflexões sobre a relação entre a História da Educação brasileira e o cinema nacional. Diversas produções cinematográficas nacionais podem ser tomadas como representações e fontes para a História da Educação por abordarem em suas tramas, direta ou indiretamente, temáticas voltadas a determinados contextos políticos, culturais, escolares e educacionais da sociedade brasileira. Conforme Roger Chartier (1990), as representações são classificações e divisões para a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real, variando conforme os grupos e classes sociais que as produzam. Assim, são determinadas de acordo com interesses e marcadas por tensões acerca da concepção do mundo social e correspondem a construções sociais a partir de práticas culturais. Dessa forma, uma obra cinematográfica, ainda que puramente ficcional, pode ser tomada como representação histórica por permitir análises sobre o contexto apresentado em sua trama, bem como o da sua produção enquanto prática cultural. Enquanto fonte histórica, um filme possui um valor documental, não apenas pelo que ele testemunha, mas por sua abordagem sócio-histórica. Portanto, uma fonte fílmica deve ser analisada tendo em vista as formas com que ela se relaciona com o tempo que pretende reproduzir e no qual foi produzida (BARROS, 2012). É o caso do filme Que horas ela volta? (2015), da diretora Anna Muylaert, que dentre várias temáticas de cunho social (SCHVARZMAN, 2018), como por exemplo, a luta entre classes, a condição das empregadas domésticas, a ascensão socioeconômica e fatores étnicos e culturais apresenta a questão do acesso à universidade pública através da estória de Jéssica (Camila Várdila), filha da empregada doméstica Val (Regina Casé), que sai do Pernambuco com destino a São Paulo para prestar o vestibular na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU para o curso de Arquitetura. Ao mesmo tempo, o filho dos patrões de Val, Fabinho (Michel Joelsas) também vai prestar o mesmo processo seletivo. Jéssica sempre estudou em escola pública, enquanto que Fabinho é egresso da escola privada. No entanto, Jéssica é aprovada no

vestibular e Fabinho não. A narrativa do filme apresenta os dilemas e paradoxos entre os sistemas público e privado da educação brasileira nos anos 2010, além de elucidar importantes questões sobre os fatores socioeconômicos no ingresso no ensino superior, como o fato de que a personagem Jéssica acredita que a graduação pode ser um forte instrumento de mobilidade social e sua aprovação independe das condições econômicas como fator determinante (SILVA; SILVA, 2019). Nesse sentido, esse trabalho pretende investigar e demonstrar as representações sociais da educação brasileira presentes no filme Que horas ela volta?, além de fomentar discussões e reflexões sobre o papel social do cinema nacional no contexto da História da Educação (OLIVEIRA; MORAES; BRANDÃO, 2022). Para tanto, fará uma análise do filme entendendo seus elementos internos, como a narrativa, o gênero, a mise en scène, os tipos de planos, entre outros, em relação com seus elementos externos, tais como o contexto da produção, a crítica, os índices de bilheteria e a recepção.

Palavras-chave: Cinema e História da Educação; Educação Brasileira; Representações Sociais.

A DIFERENCIAÇÃO DA JUVENTUDE ESTUDANTIL NO INÍCIO DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1968)2

Dayane Cristina Guarnieri (UEL)
dayaneguarnie@hotmail.com

Tony Honorato (UEL)
tony@uel.br

A pesquisa se insere na Linha de Pesquisa Perspectivas Filosóficas, Históricas Políticas e Culturais de Educação do PPEdu, mais precisamente no campo da História da Educação. O objetivo do texto é analisar as diferenciações dentro da figuração estudantil a partir das suas práticas e relações sociais durante o início da ditadura civil-militar, quando os apoiadores do golpe civil-militar - como a maioria da grande imprensa - ainda negavam a ditadura e defendiam a existência de ideais liberais. Para isso, se utiliza como fonte os editoriais do Jornal do Brasil, a partir da perspectiva sócio-histórica, processual e relacional de Norbert Elias (1994b, p. 79) que prioriza um olhar sobre as relações sociais interdependentes como meio de compreender as experiências humanas em determinada época e espaço histórico. Para isso, é preciso compreender os códigos sociais gerados nas relações pois são eles que influenciam os comportamentos e sentimentos do indivíduo coletivo e individual. Logo, se considera que a formação e atuação da juventude estudantil se insere no processo histórico de diminuição das desigualdades e inclusão de grupos (mulheres, jovens, grupos étnicos etc.) com forte expressão numérica ou simbólica, capazes de gerarem pressões sobre o Estado, fator que interfere no habitus e nos códigos sociais. Como no Brasil da década de 1960, a população jovem era a maioria, o Estado era interdependente desse grupo que tendia a aumentar o seu gradiente de poder. Desde o processo de democratização após a ditadura de Getúlio Vargas e inclusive durante o governo deposto de João Goulart, a juventude estudantil e suas lideranças conquistaram posição de destaque e privilégios, principalmente no meio político e social, no entanto,

após o golpe civil-militar parte dela foi perseguida, outros foram ignorados e alguns exaltados. É nesse novo campo social de aumento da diferenciação social e da violência física do Estado que utilizamos a categoria estabelecidos-outsiders de Elias (2000) para compreender as diferenciações na figuração da juventude estudantil. Os estabelecidos são grupos mais homogêneos que se veem como portadores de valores da "boa sociedade", ou seja, se definem a partir de uma minoria dos melhores e estigmatizam os outsiders que são mais heterogêneos, a partir das piores características da sua minoria. Essa categoria permite revelar as relações de poder a partir da fabricação de uma autoimagem de si e uma imagem do outro. Assim, se compreende que grande parte dos jornais da grande imprensa, inclusive o Jornal do Brasil, eram grupos estabelecidos que projetam seus valores - dos quais, muitos se assemelham com os da ditadura civil-militar - quando abordavam a educação. Esses percepção evidencia o movimento de diferenciação e integração quando se observa a figuração estudantil. Na diferenciação se opera o que Elias (2000) chama de sociodinâmica da estigmatização, que é realizada pelo grupo dos estabelecidos. A estigmatização é um aspecto da relação entre estabelecidos-outsiders que, geralmente, se associa a uma "fantasia coletiva" criada pelo grupo estabelecido para justificar sua superioridade e a inferioridade do outro. A síntese da diferenciação, principalmente, quando reflete os "melhores estudantes" e os "piores estudantes" que nem sequer eram considerados estudantes, reflete os comportamentos e emoções dos grupos estabelecidos e como construíam sua legitimidade. Na especificidade do contexto de pesquisa, se percebe por meio da análise dos conteúdos escritos que a distinção entre os jovens estudantes se intensifica a partir de 1966 diante do debate em torno da cobrança de anuidades em universidades públicas, o que abriu espaço para a intensificação das manifestações estudantis, fruto tanto da marginalização política e do aumento da violência, quanto da crise econômica da população e da área educacional.

Palavras-chave: juventude estudantil. ditadura civil-militar. Jornal do Brasil

1968 NA UFPR – ADESÕES, ACOMODAÇÕES E RESISTÊNCIAS

Luiz Gabriel da Silva (UFPR)
dasilvaluizgabriel@gmail.com

O ensino gratuito nas universidades públicas é mais do que uma garantia fundamental aos estudantes. No ano de 1968 houve debates em que se recomendava que o ensino em universidades fosse pago. Sobretudo após o golpe de 1964, devido à aproximação do Brasil com os Estados Unidos (que apoiaram abertamente o movimento de tomada do poder), por meio dos acordos MEC-Usaid, recomendava-se que as instituições de ensino funcionassem como máquinas eficientes de gestão, privilegiando o funcionamento racional em detrimento de pesquisas e discussões intelectuais. Nesse sentido, ao tentar implementar o ensino pago em universidades, o governo enfrentou uma reação do movimento estudantil, que passou a protestar vigorosamente. Nesse sentido, a Universidade Federal do Paraná assume um protagonismo nesse embate, uma vez que seria a instituição pioneira na implementação do ensino pago. Logo, o movimento estudantil começa a traçar estratégias como divulgar em cursinhos preparatórios que os

estudantes, na hora de prestarem o exame, preenchessem um requerimento de gratuidade nos pagamentos. Já no dia do vestibular, no Centro Politécnico da Universidade do paraná, estudantes e agentes da repressão se enfrentaram, o que resultou na prisão de muitos indivíduos. Os protestos continuaram no dia seguinte na Reitoria da UFPR, em um episódio que contou com a célebre derrubada do busto do reitor Flávio Suplicy de Lacerda, de forma que o governador do estado, Paulo Pimentel, negociou com os estudantes o fim do movimento de contestação. A vitória veio após o político se comprometer em interceder pela anulação da medida nefasta que afetaria as instituições de ensino. Vitória do movimento estudantil. Embora tenham atingido seu objetivo imediato, os protestos continuaram durante todo o ano de 1968, assim como em boa parte do mundo. Em outubro, na cidade de Ibiúna, São Paulo, o XXX Congresso da UNE é desbaratado e estudantes são presos. Opta-se então, por continuar o conclave estudantil na capital paranaense, em um local conhecido como "Chácara do Alemão", cujo desfecho foi parecido com o de Ibiúna, mas com um agravante: como ocorreu poucos dias após a decretação do AI-5, dessa vez 15 estudantes foram condenados, em uma atitude então inédita na história da repressão. Nesse sentido, a presente pesquisa procura analisar a trajetória de estudantes da UFPR em 3 categorias, a saber: adesões, acomodações e resistências. Como principais fontes, analisa-se testemunhos de indivíduos que participaram ativamente dos eventos supracitados, bem como jornais da época e pastas temáticas da DOPS. Como todo o trabalho é permeado pela memória, algumas concepções são fundamentais, tais como a noção de "escovar a história a contrapelo" de Walter Benjamin, uma vez que ir contra as narrativas implementadas pelo poder público ao longo dos anos é algo bastante trabalhoso. As noções de "enquadramento da memória" de Michael Pollak e reflexões sobre o papel do esquecimento em autores como Johan Michael e Paul Ricoeur trazem perspectivas importantes para a discussão das nuances inerentes à memória e sua face diametralmente oposta, justamente o esquecimento.

Palavras-chave: educação; ditadura civil-militar - Universidade Federal do Paraná.

TEATRO DE BONECOS DADÁ DE CURITIBA: EDUCAÇÃO POPULAR, CULTURA E INFÂNCIA (1960-1990)

Marcio Souza da Luz (UFPR)
luzmarciosouza@gmail.com

Esta pesquisa aborda a trajetória do Grupo Teatro de Bonecos Dadá de Curitiba e suas relações com a educação. Tem como objetivo principal compreender a articulação entre as propostas artísticas e educacionais do grupo, estabelecendo conexões com a educação popular, teatro político, a produção cultural para a infância e o teatro de bonecos. Serão pesquisadas as ações do grupo a partir de seu engajamento político, das experiências com movimentos de alfabetização de adultos suas relações com as ideias de Paulo Freire, o exílio e o retorno ao Brasil em 1974. A retomada das atividades do grupo a partir dos anos 70 terá um enfoque concentrado no público infantil. O recorte temporal desta dissertação enfocará especialmente as atividades do grupo entre os anos finais da década de 1970 e

meados da década de 1990 na cidade de Curitiba. Quais os ideais do grupo antes e depois de 1974? Serão utilizadas como fontes históricas: Fotografias, material jornalístico, impressos e documentação oficial, sob a guarda de acervos como a Casa da Memória de Curitiba, Hemeroteca Digital, Biblioteca Pública do Paraná, Arquivo Público do Paraná - DOPS. Marcos teóricos utilizados: Roger Chartier para o conceito de representação, em diálogo a teoria praxiológica de Pierre Bourdieu. O objetivo é contribuir para a história e historiografia da educação, explorando o papel da arte educação e, especificamente, o teatro de bonecos como meio de promover propostas relacionadas à educação popular e à ampliação de espaços culturais para a infância. A pesquisa busca investigar as mudanças e continuidades no trabalho e na identidade dessa companhia teatral ao longo de sua atuação na vida cultural de Curitiba entre os anos de 1970 e meados de 1990. Demarcaremos a história do Grupo Dadá em duas fases: a primeira anterior ao exílio (1964 a 1970) marcada pelas relações dos membros do grupo com o movimento estudantil, o Teatro Político e a educação popular; a segunda fase a partir do retorno ao Brasil em 1974, com novas diretrizes para o trabalho artístico e educativo do grupo, voltado especialmente à produção cultural para a infância, sob o patrocínio da Fundação Cultural de Curitiba. A criação no final dos anos 90 do Jornal do Dadá e seus pequenos leitores. Entre o final da década de 1970 e meados da década de 2000 que se concentra a investigação em busca da resposta para as seguintes perguntas de pesquisa: O que caracterizou o trabalho do grupo de teatro de bonecos Dadá nas duas fases delimitadas, considerando a sua história marcada pelas posições políticas de esquerda, enfrentamento de desigualdades sociais e educacionais. Existiu um projeto popular de educação, aparentemente alinhadas ao status quo na segunda fase? Teria o grupo alterado na, segunda fase, suas ideias sobre educação, cultura e sociedade para adequar-se a uma linguagem passível de ser aceita em editais e espaços abertos pela prefeitura e governo do estado? Quais as principais temáticas abordadas nas peças teatrais reproduzidas para o público infantil curitibano no período entre o final da década de 1970 em meados da década de 1990? Quais os ideais do jornal produzido pelo grupo e seus resultados com o publico infantil?

Palavras-chave: Teatro de Bonecos Dadá; Educação Popular; Infância.

A REVISTA "LA EDUCACIÓN" (DÉCADAS DE 1950/ 1960): PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES E REFLEXÕES

Amanda de Carvalho Michaelides (UFPR)
michaelides@ufpr.br

Leziany Silveira Daniel (UFPR)
leziany.daniel@ufpr.br

O presente trabalho toma como fonte principal de análise a revista “La Educación”, publicação da Divisão de Educação, do Departamento de Assuntos Culturais, da União Panamericana, organização esta que se tornou Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) no início do século XX. A União Panamericana foi criada como uma organização supranacional, marcando presença na área da política externa, fazendo com que as nações integrantes traçassem metas, diretivas e métodos para além de suas fronteiras. Nesse sentido, em 1890, os Estados das três Américas uniram-se sob uma perspectiva de interesses comuns, principalmente comerciais. Surge, assim, a União Internacional das Repúblicas Americanas, posteriormente União Panamericana, raiz originadora da Organização dos Estados Americanos (OEA), com sede em Washington, DC. No interior desta organização, destaca-se o panamericanismo que pode ser caracterizado como um movimento político, cultural e educacional que tinha como objetivo a junção entre essas américas e a resistência frente a uma tentativa de recolonização espanhola, além de se mostrarem influentes tal como os Estados Unidos e o Brasil. Fonte principal do projeto de pesquisa, a primeira iniciativa foi digitalizar todos os números da revista encontrados na Biblioteca de Educação do Campus Rebouças da UFPR, além de realizar pesquisa bibliográfica sobre os conceitos de transnacionalismo e panamericanismo, bem como entender o papel e o potencial dos periódicos como fonte para pesquisa em História da Educação. Com isso, percebemos a importância da construção de redes entre intelectuais latino-americanos, principalmente em épocas de grandes mudanças sociais (como foi as décadas de 1950/ 60) no qual a imprensa, além de possibilitar essa comunicação, tinha a capacidade de ampliá-la significativamente. Neste sentido, o presente trabalho, ao tomar como fonte de análise a revista “La Educación” procura: entender o lugar desta publicação no período de sua circulação, analisando sua representatividade no interior das discussões educacionais engendradas sobre a educação latino-americana no período; refletir sobre algumas das concepções engendradas pelos organismos internacionais para a educação latino-americana; analisar a linha editorial do material impresso, entendendo-o como fonte de pesquisa pensado no interior da cultura material escolar; e identificar redes de sociabilidade intelectuais fomentadas pelos autores e organizadores da revista. Como algumas reflexões, pode-se considerar que a OEA, assim como outros organismos internacionais, no período analisado, observava e influenciava os

países latino-americanos, propagando direcionamentos pensados, por exemplo, para as políticas educacionais. A rede de sociabilidades construída a partir da revista aponta para preocupações que eram coadunadas pelos envolvidos. Em especial, os editoriais mostram a definição de uma linha editorial para a revista, sendo possível vislumbrar muitos dos projetos educacionais expressos por seus dois editores principais, o argentino Luis Reissig e panamenho Francisco Céspedes, que estiveram intimamente envolvidos na construção de um ideal panamericano para a região.

Palavras-chave: Imprensa educacional; Intelectuais; Panamericanismo.

COMPLEXIDADES, ORALIDADES E EXPERIÊNCIAS AO TRABALHAR COM ENTREVISTAS NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Eliane Maass Cirqueira (UFPR)
elianemaass@gmail.com

Julio Corcino Junior (UFPR)
juliocorcinojr@gmail.com

Samara Mendes Araujo Silva (UFPR)
samaramendes1977@gmail.com

Este resumo visa apresentar uma breve discussão referente ao uso de entrevistas em pesquisas do Campo da História da Educação, motivados pelo anseio de compartilhar com a comunidade científica os relatos e as vivências adquiridas durante o processo de coleta de dados para estudos na área da educação formal, numa pesquisa que envolve os sujeitos que atuaram no Curso de Pedagogia EaD da Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre 1999 e 2019, e da educação informal exercida pelas mulheres nos lares de uma comunidade religiosa menonita entre 1973 e 1985. Colocamos que o Tempo Presente, como um período no contexto brasileiro, começa a partir do regime da ditadura cívico-militar (1964-1985) e se estende até os dias atuais, concebendo para o campo da História uma leva de novas problemáticas, objetos e metodologias, que são utilizados por historiadores contemporâneos e educadores, e conseguindo ampliar as fronteiras das fontes, indo além da tradicional análise dos documentos escritos. Uma metodologia que pode ser aplicada em trabalhos situados no recorte da História do Tempo Presente é a História Oral, que em sua estrutura consiste na realização, gravação e transcrição de entrevistas com sujeitos históricos, dos quais fizeram parte professores da EaD que exerceram a docência na educação superior, em curso a distância de 1999 a 2019, e de mulheres da segunda geração de imigrantes que foram mães nas décadas de 1970 e 1980. A realização de entrevistas, com o objetivo de abordar, captar e questionar os fragmentos de memórias dos participantes não é uma tarefa simples, requerendo ética e respeito com estes sujeitos, pois devemos compreender a complexidade de tais assuntos para os mesmos, entendendo que nem todos estarão disponíveis ou seguros para manifestar vontade em participar das pesquisas em razão de motivos como: não querer expor suas memórias para terceiros, discordância com os termos da entrevista, desconforto referente

a abordagem e intencionalidade da pesquisa, dentre outras situações, que podem fazer o participante aceitar ou recusar fazer parte desse processo. Portanto, cabe ao pesquisador mediar toda situação, desde o momento que é feito o convite para a entrevista até a finalização com a devolução da transcrição para os entrevistados. Autores como José Meihy, Verena Alberti, Paul Thompson, Michael Pollak, Ana Luiza Smolka e Marieta Ferreira, foram algumas das bases teóricas utilizadas durante o decorrer das pesquisas, para que fosse possível desenvolver os procedimentos metodológicos e delinear o referencial teórico mais adequado para ambos trabalhos, à vista da necessidade de se pautar em autores da História e da Educação, para conduzir a entrevista, transcrição e análise dos relatos de forma fidedigna ao exposto pelo entrevistado. Finalmente, destacamos que os historiadores da História do Tempo Presente conseguem desenvolver suas pesquisas com riqueza de informações, relatos e dados quando aplicam a metodologias da História Oral, dentro de uma abordagem qualitativa e em confronto com outras fontes documentais.

Palavras-chave: História da Educação; Memória; História Oral

UNIVERSIDADES POPULARES NA EUROPA: INTERFACES ENTRE POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA E ALIENAÇÃO

Fernanda Natalí Demichelli (UNIOESTE-CASCAVEL)
fernanda_demichelli@yahoo.com.br

João Carlos da Silva (UNJOESTE-CASCAVEL)
joao.silva@unioeste.br

O tema relacionado às Universidades Populares faz parte de um capítulo recente da história da educação e quando abordamos sua origem na Europa durante o século XIX, não podemos deixar de abordar o contexto histórico em que os sujeitos estavam inserido. Foram instantes marcados por grandes revoluções como a Primavera dos Povos em 1848 e a Comuna de Paris em 1871, ambos influenciados pelos desdobramentos da Revolução Francesa. Em face desses enfrentamentos entre burguesia e proletariado na Europa, em especial: França, Inglaterra e Alemanha, o clima era de tensão, pois mesmo com a burguesia fortalecida, a classe operária demonstrou que poderia se organizar e lutar por reformas políticas e sociais. Após os conflitos, em meio a nova reorganização social, mudanças puderam ser sentidas no ambiente universitário. Grupos liberais começam a ganhar espaço e participação na sociedade, propondo mudanças, sobretudo no âmbito educacional. Na Inglaterra, a partir de ações visando democratização na educação, surge o movimento de extensão universitária, que tinha como objetivo fornecer ensino superior para aqueles que estavam à margem desse sistema educacional. Nas universidades de Oxford e Cambridge, a Extensão Universitária teve início com o professor James Stuart, em 1873, com intuito de educar todas as classes sociais (ROWBOTHAM, 2014), bem como diversificar e ampliar seu público, que era tradicionalmente voltado à elite. Na Áustria, as experiências das Universidade Populares foram viabilizadas por meio de financiamento do Estado e contribuições privadas, que propiciaram a construção da primeira Universidade

Popular noturna na Europa (STIFTER, 1994). Em Portugal, as experiências com Universidades Populares tiveram início no final do século XIX e começo do século XX. A primeira Universidade Popular de Lisboa foi fundada em 1889 e denominava-se Academia de Estudos Livres, porém, mais tarde, as Universidades Populares de Portugal (UPP) se espalharam por diferentes cidades, entre elas Porto e Coimbra. Mesmo após os conflitos anteriores entre a classe trabalhadora e a burguesia, percebeu-se que houve grande participação dos operários e de seus filhos nas Universidades Populares. Apesar do esforço em adotar uma posição de neutralidade, defendida principalmente pelos intelectuais austríacos, percebe-se que contraditoriamente esses espaços se tornaram palco de alianças horizontalizadas entre diferentes grupos que buscavam experimentar exercícios democráticos de gestão na Universidade. Nas experiências da Inglaterra, observou-se que os docentes defendiam o ensino verticalizado, porém, visando aumentar a participação dos estudantes, precisaram dialogar e reconhecer a realidade dos trabalhadores, como forma de integrar diferentes conhecimentos às áreas do saber. As experiências de Universidades Populares apresentadas podem ser consideradas muito válidas à classe trabalhadora, mas não deixam de ser complexas e compostas de múltiplas determinações que merecem uma análise mais profunda. Nesse sentido, entende-se que a Universidade Popular foi marcada por disputas e tensionamentos no campo social, mas observar os elementos que ainda precisam ser superados, é primordial para estabelecer a educação para todos, na atualidade, de forma efetiva no sentido da emancipação humana.

Palavras-chave: Universidade popular, ciência, alienação.

MINHA INFÂNCIA É DESCONSIDERADA POR CAUSA DA MINHA CULTURA: RELATOS DE HISTÓRIA ORAL DA COMUNIDADE GUARANI E KAIGANG DE RIO GRANDE/RS

Hardalla Santos do Valle (UFPel)
hardalladovalle@gmail.com

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a análise de entrevistas com membros da comunidade Guarani e Kaigang, da cidade de Rio Grande/RS. A intenção foi compreender, pelo viés histórico, as infâncias de adultos dessas aldeias. A partir de um recorte das décadas de 1960 e 1970, elementos como a compreensão do conceito de infância e a relação cultural das crianças com a família e a escola foram abordados. Cabe mencionar que, na cidade de Rio Grande/RS, situadas no bairro cassino, há duas aldeias indígenas: Guarani e Kaigang. Ambas, possuem diferenças identitárias, suas comunidades são crescentes e vem batalhando por apoio público para a efetivação de boas condições estruturais e a criação de museus e escolas. Destaca-se que essa pesquisa parte de uma demanda das aldeias, que argumentam que as suas infâncias estão profundamente ligadas a sua cultura e que a sua historicidade ainda é pouco compreendida pelos sujeitos externos a essas comunidades. As infâncias brasileiras são múltiplas. Todavia, salienta-se a relevância de pensar sobre o protagonismo de infâncias pertencentes a comunidades historicamente marginalizada no país. A História Cultural e a História oral foram

escolhidas como bússola teórico-metodológica desta pesquisa. Essa configuração, deve-se a sua abrangência e vasta gama de possibilidades de análises. Burke (2008), ressalta que a História Cultural ampliou o território da pesquisa histórica, mostrando os limites das abordagens anteriores e as possibilidades de se pesquisar temas que antes eram invisíveis. Chartier (2009), aponta que ela tem como principal objetivo identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler. Pode-se dizer assim, que a História Cultural respalda a análise do passado, suas formas discursivas e imagéticas pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo. Já a História Oral centra-se na memória humana e sua capacidade de rememorar o passado enquanto testemunha do vivido. Podemos entender a memória como a presença do passado, como uma construção psíquica e intelectual de fragmentos representativos desse mesmo passado, nunca em sua totalidade, mas parciais, em decorrência dos estímulos para a sua seleção. Não é somente a lembrança de um certo indivíduo, mas de um indivíduo inserido em um contexto familiar ou social. Para Maurice Halbwachs (2004, p. 85), toda memória é coletiva, e como tal, ela constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. Como um recurso teórico-metodológico às pesquisas do campo da História da Educação, a História Oral tem sido não somente enriquecedora como, em muitos casos, necessária. A escassez, ou lacunas, de informações faz dos relatos orais, uma valiosa fonte de dados. A História Oral também se revela como um instrumento precioso na construção da rede de sentidos que compõem o estudo do passado educacional. Ela se mostra fecunda no que se refere a aproximação das vivências, das circunstâncias particulares, que não estão explícitas nos documentos escritos.Entre os resultados desta pesquisa, destaca-se a compreensão dos Guaranis e Kaigangs de que a sua cultura sofre muitos preconceitos e que, desde a infância, as suas vivências foram desrespeitadas de diversas formas, inclusive em espaços formais de educação. Além disso, a infância dos sujeitos kaigangs foi entendida como um período de grande relação com a sua comunidade e a natureza, enquanto a infância dos sujeitos Guaranis, além do vinculo comunitário, prezou por um forte aprendizado da espiritualidade e da autonomia.

Palavras-Chave: Infância; Comunidades Guarani e Kaigang; História oral .

DFO ARQUIVO À SALA DE AULA: EDUCAÇÃO HISTÓRICA E TRANSFORMAÇÃO DE FONTES DOCUMENTAIS NA EXPERIÊNCIA COM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

Petra Laus Henning (IFPR)
petra.henning@ifpr.edu.br

Edilson Aparecido Chaves (IFPR)
edilson.chaves@ifpr.edu.br

Débora dos Santos Oliveira (IFPR)
debora.oliveira@ifpr.edu.br

Este artigo relata uma experiência didática com jovens estudantes do Ensino Médio brasileiro sobre a organização, preservação, ressignificação de fontes documentais e produção de materiais didáticos a partir dos documentos analisados. Está relacionado às investigações de Schmidt e Garcia (2005), quanto ao trabalho com fontes históricas em aulas de História, enfatizando a exploração dos documentos encontrados no interior de uma fábrica de beneficiamento de erva mate localizada na cidade de Curitiba, Paraná, Brasil. A empresa Mate Real, criada em 1834 e antigamente denominada Matte Ildelfonso para homenagear Ildefonso Pereira Correia, o Barão de Serro Azul, após vender seu espaço físico para o Instituto Federal do Paraná, em 2011, deixou para trás documentos públicos e privados relacionados ao período de constituição do processo de industrialização do Estado do Paraná. O projeto foi originado a partir da constatação de que o trabalho com fontes históricas no livro didático, mesmo com a renovação historiográfica, que incorporou nos livros didáticos de História novas estratégias e diferentes tipos de fontes para análise do aluno, pouco contribui com a possibilidade de construção do conhecimento histórico deste. Parte do acervo é formada por documentos de cunho pessoal que podem ser utilizados no ensino de História. Outros documentos do acervo são registros contábeis e administrativos da fábrica. Após a transferência desses documentos para um local adequado, elaborou-se um projeto no sentido de sua preservação, prevendo-se a organização e posteriormente tratamento técnico necessário. Articulado à necessidade de dar tratamento arquivístico ao acervo documental, este trabalho possibilitou a construção de um arquivo físico e outro virtual (em fase de disponibilização). Ao mesmo tempo, tomou-se a decisão de envolver os jovens alunos nesse projeto, acreditando no alto potencial de aprendizagem que ele abre no espaço escolar. O projeto, assim, volta-se a criar condições para novas possibilidades de ensino, com uma focalização específica ainda pouco explorada, ou seja, transformar esses documentos em materiais para ensino de História com a colaboração dos jovens. Essa intenção se dirige às finalidades do ensino da História na escola, acompanhando Abud (2005, p. 315) quando diz que o "propósito é auxiliar o aluno a construir o conhecimento histórico a partir de documentos diferenciados dos costumeiramente presentes nas aulas" o que possibilita novas propostas alternativas de organização de conteúdo. Portanto, a inclusão desses documentos para ensinar História, para além do livro didático, poderia ser um valioso elemento para o trabalho em aulas de História. (Chaves, 2006). Os primeiros objetivos do projeto foram alcançados, da organização do acervo à análise e ressignificação de algumas fontes documentais pelos estudantes realizada de acordo com critérios técnicos da Arquivística e da História. Outras fases permitirão não apenas que o material seja disponibilizado para consulta pública, mas que jovens estudantes conheçam os processos envolvidos na preservação de documentos, bem como os processos da transformação de documentos em fontes históricas. O processo aqui relatado constitui-se em um grande desafio ao trabalho do professor, exigindo o desenvolvimento de atividades em outros espaços, a articulação com professores de outras disciplinas, a reorganização didática e metodológica das aulas, entre outros, para além dos modelos de ensino usuais.

Palavras-Chave: Ensino de História; Acervo Documental; Fontes Históricas.

EDUCAÇÃO COMO PROJETO DE FORMAÇÃO: O DEBATE SOBRE A EDUCAÇÃO FEMININA NO CONTEXTO DA ESCOLA DO RECIFE (1870-1930)

Aruanã Antonio dos Passos (UTFPR)
aruanaa@utfpr.edu.br

O trabalho analisa a chamada "Escola do Recife" enquanto movimento intelectual no contexto da transição do Brasil Império para o regime republicano. Partimos, dessa forma, da trajetória intelectual de Tobias Barreto de Menezes (1839-1889), considerado a figura central e articuladora de tal movimento, com ênfase na formulação em seu pensamento e de um projeto de Nação fundamentado em certa definição de cultura e formação nacional. Nesse sentido, tomamos como objeto de análise os debates que se desenrolaram quando da sua atuação como deputado na Província de Sergipe em torno da educação das mulheres. Consequentemente, um conjunto de questões se impõe em tal proposição: qual era o estatuto da educação no quadro geral de crítica da cultura nacional realizada pelo movimento do Recife? Qual o lugar da formação das mulheres naquele contexto? Com quais ferramentas teóricas (filosóficas e sociológicas), Tobias Barreto pensou e fundamentou seu projeto de Nação com base na noção de "formação" (bildung)? A partir deste questionário prévio desdobramos a discussão para a apropriação e circulação desses referenciais nos chamados "herdeiros" (especialmente, alunos e discípulos) de Tobias Barreto nas primeiras décadas do regime republicado. Para tanto, recorremos a importante atuação de Sílvio Romero (1851-1918) enquanto organizador e divulgados das ideias e obras de Barreto na capital federal. Além de Romero, outros intelectuais pertencentes a esse quadro cultural foram fundamentais no exercício de cargos e funções na República, e também no panorama cultural daquele contexto. É o caso de Graça Aranha, Clóvis Bevilácqua e Miguel Reale. Em outras palavras, além do nominalismo, o campo jurídico- político e literário/cultural foram impactados pela influência da Escola do Recife e Tobias Barreto na posteridade. Assim, o intuito de "formar almas" em contexto republicano (como bem apontou José Murilo de Carvalho), passava por uma crítica ampla da noção de cultura que articulava a laicização da educação como processo cívico de edificação de um Estado nacional moderno, o que entrou em contradição com as estruturas de dominação arcaicas do Brasil Colonia e Império, o que não implica numa caracterização progressista para a primeira república. Ao contrário, os debates intelectuais no campo do Código Civil de 1916, da Semana de Arte Moderna e do Integralismo passavam pelo reconhecimento do atraso e assincronia do país em relação aos "civilizados". Tal leitura de passado e projeção de presente estruturou um projeto de cultura, povo e país. É através desta hipótese que analisamos a formação de um projeto educacional (cultural) amplo inspirado em um ideário europeu recebido de forma apressada em contexto nacional e na defesa de um futuro alternativo para os problemas vivenciados em território brasileiro. Por fim, uma das conclusões de tal análise se fundamenta na circularidade e influência de gerações intelectuais e suas relações com os

lugares de poder, tanto intelectuais (de memória, por exemplo), quanto do efetivo e concreto exercício e consolidação de políticas públicas e da hegemonia do Estado.

Palavras-chave: Escola do Recife; História intelectual e das ideias; Brasil Império.

FRANCISCA SENHORINHA DA MOTTA DINIZ EM SEUS ESCRITOS: DE PROFESSORA A JORNALISTA

Gabriela Marcondes dos Santos (UNESP-BAURU)
gabriela.marcondes@unesp.br

O presente trabalho desenvolveu-se como Pesquisa de Iniciação Científica com bolsa FAP/Unisagrado entre os anos de 2020-2021 sob orientação da Profª. Drª. Lourdes Madalena Conde Gazarini Feitosa, vinculado ao curso de História do Centro Universitário do Sagrado Coração – Campus Bauru. Estudaram-se as ideias divulgadas no periódico O Sexo Feminino (1873-1889) e seu sucessor O Quinze de Novembro do Sexo Feminino (1889-1890), dirigidos por Francisca Senhorinha da Motta Diniz e escritos por ela e suas colaboradoras em prol da emancipação feminina por meio da educação. A partir da análise dos jornais, refletiu-se sobre qual seria o papel das mulheres da imprensa periódica ao utilizar o espaço jornalístico a fim de reivindicar educação para as mulheres. Objetivou-se examinar o papel da imprensa nas lutas femininas por espaço no campo educacional, entender a participação social feminina na feminização do magistério e compreender o conceito de emancipação defendido por estas mulheres em fins do século XIX. Por meio de referenciais historiográficos de Cecília Vieira do Nascimento, Fernanda Alina de Almeida Andrade, Gerlice Teixeira Rosa, Lourdes Madalena Conde Gazarini Feitosa, Bárbara Figueiredo Souto, Constância Lima Duarte e Mary del Priore foi possível desenvolver uma pesquisa histórica que coletou dados de 85 edições dos periódicos publicados em fins do oitocentos na capital do Império Brasileiro e realizar a análise das colunas de editoriais, folhetins, informes e textos diversos publicados nos jornais por colaboradoras. Destaca-se o papel de Francisca Senhorinha da Motta Diniz em veicular quatro jornais, sendo eles: O Sexo Feminino (1873-1889), O Quinze de Novembro do Sexo Feminino (1889-1890), Primavera (1880) e A Voz da Verdade (1885) e publicar um livro, de título A Judia Rachel (1886), em coautoria de sua filha, Albertina Diniz. Para além da produção periódica e literária, Francisca Senhorinha da Motta Diniz fundou e dirigiu três colégios para mulheres ao longo de sua vida, o primeiro fundado após sua chegada à Corte Imperial em 1875, de nome Colégio Maternal Nossa Senhora da Penha, com programa de ensino primário. O segundo colégio, fundado em 1889, de nome Colégio Santa Izabel, que atendia meninos até o ensino primário e meninas até o secundário. Este colégio, posteriormente, veio a ter um espaço anexo chamado Escola Doméstica, que atendia, de forma gratuita, meninas desvalidas na educação primária, instituição que Francisca Senhorinha da Motta Diniz mantinha com os lucros das publicações de seus jornais. Concluiu-se que Francisca Senhorinha da Motta Diniz se fez ouvir por meio da imprensa e utilizou de sua condição letrada para reivindicar a educação para mulheres que não tiveram o mesmo privilégio que ela. Seus jornais foram veículo não apenas de ideias

emancipacionistas como também de instrução e entretenimento. E, para além de seus escritos, as escolas fundadas e dirigidas por ela foram veículo prático das lutas que defendia no jornal. Consagra-se a figura de Francisca Senhorinha da Motta Diniz não apenas como professora, diretora e redatora, mas como participante ativa de um processo de inclusão das mulheres na História da Educação no Brasil.

Palavras-chave: Francisca Senhorinha da Motta Diniz; História da Educação Feminina; Imprensa Feminina.

A EDUCAÇÃO ARTÍSTICA COMO CAMINHO PARA A OCUPAÇÃO E A PROFISSIONALIZAÇÃO DE MULHERES NO FINAL DO SÉCULO XIX: PERSONAGENS E DISCURSOS

Graciele Dellalibera de Mello (UFPR)
gracidemello@gmail.com.br

Ao longo da segunda metade do século XIX, na Província do Paraná (1854), foram sendo efetivadas pelo governo e alguns de seus habitantes, instituições como as da imprensa e da educação, onde despontaram discussões sobre as mulheres nessa sociedade. Os impressos permitiram a circulação de diferentes ideias acerca da elaboração de um modelo educacional direcionado às mulheres, e a instrução, pública e privada, precisou destinar-lhes espaço entre suas fileiras. O modelo de educação feminina, mesmo que inicialmente e em pequena escala, trazia em seu bojo a presença de prendas domésticas e dos dotes artísticos (MELLO, 2018), sendo que o ensino da arte galgou maior destaque nas discussões acerca da ampliação de espaços para as mulheres ao final do século XIX. Portanto, o objetivo desse material é o de apontar tanto os discursos, quanto as personagens, projetos e espaços a que estavam ligados àqueles que defendiam os benefícios de uma educação artística direcionada às mulheres nas duas últimas décadas do século XIX, visando sua ocupação e/ou profissionalização. Foi por meio da circulação de discursos na imprensa, esse lugar de desenvolvimento da opinião pública (PERROT, 2017), junto a documentação oficial da região do Paraná que localizamos personagens e suas ideias sobre a inserção da educação artística no ensino das mulheres. Nossa metodologia se baseou na pesquisa de palavras-chave relacionadas ao ensino da arte e da instrução feminina em impressos da Hemeroteca Digital e dos Relatórios de Presidentes de Província, Governadores e de Inspetores da Instrução Pública, estes localizados no Departamento de Arquivo Público do Paraná (DEAP). Assim, nas duas últimas décadas do século XIX, apreende-se um adensamento de ideias sobre o papel que a mulher poderia ocupar na sociedade curitibana para além do lar, em consonância com as influências nacional e estrangeira, notadas principalmente a partir da imprensa. Mesmo que nem toda sociedade concordasse, percebe-se que as ideias acerca da educação artística e sua relação com a educação das mulheres deixava de ser tratada apenas como um mero adorno, sendo defendida por professores, políticos e jornalistas como subsídio para uma formação mais específica tanto nas Escolas de Arte quanto no currículo da Escola Normal, estas em fase de institucionalização nesse período. Sugeria-se que a educação artística seria benéfica

para a educação do povo em geral, ajudando a transpor conhecimentos, educando o senso estético e "civilizando" hábitos. Portanto, para pensar o alcance dessas ideias e suas origens analisamos também o conjunto de personagens que as defendiam, suas causas e os espaços que circulavam já que tais informações direcionam para os projetos em que estavam inseridos, conforme analisamos a partir de Vieira (2007). Resultaram dessa pesquisa um quadro com nomes e propostas daqueles e daquelas que fomentavam e, muitas vezes, financiavam o ensino da educação artística feminina fosse na Escola de Belas Artes e Indústrias (1886), no Conservatório de Belas Artes (1894) ou ainda na Escola Normal enquanto disciplina.

Palavras-chave: História da Educação; História das Mulheres; Educação Artística.

SER PROFESSOR É ASSIM: TEM OS SEU PRÓS... E OS SEUS CONTRAS: A PROFISSÃO DOCENTE NOS QUADRINHOS DE JUSKA NA REVISTA DO PROFESSOR/RS (1995-2006)

Maria Cristina Perigo do Nascimento (UFPR)
mariacrisperigo@yahoo.com.br

Na perspectiva da História Cultural, a partir do conceito de representação de Roger Chartier, e utilizando-se das histórias em quadrinhos, enquanto produção cultural e artística, como objeto histórico, este trabalho busca problematizar a representação da profissão docente presente nos quadrinhos intitulados "Aventuras do Professor Magistério", assinados pelo artista gaúcho Francisco Juska Filho, no período de 1995 a 2006, na seção de humor da Revista do Professor/RS: um periódico gaúcho especializado em Educação e Ensino, fundado em 1985, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, pela Editora CPOEC (Centro de Pesquisas e Orientações a Exames e Concursos), que circulou no Brasil todo – em virtude de sua distribuição nas escolas públicas, por meio da parceria financeira que o periódico firmou com o Estado (com secretarias municipais e estaduais brasileiras) –, nas décadas de 1980, 1990 e parte de 2000. A revista em questão, que tinha uma periodicidade trimestral, era direcionada aos professores da Educação Básica e dizia-se preocupada com a atualização do professor e em "prestar bons serviços ao magistério", para isso, utilizava-se de uma linguagem simples, era recheada de material didático-pedagógico, tanto escrito como visual, e trazia sugestões de atividades para o professor trabalhar em sala de aula, além de discussões sobre Educação. Ao fim da revista, em uma página inteira, veiculava-se os quadrinhos "Aventuras do Professor Magistério". Encarando essas histórias como parte também importante do discurso da Revista do Professor/RS a ser explorada, haja vista que elas transformam o cotidiano escolar em ficção, retratando, por meio de elementos textuais e visuais, o seu contexto histórico de produção (de disputas e conflitos para a História da Educação), este trabalho, tendo como corpus 37 histórias em quadrinhos, todas relacionadas à Educação e assinadas por Juska, mapeia essa produção artística, explora as particularidades dos quadrinhos – já que estes possuem uma linguagem singular, com um funcionamento conjugado de diversos signos (visuais, verbais e não verbais); para, finalmente, analisar e discutir como o artista

representa a profissão docente. Com tal propósito, além da perspectiva de Roger Chartier, o estudo vale-se das contribuições de outros autores: Tania Regina de Luca (2015), sobre a necessidade de inquirir corretamente a fonte impressa – a Revista do Professor/RS; Maria Helena Camara Bastos, quanto às revistas de Educação e Ensino (2002); Henri Bergson (1983), no que concerne ao humor; Paulo Eduardo Ramos (2018), acerca das definições e significados de termos específicos que caracterizam as histórias em quadrinhos; Cynthia Greive Veiga (2009, 2017), no que se refere à História da Educação. Pela análise do corpus do trabalho, verifica-se que Juska foi um artista impecável, tanto no que diz respeito ao domínio da palavra e dos recursos característicos do humor (ambiguidade, ironia etc.), quanto à produção dos desenhos. O artista soube muito bem explorar os códigos comuns das histórias em quadrinhos, em que ele e leitor-espectador eram iniciados. No que diz respeito à representação da profissão docente, mesmo que por meio de estereótipos e ironias, os quadrinhos parecem provocar críticas a opiniões do senso comum, que são velhas conhecidas: não é fácil ser professor no Brasil; a profissão docente é mal remunerada e exige muita dedicação (para além da escola); é papel do professor usar de toda a sua criatividade para manter o aluno na escola. A problematização proposta acaba, assim, por desvelar que o professor, na verdade, é sujeito de um campo profissional bastante complexo e frágil.

Palavras-Chave: Profissão docente; Revista do Professor/RS; História em quadrinhos.

A ASSOCIAÇÃO DA IDENTIDADE DAS PROFESSORAS DAS PRIMEIRAS IDADES COM A MATERNIDADE POR MEIO DO JORNAL CORREIO DE NOTICIAS (1986)

Luana Beatriz Paes Magalhães (UEL)
luana.b.magalhaes@uel.br

Maria Heloisa Scheel da Silva (UEL)
heloisa.scheel@uel.br

Gabriela Paula dos Santos (UEL)
gabriela.paula21@uel.br

Partindo de uma matéria veiculada no jornal paranaense Correio de Notícias em 1986, cujo título era “Tudo pela criança”, escrito por Joyce Miriam, propomo-nos a realizar uma breve discussão acerca da associação entre ser professora e ser mãe. No século XIX os homens brancos eram livres para estudar e escolher a profissão que desejavam, enquanto as mulheres ficavam quase sempre relegadas da participação social. Quando as mulheres recebiam instrução era para que se tornassem boas esposas, boas mães e continuassem sendo servas fiéis da igreja, para isso, elas aprendiam a cozinhar, cuidar da casa e a educar seus filhos. Aos poucos, a partir da abertura das Escolas Normais em 1835, o sexo feminino pôde ter acesso a uma profissão. Com o passar do tempo, as mulheres da elite brasileira se

interessavam cada dia mais pela possibilidade de adentrar ao mundo do trabalho, até que a maior parte das professoras da educação de crianças pequenas fossem mulheres. Dando origem ao que conhecemos como a feminização do magistério, um fenômeno que aconteceu no século XIX e ainda é amplamente discutido por pesquisadores da educação, sendo principalmente atribuída à falta de mão de obra masculina, devido aos baixos salários oferecidos aos professores e a necessidade de mulheres para ensinar as meninas, já que a igreja católica não era favorável às salas mistas. Além disso, o ponto que desejamos destacar aqui era o discurso que rondava a sociedade naquele período, de que as mulheres teriam um dom para educar as crianças pequenas. Dessa forma, estas mulheres eram intimamente associadas ao cuidado com as crianças pequenas e não a educação ou a formação das mesmas. Motivo pelo qual a igreja não se opôs, a docência era uma extensão da maternidade, portanto não oferecia riscos à família tradicional, que se manteria sob o controle da religião. Saindo do século XIX, vemos que o discurso atualizou-se, mas manteve suas origens, o que motivou essa pesquisa. Ao realizarmos a catalogação dos periódicos paranaenses do século XX com a ocorrência da palavra "pedagoga" encontramos esta matéria que nos chamou atenção no jornal Correio de Notícias. O texto tratava da queda da mortalidade infantil em Curitiba, que, dentre outros motivos, foi associada à abertura de creches na cidade. Eles destacam a creche da Vila Pinto como exemplo de bom atendimento, eles contavam com 140 crianças de 0 a 6 anos e a matéria afirma que na parte educativa as crianças recebiam atendimento pedagógico, psicológico e também de assistência social. Nessa unidade, em específico, eles apontam que haviam 17 funcionárias, sendo uma cozinheira, duas auxiliares, duas serventes, seis babás, duas estagiárias, uma pedagoga, uma assistente social, uma psicóloga e uma administradora. Importante destacar que apesar de falarem em atendimento educacional, eles não citam a presença de professoras na unidade, mas sim de babás, que seriam as responsáveis por estarem com as crianças ao longo do dia. Esse é o primeiro ponto que devemos analisar, o porquê do uso da nomenclatura babá, já que se tratava de uma instituição de assistência e educação, como descrito por eles. Outro ponto a ser destacado é a afirmação de que essas babás realizavam o "papel de mãe" na instituição, ao serem as responsáveis por alimentar as crianças, levá-las aos médicos e brincar com elas. Enquanto a pedagoga era a responsável pelo relacionamento da instituição com os pais. Dessa forma, pode-se concluir que apesar de nomeá-las como "babás", eram estas mulheres que exerciam o papel de professoras nas unidades. Sendo assim, há não só a desvalorização da profissão docente, seja pela não contratação de pessoas formadas, seja por tratar as professoras como babás, como também a reverberação do discurso de que a educação das crianças pequenas é uma extensão da maternidade e de que as profissionais que exercem essa função estão cumprindo com o "papel de mãe".

Palavras-chave: Professoras; Imprensa; Mulheres.

FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO PARANÁ E A PROFISSIONALIZAÇÃO DA MULHER (1949-1960)

Silvete Aparecida Crippa Araújo (SME – Curitiba)
silvetecrippa@gmail.com

A presente pesquisa inserida no eixo temático Formação e profissão docente, educação profissional, educação não escolar, têm como objetivo analisar a trajetória dos cursos artesanais do Lar Icléa mantido pela Federação Espírita do Paraná - FEP até a consolidação da Escola Profissional Maria Ruth Junqueira, período que correspondeu aos anos de 1949 a 1960. O Lar Icléa, foi inaugurado em abril de 1949, atendia meninas carentes ou órfãs do Paraná, funcionou por um período, no prédio da Federação. Uma plausível leitura para a existência do Lar seria sua finalidade de segregar socialmente as crianças pauperizadas em instituições disciplinares de Curitiba como fórmula ideal para tirá-las das ruas e educá-las para serem mulheres virtuosas. O Lar Icléa, tinha como objetivo além de bem preparar as meninas ali abrigadas para a vida em sociedade prepará-las para o trabalho. O curso de artesanato iniciado no Lar Icléa acabou se desdobrando na organização de uma Escola profissionalizante, que passou a atender também outras moças de Curitiba, entre elas as mães das crianças que ficavam na creche, igualmente, mantida pela FEP. O curso de artesanatos em 1950 passou a ser designado de Escola de Aprendizagem de Trabalhos Manuais do Lar Icléa, e continuou a funcionar na sede da Federação. No final de 1954, a escola de artesanatos passou a ser designada como Escola de Aprendizagem de Trabalhos Manuais do Lar Icléa, e desvinculou-se do Lar Icléa, com cursos de artesanatos, orientado pela Professora Maria Ruth Junqueira, funcionária do Estado do Paraná. De início a escola contava com 5 professoras cedidas pelo Estado e com 63 alunas no seu primeiro ano. Em 1956 faleceu a professora Ruth Junqueira, como homenagem aos seus trabalhos dedicados a profissionalização de mulheres a partir de 1960 a escola passou a ser denominada de Escola Profissional Maria Ruth Junqueira, e teve nova reorganização curricular onde buscou com ensino de técnicas e equipamentos especializados, profissionalizar tanto mulheres como homens. Os cursos inicialmente oferecidos foram os de crochê, tricô, arte culinária, bordado a máquina, trabalhos artísticos, tecelagem, português, matemática, datilografia e mecanografia. Esses cursos tinham a finalidade de preparar a população carente para mercado de trabalho. A escola profissionalizante instituída pela FEP, bem como outros feitos educativos foram resultantes de diferentes experiências, de discussões e propostas múltiplas e pontuais que foram se desdobrando e, portanto, culminaram na inauguração e legitimação da Escola Profissional Maria Ruth Junqueira. Estes aportes deram sustentação aos empreendimentos da FEP na cruzada em favor da civilidade e do progresso através da educação pelo trabalho. Nesta investigação foram utilizados como fontes os periódico espíritas e não espíritas. Os autores que mais subsidiaram esta pesquisa foram Bresciani e Cunha. Foi possível analisar que as Propostas educativas e para o trabalho refletiam costumes, ou seja, a circulação de ideias de uma época e não foram simplesmente idealizações de caráter religioso.

Palavras-chave: Federação Espírita; Mulher; Educação; Trabalho.

A COLABORAÇÃO HISTÓRICA E CULTURAL NOS CADERNOS CULTURAIS PRODUZIDOS NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO, PARANÁ DE 2001 A 2012

Jaciliane Casanova Guadanhin (UNIOESTE-FB)
jacyliane@hotmail.com

Carina Merkle Lingnau (UNIOESTE-FB)
carinadebeltrao@gmail.com

Francisco Beltrão, situado no sudoeste do Paraná, possui uma história de ocupação que abrange diversos aspectos relacionados à colonização. Em um determinado ponto da história, o Departamento Municipal de Cultura desempenhou um papel significativo na preservação do passado, buscando resgatar a época da colonização na região do Sudoeste do Paraná, abordando diferentes perspectivas e abordagens. Ao longo do tempo, várias iniciativas foram empreendidas para preservar a história dos pioneiros que colonizaram essa região. Isso incluiu a organização de atividades e eventos comemorativos, como o Cinquentenário do Município em 2002, o Cinquentenário da Revolta dos Posseiros em 2007 e o Sexagésimo Aniversário do Município em 2012. Dentro desse contexto, o objetivo geral desta pesquisa é examinar a contribuição de Tânia Maria Penso Ghedin na organização de registros históricos e da cultura local produzidos em Francisco Beltrão entre os anos de 2001 e 2012. Esse objetivo geral desdobra-se em dois específicos: primeiro, contextualizar a gestão de Tânia Maria Penso Ghedin no Departamento Municipal de Cultura e no Memorial Municipal de Francisco Beltrão; segundo, identificar os aspectos históricos, educacionais e culturais do município, especialmente relacionados à colonização, no material escrito produzido durante o período mencionado. A pesquisa é impulsionada pela singularidade do fato de que Tânia Maria Penso Ghedin ocupou o cargo de Diretora de Cultura por um período de 12 anos, de 2001 a 2012, estabelecendo-se como a gestão mais longeva no Departamento Municipal de Cultura até a data atual. Dentro desse contexto, o estudo busca compreender a contribuição dela nesse papel, particularmente no que diz respeito à organização de registros históricos, educacionais e culturais. No que tange à metodologia, o estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentando-se em pesquisa bibliográfica e documental. Para a análise do material coletado, a pesquisa conta com a colaboração de especialistas versados em aspectos históricos, educacionais e culturais. Os resultados esperados da pesquisa envolvem o reconhecimento dos elementos históricos e culturais que estão presentes nos materiais organizados por Tânia Maria Penso Ghedin e sua equipe, encontrados nos Cadernos Culturais, tais como: Museu da colonização: resgate histórico, Júlio Assis Cavalheiro: 1910-2010, Projeto memória e arte: Francisco Beltrão 60 anos, A ocupação das terras do Sudoeste do Paraná, Antropologia visual de Francisco Beltrão: resgate histórico fotográfico 1940-1970, Homenagem aos políticos eleitos, Revolta dos Posseiros - Cinquentenário 1957-2007: a ocupação das terras do Sudoeste do Paraná, Revolta dos Posseiros - Cinquentenário 1957-2007: concurso da logomarca, Revolta dos

Posseiros - Cinquentenário 1957-2007: peça teatral “A revolta dos posseiros” (texto Ivo Pegoraro), entre outros. Através dessa análise, a pesquisa visa examinar a contribuição dela na organização dos registros escritos produzidos em Francisco Beltrão, Paraná.

Palavras-Chave: Departamento de Cultura; Tânia Maria Penso Ghedin; História local.

DOS LIVROS À CULTURA DIGITAL: O LUGAR DA BIBLIOTECA ESCOLAR

Letycia Medeiros Soares (UNESPAR-PARANAVAÍ)
letyciamedeiros45@gmail.com

Esta pesquisa é resultado de projeto de iniciação científica financiado pela Fundação Araucária e desenvolvido junto à Universidade Estadual do Paraná (Unespar), campus de Paranavaí/PR. Objetivamos analisar como a Biblioteca do Colégio Estadual Ary João Dresch, de Nova Londrina/PR, constituiu-se lugar de formação da cultura escolar até a sua substituição, no pós-pandemia COVID-19, por uma biblioteca digital. A pesquisa resgata aspectos da sua criação e utilização em um tempo em que as bibliotecas eram físicas. Contudo, em virtude da cultura digital ela foi transformada, influenciando e determinando a reconfiguração do próprio ato de ler. A existência das bibliotecas escolares faz parte de um processo de produção e disseminação do conhecimento que envolve as editoras, os escritores e os leitores, entre outros. Ane Marie Bertrand (2014) destaca que a história dos livros e das bibliotecas tem características específicas, constituindo objetos distintos no campo da pesquisa científica. A própria existência e funcionamento da biblioteca escolar se transforma com o tempo, como por exemplo, com os livros digitalizados. A biblioteca do Colégio Estadual Ary João Dresch foi criada na gestão do governador Jaime Lerner, no ano de 2000, em um prédio separado do restante da escola. Contribuiu significativamente para a aprendizagem dos alunos, oferecendo aos mesmos um espaço amplo e acolhedor. Porém por muito tempo não existiu um bibliotecário que conseguisse atender a demanda da mesma. Portanto, a biblioteca caminhava em direção ao fechamento. Com os impactos da pandemia do COVID–19, isso aconteceu, pois os alunos tiveram acesso a materiais impressos e livros digitais. A biblioteca e sua função são resultados da cultura escolar. Campello (2012) alerta para o fato de que é preciso conhecer o potencial da biblioteca escolar, como um lugar em que acontecem aprendizagens. No retorno às aulas após a pandemia Covid-19, a gestão do Colégio Estadual Ary João Dresch não a reabriu devido à falta de um profissional para nela trabalhar. Atualmente a escola utiliza a plataforma "Leia Paraná", do governo do estado, para as intervenções literárias. O espaço da biblioteca é utilizado por uma professora que atende alunos com dificuldades de aprendizagem, pois não existe uma sala específica para a mesma. Constata-se que os livros permanecem nas estantes, mas o ambiente da biblioteca para leituras, aprendizagens e valorização dos livros está esquecido e é desconhecido por alunos que ingressaram na instituição, no pós-pandemia.

Palavras-chave: Cultura digital, Biblioteca Escolar, Livros.

MUSEU ESCOLAR DE LONDRINA: MEMÓRIAS E ARQUIVOS

Simone Burioli (UEL)
prof.simone@uel.br

Sandra Regina Ferreira de Oliveira (UEL)
sandra.oliveira@uel.br

O Museu Escolar de Londrina -MEL – é uma iniciativa para construir um lugar de memória da educação na cidade. Atualmente, as ações realizadas estão organizadas por meio de dois projetos: o Projeto de Pesquisa "Centro de Pesquisa em História e Memórias da Educação Escolar de Londrina", que objetiva empreender pesquisas no acervo da documentação administrativa e pedagógica das escolas municipais de Londrina, cedido pela Secretaria Municipal de Educação – SME, que inclina à um Centro de Documentação; e o Projeto de Extensão, "Projeto MEL: Museu Escolar de Londrina, cuja meta é a reconstrução de uma casa – réplica de uma escola rural nas margens do Calçadão da Universidade Estadual de Londrina -UEL, como forma de integrar um conjunto de casas históricas já existentes no local e que representa o patrimônio cultural destinado à preservação da memória e da diversidade cultural londrinense. Enquanto o segundo movimento implica ações realizadas junto à comunidade no que se refere ao processo de demolição de duas escolas rurais, na busca por escolas passíveis de serem doadas para a Universidade e também por meio de negociações junto à Secretaria Municipal de Educação de Londrina e também os proprietários das terras nas quais as escolas estavam localizadas, o primeiro movimento implica um trabalho diretamente com arquivos, iniciando com a limpeza, digitalização e catalogação da documentação que em breve será de acesso aos estudantes, professores, pesquisadores e comunidade em geral. Entendemos que a arquitetura de uma Escola Rural preserva a memória escolar, pois auxilia a rememorar um tipo de escola que teve seu auge de construção no final da década de 1950, até 1960 quando o estado do Paraná ainda era um espaço eminentemente rural. Estas escolas apresentavam uma sala única de ensino, com construção pequena, cerca de 60m² e salas multisseriadas. Após o levantamento das escolas rurais em bom estado de conservação e que poderiam ser doadas para a UEL, a equipe de marcenaria da SME efetuou o desmonte de duas escolas: Escola Municipal Urandy Andrade Correa, situada na Colônia Saúde e a Escola Monteiro Lobato, localizada na Estrada da Cegonha. As peças foram levadas e alocadas na Universidade e aguardam recursos financeiros para custeio da obra de reconstrução do museu escolar. Quanto ao acervo documental temos a atuação das estudantes da graduação e da pós-graduação que tem tido contato com a triagem de diversos tipos de fontes, sendo os arquivos um dos meios possíveis de conhecer o funcionamento da escola, sua organização e suas práticas, contribuindo para o processo formativo dessas estudantes. Duas dissertações e várias pesquisas de Iniciação Científica e de Trabalho de Conclusão de Curso foram concluídas assim como foi publicado o livro "Fotografias da Educação Escolar Londrinense. Catálogo do acervo do Museu Escolar de Londrina – MEL. Volume 1". No recorte proposto para ser apresentando o II Encontro Paranaense do Ensino de História,

priorizamos detalhar os temas abordados em tais pesquisas assim como traçar um panorama sobre as fotos que compõem o primeiro catálogo.

Palavras-Chave: Arquivos, Museu Escolar de Londrina, memórias.

OS CADERNOS ESCOLARES DE DURVAL PINTO COMO FONTES HISTÓRICAS PARA A PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Simone Garbelini Parro Pialarissi (UEL)
sipialarissi@gmail.com

O caderno é sem dúvidas um dos materiais mais utilizados durante a trajetória escolar de qualquer indivíduo, e por ser de uso corriqueiro e gerar tanto volume nas gavetas e armários, acaba sendo pouco valorizado e facilmente descartado. Embora sejam poucos os que guardam seus próprios cadernos escolares, ou até mesmo, o caderno de algum familiar, eles existem e estão prontos para serem descobertos e problematizados. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é promover uma reflexão sobre o uso dos cadernos escolares como fonte de pesquisa em educação. Assim, nosso problema gira em torno de compreender: Quais as possibilidades que um caderno escolar nos oferece como fonte de pesquisa historiográfica? Para isso, tem-se como base as contribuições de Cunha e Souza (2015); Cordova (2016); Louro (2020); Santos e Souza (2005) e como fonte utilizamos os cadernos escolares que pertencem ao arquivo pessoal de Durval Pinto, doado em 1985 - logo após a sua morte - ao já desativado Museu Regional David Carneiro, da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) – Campus Apucarana. Trata-se de 11 cadernos escolares do período em que este professor estudou na Escola de Professores de Curitiba entre 1942 e 1944. Os cadernos são de diferentes disciplinas (Metodologia, Biologia, Física, Apontamentos de Pedagogia, Noções de Higiene Escolar, Sociologia Geral, Trabalhos Manuais, Desenho, Modelagem e Caligrafia e Planos de Aula) e estavam encapados com um papel grosso, sem nenhuma cola ou adesivo, apenas com um tipo de dobradura que conservou suas capas, e a integridade de suas folhas. Na capa encontramos o nome do aluno, da professora e a disciplina cursada, ao desfazer a dobradura foi possível notar que os cadernos foram produzidos por diferentes papelarias. Algumas capas são de cunho nacionalista, como o Caderno Escoteiro contendo escoteiros empunhando uma bandeira nacional, outra capa está dividida ao meio, na parte superior a imagem de uma mulher em uma sala de aula ensinando um aluno e na inferior ocupando o papel de mãe ao ensinar o filho em casa e outra capa traz a figura de alunos (as) uniformizados a caminho da escola, aliás um prédio bem suntuoso. Entre todos os cadernos do arquivo pessoal, apenas o Caderno Collegial produzido pela papelaria Requião não apresenta o Hino Nacional ou da Bandeira na contracapa. Entretanto, para além das capas, esse material nos apresenta tanto registros mais formais das disciplinas, com uma escrita engessada, sem erros e nem correções, quanto às páginas finais dos cadernos que foram utilizadas como rascunho. Essas páginas utilizadas como rascunho, que muitas vezes ocupam mais páginas do caderno do que o próprio conteúdo da disciplina, estão carregadas de informações escolares que se bem exploradas enriquecem ainda mais a pesquisa historiográfica. São registros de encontros estudantis, estágios, horários de aula, observações de aula, assuntos

relacionados à participação de Durval Pinto em grêmios e no jornal interno da Escola de Professores. Ademais, diante de cada anotação feita por este educador em seus cadernos, podemos também compreender melhor os processos pedagógicos, o currículo e como as disciplinas escolares estavam sendo trabalhadas na década de 1940, principalmente com os professores que estavam sendo formados para atender o ensino primário paranaense. Além, da sua organização, do modo como foi feita a abertura dos cadernos, as margens, sobre alguns registros serem à lápis enquanto outros foram feitos à caneta, os grifos visando destacar algum tema importante e os momentos de distração em que Durval Pinto desenhou ou rascunhou algo em um cantinho da folha. Não podemos esquecer que os cadernos, dentro das instituições escolares nas primeiras décadas do século XX, também estiveram associados ao controle sobre o trabalho do professor e sobre o desenvolvimento intelectual e pessoal do aluno, além de ser até os dias atuais um dos principais veículos de comunicação com os pais, percebendo a partir de assinaturas e de tarefas, até que ponto os pais se interessam ou se envolvem com a aprendizagem e o desenvolvimento dos seus filhos. Portanto, concluímos que é preciso dar visibilidade aos cadernos escolares e considerar todas as possibilidades que esse tipo de material oferece como fonte histórica.

Palavras-chave: Arquivo Pessoal; Cadernos Escolares; Durval Pinto.

A INSTITUIÇÃO ESCOLAR LUTERANA EMANUEL DE BAGÉ-DISTRITO DE HULHA NEGRA/RS: ANÁLISE DA ESCRITURAÇÃO ESCOLAR (1960- 1980)

Simone Gomes de Faria (UFPel)
simonegomesdefaria2019@gmail.com

Na Região da Campanha, no Estado do Rio Grande do Sul, descendentes de imigrantes alemães se deslocam de Morro Redondo e Santa Coleta/ distrito de Pelotas, em busca de melhores condições de vida. Deste modo, em abril de 1925, Francisco Krenzinger inicia o processo de formação e desenvolvimento de uma Colônia Alemã na Hulha Negra, antigo distrito de Bagé. Os migrantes organizaram suas instituições escolares e religiosas. Partindo disso, nosso objetivo central, neste ensaio, é o analisar por meio da escrituração escolar as práticas escolares desenvolvidas na instituição rural evangélica do município da Hulha Negra, no marco temporal, de 1960-1980 denominada de Escola Luterana Emanuel. A Comunidade Evangélica Luterana Emanuel, localizada na Trigolândia, pertencente ao Sínodo de Missouri se organizou enquanto instituição escolar na década 60. A criação da escola ocorre em 1968 por meio de um Decreto de n.º: 856 de 19.11.86.

Esta instituição foi escolhida porque foi inicialmente consolidada como Escola Comunitária Luterana para posteriormente se municipalizar. Portanto, o estudo desta temática enseja aferir o processo histórico de formação educativa e religiosa neste singular espaço geográfico: zona de fronteira. A metodologia de investigação conta com a análise documental - arquivos escolares - na perspectiva dos estudos da área da História da Educação, em específico: imigração alemã e educação. O trabalho está ancorado em conceitos norteadores como: cultura escolar de Julia (2001), Vinão (1995, 2001), Forquin

(1993) e Escolano (1993). No ruralismo pedagógico nos amparamos de Quadros (2003, 2014); Werle (2007); Kreutz (1994); Ferri (1994); Weiduschadt (2007, 2015), Souza (2012) e Almeida (2009). A abordagem metodológica de pesquisa é a História Local de Goubert (1972). Entrementes, através das proposições de Dacanal (1980), Christillino (2010), Klug (2009), Cunha (2017) e Piassini (2021) compreendemos que a imigração ocorrida na Região da Campanha apresentou um índice de desenvolvimento muito inferior das demais regiões do norte e nordeste do Estado gaúcho onde aconteceram processos imigratórios, pois, a enorme extensão de áreas de campo natural pertencentes aos latifundiários revelou a concentração de renda nas mãos de poucos, embora, estes viessem em busca de melhores condições não foram todos que conseguiram suprir suas necessidades através das atividades agrícolas, havendo muita mobilidade deles para outras áreas. Neste viés, a comunicação pretende analisar as fichas de matrícula dos estudantes, as atas escolares e os resultados, o livro ponto dos professores, além dos cadernos de chamada. Este material analisado faz parte dos acervos escolares mantidos pela Secretaria Municipal da Educação e Cultura do município da Hulha Negra. Em tempos idos foi uma escola multisseriada, rural e advinda de uma escola comunitária luterana. Assim sendo, será primeiramente contextualizado o local onde está instituição consolidou-se, posteriormente à luz da documentação analisada entrelaçaremos com a questão da educação no do/no campo apontando uma retrospectiva dos primeiros passos deste modelo escolar. À medida que a documentação é revelada se contextualiza a história desta escola para que se compreenda as práticas escolares tecidas no seio desta instituição. Em linhas conclusivas, durante aferição da análise escolar foi possível observarmos as taxas de reprovação, a escolaridade dos professores, a questão econômica das famílias pertencentes à comunidade e a influência da religião durante o processo de escolarização.

Palavras-Chave: Escrituração escolar; Cultura Escolar; Ruralismo Pedagógico;

DA ACADEMIA À LIVRARIA: UM BREVE ESTUDO SOBRE A OBRA “LIVRO DIDÁTICO E SABER ESCOLAR (1810-1910)”, DE CIRCE BITTENCOURT

Marina Bill de Moraes (UFPR)
marinabillm@gmail.com

Edward Mickael Klingbeil (UFPR)
edwardklg@hotmail.com

Roberlayne de Oliveira Borges Roballo (UFPR)
roberlayneroballo@gmail.com

Ao iniciar uma investigação acadêmica sobre livros didáticos no Brasil – principalmente por lentes historiográficas – é raro encontrar pesquisas em que a tese de doutorado de Circe Bittencourt “Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar” não seja citada ou usada como referência bibliográfica, o que evidencia a sua

grande relevância para o campo ainda nos dias atuais, exatos 30 anos depois de sua defesa na Universidade de São Paulo. Isso se justifica, além de pela enorme qualidade do trabalho que acusa a erudição historiográfica da pesquisadora, pelo pioneirismo de sua investigação, tanto na temática quanto nos procedimentos metodológicos adotados por ela. A lacuna de pesquisas sobre livros didáticos até o final do século XX e o crescente interesse por ela após a década de 1990 são apontados por diversos pesquisadores, como Choppin (2004), o qual acusa os anos de negligência por parte dos historiadores e bibliógrafos e aponta que, mais recentemente, os livros didáticos vêm suscitando um vivo interesse entre os pesquisadores; e Munakata (2012), que, ao investigar o estado da arte desse viés investigativo, evidencia esse crescente interesse traduzindo-o em dados numéricos levantados até o ano de 2011. Ele ainda evidencia a tese de doutorado de Bittencourt como um marco, pois, antes desta, os números de pesquisa eram bastante baixos e foram crescendo exponencialmente: quando ela defendeu sua tese sobre livro didático, havia apenas cerca de 50 trabalhos acadêmicos brasileiros publicados sobre o tema nos anos 1970 e 1980. Desde então, o número de pesquisas sobre essa modalidade de material escolar não tem parado de crescer. Neste trabalho, nos interessa essa importante pesquisa de Bittencourt não apenas para situar essa historiadora em seu campo e apontar a sua relevância mediante os pares, mas, principalmente, porque foi de uma adaptação dessa tese que resultou a obra que aqui objetivamos analisar: “Livro didático e saber escolar (1810-1910)”, publicado pela editora Autêntica, em 2008. Portanto, o presente estudo trata de um registro escrito que foi transportado da academia à livraria, sofreu as adaptações necessárias, mas carregou consigo toda a história que traçou desde a sua primeira publicação. Dessa forma, para tal análise, mobilizamos diversas fontes para ter uma visão mais ampla desse “produto final”, o livro: principalmente o texto de doutoramento da autora, conforme mencionado anteriormente, mas também outras pesquisas que abordam a temática tratada por ela, trabalhos que apresentam o contexto político e acadêmico da época da concepção do texto original, até diversas entrevistas da própria pesquisadora, a fim de entender mais profundamente quem é ela, sua trajetória pessoal, profissional e acadêmica, bem como “o que estava fazendo” quando escreveu sua tese, isto é, nos termos de Austin (1990), qual foi seu ato ilocucionário. Também apontamos possíveis lacunas deixadas pela obra, as quais não a depreciam, mas servem de convite a outros pesquisadores para que busquem preenchê-las.

Palavras-chave: Livros didáticos; Mercado editorial; Circe Bittencourt;

AS PERSPECTIVAS DE FUTURO DA CRIANÇA INSTRUÍDA NO ASSOCIATIVISMO PARANAENSE - DÉCADA DE 1870

André Gustavo Lescovitz Cunha (UFPR)
andre.cunha@ufpr.br

Durante todo o século XIX o Império do Brasil presenciou a proliferação de entidades associativas como clubes literários, lojas maçônicas, sociedades operárias, beneficentes e recreativas. Na província do Paraná, isso não foi diferente, especialmente na década de 1870. Era muito comum que estas associações fossem fundadas com a intenção

de criar bibliotecas, publicar jornais e promover aulas, geralmente noturnas, com o intuito de promover a instrução não somente de seus sócios, mas também da população de maneira geral. Alinhadas com um imaginário civilizatório, que via na ciência e na instrução o pavimento para o progresso, as diversas associações utilizavam o espaço público e a imprensa para divulgar os seus discursos, práticas e ações a este respeito, constantemente comunicando e buscando apoio das autoridades. Analisando estes indícios distribuídos por uma miríade de fontes, desde os jornais até os ofícios e relatórios da presidência da província, foi possível descobrir algumas das iniciativas em prol da instrução promovidas por clubes literários em lugares como Campo Largo, Porto de Cima (atual Morretes) e Curitiba, com estas associações mobilizando esforços inclusive no que diz respeito à instrução de crianças. Analisando a solenidade de fundação do Club Litterario Campo Larguense, que contava com um menino a frente carregando uma esfera armilar, foi possível refletir sobre a representação daquela criança como um símbolo de um futuro possível através da instrução popular, indissociável do conhecimento científico. Seguindo os rastros deixados por esta entidade na imprensa paranaense, é notável a presença de agentes de instrução pública nas sociabilidades constituídas nestes espaços, desde inspetores até, como analisado nestes casos, professores primários. A atuação destes professores primários expandiu-se por outros clubes, como o caso do Club de Leitura Porto Cimense. Agradecendo no jornal os esforços deste clube em favor da instrução, por meio de uma doação de livros para os alunos pobres daquela vila, a ação os professores primários de Porto de Cima (que depois atuaram em Campo Largo), é demonstrativo da preocupação em instruir a criança empobrecida, de maneira a formar adultos civilizados capazes de contribuir com o progresso do país. Além disso, a presença de professores primários ocupando espaços nestas entidades evidencia a circularidade de agentes de instrução pela província, bem como a possibilidade de associações particulares desempenharem determinadas funções, neste caso quanto a instrução, das quais o Estado não era capaz de atender plenamente. No caso do Club Literrario Curitybano, foi possível identificar um papel ainda mais centralizado da criança. O clube sediou uma conferência ministrada por um menino de 9 anos, sobre a temática de astronomia, contando com a apreciação de diversos sócios e de figuras importantes da instrução pública da província. O evento foi anunciado com antecedência na imprensa paranaense, assim como o desenrolar da palestra também acabou descrita nos periódicos posteriormente. A partir deste episódio, foi possível identificar a formulação de um modelo idealizado de criança civilizada, adepta da ciência e instruída, apesar de diversos personagens apontarem para a debilidade da instrução pública provincial. A criança, bem instruída por seu professor primário (apesar da escassez de recursos materiais), aparece como detentora de grandes talentos e inteligência, sendo sujeito essencial para a construção das gerações futuras. De tal modo, a efetivação de uma infância civilizada por intermédio da instrução marcava uma preocupação do associativismo paranaense, aberto à participação das crianças em seus espaços de sociabilidade. As associações, além de exaltarem a importância das crianças, criavam oportunidades para que elas usufruíssem daqueles espaços de sociabilidades, promovendo ações efetivas de instrução através de recursos materiais e criando possibilidades para um ensino intuitivo.

Palavras-chave: Associativismo; História da Infância; Instrução

IRMÃOS KOCH, THINK TANK, COLETIVOS JUVENIS - A ATUAÇÃO DA REDE LIBERTARIANA SOBRE A EDUCAÇÃO

Carolina Rieger Massetti Schiavon (PUC-SP)
carolriegermassetti@hotmail.com

Em junho de 2013, o Movimento Passe Livre (MPL), grupo historicamente atuante à esquerda no espectro político, deflagrou um ciclo de manifestações motivadas pelo reajuste da passagem no transporte público. O cenário, no entanto, tornou-se nebuloso quando começaram a surgir reivindicações nada relacionadas à inicial, encabeçadas por jovens que foram ganhando projeção. Esses jovens declaravam-se libertarianos – anarcocapitalistas, os mais radicais -, eles já estavam previamente organizados, manejavam as redes sociais e fizeram uso ostensivo delas angariando jovens outsiders da política com potencial de adesão à causa. Declarando ter perdido o controle da situação, o MPL retirou-se dos atos, e o Movimento Brasil Livre (MBL) ganhou protagonismo. A marca MBL - que esbarra oportunamente no nome MPL, assim como tornou oportuno o levante social - fora criada para viabilizar a participação desses jovens nas manifestações políticas brasileiras. Esta comunicação pretende apresentar os resultados da dissertação de mestrado intitulada "Irmãos Koch, think tank, coletivos juvenis: a atuação da rede libertariana sobre a educação" que teve por objetivo compreender a ação da rede multidimensional, mais especificamente dos irmãos Koch, para a difusão do ideário libertariano. Perguntou-se: Qual é a atuação da rede financiada pelos irmãos Koch a partir de think tanks neoliberais? Como a acontece a relação entre os financiamentos estrangeiros, centralizado no cenário de atuação política de movimentos juvenis brasileiros, pensando a educação? Quais são as instituições e sujeitos de composição dessa rede na América Latina? A documentação privilegiada está disposta em arquivos de instituições envolvidas, sites de organizações e coletivos políticos juvenis, hiperlinks de universidades e produtos de internet (redes sociais). O referencial de "experiência" de Thompson (1981) é usado para perceber a maneira como sujeitos criam novos conceitos para tentar estruturar uma realidade social por meio da organização de aparatos de circulação e fomento de consciências. Nos resultados finais, constatou-se que esses jovens já integravam uma rede capilarizada de think tanks ativistas na defesa do livre mercado, criados e mantidos, em sua maior parte, por doações estrangeiras provenientes de metathink tanks - como a Atlas Network e o Students for Liberty - e fundações mantidas por plutocratas, predominantemente, estadunidenses. Portanto, por receberem doações estrangeiras, não podiam participar utilizando o nome das sucursais da rede Atlas e Students for Liberty. Entre os principais financiadores dessa rede estão os irmãos Koch, bilionários do setor petroquímico que atuam por meio de doações alegadas filantrópicas e, em contrapartida, são beneficiados por isenções de impostos que os liberam para financiar causas que seriam de interesse social. A educação, portanto, aparece como uma área de grande interesse. Atuam treinando jovens lideranças - que voltam aos seus paises de origem para consolidar o neoliberalismo como a última realização humana, naturalizando-o, preparando-os para trabalharem pela desregulamentação, minarquia, privatização dos direitos sociais e pela defesa da meritocracia, por meio da criação departamentos de

liberdade econômica em universidades, think tanks e movimentos de pressão social. Buscam modificações estruturais da sociedade, dentre elas, o funcionamento da educação. Tais modificações beneficiam diretamente os doadores.

Palavras-chave: Irmãos Koch; think tanks; juventude.

"INFÂNCIAS NAS PÁGINAS DO PERIÓDICO “A MÃI DE FAMILIA”: DEBATES SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL NO FINAL DO SÉCULO XIX

Claudinete de Fátima Oliveira (FURB)
claudineteo@furb.br

Juliana de Mello Moraes (FURB)
jmmoraes@furb.br

A presente pesquisa em nível de mestrado, situa-se na área da Educação e está inserida nos estudos da História da Educação Infantil. Tem como objetivo analisar as representações de infância, educação e instituição de educação infantil, a partir do periódico “A Mãi de Familia (1879-1888)”. Especificamente, busca-se identificar as diferentes infâncias vivenciadas pelas crianças pequenas, no contexto da cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX; investigar como ocorreu a implantação das primeiras instituições de educação infantil na sociedade carioca. Trata-se de uma pesquisa documental, sendo a principal fonte de investigação o periódico “A Mãi de Familia” (1879-1888), que se encontra disponível de forma online no acervo da Biblioteca Nacional do Brasil, na Hemeroteca Digital. O aporte teórico-metodológico, fundamenta-se no conceito de “representação” elaborado por Roger Chartier, tendo como base a Nova História Cultural. Essa pesquisa contou também com as contribuições de Norbert Elias, para abordar os ideais da infância “civilizada” presentes nessa conjuntura. Nesse período, a cidade do Rio de Janeiro passava por diferentes transformações, encontrava-se em desenvolvimento, baseando-se nos moldes europeus. Entretanto, juntamente a esse crescimento, emergiam os problemas sociais. As consequências dessa contradição afetavam a população, principalmente as crianças que vivenciavam diferentes infâncias, que variavam de acordo com as questões econômicas, sociais, raciais e de gênero. No periódico, A Mãi de Familia, os redatores destacaram nas publicações diversos acontecimentos que marcaram a infância das crianças, tal como o abandono na roda dos expostos, os acidentes que sofriam no meio familiar e nas ruas, onde permaneciam expostas as diversas formas de violência. Esses fatores, aliados ao alto índice mortalidade infantil, despertaram o olhar da medicina. Os médicos higienistas demostraram preocupação com as crianças, enfatizando a necessidade de cuidar e educar a infância, com base nos princípios civilizatórios da época. Defendendo a ideia de que a educação das crianças pequenas não seria realizada somente no meio familiar, mas também nas instituições educativas. Nesse contexto, foi implantado no Rio de Janeiro em 1875, pelo médico Dr. Joaquim J. Menezes Vieira, o primeiro jardim de infância, reconhecido como

Kindergarten. Essa instituição seguia o método de Froebel, com influências internacionais. No periódico "A Mãi de Familia" (1879-1888)", os jardins de infância são representados como instituição "salvadora". Entretanto, tal espaços se destinavam ao atendimento das crianças de 3 a 6 anos do sexo masculino, pertencentes a elite carioca. Nessa realidade, as representações sociais desse espaço educativo demonstraram as distinções sociais da época. Assim, conclui-se que a educação infantil instituída no final do século XIX, se apresentou como meio de constituição da infância "civilizada". Embora a implantação das creches fosse reivindicada pelos higienistas, tal como o acesso aos jardins de infâncias, para todas as crianças, essa demanda se manifestou apenas nos discursos, sem efetivação de ações concretas para a sua efetiva implantação durante o período de circulação do periódico "A Mãi de Familia (1879-1888)".

Palavras-chave: infância; educação; instituições de educação infantil.

A REVISTA "O JOVEM LUTERANO": PRÁTICAS ESPORTIVAS E SOCIABILIDADE JUVENIL: (1940 - 1970)

Elias Kruger Albrecht (UFPEL)
eliask.albrecht@gmail.com

O presente estudo caminha pelo campo da História da Educação e tem como objetivo discutir um provável incentivo à prática de esportes para promover a sociabilidade da juventude luterana. Tal incentivo foi veiculado pela revista "O Jovem Luterano" (1929-1971), que foi um periódico juvenil produzido no Brasil pelo Sínodo de Missouri, atual Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), para educar e orientar a vida social e religiosa dos seus jovens e adolescentes segundo as recomendações da igreja cristã luterana (WARTH, 1979). Cabe frisar que este texto está relacionado à minha pesquisa de doutorado em História da Educação, que tem como objetivo investigar como a organização religiosa em questão, pautada nos princípios da instituição do Sínodo de Missouri, influenciou a formação social e religiosa da juventude luterana. O recorte temporal escolhido para este estudo são as décadas de 1940 a 1970, por ser um período em que se tem uma maior propagação de práticas sociais e esportivas no impresso "O Jovem Luterano". Neste contexto, por meio de suas páginas foram disseminadas práticas de atividades esportivas masculinas e femininas, pensadas para o bem-estar físico e social do jovem luterano. Mobilizadas por intermédio das Uniões Juvenis (grupos de jovens ligados à igreja luterana), as práticas esportivas tinham uma função relevante: como instrumento pedagógico o esporte poderia auxiliar a disciplinar o corpo e também o comportamento da juventude; E como um ambiente de convivência social, poderia proporcionar conexões e vínculos entre os jovens luteranos. Assim, o incentivo à prática de esporte dentro da instituição luterana será aqui mobilizado como uma ferramenta educativa e socializadora. Para pensar sobre elas nesse sentido, conta-se com o suporte teórico-metodológico de Certeau (2011) e Elias (1993; 2011). Essas práticas eram realizadas dentro do espaço comunitário da igreja, orientando a sensibilidade dos jovens em direção a mudanças nas estruturas comportamentais e de personalidade. Atuavam, principalmente, na aprendizagem do autocontrole dos impulsos afetivos e emocionais juvenis, formatando

com isso comportamentos socialmente aceitos em sua teia de interdependência social e religiosa. Metodologicamente, tem-se o subsídio da História Oral (AMADO; FERREIRA, 2006), tendo sido realizadas 6 entrevistas com sujeitos que foram leitores do periódico juvenil no sentido de possibilitar uma interlocução entre as recomendações da revista e a maneira como os jovens se apropriavam dela e ressignificavam o seu conteúdo. Considerando que os corpos são educados pela realidade que os circunda (SOARES, 2006), há indícios de que a prática esportiva moldava o comportamento do jovem luterano para uma nova forma de sociabilidade, tornando-o mais educado no sentido de controlar as pulsões e os instintos naturais do ser humano. Compreende-se, assim, que as mobilizações esportivas promovidas pelas organizações juvenis em espaços religiosos eram utilizadas, como em qualquer outro estabelecimento de ensino, para o disciplinamento dos corpos tornando-os dóceis, reprimidos e instrumentalizados em benefício da instituição (ELIAS, 2011). Afinal, as vivências, os comportamentos e as atitudes dos jovens luteranos deveriam refletir os ensinamentos da igreja.

Palavras chave: Revista O Jovem Luterano; Esportes; Sociabilidade.

AS COLÔNIAS DE FÉRIAS DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ: PRIMEIRAS INICIATIVAS DO PROF. GERMANO BAYER (DÉCADA DE 1950)

Ellen Eloise de Oliveira (UFPR)
ellen.eloiseoliv@gmail.com

Sergio Roberto Chaves Junior (UFPR)
sergiojunior79@ufpr.br

A presente pesquisa, realizada como iniciativa vinculada a projeto de Iniciação Científica, visou investigar as inovações pedagógicas e as contribuições educacionais desenvolvidas pelo Professor Germano Bayer na área da Educação Física, em especial, durante a elaboração e desenvolvimento das “Colônias de Férias” e dos “Cursos de Aperfeiçoamento/Cursos de Férias”, ofertados em suas primeiras edições no Colégio Estadual do Paraná (CEP) e no Círculo Militar do Paraná, ao final da década de 1950. Foram localizadas e mobilizadas fontes disponíveis no Arquivo Público do Paraná, Museu de Imagem e Som, bem como na Biblioteca Pública do Paraná, as quais apresentam elementos para as análises iniciais acerca da organização dos eventos. Naquele cenário, é possível afirmar que estavam sendo disseminadas novas formas de organização do contexto educacional em âmbito nacional e, em se tratando da Educação Física, um movimento de diversificação das práticas corporais desenvolvidas na realidade escolar, sob a roupagem de “inovação pedagógica”, também se fazia presente. Em sendo o Paraná um estado em desenvolvimento, as fontes indicam que as instituições do estado careciam de professores especialistas em algumas áreas de atuação, em especial relacionados à natação e à ginástica. Nesse ínterim, infere-se que os conhecimentos e a atuação de Germano Bayer possibilitaram uma inovação pedagógica em âmbito paranaense, pois, as Colônias de

Férias utilizavam um tempo-espaço escolar, as férias de estudantes primários, meninas e meninos (que poderiam participar somente até seus 12 anos), além de contar com jovens meninas e mulheres. Os interessados deveriam se inscrever previamente para participar dos cursos, atividades recreativas e esportivas, e oficinas realizadas nas instalações esportivas recém-inauguradas do CEP que, por vezes, ficavam ociosas. O processo de urbanização em Curitiba se configurou como um cenário ideal para implantar essas ideias "modernas". Nos grandes centros urbanos de âmbito nacional e internacional onde Germano circulou, ele captou que também havia preocupações com a infância e juventude, através de usos de tempos/espaços para o divertimento infantil e atividades corporais. No seu exercício de atuação profissional frente ao CEP, o professor buscou apropriar e colocar em circulação tais tendências contemporâneas. Para que as Colônias pudessem acontecer, era necessário formar monitores aptos para auxiliar na execução de atividades e oficinas nos espaços cedidos pelo CEP, um colégio "modelo", inovador e grandioso, contendo uma ampla infraestrutura que poderia servir de palco para o desenrolar das atividades. Os professores/monitores, conforme registros, receberam formação sobretudo de natação e salvamento, visando a utilização do espaço da piscina olímpica, e aulas de ginástica moderna, além de outras atividades culturais e recreativas. Os monitores/professores eram provenientes de Cursos de Educação Física e Escolas Normais não só de Curitiba, mas também de outras localidades do estado do Paraná, podendo ser considerado como um curso de formação e aperfeiçoamento de professores. À guisa de considerações parciais, foi possível perceber que a realização das Colônias de Férias encontrou naquele cenário em acelerado processo de urbanização dos finais dos anos 1950, um importante espaço para sua realização, utilizando os argumentos de que as Colônias seriam um tempo-espaço formativo, oportunizando um conjunto de experiências e assegurando um período de divertimento durante as férias, seguro e longe de questões externas que se desenrolavam fora do ambiente escolar.

Palavras-chave: Colônia de Férias, Colégio Estadual do Paraná, Germano Bayer.

CRIANÇA OPERÁRIA: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL VOLTADA À INFÂNCIA NO BRASIL, 1914 – 1950

Simone Aparecida Ribeiro de Lima (UFPR)
pedsimoneazevedo@gmail.com

A história da educação para o trabalho no Brasil esta atrelada às transformações sociais, econômicas e educacionais que ocorreram ao longo dos tempos. Desde a colonização, a relação que se estabelece entre educação e trabalho perpassou por muitas fases e forjou políticas públicas à educação voltada para a formação profissional. Concomitantemente, com o passar do tempo e, seguindo os movimentos europeus, o Brasil fora ponderando também concepções e percepções acerca da infância, neste sentido, os cuidados e assistência pouco a pouco foram sendo delineados refletindo o que ocorrera na sociedade. Uma das políticas adotadas foi a roda dos expostos, que seguiu vigente até as primeiras décadas dos novecentos, cumprindo o papel de dar assistência à criança abandonada em todo o Brasil, objetivando também dar assistência para muitas famílias,

principalmente as mais pobres que iam até a roda dos expostos adotar crianças abandonadas, estas tidas como os seus filhos de criação. Tais crianças eram educadas por estas famílias para o trabalho braçal, inaugurando um costume amplamente difundido no cotidiano brasileiro. Sob os argumentos de potencializar/aumentar as possibilidades de trabalho braçal, no Brasil habitualmente era utilizada a mão-de-obra infantil tanto no que dizia respeito a manutenção do âmbito doméstico enquanto uma necessidade das famílias menos abastadas, quanto no que tangia ao caráter de exploração dessa mão-de-obra nos trabalhos produtivos e desgastantes, nas lavouras, nas roças ou nas tarefas diárias das casas grandes. Tendo em vista que nas primeiras décadas do século XX, o trabalho era compreendido como responsável pelo progresso da nação, indo ao encontro do que a sociedade brasileira vivenciava na época e, para que houvesse sucesso na construção de uma nação, seria necessário formar bem o homem brasileiro, saudável e educado. Deste modo, este trabalho pretende trazer reflexões acerca das ações educativas para a formação/educação profissional voltadas às crianças no Brasil nas primeiras décadas do século XX, para tal utilizou-se a Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 19 de setembro de 1913, defendida por Genserico Dutra Ribeiro no dia 22 de dezembro de 1913, de título A Creança Operária, a qual aponta alguns indícios de como o trabalho era percebido, bem como a sua relevância para o sucesso da nação, e como possivelmente, o indivíduo trabalhador era compreendido pela sociedade brasileira nas primeiras décadas dos anos novecentos. No sentido de que o trabalho operário era atribuído exclusivamente às famílias proletárias já que não haveriam vocações operárias nas demais classes sociais, deste modo, as percepções acerca do trabalho operário englobaria os membros das famílias das classes com menos poderes aquisitivos, e que a classe operária a qual se pretendia formar por meio de indivíduos fortes, sadios e propensos a não medir esforços na construção de uma nação próspera, seria hereditária e para isso não seriam poupadas as crianças.

Palavras-chave: Educação; Trabalho; Infância.

A EDUCAÇÃO DO POVO PARA O COMBATE À POLIOMIELITE EM CURITIBA NOS ANOS 1930 E 1940

Carlos Wilson de Lima (UFPR)
cwdlima@ufpr.br

Apesar de ser conhecida desde a Antiguidade, foi somente no final do século XIX que a Doença Paralítica, Poliomielite ou Paralisia Infantil, foi reconhecida como um problema de saúde, quando as epidemias começaram a grassar no norte da Europa. No Brasil, embora existam referências a casos esporádicos de poliomielite nas últimas décadas do século XIX, a primeira descrição de um surto foi feita pelo médico carioca Antônio Fernandes Figueira, em 1911 na cidade do Rio de Janeiro. Conforme passaram-se os anos, pouco a pouco a poliomielite foi sendo percebida como uma doença endêmica, pois apareciam surtos em várias cidades espalhadas pelo território brasileiro, dentre elas, algumas cidades no estado do Paraná. Em Curitiba, as notícias sobre a poliomielite começaram a circular com maior periodicidade nos jornais a partir dos anos 1930,

principalmente no jornal Diário da Tarde que foi um importante meio de difusão de preceitos médico-sanitários e, também se denominava "independente" de qualquer ação partidária, prometendo "imparcialidade" ao publico leitor. O referido jornal, juntamente com os jornais O Dia e Gazeta do Povo, foi um dos três jornais de maior circulação na capital paranaense no período selecionado para a pesquisa. Antes da descoberta da primeira vacina contra a poliomielite nos anos 1950, a única forma de se prevenir do terrível mal, era através da educação da população para a adoção das medidas contra a paralisia infantil. Mas como educar a população das diferentes camadas sociais para o combate à paralisia infantil? Para responder tal questionamento, uma das estratégias possíveis seriam mensagens para o grande público através de notícias veiculadas nos jornais, pois para dar conta de uma educação para além dos muros da escola, e que abarcasse o grande público, o uso dos jornais possibilitou e contribuiu para a disseminação de notícias e modos de se prevenir contra a doença paralítica, educando o povo contra tal moléstia. Foram utilizadas como fontes, notícias, imagens e os discursos veiculados sobre a poliomielite nas páginas do jornal Diário da Tarde, nas décadas de 1930 e 1940, disponibilizado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, como também, na Biblioteca Pública do Paraná em Curitiba. Nesse sentido, identificar quais foram os significados atribuídos à poliomielite em veículos de comunicação para a população, possibilitou entender qual a importância atribuída ao combate desta doença na sociedade paranaense, em especial na cidade de Curitiba, pelos agentes sociais (autoridades de saúde e moradores de Curitiba). Consequentemente, essa pesquisa permitiu colaborar com o entendimento da relação entre educação e saúde em espaços não formais de educação, como também, perceber como desenvolveu-se o discurso estratégico das autoridades de saúde contra a Poliomielite, através das páginas de um periódico que circulava na época no Estado do Paraná. Dessa forma, o resgate da história da poliomielite pelo viés da compreensão da sociedade e das práticas educativas propostas para a sociedade da época para combater o "terrível mal", contribuíram com o entendimento de como o jornal Diário da Tarde fez circular a representação da Poliomielite na cidade de Curitiba, assim como a construção da história da educação não escolar, tendo em vista que a educação se realiza por diversas instâncias e não se restringindo ao âmbito da escola ou as publicações específicas destinadas aos professores e alunos.

Palavras-chave: Saúde e Educação; Educação não escolar; Poliomielite

A EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO HOSPITALAR EM CURITIBA, 1988 – 2002

Claudinéia Maria Vischi Avanzini (SEED)
clauvischi2@gmail.com

Neste trabalho serão analisadas as motivações que auxiliaram a efetivação do convênio que liberou professores a lecionar para crianças num hospital infantil em Curitiba - PR entre os anos de 1988 a 2002, assim identificar a importância da educação para as crianças curitibanas num espaço totalmente diferenciado e paradoxal ao escolar, mas com objetivo educacional, o hospitalar. O objetivo deste excerto é apresentar a

experiência paranaense em Educação Hospitalar, levando em consideração o projeto "Hospitalização Escolarizada" e a implantação da Educação Hospitalar em Curitiba e a especificidade do atendimento no âmbito estadual e municipal. Essas questões são encontradas em diferentes fontes, como no próprio "Projeto Mirim de Hospitalização Humanizada", publicações no diário oficial e em diferentes jornais diários, em livros memorialísticos, em documentos oficiais das Secretarias Estadual e Municipal de Educação, como os Processos Administrativos, convênios e relatórios de atividades das professoras municipais que estavam cedidas para trabalhar na Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro e nas entrevistas fornecidas, principalmente pela primeira professora que oficialmente assumiu o trabalho de Educação Hospitalar no Paraná, pela professora municipal que atuou no hospital até agosto de 2005, pela mãe de ex-aluno e por um ex-aluno que foi atendido na educação hospitalar no período pesquisado. Essa análise da experiência curitibana em Educação Hospitalar foi orientada pela perspectiva da história problema, sendo que dela surgiram muitos questionamentos que instigaram a pesquisa: De que modo a experiência paranaense em Educação Hospitalar se inicia, em que medida e como é iniciada a implantação do projeto "Hospitalização Escolarizada" no Paraná, como se apresentam as diferenças do atendimento no âmbito estadual e municipal, quais as especificidades destes atendimentos na Educação Hospitalar e de que modo se apresentam os progressos no atendimento da Escolarização Hospitalar em Curitiba. Além disto, outro grandes objetivos e metas neste trabalho era possibilitar que os maiores envolvidos com a escolarização no hospital, crianças, doentes e estudantes da Educação Hospitalar, tivessem voz e vez, desta forma oportunizar a participação efetiva aos principais protagonistas da Educação Hospitalar e que muitas vezes nunca seriam ouvidos, passou a ser uma necessidade, principalmente pela valorização da História vista de baixo fundamentada na teoria da história social (THOMPSON, 2002). Somando-se a isto, explicitar as experiências desses protagonistas, os estudantes da educação hospitalar, solidifica a perspectiva teórica em que "a experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo" (THOMPSON, 1981, p. 15). Considera-se que o atendimento pedagógico hospitalar é relevante para a educação, pois com sua existência, crianças e jovens que estão impossibilitados de frequentar as escolas em decorrência de internamento hospitalar ou tratamento de saúde são beneficiadas e têm seus direitos garantidos, afinal, com as aulas durante seus internamentos, os alunos não interrompem seu processo de escolarização, o que é um direito previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) o que significou igualdade de acesso para todos, sendo que a educação em hospitais vem cumprindo este direito, garantido em lei, para que a igualdade realmente se efetive. O recorte temporal é balizado pela realização do primeiro convênio entre a Secretaria de Estado da Educação para liberação de professores, que realizaram atendimentos educacionais às crianças internadas em um hospital infantil de Curitiba, no ano de 1988, ligado ao setor da assistência social, até o ano de 2002, quando é transferido o convênio para o setor de educação e cultura criado no hospital em questão.

Palavras chave: Educação Hospitalar; Saúde; Escolarização.

AS AMIGAS DA PÁTRIA, ENTRE A POLÍTICA E A POESIA: ATIVIDADES SOCIOEDUCATIVAS DO CENTRO PARANAENSE FEMININO DE CULTURA NOS ANOS DE 1960 A 1970

Daniela Dalagrana Penteado (UFPR)
danyddalagrana@hotmail.com

O presente texto tem por finalidade abordar a atuação das mulheres do Centro Paranaense Feminino de Cultura (CPFC) durante os anos de 1960 a 1970, e investigar as possíveis contribuições destas mulheres para as atividades socioeducativas na cidade de Curitiba durante o contexto estipulado. Advindo de uma pesquisa de Mestrado em andamento, na Linha de História e Historiografia da Educação, na Universidade Federal do Paraná, a temática permeia as integrantes do Centro Paranaense Feminino de Cultura e como elas conseguiram por meio de táticas e atos mediativos, divulgar, reafirmar e propagar uma educação, que muitas vezes era considerava uma educação informal, para mulheres e famílias da sociedade curitibana. Através do associativismo (seja por meio de cursos de corte e costura, de datilografia ou pelo posto de puericultura que funcionava desde 1933 em Curitiba), tais mulheres conquistaram, no espaço público, um lugar de reconhecimento e de autoafirmação pelas atividades e atos que realizavam em prol do bem estar das mulheres e dos mais necessitados na capital paranaense. Angariando fundos, fosse através de doações e/ou festividades de uma elite local, as participantes do Centro Feminino utilizavam uma retórica de um bem comum para fazer com que o CPFC continuasse suas atividades por décadas e que ainda conseguisse manter os principais objetivos de fundação, sendo um deles, promover a educação integral da mulher, pelo âmbito físico, intelectual, social e cultural. Sendo assim, para que a promoção integral da mulher fosse aprimorada e o reconhecimento das integrantes do CPFC fosse atestado perante a comunidade, espaços e meios de comunicação foram utilizados na divulgação das ideias e pensamentos para a educação feminina, sendo em sua grande maioria, a imprensa como principal meio de disseminação. Matérias de jornais, participações em emissoras de televisão e de rádio, palestras em comemorações e festivais e até a criação de uma revista em 1967-1977 fez com que essas mulheres divulgassem suas benfeitorias e continuassem a manter uma atuação associativista na sociedade. De modo especial, a revista criada na época da ditadura civil militar, foi uma das formas de reafirmação dessas mulheres perante a comunidade, além de demonstrar como a política estava enraizada nos discursos e nas produções destas mulheres. Através de poesias, de cartas e de recomendações de leitura, tais integrantes do CPFC abordavam assuntos sobre a formação da mulher, o papel dela na sociedade, moral e bons costumes, e até se posicionavam sobre movimentos feministas e questões nacionalistas (retomando símbolos nacionais e aspectos de identidade paranista). Dessa forma, o estudo sobre essas mulheres e suas atuações na sociedade curitibana, traz a tona suas redes de sociabilidade, suas práticas educativas e a influência delas perante uma educação não escolar, que envolvia campos da saúde, da cultura e até mesmo da política. Desta forma, a pesquisa em andamento lança luz sobre essas mulheres que faziam parte do CPFC, e investiga com mais afinco as possíveis ligações

entre as táticas de inserção e mobilização dessas mulheres no espaço público com o regime militar no Brasil, que foi um divisor de ideários e da própria democracia nacional.

Palavras-chave: Mulheres; Educação; Política.

A MULHER NA REVISTA DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS

Michelle Castro Lima (UFCAT)
michellelima@ufcat.edu.br

Na História da Educação os periódicos pedagógicos se constituem como importantes fontes de informação/educação no século XX. Na referida pesquisa iremos utilizar a Revista de Educação de Goiás como fonte para identificarmos e refletirmos sobre o papel da mulher na educação brasileira, mas especificamente a representação da mulher na Revista de Educação do estado de Goiás. Desta forma, nosso objetivo foi investigar e analisar os aspectos relacionados aos conteúdos divulgados, as materialidades da revista e como a mulher foi representada ao longo das diferentes edições da Revista de Educação de Goiás. Para analisar a revista utilizamos as edições publicadas da revista e a legislação pertinente, além disso, utilizamos outros documentos, a exemplo, os discursos do interventor do estado de Goiás. Metodologicamente, essa pesquisa contempla o método histórico-documental a partir da Nova História. Segundo Le Goff (2003) o documento histórico passou a ser considerado como uma construção social dentro de determinado contexto. A investigação busca, nas revistas, os sentidos dados ao papel da mulher na educação Goiana, os indícios para compreender qual o sentido dado por cada indivíduo às dinâmicas no espaço educacional no período de 1937 a 1942. No período investigado identificamos 18 publicações da revista distribuídos em 20 números. As publicações da revista não seguiram uma periodicidade ao longo dos anos. A primeira edição foi em 1937 e nesse ano tivemos 02 números da revista. Já nos anos de 1938, 1939 e 1940 foram publicados 04 números enquanto em 1941 e 1942 foram publicados 02 números da revista por ano. Das edições publicadas conseguimos ter acesso a 12 números da revista, como a pesquisa está em andamento ainda buscamos as 06 edições referentes ao período da pesquisa que não tivemos acesso. Para compreender o papel da revista de Educação de Goiás é relevante retomarmos a lei de criação da revista e a primeira edição da mesma, pois nesses dois documentos encontramos menção a importância da revista para o estado de Goiás e a necessidade de aquisição da mesma por parte dos educadores e das instituições de ensino. Neste trabalho iremos apresentar algumas ponderações a partir da análise das primeiras publicações. No primeiro número da revista há apenas 02 artigos assinados por mulheres, sendo que um deles trás a mulher no papel de mãe realizando uma leitura para o “filhinho”, história cheia de fundo moral na tentativa de construir uma ideia de moral para a criança. Já o segundo artigo é da professora Ophelia S. do Nascimento Monteiro (Professora de Didática da Escola Normal Oficial de Goiás) e retrata a questão da instrução primária em Goiás e a importância e as dificuldades na formação “da professora”. A professora Ophelia tem pelo menos 01 artigo publicados nos vários números da revista ao longo da pesquisa. O segundo número da revista é resultado do Congresso de Educação em Goiás e apresenta 04 artigos assinados por mulheres, sendo

que um é o relato de uma professora primária falando da falta de estrutura e material para a docência do ensino primário. Já os outros 03 artigos relatam sobre o ensino primário e a formação da professora. Porém um desses artigos discorreu sobre o papel da professora primária e as características essenciais para a essa professora. As primeiras considerações sobre a divulgação da mulher na revista de Goiás ainda é algo predominante naquele período no Estado de Goiás a mulher no papel de mãe, amável, sensível e educada. E, mesmo enquanto professora ela assume essas características da mãe dócil e ideal para educar as crianças de Goiás.

Palavras-chave: Impresso; Revista de Educação; Feminino.

DISCUSSÕES SOBRE A SÍFILIS NO PARANÁ DOS ANOS 1920-1930 E A EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA O COMBATE À DOENÇA: ENTRE AS IDEIAS DE TRANSMISSÃO HEREDITÁRIA E CONGÊNITA

Silvia de Ross
silviadeross@gmail.com

Este trabalho aborda discussões sobre a sífilis no Paraná dos anos 1920-30, a partir de textos publicados em jornais diários e em periódicos especializados da área médica editados, principalmente, em Curitiba. A análise está embasada em Roger Chartier e Natalie Zemon Davis e tece considerações sobre a representação da doença em circulação nos debates médicos, tendo em vista que esta não ficou circunscrita ao escopo da medicina, mas que havia uma busca por educar a população por meio de uma difusão controlada de recomendações sobre a manutenção da saúde e o combate à sífilis. No contexto de tais discussões, a representação da doença como uma inimiga da nação brasileira era reforçada, mas também circulava a ideia da sífilis como enfermidade hereditária. Com diferentes nuances ao longo do tempo, foram vários os artigos médicos que buscavam significar o que seria a "sífilis hereditária" e divulgavam como esta poderia propagar-se por gerações, destruir a espécie e a nação. Especialmente das últimas décadas do século XIX até os anos 1920, a expressão "sífilis hereditária" foi compreendida hegemonicamente em sua ampla associação, tendo em vista àquilo que um filho recebia ou herdava de seus pais. Assim, os "antecedentes hereditários", tanto do pai quanto da mãe, seriam imprescindíveis para realização de um diagnóstico na prole. A partir dos anos 1920-30, as discussões receberiam outros matizes como, por exemplo, a afirmação de que a transmissão da doença ocorreria da mãe para o feto por meio da placenta, ou seja, de forma congênita. Todavia, esta forma de transmissão ainda era denominada heredo sífilis. Os debates em torno da propagação da doença impactaram diretamente a construção de narrativas quanto às formas de prevenção e tratamento da moléstia, em publicações médicas e também em jornais diários e reverberaram – direta ou indiretamente – entre os leigos. Colunas publicadas nos jornais diários, que informavam os óbitos ocorridos principalmente na capital paranaense, divulgavam como principal causa mortis de crianças a sífilis hereditária ou a heredo sífilis. Propagandas de remédios e também de produtos que

não podiam ser classificados exatamente como medicamentos prometiam curar crianças de diversas moléstias, dentre as quais figurava a sífilis hereditária. Todavia, a ideia da transmissão congênita também circulava em um pequeno número de textos. Certo é que entre os médicos, ao longo dos anos 1920-30, ainda não havia consenso e possivelmente as duas ideias se fundiam (e confundiam) algumas vezes nas publicações. Eles continuavam discutindo se a lues venérea seria moléstia hereditária ou uma doença herdada pelo(a) filho(a), via mãe, por meio do contágio (congênita). O conflito seria superado, aos poucos, tendo em vista a maior credibilidade por parte da comunidade médica à noção da sífilis congênita. Ao longo dos anos 1940, seria cada vez mais incomum encontrar médicos que utilizassem a expressão "sífilis hereditária". A expressão também foi desaparecendo gradualmente de artigos e propagandas dos jornais diários. Paralelamente, essa mudança em torno das formas de transmissão da doença alterou também a perspectiva educativa. O homem não seria mais considerado o principal foco das campanhas educativas, pois o pai sifilítico passou a ser visto como aquele que não transmite diretamente a doença ao filho. Seria preciso que o organismo da mãe fosse "contaminado" pelo pai para que houvesse a transmissão à prole. Educar prioritariamente às mães tornou-se fundamental no contexto que se apresentaria especialmente a partir dos anos 1940. Contudo, apesar das nuances quanto à transmissão da doença e nomenclaturas utilizadas, bem como à mudança do principal foco das campanhas educativas, durante esses anos uma única representação médica sobre a sífilis foi hegemônica: a de que ela seria o grande mal a combater, causadora da degeneração da espécie, destruidora da raça e, por conseguinte, da nação.

Palavras chave: educação; discurso médico-científico; doenças venéreas

PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS, ARQUIVÍSTICA E APRENDIZADO HISTÓRICO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Carine Vais (IFPR)
carine.vais@gmail.com

Edilson Aparecido (IFPR)
chavesedilson.chaves@ifpr.edu.br

Partindo das experiências implementadas no âmbito do projeto de ensino e pesquisa "O que é isso? Um monte de papel velho! Ressignificação de fontes por jovens estudantes em aulas de História", no Instituto Federal do Paraná – Campus Curitiba que objetiva desenvolver trabalho de arquivística com alunos do ensino médio integrado agregando investigações sob diversos ângulos teóricos e metodológicos. Este relato foi estruturado considerando o trabalho de arquivista e envolve um conjunto de ações que visa a preservação e conservação do acervo. Ações que consistem na capacitação de estudantes no trabalho da arquivista (análise, identificação, organização e arquivamento). O Processos de trabalho dentro das organizações e de constante aperfeiçoamento do fluxo de documentos gerados no desempenho de suas atividades, o papel do arquivista mudou de um simples organizador, que atuava focando a organização do documento produzido (sem ter como foco central o usuário desta informação), para um gestor que tem o papel de

melhorar o fluxo dos processos dentro da instituição, organizar documentos (com foco no usuário da informação) e criar políticas de segurança da informação (como forma de proteger o capital intelectual). É importante mencionar que um arquivo não diz respeito apenas ao guardar documentos, mas partindo das experiências de pesquisa, vivenciada com as descobertas de cada aluno (Giorgi et al. 2020), que surgiram no âmbito do projeto, meu relato pretende abordar dados de cunho histórico e administrativo encontrados em fontes documentais a partir de análise de correspondências privadas que narra a sociedade curitibana no início do século XX, viagens que apontam fatores sociais, políticos e morais e suas mudanças e permanências ao longo do século e que nos permite refletir acerca do papel que os arquivos privados exercem e o quanto esse tipo de arquivo tem ocupado pouco espaço nas discussões nas escolas. Neste sentido, torna-se pertinente discutir sobre a exploração de fontes privadas em arquivos, em especial o que está supracitado. Para chegar às conclusões obtidas, a investigação utilizou como metodologia de pesquisa a análise de documento, direcionada para a identificação de documentos e registros de ações que estejam relacionadas à discussão acerca das abordagens teóricas e metodológicas que norteiam a gestão pública de documentos no âmbito das políticas de arquivística e gestão de documentos. Alguns dos principais resultados demonstram que os documentos arquivísticos, públicos ou privados (LOPES & RODRIGUES, 2019) podem e devem ser preservados e utilizados para fins de atividades desenvolvidas a partir de análises históricas e científicas em aulas nas escolas em conjunto orgânico de um projeto, que proporciona convivência e compartilhamento de experiências, e memórias para recordar, o fenômeno coletivo e socialmente construído. A herança cultural depende da preservação de seus documentos.

Palavras Chave: Arquivos Permanentes; Fontes documentais; Gestão de documentos; Arquivos privados.

A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DOS ARQUIVOS ESCOLARES

Denise Gomes dos Santos (UEL)
denise.gomes.santos@uel.br

Camilly Aparecida de Souza Francisco (UEL)
camilly.aparecida@uel.br

O presente trabalho tem como objetivo discutir a importância da preservação dos arquivos escolares e sua utilização como objeto de análise para a compreensão da História da Educação, bem como a construção e conservação da memória educacional por meio da salvaguarda dos documentos. Os arquivos escolares formam o acervo de informações sobre práticas pedagógicas, estruturas curriculares, relações sociais e culturais dentro do contexto educacional. Esses documentos são importantes registros oficiais, que geralmente são feitos por meio de materiais didáticos, fotografias, cartas, diários de alunos e professores, entre outros, que podem revelar aspectos do cotidiano do ambiente escolar. Os registros escolares desempenham um papel fundamental na

preservação da memória educacional de uma comunidade, eles viabilizam que as próximas gerações acessem, compreendam e situem no contexto as práticas educativas do passado, agregando valor à identidade cultural e pedagógica. Os estudos que tomam por fonte os arquivos escolares têm trazido à tona dados significativos acerca do desenvolvimento dos sistemas educativos, políticas pedagógicas, alterações nos currículos, práticas pedagógicas adotadas e aperfeiçoamento da educação atual, ao considerar as experiências e aprendizados do passado. Visto a importância dos arquivos se tem a Lei 8.159 de 8 de Janeiro de 1991 que estabelece a política nacional dos arquivos públicos e privados, a qual no Artigo 1º dispõe que "É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação". Apesar da Lei declarar o dever da salvaguarda dos documentos para o âmbito científico, cultural entre outros, os órgãos responsáveis e especificamente aqui tratado as instituições ainda não dão a necessária atenção aos arquivos, deixando-os desorganizados, geralmente em uma sala escura, sem ventilação ocasionando o aumento da temperatura e umidade, presença de insetos, fungos, exposição à poeira, podendo comprometer a conservação e futuramente o manuseio da documentação. É necessário o investimento nos arquivos para que seja possível higienizar, organizar, recuperar, preservar e realizar o levantamento de todos os documentos presentes, e a partir deles, perceber a importância e a riqueza das documentações para a História da Educação. Desta forma, os arquivos escolares são uma fonte rica e diversificada para o estudo da História da Educação, que possibilita a compreensão das mudanças do sistema educacional, das práticas pedagógicas e do contexto social em que a educação se desenvolveu ao longo dos anos. A organização e preservação desses registros são essenciais para assegurar que as gerações futuras tenham acesso a esse patrimônio educacional e cultural de valor inestimável. Vale ressaltar que, ultimamente, as pesquisas apontam as contribuições que os arquivos escolares oferecem para a organização, construção da memória da educação e visibilidade em projetos desenvolvidos no campo de estudo da História da Educação, das quais permeiam a origem de publicações que referenciam as mesmas, podendo citar alguns autores que discutem e enfatizam sobre o tema, como Mogarro (2008); Bonato (2005) e Furtado (2011)

Palavras-chave: Arquivos escolares; Preservação; História

FONTES E ACERVOS PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: OS RECIBOS COMERCIAIS E SUAS POSSIBILIDADE DE PESQUISA

Gecia Aline Garcia (UFPR)
gecia.garcia@gmail.com

Gizele de Souza (UFPR)
gizelesouza@uol.com.br

Virgínia Lourençon da Silva (UFPR)
virginialourencon@gmail.com

O presente estudo tem como objetivo abordar e discutir os recibos comerciais como documentos indiciários para a compreensão dos processos de circulação e composição da cultura material escolar. Na esteira do Paradigma Indiciário de Ginzburg (1991) interpretamos esse tipo de documentação, não como sendo meras listagens de objetos adquiridos, mas as inscrições de ilustrações, descrições dos espaços comerciais, os nomes registrados e a relação de materiais dispostos nos recibos permitem abordá-los como pistas e sinais de um determinado tempo e espaço escolar. Junto dos relatórios de professores e inspetores, encontrados nos livros de correspondência governamental, presentes no acervo do Arquivo Público do Paraná, é possível encontrar recibos comerciais que os agentes educacionais acionaram para suprir a escola materialmente. Nesses documentos, além de constar quais materiais foram fornecidos, também é possível observar questões relativas aos fornecedores, as linguagens e expressões que envolvem a produção dos móveis destinados ao âmbito escolar. Nesse sentido, além de problematizar os recibos comerciais como fontes em potencial para se conhecer o processo de provimento material da escola, por meio dos agentes envolvidos, esse estudo também coloca em debate o arquivo histórico não como um local que fornece provas do que foi o passado, mas como um laboratório de possibilidades históricas (SOUZA et al, 2013, p. 633). Para Arlette Farge (2009, p. 23) o arquivo tem um sabor que passa pelo gesto do artesão "lento e pouco rentável, em que se copiam textos, pedaço por pedaço, sem transformar sua forma, sua ortografia, ou mesmo sua pontuação". Este modo de manejar as fontes, para Michel de Certeau (2012), exige a combinação de um lugar, de um aparelho e de técnicas. Com isso, o autor explica que, ao adentrar os arquivos e selecionar fontes, é enunciado uma lei tácita da história, ao deslocar as fontes para uma nova distribuição cultural, da vida cotidiana para a escrita da história. Além destes estudos, destaca-se ainda a contribuição de Cynthia Greive Veiga (2018) em estudo sobre "A história da escola como fenômeno econômico: diálogos com história da cultura material, sociologia econômica e história social". Veiga explica que a escola pode ser lida por dois aspectos em relação ao fenômeno econômico, o primeiro refere-se a demanda escolar, enquanto o segundo destina-se a sua configuração material. Essas duas premissas comportam as margens da necessidade/demanda da escola e de sua satisfação. Em diálogo com os debates do sociólogo Karl Polany (1886-1964), a autora explica que "a dimensão material está nos objetos que entendemos como necessários para viver e a econômica no modo como agimos para obtê-los (VEIGA, 2018, p. 49). Pensar a escola, nesta perspectiva, seria problematizar quais as interações se constituíram para a produção da escola enquanto necessidade social e como, a partir disso, foi organizado suas maneiras de funcionar (economia escolar) através da materialidade, como as observadas nos recibos comerciais.

Palavras-chave: História da Educação; Cultura Material Escolar; Recibos Comerciais.

OS ARQUIVOS NOS PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS (1997-2021)

Camilly Aparecida de Souza (UEL)
camilly.aparecida@uel.br

A presente pesquisa de Iniciação Científica3 teve por objetivo realizar um levantamento bibliográfico acerca dos trabalhos que tomam por foco os arquivos, publicados nos periódicos especializados na área da História da Educação: Revista de História da Educação (1997-2020), Revista Brasileira de História da Educação (2001-2020), Revista Histedbr on line (2000-2020) e Cadernos de História da Educação (2002-2020). Realizamos um inventário acerca das temáticas relacionadas aos arquivos, para isto utilizamos as seguintes palavras buscadoras: arquivos e arquivos escolares. Esta investigação nos impulsionou a olhar mais detidamente duas temáticas, a imprensa e os arquivos, sendo a primeira o meio e a segunda o objeto. A imprensa foi abordada por meio da discussão que aprofunda a temática a partir dos apontamentos feitos por Catani (1996); Toledo e Skalinski Junior (2013); Luca (2008); Sousa (1994); e Zanlorenzi (2018) dentre outros, os quais ressaltam a importância da imprensa para a compreensão histórica do sistema educacional. Também a temática dos arquivos se faz importante, por caracterizar este espaço como um local de busca, sendo assim nos pautamos nas discussões de Bonato (2005); Mogarro (2008); Furtado (2011); Cunha (2016) e Valente (2012) dentre outros, os mesmos destacam que os arquivos contêm informações primordiais para construção da memória coletiva e também educativa. Metodologicamente, em um primeiro momento construímos uma tabela contendo os seguintes itens: ano; autor (a); título; revista; nº e edição e instituição, a fim de ancorar os artigos levantados e uma breve análise dos artigos, em um segundo momento buscamos aglutinar as recorrências temáticas, as filiações institucionais e os grupos de pesquisa aos quais os autores(as) estão interligados. Após o término do levantamento realizamos discussões e apresentamos resultados importantes para a pesquisa dos arquivos por meio de periódicos especializados no campo da história da educação. Inicialmente identificamos que a temática dos arquivos aparece de forma mista, entretanto todas as revistas detém algumas temáticas prevalecentes, as quais são os arquivos escolares, memórias, arquivos pessoais, arquivos como fonte para história da educação e os arquivos virtuais. Adiante, percebemos que determinadas instituições interligadas aos autores(as) se destacam com maior quantidade de publicações nos periódicos e que estas entidades são prevalecentes na região Sudeste e Sul, considerando apenas o Brasil. Esta predominância se justifica em parte pelos programas de pós-graduação serem bem estruturados nestas regiões, os quais contam com grupos de pesquisa. Logo, entendemos ser importante aprofundarmos nos grupos de pesquisa interligados aos pesquisadores(as) com artigos publicados nas revistas. Portanto, por último buscamos os grupos de pesquisa por meio do Diretório de Grupos de Pesquisa na Plataforma Lattes, na busca de localizar os grupos que faziam parte no ano em que os autores(as) tiveram o artigo publicado nos periódicos especializados. Os resultados atingidos demonstram a preocupação dos historiadores e pesquisadores em preservar os arquivos escolares, as memórias, os arquivos pessoais dentre outros, a fim dos mesmos serem utilizados como fonte para a pesquisa em história da educação.

Palavras-chave: História da Educação; Arquivos; Museu Escolar.

LEVANTAMENTO DE JORNAIS E REVISTAS NOS ARQUIVOS DO MUSEU ESCOLAR LONDRINENSE - MEL

Marcela Silva da Cunha (UEL)
marcela.silvacunha@uel.br

Arquivos escolares como o do Museu Escolar de Londrina-MEL, permitem que sejam feitas pesquisas sobre os mais variados tipos de documentos, desde os administrativos que passam por atas, listas de chamadas, devido a essa grande gama documental, até os pedagógicos, neste caso em específico das escolas municipais da cidade de Londrina. Esta pesquisa é resultado de Iniciação Científica desenvolvido sob a orientação da professora Dra. Simone Burioli, docente do Departamento de Educação na Universidade Estadual de Londrina e buscou organizar quais eram os jornais e revistas presentes no acervo deste museu. Os acervos, locais em que são armazenados documentos diretamente ligados à educação, vem ganhando destaque devido a gama de documentos presentes nesses espaços, que nos permitem desenvolver pesquisas que levam a compreender acerca das práticas educativas, bem como costumes e tradições que tangiam a época a qual os documentos são contemporâneos. Dentre essa variedade de documentos presentes nos arquivos, foi escolhido o trabalho com os jornais e revistas pois são documentos muito ricos em visões e versões do momento histórico e daqueles que os escrevem, além disso eles nos possibilitam perceber "identificação das vozes (individuais e de grupo) de professores e alunos, a partir da análise destas publicações, em que os autores expressam a sua visão do mundo, da profissão e da escola." (MOGARRO, p.85, 2012). Porém para que o trabalho de análise dos periódicos seja desenvolvido da melhor maneira, se faz necessário o levantamento das fontes, que se trata do processo de selecionar os documentos com que se deseja trabalhar e os classificar. Ao longo do processo de levantamento foram encontrados cerca de trezentos e sessenta documentos entre jornais completos, revistas e recortes de jornais no período entre os anos de 1971 e 2022, sendo o primeiro o mais antigo encontrado até o ano mais recente, esses documentos foram organizados em tabelas que levavam informações sobre datas, cidade de publicação, ano em que foram publicados e a localização dentro do acervo, posteriormente as tabelas foram transformadas em gráficos para melhor visualização das informações, um ponto a ser destacado é o quanto o jornal "A Folha de Londrina" apareceu no levantamento e ainda se trata de um jornal de grande importância em Londrina e na região. Outro ponto a se destacar acerca dos jornais é o fato de alguns aparecerem incompletos dentro do acervo, sem datas e muitas das vezes sem título. Esta é uma das problemáticas relativas ao trabalho com jornais e revistas, a descontinuidade do material que dificulta o trabalho de quem fará uma possível análise dos jornais, bem como dificulta a organização dentro dos gráficos e tabelas no momento do levantamento. Mesmo entre desafios e dificuldades, os resultados alcançados com a pesquisa foram bastante satisfatórios e instigaram o desenvolvimento de futuras pesquisas dentro das possibilidades encontradas no MEL.

Palavras-Chave: História da Educação; Arquivos; Museu Escolar.

LEVANTAMENTO DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO DEPAS (1949-1969): ESCOLARIZAÇÃO EM LONDRINA

Maria Clara Bagatim do Amaral Gomes (UEL)
maria.clara.bagatim@uel.br

A proposta de comunicação recai sobre a pesquisa de levantamento de documentos históricos, realizada no acervo SME do projeto MEL – Museu Escolar de Londrina. O principal objetivo foi identificar e descrever os tipos e conteúdos dos documentos produzidos pelo DEPAS (Departamento de Educação Pública e Assistência Social) do município de Londrina, entre 1949 e 1969. O DEPAS foi um órgão da gestão da educação municipal criado em 1949 e que, em 1969, deu lugar a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC). Teve-se como questão central de investigação: quais foram os documentos históricos do DEPAS sobreguardados pela SMEC, atual SME – Secretaria Municipal de Educação de Londrina? Como aporte historiográfico as fontes documentais foram compreendidas tendo como referência os textos de Bacellar (2006), Barros (2020) e Luca (2021). A prática de pesquisa histórica ocorreu em três momentos: 1) o estudo bibliográfico sobre o contexto histórico de Londrina e de criação/funcionamento do DEPAS; 2) abertura de caixas arquivos disponíveis no acervo do MEL, nesse momento iniciou-se a descrição dos documentos, utilizando como base os tipos de documentos, quantidade, conteúdo, ano e produtor, e assim os dados foram introduzidos em uma planilha Excel; e o 3) procedeu a tabulação e quantificação dos dados, formou-se categorias considerando os tipos de documentos e elaborou-se uma descrição-analítica. Cabe destacar que em 1949, criou-se o Departamento de Educação Pública e Assistência Social (DEPAS) de Londrina, que assumiu as funções de administrar e inspecionar o ensino primário, a biblioteca pública, a banda de música da localidade e os trabalhos assistenciais do município. Segundo Capelo (2013), a criação deste departamento foi marcada por características mais definidoras de uma política de ação municipal, mas, mesmo assim, predominava uma política de centralismo burocrático que nem mesmo o diretor tinha autonomia para autorizar certos atos, cujas principais intenções eram padronizar o ensino, homogeneizar a formação dos professores e estudantes do ensino primário. Para além do espaço escolar, de acordo com Honorato & Yamashita (2021), os agentes públicos defendiam a ideia de promover atividades de educação e cultura para a população Londrinense, por meio de recitais de artes, conferências e dos livros da Biblioteca Pública como mecanismo para que os indivíduos se civilizassem. Como resultado da pesquisa de levantamento, foi possível encontrar diferentes tipos documentos totalizando 4.844 unidades, que permitiram a elaboração de 30 categorias. Entre as categorias as mais recorrentes são: atas, biografias de homenageados, dados dos docentes (contratos, currículos, formação), fotografias, justificativas de faltas de docentes, plantas dos edifícios escolares, ofícios, quadros estatísticos, relatórios, termos de visita dos inspetores. Esses documentos revelam dados sobre o processo de escolarização em Londrina e a sua preservação compõe a concepção de município. Esta pesquisa então contribuiu para dimensionar as ações municipais, entender sobre as culturas escolares produzidas no período estudado, ao mesmo tempo colaborou com a identificação e catalogação dos

documentos do DEPAS localizados no acervo do Projeto MEL. Com o levantamento será possível formular novos questionamentos a cerca deste órgão de gestão municipal, viabilizando recursos para o empreendimento de novas investigações e esclarecimentos sobre a história da educação do/no município de Londrina.

Palavras Chaves: Inventário de fontes históricas; DEPAS, História da Educação, Município de Londrina.

FOTO BIANCHI: FONTES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Audrey Franciny Barbosa (UEPG)
audreybarbosaf@gmail.com

Maria Julieta Weber (UEPG)
julieta.weber@yahoo.com.br

O presente texto tem por objetivo explorar a potencialidade dos acervos fotográficos para a escrita da História da Educação. Para tanto, dividimos a presente comunicação em dois momentos: no primeiro momento, apresentamos o Foto Bianchi, estúdio fotográfico que funcionou em Ponta Grossa entre os anos de 1913-2002, sob administração de três fotógrafos da família Bianchi e cuja vasta produção fotográfica são fontes para a nossa pesquisa; no segundo momento, analisamos a potencialidade do acervo fotográfico Foto Bianchi para as pesquisas em História da Educação local. O Foto Bianchi foi um estúdio comercial e familiar fundado em Ponta Grossa pelo casal Luiz Bianchi e Maria Thommen no início do século XX, e que permaneceu em funcionamento até o ano de 2002. Luiz Bianchi, o primeiro fotógrafo do estúdio, chegou na região em fins do século XIX à serviço da companhia ferroviária com o objetivo de registrar as transformações advindas com a estrada de ferro. Junto com sua esposa, Maria Thommen, Luiz teve três filhos, Rauly, Leonardo e Raul. O primeiro deles, Rauly Bianchi, deu continuidade ao trabalho do pai frente ao Foto Bianchi, representando a segunda geração de fotógrafos da família Bianchi em Ponta Grossa, tendo apreendido o ofício com seu pai e legado o mesmo ao seu filho, Raul Bianchi – representante da terceira geração de fotógrafos do Foto. Em 2002, sob a administração de Raul Bianchi, o estúdio teve suas atividades encerradas e parte de seu acervo comercial repassado a iniciativa pública. Raul Bianchi firmou com o Departamento de História (DEHIS) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e com a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa a venda de parte do acervo comercial do Foto Bianchi. Nesse acordo, o poder público municipal ficou com a posse do acervo que foi repassado aos cuidados da UEPG a fim de higienizar e organizar os documentos, entre eles, milhares de chapas de negativos em vidro e celulose, cadernos de registros de serviços do estúdio e materiais fotográficos. Após inúmeras organizações, atualmente o acervo encontra-se sob cuidados da Casa da Memória Paraná, órgão ligado à Fundação Municipal de Cultura de Ponta Grossa. Dito isso, no segundo momento, enfatizamos a importância do acesso e análise de tal documentação para a historiografia educacional. Cabe enfatizar que compreendemos as fontes para a História da Educação como documentos diversos e não restritos ao espaço escolar ou seus agentes, mas sim, uma infinidade de fontes que

possibilitam e auxiliam nas discussões da historiografia educacional. Nesse quadro, o acervo fotográfico do Foto Bianchi é potencial para a escrita da História da Educação em Ponta Grossa, uma vez que a trajetória comercial-familiar do estúdio permite analisar quem eram os fotógrafos que produziram os retratos analisados, os cadernos de registros do Foto possibilitam problematizar o público consumidor e os espaços por onde circularam tais fotografias e seus milhares de retratos e representações da sociedade materializam os costumes e a educação da sociedade da época.

Palavras-chave: Fotografia; Foto Bianchi; História da Educação.

PROJETO NOSSAS RAÍZES – CULTURA E HISTÓRIA BELTRONENSE

Carina Merkle Lingnau (UNIOESTE-FB)
carinadebeltrao@gmail.com
Jaciliane Casanova Guadanhin (UNIOESTE-FB)
jacyliane@hotmail.com

A região de Francisco Beltrão é caracterizada por comunidades formadas por elementos histórico-culturais trazidos principalmente por ascendentes de imigrantes de países como Alemanha, Itália e Polônia. O Projeto Nossas Raízes implantado em 1997 pelo Departamento Municipal de Cultura do município de Francisco Beltrão, PR, sob a direção da Secretária de Cultura Tânia Maria Penso Ghedin, teve como objefivo a busca da identidade cultural, bem como, a agregação de renda na comunidade, fatores estes, que estão sendo trabalhados em parceria com as comunidades onde a riqueza gastronômica, as danças, os trajes típicos foram resgatados e anualmente as comunidades promoveram festas tradicionais. No que diz respeito às características do Projeto Nossas Raízes, sua abordagem se concentrou em resgatar as origens da população das áreas rurais do município, aplicando um modelo de organização participativa e comunitária. Ao engajar os mais experientes e promover a integração entre as gerações, aliados ao desenvolvimento dos valores locais, as comunidades conseguiram, através da sabedoria dos mais velhos, nutrir a expectativa de preservar e expandir suas raízes culturais. O alvo do Projeto foram as comunidades do interior do município, visto que o significativo fluxo de migração do campo para a cidade de Francisco Beltrão resultou na ampliação do grupo em situação de pobreza e no surgimento de favelas na área urbana. A iniciativa do Projeto buscou inspirar a comunidade por meio de seus próprios talentos e recursos. Com base neste Projeto e levando em consideração a presença indígena e cabocla na região anteriormente à migração de gaúchos, catarinenses e paranaenses vindos de outras regiões do estado, as comunidades engajadas no Projeto foram: Jacutinga para o resgate da Cultura Alemã; do KM 20 com a Cultura Italiana e da Secção Progresso com a Cultura Polonesa. Essas comunidades estão localizadas geograficamente afastadas do centro urbano do município, regiões denominadas linha Jacutinga, Km 10, Secção Jacaré e Secção Progresso. A partir desta característica geográfica e histórico-cultural buscamos como objetivo da pesquisa analisar o discurso da tradição dessas comunidades. Isso se faz necessário pois partimos da premissa que a tradição pode ser marcada como um dispositivo foucaultiano que motiva

certas práticas enunciativas ou deixa de marcá-las no decorrer da história. Como metodologia aplicou-s pesquisa qualitativa (Bauer e Gaskel, 2002), pesquisa documental, pesquisa de campo e pesquisa bibliográfica. Ainda teve-se o embasamento teórico na análise do discurso (AD) em Michel Foucault com o uso do método arquegenealógico não cunhado por Foucault, mas compreendido por nós como fundamento teórico. Nesse quesito, procuramos trabalhar com o conceito da AD foucaultiana de formação discursiva. Como resultados teve-se a contribuição da pesquisa quanto à reflexão sobre a comunidade local em interação com a universidade, uma escola de ensino médio do município de Francisco Beltrão, além de ampliar as pesquisas da AD sobre o discurso da tradição e sua implicação no cotidiano da sociedade.

Palavras-chave: análise do discurso; migração; dispositivo.

REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA EDUCAÇÃO LONDRINENSE: CENAS DA ESCOLA (1950)

Danielle Harumi Nacazone (UEL)
danielle.harumi@uel.br

Esta pesquisa de iniciação científica é parte do Projeto Centro de Pesquisa em História e Memórias da Educação Escolar de Londrina, desenvolvido na Universidade Estadual de Londrina. Trabalhamos em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Londrina no tratamento e catalogação da documentação pedagógica das escolas municipais. Nosso foco são as fotografias. O objetivo geral da investigação é compreender por meio da análise das fotografias, quais as relações estabelecidas entre a escola e a cidade na década de 1950 e como tais relações podem ser interpretadas enquanto currículo efetivado. Temos como objetivos específicos: aprofundar os estudos em torno da História Cultural, da Cultura Escolar e Currículo; selecionar e catalogar as fotografias; analisar as imagens investigando as ações que as escolas realizaram na cidade e auxiliar na composição do terceiro catálogo de fotografias do MEL – Museu Escolar de Londrina. A metodologia do projeto está sendo feita a partir da análise das fotografias considerando-as como fonte para a escrita da História. Atualmente, as fotos estão armazenadas em gavetas, dentro de pastas, algumas separadas por papéis e outras dentro de pastas de plásticos. A catalogação é feita tendo por base uma tabela composta pelos seguintes itens: Código Físico que auxilia na busca e identificação do álbum, foto e do local onde está guardado; Conteúdo da imagem: descrição para auxiliar a localizar uma fotografia por palavras-chave; Legenda: transcrição da legenda, quando existente; Breve Descrição: relato descritivo da imagem; Tipologia: tamanho das fotografias (coloridas ou preto e branco); Temporalidade: indicação do ano, quando existente; Emissor: indicação do emissor, quando existente; Código Anterior: indicação do número ou lugar de guarda anterior. Cada item da tabela remete a um aspecto da imagem possibilitando ao pesquisador fazer diversas escolhas. Ao finalizarmos a pesquisa o catálogo ficará disponível para o acesso de todos, ajudando com a construção de estudos e conhecimentos posteriores. O catálogo que estamos produzindo é composto de 308 imagens, datadas de 1950 a 1979. Ainda estamos na fase de identificar e trabalhar com as fotografias da década de 1950. No geral, as

imagens retratam escolas rurais e municipais, desfile das escolas, primeira comunhão, realeza do Japão visitando Londrina, cursos e concursos voltados para professores (as), antigos prefeitos, festas e datas comemorativas, construções de escolas etc. De forma geral, identificamos que a maior parte dos registros recaem em ações externas ao espaço físico da escola valorizando as ações políticas em torno da educação. No entanto, localizamos também cenas que retratam aspectos importantes da cultura escolar visto que são momentos eleitos para serem registrados por meio de fotografias em uma época que o acesso a esta tecnologia não era tão simples como nos dias de hoje. Apresentamos como recorte neste resumo detalhar as cenas fotografadas que estabelecem uma relação com a cidade compreendendo as ações da escola para além do seu espaço físico.

Palavras-chave: Fotografia; Escola; Cidade.

O ARQUIVO ESCOLAR ENQUANTO FONTE HISTÓRICA: O CASO DO PROJETO ARAUCÁRIA (1985-1994)

Nathaly de Moraes Dias (UFPR)
nathaly.dias@ufpr.br

Maria Aparecida Codognotto (UFPR)
mariacod076@gmail.com

O Projeto de Extensão “Histórias e Memórias Sobre a Educação” da Universidade Federal do Paraná (UFPR), se propõe, desde de 2016, a manter vivos aspectos e momentos da educação básica e universitária ao longo dos anos, promovendo espaços de pesquisa e estudo sobre a educação. Além de ter um acervo próprio no Centro de Documentação e Pesquisa em História da Educação (CDPHE), que conta com materiais didáticos, livros teóricos, coleções infantis, equipamentos, revistas, fitas vhs de eventos universitários, etc., que retratam um pouco da história da educação, o projeto trabalha com o Arquivo Histórico-Administrativo do Setor de Educação da Universidade, onde é possível encontrar documentos que remontam a década de 1950. Embasamos as ações de organização e classificação do acervo de acordo com a Tabela de Temporalidade e os Códigos de Classificação desenvolvidos pelo Arquivo Nacional, que orienta sobre a classificação dos documentos, o tempo de guarda, o destino final e a maneira correta para sua eliminação. Assim, as ações desenvolvidas no arquivo, como a organização e catalogação dos documentos, possibilitam manter viva a história da Universidade, de alunos e funcionários que passaram pelo Setor de Educação. Além disso, o vasto acervo possibilita que pesquisas voltadas para a área educacional possam ser desenvolvidas. Diante do exposto, propomos apresentar o conjunto de documentos que dizem respeito ao Projeto Araucária, projeto de extensão desenvolvido entre 1985 e 1994 pelos professores do Setor de Educação em parceria com a prefeitura de Curitiba e algumas cidades da Região Metropolitana e sob financiamento da Fundação Bernard Van Leer. O projeto visava o aperfeiçoamento dos profissionais da educação infantil, em atuação nas creches, e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, oferecidas aos alunos de graduação. Os documentos constituem-se de relatórios sobre a educação infantil ao final do século XX

para a região próxima a Curitiba e de eventos realizados pelo projeto, além de recortes de jornais, relatos das atendentes de creches, materiais visuais, atividades propostas às crianças, etc. Assim, a partir da premissa de Marc Bloch, de que a História é o estudo dos homens no tempo e que as atividades humanas podem ser historicizadas, consideramos importante a apresentação destes materiais pois, ainda que se constituam, em sua maioria, de documentos escritos, é um conjunto de fontes escolares, sendo espaço institucional que vem cada vez mais sendo estudado enquanto campo historiográfico. Neste sentido, propomos apresentar a documentação no intuito de salientar a importância da existência de arquivos que envolvam o campo educacional, enquanto um local onde é possível investigar o envolvimento da Universidade com a comunidade e perceber traços de sua identidade enquanto instituição que carrega uma memória e cultura escolar. Além disso, observar resquícios de um contexto histórico onde tanto a creche quanto a educação infantil passam por uma modificação em sua concepção legal, social e ideológica.

Palavras-Chave: Arquivo escolar; Projeto Araucária; extensão universitária.

REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA EDUCAÇÃO LONDRINENSE: CENAS DA ESCOLA NA CIDADE (1960)

Rafael Gimenez de Oliveira (UEL)
rafagioliver23@gmail.com

O projeto é uma pesquisa de iniciação científica que busca analisar as relações entre as instituições educacionais e o ambiente urbano na cidade de Londrina (PR) durante a década de 1960. Através da análise de fotografias, o objetivo principal é compreender de que maneira a escola e a cidade interagiram nesse período e como tais relações podem ser interpretadas enquanto currículo efetivado. O projeto tem como objetivos específicos aprofundar o estudo em áreas-chave, como a História Cultural, cultura escolar e currículo. A metodologia adotada envolve a análise minuciosa de fotografias, considerando a transformação na escrita da História, especialmente quando vista sob a perspectiva da História Cultural. Nesse contexto, os conceitos de representação, imaginário, narrativa, ficção e sensibilidades desempenham um papel crucial na interpretação das imagens, permitindo ir além do simples registro visual para entender as camadas mais profundas de significado presentes nas fotografias. A apresentação do projeto de iniciação científica focará especialmente nos catálogos de fotos, que são o ponto central da análise. Esses catálogos proporcionam uma visão organizada e contextualizada das imagens, permitindo traçar padrões, tendências e mudanças ao longo do recorte da década de 1960. Iniciação científica essa que, é desenvolvido no acervo do MEL, Museu Escolar de Londrina, que têm como proposta conservar as fotografias, atas de reuniões e livros de chamadas com os processos de higienização, organização, catalogação e digitalização. Para que, no futuro, os recursos estejam prontos para fornecer fontes para as próximas pesquisas sobre o processo da educação em Londrina e seus municípios. Com as fotografias armazenadas em álbuns, que são guardados em gaveteiros dentro do espaço do MEL. E o trabalho é desenvolvido através da análise das fotos, digitalização e na construção de um catálogo. Catálogo que segue um padrão através de tabelas que são

dívidas em nove divisões que permitem identificar o conteúdo da imagem, a temporalidade, a legendada dada pelo autor, a tipologia e seu código digital e físico. Durante o período de pesquisa, foi analisado o texto "O Que Se Lê no Arquivo de um Professor de Cursos Pré-Vestibulares do Rio de Janeiro: 1970 – 1990", que é possível traçar uma relação com a pesquisa de iniciação científica. Afinal, o acervo do MEL e o acervo pessoal do professor Rubim Santos Leão de Aquino, foram arquivos recuperados, e levados a instituições que pudessem tratar desses documentos e futuramente disponibilizar para a pesquisa acadêmica. O catálogo desse projeto contém 278 fotografias, com um recorte temporal que vai de 1950 até 2001, com as fotos retratando crianças, estudantes no caso, dentro de colégios, e em espaços fora dos colégios, e não somente, como retrata professores e figuras de autoridade. E dentre o recorte que essa pesquisa se propõe, 1960, foram encontradas algumas fotos de 1969, que retratam estudantes uniformizados ao ar livre, com os colégios ao fundo.

Palavras-chave: Fotografia; escola; MEL

MUSEUS ESCOLARES: (RE)CONFIGURAÇÕES ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX

Taiane Vanessa da Silva (UEL)
taiane.vanessa@uel.br

Tony Honorato (UEL)
tony@uel.br

Busca-se analisar a trajetória dos museus escolares no Brasil tendo em vista as transformações museológicas e a História da Educação. A pesquisa se pauta na revisão bibliográfica com base em estudos consagrados sobre o assunto, assim como artigos elencados por meio de revistas que versam sobre a História da Educação. A base teórica dialoga com textos de Norbert Elias sobre as configurações sociais e seus processos de interdependências. A partir da teoria eliasiana, os museus de diferentes tipologias – com ênfase nos escolares – são abordados como configurações e vestígios das formas como os indivíduos modelam a sociedade e a si mesmos, considerando as transformações da personalidade dos seres individuais e as mudanças que ocorrem nas estruturas sociais. Logo, adere-se como temporalidade da história dos museus escolares a introdução do método intuitivo nas escolas, no final do século XIX até as reformulações que ocorreram sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Essas transformações têm em vista o alargamento de acervos e abordagens nos campos da História da Educação e da Nova História Cultural tal qual os museus como lugares de reflexão crítica. Portanto, o presente estudo permite a compreensão das transformações e permanências das interdependências que ocorreram em diferentes configurações – museus escolares, museus pedagógicos, escolas, legislação etc. – e influenciaram a trajetória histórica dos museus no Brasil. Compreende-se que os museus escolares do século XIX serviam como instrumentos para a aplicação do método intuitivo que se fundamentava na educação dos sentidos e no exercício de observação com base, principalmente, nas ciências da natureza. Desse modo,

entre o final do século XIX e início do século XX, museus escolares eram a designação dada aos materiais didáticos vinculados ao método intuitivo, os quais eram constituídos por caixas de madeira com amostras de diversos materiais, como espécimes de minerais, solo, pedras ou artefatos relacionados à indústria. A partir da década de 1930, sob influência do movimento escolanovista, o ambiente escolar passou a ser visto como elemento transformador do meio social, pois promove intervenções nos processos sociais assim como diálogos com a comunidade. Ao mesmo tempo, os museus escolares também passaram por reformulações. Antes, as intencionalidades por trás de suas origens estavam ligadas à implementação e cristalização do método intuitivo, tendo em vista a educação pelas coisas e a supervalorização artefatos ligados às ciências naturais. Ao longo do século XX, os estudantes passaram a ser vistos como sujeitos atuantes no processo de formação e gestão de coleções em museus escolares. Na década de 1990, as memórias da escola, tal como acervos de professores e estudantes, passaram a ser objetos de investigação na historiografia brasileira. Assim, por meio da preservação de acervos escolares, progressivamente cresce a comunicação dessas fontes para gerações atuais e futuras, promovendo estudos, inventários, construção de base de dados, recolha e exposição de artefatos relacionados à cultura escolar.

Palavras -Chave: Museu Escolar; História da Educação; Século XIX-XX

ESCOLARIZAÇÃO DA POBREZA NA REDE MUNICIPAL EM LONDRINA/PR (SMEC, 1969-1992)

Anna Carolina Sloma Mussa (UEL)
carolina.sloma@uel.br

O estudo analisa as ações municipais em Londrina/PR entre 1969 e 1992, com foco nos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O objetivo foi identificar as iniciativas para combater os efeitos da pobreza no sistema educacional, buscando uma educação menos injusta. Como fonte histórica foram analisadas 36 caixas de documentos do Museu Escolar de Londrina (MEL) na Universidade Estadual de Londrina (UEL), que contam com documentos preservados pela Secretaria Municipal de Educação (SME) como ofícios, relatórios, projetos e atas. Norbert Elias (1965), referência para a pesquisa desenvolvida, explica a relação estabelecido-outsider, como uma dinâmica de subalternização que consiste em atribuir ao outro grupo características desqualificadoras afetando sua autoimagem, como forma de reforçar a identidade do grupo estabelecido, e é dentro desse contexto que, a delinquência do grupo outsider crescia, como uma resposta reativa dos jovens frente à exclusão exercida. Como tentativa de amenizar questões sociais, a escola pública se torna obrigatória no século XIX, porém com as dificuldades de crianças pobres a frequentarem, devido à necessidade de trabalharem ou a impossibilidade das famílias em mantê-las nesse espaço, assim surgiu uma nova forma de subalternização, a criança "sem escola" ou "analfabeta" passou a compor a lista dos estigmas, reforçando a posição do pobre dito como ignorante. Foram vistos nos documentos da SME dispostos no MEL termos como: pessoas sem acesso as manifestações culturais, sem condições, necessitado de assistência, populações periféricas que foram excluídas. Isso para se ferir ao

grupo pobre com nomenclaturas muitas vezes pejorativas. A SMEC coordenava o sistema educacional do município de Londrina (1969-1992), a abordagem das ações assistencialistas envolvia garantir o acesso à escola e fornecer elementos complementares para a permanência e eficácia do ensino. O programa de Alimentação Escolar mostra metas atingidas: 1 milhão de refeições por mês servidas em escolas municipais, estaduais e creches, projetos de hortas escolares para melhorar as refeições e merenda de férias, também para os irmãos desses alunos após o ano letivo. Na questão financeira, a caixa escolar era uma política pública sem fins lucrativos, administrava recursos financeiros das escolas voltados para beneficiar os alunos, garantindo oportunidades educacionais. Também eram oferecidas bolsas de estudo concedidas como parte de um sistema de compensação de impostos, permitindo que as escolas privadas oferecessem vagas para alunos de outras instituições, além da rede municipal de ensino, que já oferecia educação gratuita. O passe escolar era para alunos rurais, porém até 1992, pagavam parte do transporte, a administração buscava gratuidade gradual com cobrança simbólica e descontos para famílias com mais filhos. A parceria entre as instituições, foi essencial para o sucesso das ações. Como a UEL, SSPM, DNERu, SUCAM, óticas, drogaria e entidades filantrópicas relacionadas à saúde e higiene, buscando promover o bem-estar. Incluíram exames, atendimentos médicos e odontológicos, campanhas de vacinação, distribuição de medicamentos além de atendimento psicopedagógico. Também em parceria a FUNDEPAR e o PLIDEF distribuíram gratuitamente material escolar para alunos, cadernos, lápis, borrachas e livros para auxiliar o aprendizado. Havia colaboração da comunidade, e instituições como SENAC, SENAI e SESI para oferecer oportunidades de lazer, aprendizado e inclusão social para a população com o Departamento de Cultura. Destacam-se campanhas de agasalho, projetos teatrais, festas culturais, festivais de música, cursos de iniciação profissional e atividades esportivas nas escolas municipais. A participação da Associação de Pais e Mestres e demais funcionários era crucial para apoio financeiro para atender e garantir a permanência e necessidades dos alunos carentes, muitas vezes subalternizados.

Palavras-chave: Município de Londrina; Educação Escolar; Pobreza; Subalternidade.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO COLÉGIO ESTADUAL DE PARANAVAÍ/PR: ASPECTOS HISTÓRICOS

Edna Mara Rosa dos Santos Cruz Pessoa
PPIFOR/UNESPAR - Colégio Estadual de Paranavaí, Brasil.
edna.pessoa@escola.pr.gov.br

Marcia Marlene Stentzler
PPIFOR/UNESPAR, Brasil. marcia.stentzler@unespar.edu.br

Este estudo faz parte de pesquisa em desenvolvimento junto ao Mestrado em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar (PPIFOR), da Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Objetivamos investigar aspectos da formação profissionalizante no

Colégio Estadual de Paranavaí/PR, entre as décadas de 1950 e de 1980. Essa instituição iniciou atividades 1955, com 137 alunos aprovados no Exame de Admissão ao Ginásio, prova essa, instituída pela Reforma Francisco Campos. A instituição escolar em estudo, nasceu como Ginásio Municipal de Paranavaí/PR sob a Lei Municipal nº 80/1954. Foi estadualizada em 1958 e, em 1959 passou a se chamar Colégio Estadual de Paranavaí, ofertando no mesmo período, o Ensino Secundário, composto por Curso Clássico e Curso Científico. O ensino era organizado em 1º e 2º ciclos, da seguinte forma: Curso Colegial de Ciências e Matemática, Curso Colegial de Ciências Biológicas e Curso Colegial de Letras. O 1º ciclo, destinado ao ensino ginasial, estava composto por 39 disciplinas organizadas em quatro séries, e o 2º ciclo compreendia paralelamente o Curso Clássico, com 28 disciplinas a ser cursadas em três anos, e o Curso Científico, composto por 39 disciplinas também distribuídas em três anos de estudo, conforme estabelecia o Decreto-Lei n. 4.244, de 09 de abril de 1942. (Brasil, 1942). Segundo os registros documentais do colégio, em 1967 teve início o Curso Técnico Experimental de Agricultura, sendo o primeiro dessa natureza a ser ofertado pela instituição, oferta esta, que vai de encontro com a realidade da comunidade a qual estava inserida, pois o município de Paranavaí, assim como os demais municípios, da região noroeste do Estado, fora povoado e colonizado em relutância do ciclo do café. Ainda utilizando os registros do Colégio Estadual de Paranavaí, em 1973, a instituição atendia a uma demanda ampliada de estudantes, totalizando 3.150 alunos matriculados, em diversos cursos do 2º Ciclo. É neste cenário que a Lei nº 5.692/71 transforma os cursos profissionalizantes, em habilitação de 2º Grau. Assim o Colégio passou a ser o único estabelecimento da cidade a ter o ensino de 1º e 2º graus. Em 1981 ofertava os cursos de habilitação plena em: Magistério; Assistente de Administração e Redator Auxiliar; e, habilitação parcial em: Desenhista de Arquitetura; Agente de Defesa Sanitária Animal e Auxiliar de Patologia Clínica. Tais cursos visavam de acordo com a legislação vigente na época, à formação geral do indivíduo, bem como a qualificação para o trabalho e o exercício da cidadania. Ao longo de sua trajetória, a instituição, que se situa na área central da cidade de Paranavaí, se mantem papel de destaque junto à comunidade local e regional. A exemplo para esta afirmação, citamos um boletim informativo (1981 -1982), impresso em forma de livreto para divulgar os cursos ofertados pela instituição, que como forma de comunicação das determinações, e implementações dos fazeres do cotidiano escolar, objetivava, orientar alunos e pais sobre o momento crucial da escolha do curso de 2º grau e sua compatibilidade com uma caminhada universitária, ou para o futuro profissional do estudante. Para o estudo realizamos revisão de literatura, pesquisa em documentos do arquivo do Colégio Estadual de Paranavaí/PR e notícias publicadas no jornal local. Esta escola é lugar de produção de uma cultura específica, conforme Chartier (2015). A instituição em estudo conta com um rico acervo histórico que merece ser pesquisado e analisado, pois foi criada pela e para a comunidade, objetivando contribuir para a formação de profissionais técnicos para atuar no mercado de trabalho. Considerando as especificidades desta pesquisa, pois ela “tem um significado social reconhecido [...] se trata de uma instituição respeitada pela sociedade, devido à sua tradição, aos alunos que formou” (Nosella; Buffa, 2013, p. 24), a educação profissionalizante ofertada pela escola foi um diferencial para a formação de estudantes em Paranavaí e região.

Palavras-chave: Educação Profissionalizante; Cursos técnicos de nível médio; História da educação.

O LETRAMENTO RELIGIOSO E A EDUCAÇÃO CRISTÃ – OS ENSINAMENTOS ALMEJADOS PELA ESCOLA DOMINICAL DA IELB

Karen Laiz Krause Romig (UFPel)
karenlaizromig@gmail.com

Patrícia Weiduschadt (UFPel)
prweidus@gmail.com

Esta comunicação faz parte de uma pesquisa de doutorado em educação, que visa estudar a formação de professoras que atuaram em Escolas Dominicais da IELB – Igreja Evangélica Luterana do Brasil. A Escola Dominical é uma prática educativa que ganha força dentro do luteranismo da IELB, a partir da década de 1970, quando as escolas paroquiais perdem espaço dentro das congregações, ou seja, a própria igreja passa a organizar uma nova estratégia para manter crianças e jovens próximos dos seus ensinamentos doutrinários religiosos (WEIDUSCHADT, 2007). Entende-se que o estudo do tema "Escola Dominical" é uma inovação no campo de estudos da História da Educação, pois segundo Lopes e Galvão (2010), é necessária uma ampliação das possibilidades dentro desta área de estudos. Esta comunicação conta com o uso da metodologia de análise documental (CELLARD, 2014) na medida em que observa e analisa materiais didáticos utilizados nas aulas de Escola Dominical da IELB, com a finalidade de observar as propostas didáticas religiosas e o que esse material trazia e assim problematizar e educação cristã e o letramento religioso que era desenvolvido no interior dessa Escola Dominical. A estratégia educativa da escola dominical começa em outras denominações religiosas e alcança a realidade luterana depois do enfraquecimento do sistema educativo paroquial (WEIDUSCHADT, 2007). A Escola Dominical era uma ação que costumeiramente acontecia durante os cultos, e visava trazer ensinamentos religiosos aos filhos dos membros da congregação. Geralmente quem ministrava a Escola Dominical eram as mulheres, especialmente esposas de pastores, que haviam tido contato com cursos e preparos docentes que a própria IELB fornecia. A igreja luterana esteve muito presente no processo de ensino-aprendizagem das pessoas. Ao longo da pesquisa foram analisados materiais usados nas aulas de Escola Dominical, sendo possível perceber que nas suas práticas havia atividades que estimulavam o letramento religioso, os eventos promovidos neste âmbito contribuem para o letramento de seus fiéis, não só no âmbito da igreja, mas na formação integral dos indivíduos (KERSCH, SILVA, 2012) e uma consequente educação cristã de seus participantes, desta forma esta comunicação busca uma aproximação teórica com estes conceitos. A priori entende-se que no contexto da Escola Dominical pode haver um espaço de letramento religioso (KERSCH, SILVA, 2012; STREET, 2013), pois as atividades direcionadas para as crianças envolviam uma educação cristã, e junto dessa

educação eram desenvolvidas atividades lúdicas, voltadas para um letramento religioso. Considera-se que as práticas de leitura e escrita estão inseridas em um meio social trazendo ensinamentos, fortalecendo e desenvolvendo a religiosidade daquele grupo que participa de determinadas atividades (MAGAHÃES, 2020). Muito do que era feito na Escola Dominical tinha a temática bíblica, moral e religiosa, e nessas tarefas eram trabalhadas ações de alfabetização, como cruzadinhas, caça-palavras, formação de frases, produções textuais e demais atividades que auxiliavam a criança também em seu processo de alfabetização. De acordo com Street (2013) o modelo ideológico de letramento oferece uma visão culturalmente mais sensível das práticas de letramento, pois elas variam nos diferentes contextos, o letramento é uma prática social e não apenas uma habilidade técnica e neutra, está baseada em princípios epistemológicos que se relacionam com as crenças e são socialmente construídas e reconhecem relações de poder. A autora Rodrigues (2007) escreve que a educação cristã intervém na vida das pessoas, implicando consequências pessoais, grupais e sobre a sociedade como um todo, ela envolve a aquisição, a elaboração e a produção de conhecimentos, sensibilidades, valores, práticas e atitudes com base na vocação cristã.

Palavras-chave: Letramento religioso; Educação cristã; Escola Dominical da IELB.

O PRIMEIRO SIMPÓSIO DOS INSTITUTOS DE EDUCAÇÃO DO BRASIL REALIZADO EM CURITIBA NO ANO DE 1975

Nayani Demenjeon Jacó (UniBrasil)
nayani.demenjeon@hotmail.com

Fátima Branco Godinho de Castro (UFPR)
fatima.abgc@yahoo.com.br

O objetivo deste artigo é analisar as teses discutidas no simpósio dos Institutos de Educação do Brasil, considerando a implementação da Reforma de 1º e 2º graus instituída através da Lei 5.692/1971. Curitiba, em 1975, sediou o Primeiro Simpósio dos Institutos de Educação do Brasil nas dependências do Centro de Treinamento dos Professores do Paraná (CETEPAR), onde hoje funcionam os Núcleos Regionais de Curitiba e Área Metropolitana Sul, ligados à Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED). Neste estudo nos deteremos nas fontes produzidas pelo Instituto de Educação do Paraná que, atualmente, estão sob a guarda do Arquivo Público do Paraná. A diretora, à época, professora Chloris Casagrande Jústen, registrou todo o debate do Simpósio em. Atas que foram devidamente preservadas pela instituição escolar e posteriormente enviadas ao Arquivo Público. Entre os dias 17 a 20 de dezembro de 1975 os Institutos de Educação do Brasil discutiram a implantação da Reforma de 1º e 2º graus, notadamente, Lei 5.692/1971, sobretudo no que diz respeito ao projeto de formação de professores previsto na Reforma no âmbito dos Institutos de Educação, considerando a proposta prevista para formação de professores com vistas a titulação superior ou se permaneceriam com a formação de professores em nível médio, ou seja, no 2º grau. Além desta tese central,

também foram debatidos os seguintes temas: a) a Escola Normal como fator de desenvolvimento da comunidade; b) a formação do professor e o Instituto de Educação da Guanabara; c) a formação do professor face as determinações legais; d) apresentação dos dados dos trabalhos realizados no Encontro de Professores de Fundamentos da Educação e de Didática e Prática de Ensino. A palestra inaugural foi ministrada pela professora Zélia Milles Pavão, à época diretora do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a palestra versou sobre a possibilidade de reafirmar a importância da formação de professores em nível médio e considerar as "brechas" que a legislação permitia para a continuidade da formação, historicamente praticada nos Institutos de Educação. A implantação a Lei 5.692 de 1971 se deu em um cenário político conturbado, pois no final do ano de 1968 ocorreu a promulgação do Ato Institucional nº 5, que tornou a Ditadura Civil-Militar muito mais agressiva, de cerceamento dos direitos políticos dos cidadãos. Também é preciso assinalar a enorme euforia social com a vitória da Seleção Brasileira na Copa do Mundo que ocorreu no México. A Reforma de ensino para o ensino de 1º e 2º grau, trouxe mudanças na estrutura dos currículos e na organização de todas as instituições do Brasil. A implantação foi decorrente dos estudos do Grupo de Trabalho instituído pelo General Emílio Garrastazu Médici, o presidente da República, através do Decreto nº 66.600 de maio de 1970. Este decreto estipulava, em quatro artigos, o Grupo de Trabalho com nove membros que teriam que ser designados pelo Ministro da Educação e Cultura, e teriam o prazo de sessenta dias para a conclusão dos estudos para implantação da lei. De acordo com Nádia Gonçalves (2012) estava subjacente os preceitos da doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento – realizada pela Escola Superior de Guerra (ESG) – e suas diretrizes educacionais entrelaçadas com argumentos do Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, e o próprio texto do relatório e da Lei 5.692/71. Os estudos preliminares demonstram que a realização do I Simpósio dos Institutos de Educação do Brasil foi relevante e decisivo para traçar os procedimentos decorrentes da Reforma de 1º e 2º graus, sobretudo em relação a formação de professores.

Palavras-chave: Lei 5.692/1971. Formação de Professores. Institutos de Educação do Brasil.

A EDUCAÇÃO DE ADULTOS NA PERSPECTIVA DO SUPLETIVO E DA ALFABETIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE LONDRINA (1952–1958)

Tainã Aparecida Teixeira da Silva (UEL)
taina.teixeira@uel.br

Tony Honorato (UEL)
tony@uel.br

Nesta comunicação o objetivo é analisar os registros históricos relativos à Educação de Adultos em Londrina entre 1952 e 1958, incluindo o curso de supletivo e o de Alfabetização. As fontes históricas consultadas compõem o acervo SME do Museu Escolar de Londrina (MEL). A Educação de Jovens e Adultos (EJA) consolidou-se com a influência

das ideias do educador brasileiro Paulo Freire e em estreita relação com o movimento de educação popular. O professor paranaense Anísio Alves da Silva é reconhecido como um percursor na modalidade de ensino supletivo. Na década de 1960, ele implantou no antigo miniginásio, hoje Liceu Mário de Andrade em Londrina, um curso rápido e preparatório para o Exame de Madureza, o qual abrangia disciplinas do antigo ginásio e colegial conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961. Essa iniciativa foi ampliada para abranger o ensino geral de pessoas que haviam desistido do ensino regular. Em 30 de maio de 1952, Alberoni Silveira, presidente da Comissão Estadual de Educação de Adultos da Secretaria de Educação e Cultura de Curitiba, enviou um ofício para o Prefeito do município de Londrina, Sr. Milton Ribeiro Menezes. O ofício n. 456 sinaliza o possível início do programa de supletivo em Londrina. No ofício, a Comissão Estadual de Educação de Adultos aparentava demonstrar uma atuação proativa e comprometida com o desenvolvimento educacional da população adulta no município, sugerindo a implementação de tal modalidade de ensino. O presidente da Comissão agradece o recebimento do ofício da Prefeitura de Londrina, que continha informações cruciais para o programa de supletivo. Embora o ofício traga a relação dos componentes da Comissão Municipal e a mencionada relação de cursos, não há informações detalhadas sobre o planejamento e execução desses cursos. Outro ponto que merece atenção é que os formulários para registro do ano de 1958 dos cursos são mencionados, sugerindo uma certa organização no processo de implantação do supletivo em Londrina. Embora o ofício de Alberoni Silveira seja uma fonte valiosa para compreendermos a relevância de tal modalidade de ensino para a inclusão educacional de adultos, suas informações lacunosas deixam espaço para análises e interpretações mais aprofundadas. O documento “Instruções para as Provas Finais dos Cursos de Ensino Supletivo primário do 'Serviço de Educação de Adolescentes e adultos'” de 1958 apresenta ações ligadas ao supletivo, como as avaliações dos saberes de Linguagem oral, Linguagem escrita, Cálculo aritmético elementar e Conhecimentos gerais, porém sem detalhar os critérios da avaliação. No caso específico da Educação de Adultos, em documentos do período de 1952 a 1958 em Londrina, nota-se que o supletivo foi uma ferramenta para combater o analfabetismo que promoveria a inclusão social, permitindo que adultos tivessem acesso à educação formal. Nesse sentido, os registros históricos do municipalismo na educação são fundamentais para a construção de uma compreensão da Educação de Adultos em Londrina entre os anos de 1952 a 1958.

Palavras chave: Alfabetização de Adultos; Ensino Supletivo; Município na Educação.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ: PROJETOS FORMATIVOS DE 1966 E 1972

Vanessa Queirós Alves (UFPR)
vane_queiros@yahoo.com.br

A pesquisa teve como objetivo compreender como se deu o processo de discussão e construção da formação de professores do Instituto de Educação do Paraná (IEP), no contexto de transição entre o Curso Normal e a habilitação do magistério de 2º grau, com o recorte de 1966, ano de implementação do Plano Experimental, até 1975, data de finalização da primeira turma de vigência do Projeto de Implantação da reforma de 2º grau. A fim de entender o processo posto, foram inicialmente analisadas concepções e representações atribuídas à Escola Normal e a constituição do Instituto de Educação do Paraná. Em sequência foram abordados alguns apontamentos por meio da primeira Lei de Diretrizes e Bases, tendo como foco a Escola Normal da década de 1960, articulando o Plano Experimental do Instituto de Educação do Paraná nesse contexto. Em um segundo momento, analisou-se desdobramentos por meio da lei n.º 5.692/71 e alguns elementos que remetem às organizações iniciais nos sistemas de ensino e no IEP diante da lei, assim como o processo de construção do Projeto de Implantação de 1972 na instituição. Ainda, foram trabalhados nessa pesquisa elementos do currículo no IEP, abordando as disciplinas de Fundamentos de Educação, de Estrutura e Funcionamento de Ensino e Didática e Prática de Ensino. As fontes utilizadas como subsídio foram diversas, como documentos oficiais do estado do Paraná e do governo federal, revistas, jornais, fontes orais, documentos escolares, atas de registros de reuniões, diários de classe, fotografias, caderno escolar, entre outros. Como respaldo nas análises foram utilizados conceitos de representação e apropriação de Roger Chartier e cultura escolar de Viñao Frago; e no aspecto curricular as contribuições de Ivor Goodson e Gimeno Sacristán. Como resultados, a pesquisa evidenciou que o IEP, de certa maneira, já continha em seu Plano Experimental de 1966 alguns pressupostos e fundamentos que estariam presentes na lei n.º 5.692/71, por serem ideias que já circulavam no país, como o atendimento às diferenças individuais e a necessidade de uma educação mais voltada à prática e ao contexto local. Além disso, elementos como a influência do pensamento da Escola Nova na vertente de Anísio Teixeira e a inspiração nos ideais do professor Erasmo Pilotto foram questões que permaneceram na cultura escolar da instituição no período pesquisado. Ademais, percebeu-se que as mudanças com a nova configuração de Habilitação de Magistério vieram mais em um aspecto de continuidade nas concepções pedagógicas, porém na questão organizacional trouxeram várias tensões e readaptações ao IEP, principalmente no que tange aos recursos físicos. Quanto ao Plano Experimental de 1966 destacam-se, algumas características; esse plano foi resultado tanto da abertura da LDB nº4024/61 que já vinha de uma discussão de meados da década de 1940, trazendo influências de elementos da Escola Nova, quanto da lei que institui o Sistema Estadual de Ensino do Paraná em 1964, que previa a organização por departamentos e a possibilidade dos estabelecimentos realizarem Planos Experimentais. Em relação ao Projeto de Implantação de 1972, veio de uma necessidade de o IEP, enquanto instituição modelar, se organizar rapidamente para adaptar-se à nova lei:

nº 5692/71 e reorganizar o seu currículo. Esse projeto de 1972, do IEP, teve como características a tentativa de permanecer com alguns elementos da cultura, contudo traz a linguagem que marcou a década de 1970, como a racionalização, a eficiência e a eficácia do processo educacional. Nesse sentido, foram abordados dois projetos educativos de formação de professores desenvolvidos no IEP, de momentos distintos, que demonstram o processo de construção do currículo, de apropriações de concepções educativas, legitimadas e publicizadas, interferências internas e externas em seu desenvolvimento, bem como a relação da cultura escolar com esses elementos.

Palavras-chave: Instituto de Educação do Paraná; plano experimental; projeto de implantação; lei n.º 5.692/71; formação de professores.

A EDUCAÇÃO NAS PÁGINAS DA REVISTA A ORDEM, SOB A DIREÇÃO DE JACKSON DE FIGUEIREDO (1921-1928)

Bianca Neves Prachum (UEPG)
biancanevesp@hotmail.com

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar a concepção de educação na revista A Ordem, no período de agosto de 1921 a agosto de 1928. Os dados obtidos fazem parte da minha análise e construção da tese de doutorado em Educação na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Nosso recorte temporal são os primeiros anos da revista A Ordem, os quais foram dirigidos pelo intelectual católico Jackson de Figueiredo. Ele nasceu em 1891, na cidade de Aracaju, no estado de Sergipe. Formou-se advogado em 1913 pela Faculdade de Direito da Bahia, em Salvador. Publicou vários livros, desde poesias, críticas literárias, até escritos jornalísticos e de filosofia católica, após se engajar ao catolicismo. Sua família era católica, no entanto, a partir da sua adolescência se considerava agnóstico. Com o passar do tempo, as leituras que foi fazendo, juntamente com as pessoas que foi estabelecendo contatos e com as suas experiencias de vida, fizeram com que voltasse a se considerar católico. Figueiredo já era conhecido no meio intelectual, especialmente do Rio de Janeiro, onde foi morar em 1915. Quando começou escrever em favor do catolicismo, tornou-se um intelectual católico. Entre suas produções católicas estão: A questão social na philosophia de Farias Brito (1919), Pascal e a inquietação moderna (1922), Affirmações (1924), e Durval de Moraes e os poetas de Nossa Senhora (1925). Em 1921, Jackson de Figueiredo ao lado de Hamilton Nogueira, Perilo Gomes, e Durval de Moraes, fundaram a revista católica brasileira A Ordem. Durante o período analisado, que foram 7 anos consecutivos de produção, que resultaram em 64 edições publicadas. Entre os assuntos gerais dos artigos estavam presentes concepções teológicas, filosóficas, pedagógicas e políticas católicas. Sendo assim, focamos nos assuntos relacionados à educação, no sentido amplo de formação. Após a leitura geral dos textos encontrados, os separamos em quatro categorias que se destacaram: educação religiosa, educação moral, educação intelectual e educação cívica. Estas foram as mais discutidas na revista. A educação católica era defendida como a base da formação humana, pois defendiam que a maioria do país era de católicos e, portanto, deveriam reivindicar que a educação moral da sociedade tivesse a religião presente, e que esta se estendesse na

educação escolarizada por meio do ensino religioso, que foi um ponto de discussão importante nas primeiras décadas do século XX. As escolas começaram a se ampliar no país, assim como as propostas de ensino laico nas instituições públicas, o que afetava a luta dos intelectuais católicos, que trabalhavam a partir de conjunto de princípios e valores da longa tradição da Igreja, nos diversos setores da vida social, como nos meios cultural e educacional. A respeito da educação intelectual, esta, deveria ser trabalhada de modo que as ciências estivessem relacionadas com a educação religiosa católica, na medida em que não tivessem divergências, pois segundo as publicações encontradas no período analisado, a verdadeira ciência é a que aproxima de Deus, não a que deixa dúvidas e afasta. A educação cívica ia de encontro com os argumentos encontrados nas demais categorias, somado a percepção particular que encontramos nas publicações de Jackson de Figueiredo na revista A Ordem, que era um defensor do nacionalismo católico. Argumentava que não havia como separar a nação brasileira do catolicismo, já que fazia parte da sua história e cultura, e que representava a base moral da nossa sociedade. Cada nação tem suas características, e a nossa, era essencialmente católica. A educação nas páginas da revista A Ordem era discutida sempre aliada a importância de estar relacionada com o catolicismo. Por mais que tenhamos destacado algumas categorias que se sobressaíram, estas se apresentavam como complementares.

Palavras-chave: Jackson de Figueiredo; Intelectual católico; Revista A Ordem.

FRAGMENTOS DA EXTINTA ESCOLA OLIVERA BELO NO ACERVO DOCUMENTAL DO ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ (1889-1890)

Ana Paula Coitino (UNIBRASIL)
apcoitino67@gmail.com
Vânia Mara Pereira Machado (UNIBRASIL)
vmarapmachado@gmail.com

O presente artigo trata da Escola Oliveira Bello, inaugurada em 28 de setembro de 1884, Curitiba, no Paraná, que permaneceu em atividade até o final da década de 1920.O prédio foi demolido e em 28 de janeiro de 1928, passa a existir um novo prédio do Laboratório de Análises Clínicas e Dispensários no local onde se situava a instituição escolar. Os motivos de seu fechamento, se deu após a visita da Inspetoria Geral de Obras Públicas, em que determinou que a Escola não oferecia os requisitos higiênicos relativos a distribuição solar, embora as instalações da casa, possuírem, as salas de aula espaçosa e ventilada. A partir da leitura nos acervos documentais no Departamento de Arquivo Público do Estado do Paraná (DEAP), detectamos três fragmentos referente a escola, entre dezembro de 1889 e janeiro de 1890, nos revelando elementos que nos propõem possibilidades de problematizar questões referentes a História da Educação no Paraná, tendo como recorte a Escola Oliveira Bello, dentro de um contexto de início da instalação de república no Brasil. O Governador do Estado do Paraná, estava a cargo de José Marques Guimarães e o Diretor da Instrução Pública José Joaquim Franco Valle. O primeiro

fragmento se refere a questão relacionada a preservação e limpeza do pátio escolar, espaço destinado ao uso das crianças em horário de recreio que nos remete as condições de higiene da época. O segundo narra sobre o pedido do "Clube do Estudante" diante da abertura de um curso noturno, primário e secundário para crianças pobres e homens de trabalho que não tinham como estudar durante o dia, devido a jornada de trabalho que exerciam e finalmente o pedido dos livros para os alunos pobres, que não tinham condições de comprar o material para uso escolar. Levando em conta a contribuição da nova História Cultural nos estudos do Historiador Carl Ginzburg (1939), que insiste no rigor da pesquisa documental, baseado em provas factuais a partir da decifração dos indícios proporcionados pelos documentos. As fontes documentais dos arquivos do poder executivo, no caso o DEAP nos fornece subsídios e pistas para os estudos na História e Historiografia da Educação, diante das mudanças e permanências na Educação do Paraná.

Palavras-chave: República, Escola Oliveira Bello, Instrução Pública

A IMPRENSA ESCOLAR COMO FONTE E OBJETO DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: 1938-1945

Cristiane Antunes Stein Zanin (UFPR)
cris.astein@gmail.com

O presente trabalho investiga a Imprensa Escolar, um conjunto de jornais escolares paranaenses, que traziam em suas edições textos diversos escritos por professores e estudantes. O recorte temporal da pesquisa (1939 - 1942) corresponde aos exemplares depositados na Divisão Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná. Mesmo existindo algumas instituições que já publicavam periódicos, a obrigatoriedade se deu a partir do documento de Hostílio Araújo. Deste modo, buscou-se verificar os textos e imagens que estavam presentes nos jornais e qual era sua intencionalidade. Há ainda a intenção de analisar o conteúdo cívico-patriótico presente nos jornais, já que a Imprensa Escolar foi uma iniciativa do regime do Estado Novo, na figura do Interventor Manoel Ribas, e estava intrinsicamente relacionado a ele, utilizando inclusive suas datas comemorativas como datas de publicação das edições, e tendo como principal temática o Presidente Getúlio Vargas e seu governo. Os textos presentes nestes periódicos paranaenses possibilitam o entendimento de como a propaganda política chegava nos espaços escolares, eram recebidos e reverberados pelos alunos de tais instituições. Além do olhar para a dimensão política presente nos periódicos das instituições, é possível analisar, por meio do olhar das crianças e jovens, as práticas escolares que eram vivenciadas e relatadas por eles em seu cotidiano escolar. A forma como os espaços educativos eram pensados, planejados e organizados, os conteúdos e metodologias utilizadas em sala de aula, os momentos de ludicidade e lazer, os discursos e práticas vinculados à higiene e saúde, as festas e comemorações, a relação dos estudantes com sua cidade, são objetos de análise deste estudo. O olhar de crianças e jovens a respeito das práticas vivenciadas nos espaços educativos oportunizam a percepção dos estudantes acerca de seu percurso educativo e sua relação com a sociedade da época. Sendo assim, é possível vislumbrar sobre outro prisma como se deu a educação no Estado Novo para além daquilo que era

determinado na legislação educacional do período. As fontes utilizadas nesta pesquisa foram os volumes da Imprensa Escolar, jornais, fotografias, legislação, obras dos ideólogos do Estado Novo, obras de caráter didático e discursos proferidos pelas autoridades no período pesquisado. Com relação ao aporte teórico, estabeleceu-se a relação especialmente com o conceito de representação de Roger Chartier e de táticas e estratégias de Michel de Certeau. A tese aqui defendida é a de que a obrigatoriedade da publicação de jornais escolares e sua reunião em volumes que comemoravam datas importantes para o Estado Novo, foi uma realização exclusivamente paranaense, constituindo-se como uma das ferramentas de circulação e inculcação das ideias do regime com o intuito da manutenção do mesmo, consolidando-se como um instrumento de propaganda política e divulgação das ideias e das práticas educativas paranaenses.

Palavras-chave: Imprensa Escolar; Jornais Escolares; Práticas Educativas.

FRANCISCO FERRER Y GUARDIA NAS PÁGINAS DAS REVISTAS PARANAENSES A ESCOLA (1906-1910) E PALLADIUM (1909-1910)

Rodrigo Rosa da Silva (UEL)
rodrigo.rosa@uel.br

A presente proposta de comunicação oral é resultado de pesquisas realizadas no âmbito do Projeto de Pesquisa e Extensão “A Escola Moderna no Brasil (1900-1930): Anarquismo, Sindicalismo e Racionalismo Pedagógico” (Unespar, 2021/2022) e dá continuidade às análises sobre a vida e obra do educador anarquista Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909) em nível de doutorado (2013). O objetivo é identificar a presença do nome de Ferrer e a circulação de sua biografia, ideias políticas e pedagógicas, bem como a influência da Escola Moderna de Barcelona por ele fundada em 1901, na imprensa especializada em educação publicada no Paraná nas primeiras décadas do século XX. A pesquisa deu-se a partir de palavras-chave (Ferrer, Escola Moderna, etc) no sítio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e do acesso às edições de A Escola no Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Apresentamos os resultados de um esforço preliminar de levantamento junto aos arquivos digitais disponíveis para consulta, o que nos levou a propor um recorte para o atual trabalho: periódicos paranaenses especializados em educação e órgãos de instituições de professores e estudantes entre os anos de 1900 e 1910. Selecionamos dentre os múltiplos resultados duas publicações para análise: A Escola (1906-1910) e Palladium (1909-1910). Publicada entre os anos de 1906 e 1910, o periódico A Escola era a “Revista do Grêmio de Professores Públicos do estado do Paraná” e tinha como redator-chefe dos primeiros seis números Sebastião Paraná (1864-1938), passando posteriormente para a responsabilidade de Dario Vellozo (1869-1937) que a dirigiu até 1910. Palladium foi uma publicação mensal fundada em 1909 como “Folha literária, crítica e humorística”, sendo posteriormente indicada como “Órgão do Centro Estudantal Paranaense”, cujos redatores eram A. Lopes, G Faria e J. Rocha. Ambas publicações foram importantes na expressão e circulação de

ideias pedagógicas no Paraná e em suas páginas faziam referências ao assassinato de Francisco Ferrer e de sua prática educativa na Escola Moderna de Barcelona, apontando para o alcance que o educador anarquista obteve no Brasil e, especialmente entre intelectuais, estudantes, educadores, maçons e anticlericais na moderna Curitiba no início do século XX. Acreditamos no potencial da análise da imprensa pedagógica como modo de fazer História da Educação, pois pelas suas páginas é possível reconstruir a circulação de ideias pedagógicas e a presença de educadores e intelectuais no campo educativo em determinada época e localização. Buscaremos apreender através dos periódicos selecionados os fatos, mas também as opiniões e propostas inovadoras em educação, através dos debates e da difusão de certos conhecimentos e correntes pedagógicas. No caso de Ferrer destacaremos as relações com as ideias anarquistas e anticlericais que ele defendia. Por fim, propomos indicar as menções sobre Ferrer y Guardia e sua Escola Moderna analisando a sua recorrência, conteúdo e contexto.

Palavras-chave: Imprensa Educacional; História Intelectual; Educação Libertária.

HISTÓRIAS QUE TE ESPERAM NA BIBLIOTECA – SOBRE ENSINO DE PORTUGUÊS

Suzete de Paula Bornatto (UFPR)
suzete.ufpr@gmail.com

Conforme Anne-Marie Bertrand (2014), embora haja uma história das bibliotecas que é ligada à história do livro, uma parte maior da história das bibliotecas está ligada à história da educação, à história política, à história social e à história cultural. A autora defende que a biblioteca é objeto de pesquisa específico e sua história, um segmento científico também específico; apesar disso, constatamos no Brasil, como ela na França, certa confusão entre a pesquisa acadêmica e a literatura profissional, muito frequentemente "hagiográfica", produzida por quem atua nas bibliotecas. A pesquisa aqui apresentada constituiu uma aproximação, de início, virtual, do acervo geral das bibliotecas da UFPR, e da história da constituição da (hoje) Biblioteca de Ciências Humanas. Foi conduzida entre 2020 e 2022 no âmbito do projeto "Fontes para a história da formação e das práticas educativas – levantamento em bibliotecas da UFPR", com foco em obras de interesse para a história da disciplina de língua portuguesa (ensino de língua, gramática, literatura e redação). Após a seleção de títulos e a reabertura pós-pandêmica dos espaços, foi realizada a consulta física aos exemplares. O acervo da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná teve início com 685 volumes em 1938, época da implantação do curso de Letras na instituição, e foi se ampliando com aquisições e doações, principalmente de professores e professoras ou suas famílias. Em 1965, após a federalização da Universidade do Paraná e a construção do complexo da Reitoria, o acervo chegou a 27.000 volumes. Atualmente, são mais de 5.000 os títulos do acervo de Obras Raras, que teve início com a coleção doada pelo professor da área de Economia Ernani Reichmann. Embora seja hoje muito amplo o número de títulos de natureza teórica ou técnica da área de língua portuguesa no acervo, o objetivo de identificar e sugerir fontes

para futuras pesquisas levou à seleção de três tipos de materiais: a) os que descrevem e/ou tematizam a língua do Brasil, antes e depois da oficialização da "língua portuguesa" na década de 1940 (GUIMARÃES, 1994); b) os que abordam o ensino de língua ou de literatura brasileira; e c) os destinados à formação docente, sobre o tema da prática de ensino. Trata-se de obras editadas entre o final do século XIX e a década de 1980, que permitem vislumbrar preceitos, debates, propostas distintas, segundo diferentes compreensões pedagógicas e científicas, que usualmente reunimos sob um mesmo termo - a tradição – e classificamos genericamente por categorias cronológicas – as décadas. Parte-se do pressuposto de que estas obras estiveram à disposição de várias gerações de docentes e estudantes do curso de Letras, dentre os quais alguns foram autores de livros didáticos e materiais de circulação nacional, por diferentes editoras (GUÉRIOS; CEGALLA; MATTOS e BACK; FARACO). O estudo identificou, entre tantas que são referências consagradas, obras pouco conhecidas que se propunham a discutir a educação linguística e a educação literária, fazendo críticas a materiais de seu tempo e propondo alternativas; foi possível ainda cotejar diferentes edições de um mesmo título dedicado ao ensino de literatura (COELHO, 1966; 1976), depreendendo da comparação um conjunto de transformações que materializaram não só um novo projeto editorial, adequado à legislação e ao mercado, mas uma reconfiguração do ensino.

Palavras-chave: Acervos; Ensino de português; História das disciplinas.

AS PAUTAS DA UPE GUARDADAS NOS ARQUIVOS DA DOPS

Maria Clara Guerra Azevedo de Barros (PUCPR)
clara.guerra@pucpr.edu.br
Valquiria Elita Renk (PUCPR)
valquiria.renk@pucpr.br

Fundada no fim da década de 1930, a União Paranaense dos Estudantes (UPE), com sede no Palácio dos Estudantes em Curitiba, é a entidade de representação estudantil máxima no estado do Paraná, desde seu surgimento até o momento atual. Passando por períodos de clandestinidade e repressão, teve profunda participação em reinvindicações de movimentos sociais. Ao mesmo tempo, considerando a amplitude da classe estudantil paranaense, a mudança de gestões e lideranças na UPE alteraram suas pautas e formas de atuação, aproximando-se e afastando-se de outros grupos políticos. O presente trabalho aborda as mudanças nas pautas defendidas pela UPE durante o correr da Ditadura Civil Militar (1964-1985), período em que atuou principalmente na ilegalidade devido a sua dissolução judicial pós Ato Institucional nº 5 (AI-5), desenvolvendo táticas de resistências de modo a evitar a ação dos agentes policiais que acompanhavam de perto (e em algumas ocasiões até internamente) as movimentações da entidade. Para isso, faz-se uso, principalmente, de análise documental dos dossiês da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS/PR), agora sob tutela do Departamento de Arquivo Público (DEAP) e disponível para consulta pública de acordo com o decreto 8.557/2013, com uma perspectiva interdisciplinar, abrangente das áreas de História, Educação e Direitos Humanos, embasando-se em Bloch (2001), Certeau (2014), Zyl (2009), Foucault (2014),

Farge (2020) e Ricoeur (2022). São analisados manifestos da UPE, relatórios de reuniões, deliberações das diretorias, comunicados internos e chamadas para comícios, assim como recortes de jornais (convencionais e estudantis) e relatórios de agentes da DOPS, em busca de vestígios das pautas defendidas pelas diferentes gestões e mudanças de perspectivas e atuação. Atenta-se sobretudo à reação à lei 4.464 (Lei Suplicy) de 1964, ao decreto-lei nº 228 (Decreto Aragão) de 1968 e ao AI-5, também de 1968, que amordaçaram o movimento estudantil e subjugaram as universidades (e, como um todo, as diretrizes educacionais) aos propósitos elencados pelo regime militar. Além dessas questões, busca-se analisar a complexa relação entre a luta dos estudantes com a luta dos professores e com o movimento dos trabalhadores em nome de uma universidade popular, tanto nos momentos que seus objetivos coincidiram, quanto nos que divergiram. O trabalho com o corpus documental da DOPS, posto em perspectiva com demais estudos sobre o período como os de Fiuza, Braggio e Schmitt (2019), Ilkiu (2020), Candido (2021) e Monteiro e Gandra (2007) permite um panorama dinâmico que contempla não apenas a narrativa oficial, mas ainda as perspectivas marginalizadas desses sujeitos arbitrariamente definidos como elementos subversivos e inimigos internos da nação pela máquina estatal, à mercê da ação da polícia política e tendo seus direitos humanos violados. Para e por conta dessa atuação surgem arquivos de repressão, contando com um acervo diverso de fontes materiais e documentais, que agora assumem uma nova função, oposta à que foi elencada para sua criação, ao serem utilizados para a constituição de lugares de memória, ferramentas essenciais para a Educação em Direitos Humanos e o “educar para o nunca mais”, fundamentais para uma Justiça de Transição que contemple de forma plena as vítimas e suas famílias.

Palavras-chave: Ditadura Civil Militar; Movimento estudantil; Arquivos

II ENCONTRO PARANAENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
Preservação de acervos, pesquisa e formação de pesquisadores
25 anos da Linha de Pesquisa em História & Historiografia da Educação

TIPOGRAFIA: Georgia e Playfair Display

ISBN XXX-XX-XXXX-XXX-X